

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

POLIANA GONÇALVES MONTEIRO

O GÊNERO DA HABITAÇÃO

**A Diretriz de Titulação Feminina no marco do Programa Minha Casa
Minha Vida**

Rio de Janeiro
2015

POLIANA GONÇALVES MONTEIRO

O GÊNERO DA HABITAÇÃO

**A Diretriz de Titulação Feminina no marco do Programa Minha Casa
Minha Vida**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Novais Lima Junior

Rio de Janeiro
2015

CIP - Catalogação na Publicação

M775g Monteiro, Poliana Gonçalves
O gênero da habitação: A Diretriz de Titulação Feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida / Poliana Gonçalves Monteiro. -- Rio de Janeiro, 2015.
211 f.

Orientador: Pedro Novais de Lima Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2015.

1. Programa Minha Casa Minha Vida - Títulos mobiliários - Mulheres. 2. Habitações populares - Brasil. 3. Gênero - Desigualdade. 4. Feminismo - Brasil. 5. Capitalismo. I. Novais de Lima Junior, Pedro, orient. II. Título.

POLIANA GONÇALVES MONTEIRO

O GÊNERO DA HABITAÇÃO

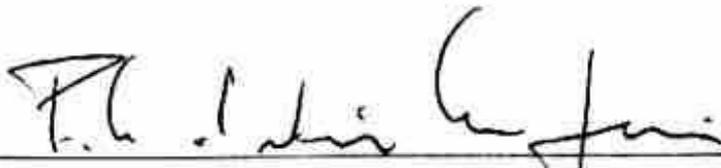
**A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa
Minha Vida**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional

Orientador Prof. Dr. Pedro de Novais Lima Junior

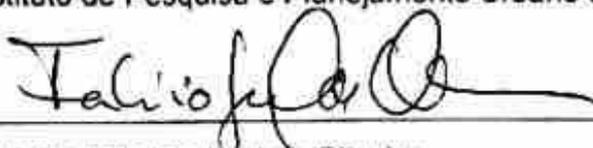
Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA



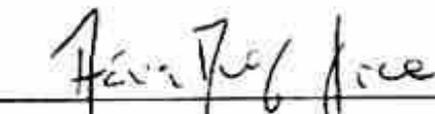
Prof. Dr. Pedro de Novais Lima Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ



Prof. Dr. Fabricio Leal de Oliveira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ



Prof. Dra. Flávia Braga Vieira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Às mulheres da minha vida, uma Rosa e três Marias.

AGRADECIMENTOS

À minha avó por tudo que não se pode colocar em palavras. À minha mãe, meu exemplo de força e desprendimento, pelo suporte em todos os momentos.

Aos amigos e amigos da Faculdade Arquitetura e Urbanismo que de diferentes formas e mesmo à distância me acompanharam, incentivaram e me inspiraram: Grasi, Poly, Tiago, Maria Fernanda, Alix, Vivi, Mari. Lembranças de apoio e companheirismo de cada um de vocês.

Ao meu orientador, Prof. Pedro Novais, pela confiança e estímulo ao pensamento crítico desde a graduação, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Às professoras Maria Aparecida Abreu e Hipólita Siqueira que contribuíram generosamente na banca de qualificação desse trabalho. Às professoras e aos professores do IPPUR pela disponibilidade e possibilidade de aprendizado múltiplo e abrangente. Aos funcionários Ana Cristina, Márcia, Zuleica, André e Dona Zezé pela disponibilidade, dedicação e afeição.

Aos queridos amigos do IPPUR, pelos diálogos e apoio que tornaram todo o processo ainda mais encantador, em especial as turmas de mestrado e doutorado de 2012, ano memorável.

Aos companheiros de pesquisa do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual pelo constante aprendizado, Fabrício Leal de Oliveira, Fernanda Sánchez, Regina Bienenstein, Glauco Bienenstein, Lucas Faulhaber, Mariana Medeiros, Felipe Fidelis, Paula Cardoso Moreira, Daniel Mendes de Souza e Fernanda Souza Santos.

Meu agradecimento especial para os amigos incríveis que estiveram sempre presentes nesse processo e são fundamentais para o sucesso da empreitada:

Giselle Tanaka, uma inspiração, admiração enorme por essa incrível mulher, mãe e militante.

Dani Motisuke, amiga de todas as horas, agradeço muito pela generosidade na discussão de diversos pontos da pesquisa e também pelas longas e divertidas conversas na invariavelmente curta madrugada.

Nirvana de Sá, o que dizer? Puro amor, minha *housemate*/alma gêmea preferida, por todo apoio, cumplicidade e compreensão das maluquices cotidianas.

Carla Hirt, a “baderneira” mais querida desse Rio de Janeiro caótico, pela cumplicidade e cuidado de sempre.

Laura Rougemont, amiga mística e inventora de apelidos maravilhosos, obrigada pelas performances e espontaneidade que transformam cada momento em um sorriso e afastam a tristeza.

Tiago Cargnim, pelo cuidado e carinho que definem tanto a personalidade dessa pessoa mais que querida.

Jorginho Ferreira, pela companhia, acalanto e abraços de urso.

A todas e todos que disponibilizaram seu tempo para conceder as entrevistas, dividindo comigo memórias, histórias de vida e a realidade vivenciada. Obrigada.

RESUMO

A presente dissertação parte da perspectiva da profunda conexão entre espaço e gênero. Não há em uma sociedade desigual, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual, e a desigualdade tem muitas faces. A materialidade do sistema de opressão-exploração patriarcal no espaço urbano e a repercussão da desigualdade de gênero no acesso ao sistema urbano são elementos fundamentais da reflexão que pretende esse trabalho. A produção capitalista do espaço determina um *habitat*, cuja apropriação por indivíduos fixados em posições sociais que acumulam distintivos definidores de vulnerabilidade e precariedade é desigual. O acesso desigual ao sistema urbano relacionado ao acúmulo de vulnerabilidades determina um processo recíproco no qual o *lugar* possível e o *espaço* vivenciado se legitimam e reforçam mutuamente. O desenvolvimento espacial desigual repercute de forma material e simbólica no cotidiano em um processo multidimensional que envolve indicadores complexos e relacionais. A Diretriz de Titulação Feminina estabelece vínculo entre as questões pertinentes à habitação de interesse social e à desigualdade de gênero, evidenciando a conexão entre as relações de gênero, a produção do espaço e o padrão desigual de acesso à cidade de mulheres e homens. A reflexão compreende, portanto, a discussão sobre o acesso à cidade diante do acúmulo de distintivos que definem o *lugar* possível como socialmente oprimido, politicamente invisibilizado e economicamente vulnerável, na perspectiva de apreender o potencial transformativo da diretriz diante da complexidade das desigualdades de gênero diante da produção capitalista do espaço.

Palavras-chave: Diretriz de Titulação Feminina. Desigualdades de Gênero. Habitação de Interesse Social. Vulnerabilidade. Autonomia.

ABSTRACT

The present dissertation starts from the perspective of the deep connection between space and gender. In an unequal society there is no space whose occupation, distribution and signification is not unequal, and inequality has many faces. The materiality of the patriarchal oppression-exploitation system in urban space and the repercussion of gender inequality in access to the urban system are fundamental elements for the intended reflection. The production of space dominated by capitalism determines a habitat, whose appropriation by individuals fixed in social positions that accumulate vulnerability and precariousness is unequal. Unequal access to the urban system related to the accumulation of vulnerabilities determines a reciprocal process in which the possible place and the lived space legitimize and reinforce each other. Unequal spatial development has a material and symbolic repercussion in everyday life in a multidimensional process involving complex and relational indicators. The Women's Homeownership Guideline establishes a link between issues pertaining to popular housing and gender inequality, highlighting the connection between gender relations, the production of space and the unequal pattern of access to the city of women and men. This reflection therefore includes the discussion about access to the city in the face of the accumulation of distinctions that define the possible place as socially oppressed, politically invisible and economically vulnerable, with the perspective of apprehending the transformative potential of the Women's Homeownership Guideline in the face of the complexity of gender inequalities of space production in capitalism.

Keywords: Women's Homeownership Guideline. Gender Inequality. Social Housing. Vulnerability. Autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Mapas

Mapa 1 – Área de Planejamento e perímetro da Área Prioritária do PMCMV	77
Mapa 2 – Localização dos conjuntos Vivendas Recanto da Natureza e Mangueira I	85
Mapa 3 – Localização do conjunto Vivendas Recanto da Natureza	94
Mapa 4 – Delimitação da Área Prioritária para o PMCMV definida pela Prefeitura	97
Mapa 5 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV implementado/previstos no perímetro	99
Mapa 6 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho	114
Mapa 7 – Remoção: bairros de origem das famílias	126
Mapa 8 – Localização das Instituições públicas de Ensino no entorno do conjunto	132
Mapa 9 – Localização do conjunto Mangueira I	139
Mapa 10 – Localização da Favela Metrô-Mangueira.....	142
Mapa 11 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho	154
Mapa 12 – Localização das Instituições públicas de Ensino no entorno do conjunto	169

Lista de Fotos

Foto 1 – Localização do Conjunto Habitacional Vivendas Recanto da Natureza.....	95
Foto 2 – Padrão construtivo do Conjunto Vivendas Recanto da Natureza 1	96
Foto 3 – Padrão construtivo do Conjunto Vivendas Recanto da Natureza 2	96
Foto 4 – Localização do Conjunto Mangueira I	141
Foto 5 – Padrão construtivo do Conjunto Mangueira I	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV por Área de Planejamento.....	76
Tabela 2 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV por Área de Planejamento e Renda.....	76
Tabela 3 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV no perímetro de 2km	98
Tabela 4 – Titularidade das Unidade Habitacionais	101
Tabela 5 – Estado civil do responsável pelo domicílio	102
Tabela 6 – Composição familiar por domicílio	102
Tabela 7 – Titularidade das Unidades Habitacionais por sexo e composição familiar	103
Tabela 8 – Autonomia e Reconhecimento na Diretriz de Titulação Feminina.....	104
Tabela 9 – Razão da Dependência: residentes por Unidade Habitacional.....	108
Tabela 10 – Razão da Dependência: crianças por Unidade Habitacional	109
Tabela 11 – Escolaridade	110
Tabela 12 – Acesso à Formação Profissional	111
Tabela 13 – Acesso ao Trabalho	113
Tabela 14 – Acesso ao Trabalho: local de trabalho.....	113
Tabela 15 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho	114
Tabela 16 – Acesso ao Trabalho: tipo de trabalho ou atividade remunerada	115
Tabela 17 – Acesso ao Trabalho: diversidade de atividades realizadas.....	115
Tabela 18 – Acesso ao Trabalho: carteira assinada.....	116
Tabela 19 – Acesso ao Trabalho: carga horária semanal	116
Tabela 20 – Acesso ao Trabalho: formas de deslocamento para o trabalho	117
Tabela 21 – Acesso ao Trabalho: tempo de deslocamento para o trabalho	117
Tabela 22 – Acesso ao Trabalho: alteração de trabalho depois da mudança.....	118
Tabela 23 – Razão de Dependência: contribuição com a renda familiar	119
Tabela 24 – Razão de Dependência: renda e carteira assinada.....	120
Tabela 25 – Trabalho Feminino por composição familiar	120
Tabela 26 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Monoparental Feminina.....	121
Tabela 27 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Conjugal.....	121
Tabela 28 – Administração da Renda Familiar.....	123
Tabela 29 – Segurança de Posse por domicílio	125
Tabela 30 – Moradia de aluguel por tipo de composição familiar	125
Tabela 31 – Motivação da mudança para o conjunto Vivendas Recanto da Natureza	126
Tabela 32 – Mudança motivada por processo de remoção por composição familiar	126
Tabela 33 – Remoção: bairros de origem e distância do deslocamento das famílias	127
Tabela 34 – Nível de satisfação geral por domicílio	128
Tabela 35 – Nível de satisfação em relação aos serviços prestados por domicílio	129
Tabela 36 – Instituições públicas de Ensino: escolas mencionadas nas entrevistas.....	130
Tabela 37 – Instituições públicas de Ensino: demais escolas identificadas no entorno	130
Tabela 38 – Instituições públicas de Ensino: creches mencionadas nas entrevistas	131
Tabela 39 – Instituições públicas de Ensino: demais creches identificadas no entorno	131
Tabela 40 – Demanda de Instituições de Ensino por faixa etária	133
Tabela 41 – Vagas disponíveis e demanda de vagas atual e futura no Ensino Infantil.....	134
Tabela 42 – Titularidade das Unidades Habitacionais	143
Tabela 43 – Estado civil do responsável pelo domicílio	144
Tabela 44 – Composição familiar por domicílio.....	144
Tabela 45 – Titularidade das Unidades Habitacionais por sexo e composição familiar	144
Tabela 46 – Autonomia e Reconhecimento na Diretriz de Titulação Feminina.....	146
Tabela 47 – Razão da Dependência: residentes por Unidade Habitacional	149

Tabela 48 – Razão da Dependência: crianças por Unidade Habitacional	150
Tabela 49 – Escolaridade	151
Tabela 50 – Acesso à Formação Profissional	151
Tabela 51 – Acesso ao Trabalho	153
Tabela 52 – Acesso ao Trabalho: local de trabalho.....	153
Tabela 53 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho	154
Tabela 54 – Acesso ao Trabalho: tipo de trabalho ou atividade remunerada	155
Tabela 55 – Acesso ao Trabalho: diversidade de atividades realizadas.....	155
Tabela 56 – Acesso ao Trabalho: carteira assinada.....	156
Tabela 57 – Acesso ao Trabalho: carga horária semanal	156
Tabela 58 – Acesso ao Trabalho: formas de deslocamento para o trabalho	157
Tabela 59 – Acesso ao Trabalho: tempo de deslocamento para o trabalho	157
Tabela 60 – Acesso ao Trabalho: alteração de trabalho depois da mudança.....	158
Tabela 61 – Razão de Dependência: contribuição com a renda familiar	159
Tabela 62 – Razão de Dependência: renda e carteira assinada.....	159
Tabela 63 – Trabalho Feminino por composição familiar	160
Tabela 64 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Monoparental Feminina.....	160
Tabela 65 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Conjugal.....	161
Tabela 66 – Administração da Renda Familiar.....	162
Tabela 67 – Segurança de Posse por domicílio	164
Tabela 68 – Motivação da mudança para o conjunto Mangueira I.....	165
Tabela 69 – Nível de satisfação geral por domicílio	166
Tabela 70 – Nível de satisfação em relação aos serviços prestados por domicílio	166
Tabela 71 – Instituições públicas de Ensino: escolas mencionadas nas entrevistas.....	167
Tabela 72 – Instituições públicas de Ensino: demais escolas identificadas no entorno	168
Tabela 73 – Instituições públicas de Ensino: creches mencionadas nas entrevistas	168
Tabela 74 – Instituições públicas de Ensino: demais creches identificadas no entorno	169
Tabela 75 – Demanda de Instituições de Ensino por faixa etária	170
Tabela 76 – Segurança de Posse por domicílio	178
Tabela 77 – Motivação da mudança para o conjunto.....	178
Tabela 78 – Composição familiar por domicílio.....	179
Tabela 79 – Titularidade Feminina por composição familiar	179
Tabela 80 – Autonomia e Reconhecimento na Diretriz de Titulação Feminina.....	179
Tabela 81 – Razão da Dependência: residentes por Unidade Habitacional	181
Tabela 82 – Razão da Dependência: crianças por Unidade Habitacional	181
Tabela 83 – Escolaridade Feminina	182
Tabela 84 – Acesso à Formação Profissional entre mulheres.....	182
Tabela 85 – Acesso ao Trabalho entre mulheres	183
Tabela 86 – Acesso ao Trabalho: carteira assinada.....	183
Tabela 87 – Acesso ao Trabalho: tipo de trabalho ou atividade remunerada	183
Tabela 88 – Acesso ao Trabalho: local de trabalho.....	184
Tabela 89 – Trabalho Feminino por composição familiar	186
Tabela 90 – Administração da Renda Familiar.....	188
Tabela 91 – Instituições públicas de Ensino	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP: Área de Planejamento
BNH: Banco Nacional da Habitação
BRT: *Bus Rapid Transit*
CEDAE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CGPU: Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano / Município do Rio de Janeiro
CIEP: Centros Integrados de Educação Pública
COMLURB: Companhia Municipal de Limpeza Urbana
EDI: Espaços de Desenvolvimento Infantil
FAETEC: Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAR: Fundo de Arrendamento Residencial
FCP: Fundação Casa Popular
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA: Federação Internacional de Futebol
FNHIS: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GIU: Gerência de Informações Urbanísticas
GRES: Grêmio Recreativo Escola de Samba
IAPs: Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF: Índice de Desenvolvimento Familiar
IDS: Índice de Desenvolvimento Social do município.
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IPP: Instituto Pereira Passos
ISP: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
MEC: Ministério da Educação
PAC: Plano de Aceleração do Crescimento
PlanHab: Plano Nacional de Habitação de Interesse Social
PLHIS: Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida
RA: Região Administrativa
SABREN: Sistema de Assentamentos de Baixa Renda
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI: Serviço Social da Indústria
SFH: Sistema Financeiro de Habitação
SMH: Secretaria Municipal de Habitação
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo
SNHIS: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPU: Secretaria do Patrimônio da União
UPA: Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O FEMININO, O FEMINISMO E A CIDADE	21
2.1 Um dever do feminismo	22
2.1.1 A dicotomia hierarquizada das esferas pública e privada.....	27
2.1.2 A construção da identidade feminina	29
2.1.3 A tensão entre igualdade e diferença.....	33
2.1.4 O valor da autonomia.....	35
2.2 A posição da mulher na formação social do Brasil.....	37
2.3 O espaço e o lugar da mulher na cidade.....	49
3 O POLÍTICO COMO PÚBLICO E O PRIVADO COMO APOLÍTICO	56
3.1 A habitação popular como questão social no Brasil.....	57
3.2 A desigualdade de gênero como questão social no Brasil.....	68
3.3 Habitação, Gênero e o Programa Minha Casa Minha Vida.....	75
4 ENTRE O <i>HABITATE</i> E O <i>HABITAR</i>	84
4.1 O Habitar no conjunto Vivendas Recanto da Natureza	94
4.1.1 Conhecimento, reconhecimento e a Diretriz de Titulação Feminina.....	101
4.1.2 Vulnerabilidade e autonomia no sistema urbano	107
4.1.2.1 Cuidado e dependência	108
4.1.2.2 Acesso ao conhecimento.....	110
4.1.2.3 Acesso ao trabalho	112
4.1.2.4 Disponibilidade de recursos	121
4.1.2.5 Condições habitacionais	124
4.1.3 A segurança de posse feminina como meio, a igualdade como fim?	136
4.2 O Habitar no conjunto Mangueira I.....	139
4.2.1 Conhecimento, reconhecimento e a Diretriz de Titulação Feminina.....	143
4.2.2 Vulnerabilidade e autonomia no sistema urbano	148
4.2.2.1 Cuidado e dependência	148
4.2.2.2 Acesso ao conhecimento.....	150
4.2.2.3 Acesso ao trabalho	152
4.2.2.4 Disponibilidade de recursos	161
4.2.2.5 Condições habitacionais	163
4.2.3 A segurança de posse feminina como meio, a igualdade como fim?	172
4.3 Os efeitos de localização e os efeitos de trajetória.....	177
5 CONCLUSÃO.....	193
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICE A – Questionário.....	210

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se estrutura na perspectiva da existência de uma profunda conexão entre espaço e gênero, o que de diversas formas define a construção das relações de gênero. O espaço é construído a partir da multiplicidade de relações sociais em todas as escalas, desde o global até às relações sociais dentro da cidade, dos bairros e da casa (MASSEY, 1994). As relações sociais se materializam e assim, espaço físico e espaço social se definem e redefinem reciprocamente. O tempo do espaço físico, contudo é mais longo que o tempo do espaço social e pode configurar um obstáculo às possíveis transformações sociais.

Não há em uma sociedade desigual, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual, e a desigualdade tem muitas faces. Aqui se atribui ao gênero, à raça/etnia e à classe social a mesma relevância para a compreensão das desigualdades e oposições estruturais que determinam a apropriação do sistema urbano¹. A reflexão de Bourdieu (1997) sobre os efeitos de lugar subsidia a análise sobre a desigualdade de acesso ao sistema urbano produzido por um processo recíproco em que o *lugar* possível, posição social fixada, e o *espaço* vivenciado, posição territorial disponível, se legitimam e reforçam mutuamente. A opressão e a dominação se materializam de diferentes formas e se refletem no cotidiano de acordo com acúmulo de vulnerabilidades. A posição social da mulher pobre e negra concentra fatores de vulnerabilidade, que envolvem a objetificação do corpo feminino, a divisão sexual do trabalho, a responsabilização com o cuidado dos dependentes.

O conceito de gênero será utilizado nesse trabalho como categoria geral que contribui com a problematização pretendida, mas que não a compreende em sua totalidade. O caráter abstrato do conceito de gênero e sua constante vinculação ao privado, que na perspectiva hegemônica é essencialmente apolítico; determina a ambiguidade do conceito. O conceito busca desnaturalizar os papéis sociais relacionados ao sexo, mas de maneira geral, não compreende a complexidade da tensão entre igualdade e diferença relacionado ao gênero. Apesar da ambiguidade do conceito de gênero, a noção de desigualdade de gênero aqui informa sobre a

¹ O termo “sistema urbano” é utilizado aqui como uma extrapolação da concepção da cidade enquanto estrutura física, observando a interação contínua entre forma espacial e processos sociais, e considerando ainda os diversos elementos cujo acesso determina o cotidiano urbano, como moradia, trabalho, educação, transporte, comércio, serviços e infraestrutura em geral.

desigualdade objetiva e subjetiva materializada no sistema urbano. A noção de sexismo será utilizada com intuito de destacar que mesmo formas sutis e difusas de desigualdade entre mulheres e homens se fundam em relações sexualizadas e hierárquicas. O sexismo acentua o caráter violento e opressor do sistema opressão-exploração patriarcal, enquanto um preconceito objetivo contra as mulheres baseado na definição estereotipada de A/não-A. A desigualdade impetrada pelo sexismo, portanto não se conforma como um antagonismo simples, mas como a interpretação perversa de uma ausência presumida (MASSEY, 1994).

A reflexão sobre a materialidade do sistema de opressão-exploração patriarcal no espaço urbano e a repercussão da desigualdade de gênero no acesso ao sistema urbano foi o objetivo inicial dessa pesquisa. Mas a realidade não apresenta respostas espontaneamente e diante de diversas possibilidades teóricas e metodológicas, algumas escolhas foram feitas. A primeira escolha, a mais óbvia, foi utilizar conceitos e categorias feministas para apreender a realidade sobre a qual se pretende refletir e intervir. Essa escolha está inevitavelmente marcada por um comprometimento político e define as bases teóricas e metodológicas utilizadas. A abordagem feminista busca por princípio destacar como o patriarcado e a perspectiva androcêntrica permeia a ciência e a epistemologia, o que implica não somente as teorias mas também os processos e métodos de investigação (VELEDA DA SILVA, 2013).

A reação e recusa às estruturas patriarcais de pensamento, à neutralidade das categorias e métodos androcêntricos e a reivindicação do mesmo estatuto teórico conferido à classe social para gênero e para raça/etnia são estruturantes da crítica aqui pretendida (SAFFIOTI, 2000). A reflexão sobre a desigualdade de gênero em sua relação com o sistema urbano aciona noções centrais do feminismo como o isolamento das esferas pública e privada, o questionamento do conceito de identidade, a tensão entre igualdade e diferença, o potencial da categoria gênero para a ação política feminista, a objetificação do corpo feminino e o valor da autonomia. O sistema de opressão-exploração patriarcal materializada na cidade é um fenômeno multidimensional que retém diversos indicadores complexos e relacionais. Os diversos questionamentos sobre o tema construídos, tanto a partir da perspectiva de pesquisadora e militante, quanto de mulher que vivencia a cidade, permeiam a pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa exigiu, contudo um constante refinamento das questões norteadoras. O anseio de identificar e refletir sobre os elementos que influenciam a desigualdade entre mulheres e homens em relação ao acesso ao

sistema urbano ou, em outras palavras, como o *lugar* possível e o *espaço* vivenciado se reafirmam reciprocamente, orientou uma segunda escolha, a mais determinante: eleger a Diretriz de Titulação Feminina como principal objeto de reflexão que estabelece um vínculo entre as questões pertinentes à habitação de interesse social e à desigualdade de gênero, evidenciando a conexão entre as relações de gênero e a produção do espaço. A concepção e posterior nacionalização da diretriz demonstra que há conhecimento público, baseado no empirismo, do padrão desigual de acesso à moradia e, conseqüentemente, ao sistema urbano, e assume a vulnerabilidade inerente à falta de segurança de posse como uma questão política e pública.

O interesse prévio em políticas públicas e seu potencial enquanto ação de afirmação, muito inspirado pela abordagem de Nancy Fraser (2006), intensificou o interesse no objeto. A primeira perspectiva que a definição da diretriz como objeto de pesquisa proporcionou foi a possibilidade da pesquisa contribuir com a visibilização da questão da priorização da mulher na política de habitação social e ao mesmo tempo, avaliar seu potencial enquanto ação de redistribuição e de reconhecimento. A segunda perspectiva motivadora do desenvolvimento da pesquisa foi a possibilidade de refletir sobre o impacto da política de habitação de interesse social no marco do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na vida das mulheres residentes em conjuntos habitacionais da cidade do Rio de Janeiro. O PMCMV está notadamente marcado por um caráter mercadológico que transfere a prerrogativa da definição do projeto e da localização dos empreendimentos para a iniciativa privada. Além disso, tem promovido o deslocamento de significativo contingente populacional para regiões periféricas, determinando a intensificação da segregação em um momento marcado pelas remoções e pelo processo de gentrificação² impelidos pelos megaeventos.

O processo de segregação urbana e periferização da moradia confronta as mulheres de forma mais aguda, não somente pela ausência de infraestrutura urbana básica e serviços essenciais, como creches, escolas, hospitais e transporte, mas também pela violência urbana. O feminicídio é um fenômeno predominantemente domiciliar, contudo 31,2% dos casos acontecem nas ruas, e majoritariamente nas ruas

² O termo "gentrificação" tornou-se uma categoria central para a reflexão sobre as transformações nas cidades contemporâneas. O termo foi concebido pela socióloga britânica Ruth Glass para descrever o processo de invasão da área central de Londres, tradicionalmente ocupada pela classe trabalhadora, por novos moradores de classe média e alta. O uso indiscriminado desse termo é criticado por ocultar suas especificidades e esvaziar o conceito. Considerando os limites da utilização do conceito, entretanto considera-se aqui aceitável sua utilização enquanto uma estratégia argumentativa visto sua expressiva difusão. Para mais informações ver: PEREIRA, 2014.

das periferias, atingindo principalmente mulheres negras e pobres (WAISELFISZ, 2015). A distância em relação ao antigo local de residência no contexto de reassentamento após processo de remoção é outro elemento importante. O deslocamento para locais excessivamente distantes pode determinar o rompimento dos laços de solidariedade e ajuda mútua, que para as mulheres, responsabilizadas pelas tarefas reprodutivas e pelo cuidado com os dependentes, são essenciais para a manutenção das relações de trabalho e da autonomia individual.

A produção capitalista do espaço determina a apropriação desigual da cidade intensificando a relação entre o *lugar* possível na estrutura social e o *espaço* acessível na cidade. O desenvolvimento espacial desigual, portanto repercute de forma material e simbólica, e determina a possibilidade de acesso ao trabalho, à moradia, à infraestrutura e aos serviços públicos, elementos essenciais do “direito à cidade”. Os dados e estatísticas sobre os problemas relacionados à desigualdade nas relações de gênero ainda são bastante insuficientes. A escassez de bibliografia sistematizada que confronte as relações de gênero e a produção do espaço centrada na materialidade das desigualdades, e a ausência de dados oficiais sobre a Diretriz de Titulação Feminina motivaram a terceira escolha que estruturou a pesquisa: a utilização de metodologia quantitativa e qualitativa na pesquisa nos conjuntos habitacionais.

A pesquisa foi centralizada por questionário semiestruturado com intuito de obter dados comparáveis entre os dois conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa: o conjunto Vivendas Recanto da Natureza, na zona oeste e o conjunto Mangueira I, na zona norte. As questões fechadas, de caráter quantitativo, foram elaboradas com o intuito de mensurar a efetivação da prioridade da mulher na titularidade da moradia enquanto uma ação de redistribuição e gerar dados comparáveis entre mulheres e homens e tipos de composição familiar sobre a vulnerabilidade em relação à inserção e apropriação no sistema urbano. A opção metodológica se relaciona com a perspectiva de que habitação não se resume na provisão de um teto, que o direito à cidade não se restringe ao acesso à moradia e que sua concretização é um meio de enfrentamento da desigualdade de gênero. As questões abertas e qualitativas foram elaboradas com o intuito de apreender o potencial da diretriz enquanto uma ação de reconhecimento e ainda em que medida possibilita a redução da opressão sexista materializada na cidade.

A pesquisa empírica foi orientada por cinco dimensões de análise, 1 - *cuidado e dependência*, que se relaciona com a responsabilização das mulheres pelas tarefas

reprodutivas e pelo cuidado com os dependentes; 2 - *acesso ao conhecimento*, que compreende a análise dos índices de analfabetismo, de escolaridade formal e de qualificação profissional, elementos que configuram como meios para a satisfação das necessidades; 3 - *acesso ao trabalho*, que envolve a noção de "divisão sexual do trabalho" e a possibilidade de autonomia por meio da geração de renda monetária; 4 - *disponibilidade de recursos*, que envolve a tensão entre a independência e a segurança vinculadas à possibilidade de geração de renda autônoma e a demanda por programas de transferência de renda; e 5 - *condições habitacionais*, que a partir das premissas da noção de direito à cidade analisa as distâncias, acessibilidade e mobilidade. O movimento de compreensão sobre as relações de gênero e a produção do espaço é contínuo mas o resultado da pesquisa, que não pretende esgotar o debate, tem um limite que está apresentado no seguinte percurso de leitura.

O primeiro capítulo, *O Feminino, o Feminismo e a Cidade*, como eixo estruturante, sistematiza a contribuição de parte da teoria política feminista relevante para a reflexão sobre a relação entre a produção da cidade, a possibilidade de apropriação do sistema urbano e o acúmulo de desvantagens relacionado aos distintivos que determinam vulnerabilidades. Os principais conceitos e reflexões apresentados se relacionam como o debate sobre o isolamento das esferas pública e privada, o conceito de identidade, a tensão entre igualdade e diferença e o valor da autonomia (MIGUEL; BIROLI, 2013). O desdobramento da reflexão sobre as noções apresentadas é realizado a partir da incorporação de processos e estruturas que determinam a formação social do Brasil. A necessária inserção na realidade sobre a qual se pretende refletir e intervir determina a introdução de questões mais objetivas e pertinentes ao contexto brasileiro como a permanência do patriarcalismo como estruturante das relações sociais, a responsabilização da mulher pela "produção do viver"³, a vulnerabilidade feminina determinada pela divisão sexual do trabalho, o potencial da categoria gênero para a ação política feminista, a objetificação do corpo feminino e a presumida feminização da pobreza. Uma liga entre todas as questões é certamente sua materialidade no espaço, onde o acesso desigual determina um padrão diferenciado de ocorrência na cidade.

³ A noção de "produção do viver" proposta por Hirata e Kergoat (2007) é utilizada aqui por oferecer um enfoque mais político e econômico do que a compreensão do senso comum sobre tarefas reprodutivas ou cuidado com os dependentes.

O segundo capítulo, *O Político como Público e o Privado como Apolítico*, introduz observações sobre o processo de identificação e reconhecimento de problemas sociais como uma questão política e pública em contraposição à manutenção de seu *status* de privado e apolítico. O recorte espacial é apresentado de forma mais detalhada com o intuito de aprofundar a discussão sobre o acesso à moradia adequada no marco do PMCMV na cidade do Rio de Janeiro e evidenciar as relações possíveis entre espaço e gênero. A tensão entre a priorização da mulher na titulação dos imóveis e a produção capitalista da habitação social, relacionada com a minoração do potencial de ação afirmativa da diretriz mediante a desigualdade de acesso ao sistema urbano é apresentada no paradigma do direito à cidade e do debate sobre as desigualdades relacionadas ao sexismo.

O terceiro capítulo, *Entre o Habitat e o Habitar*, informado pela lógica de localização dos conjuntos habitacionais e pela crítica de Lefebvre (2008) sobre a oposição entre os espaços instaurados pelo poder dominante e restritos às necessidades elementares dos indivíduos; e os espaços que contemplam a diversidade de formas de viver e as modulações da vida urbana, apresenta o resultado da pesquisa empírica. A lógica da provisão de habitação social no marco do Programa Minha Casa Minha Vida, que desconexa de outras dimensões da experiência urbana produz moradias, mas não efetiva o “direito à cidade” e a inclusão social, motivou o estudo comparativo dos dois conjuntos habitacionais. A definição dos conjuntos se baseou na localização, no processo de reassentamento e no padrão construtivo, com o objetivo de verificar como a localização da moradia interfere no acesso das mulheres ao sistema urbano, e ainda a tensão entre os efeitos de localização e os efeitos de trajetória das mulheres residentes em conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro.

Assim, a reflexão apresentada compreende a discussão sobre o acesso à cidade diante do acúmulo de distintivos que definem o *lugar* possível como socialmente oprimido, politicamente invisibilizado e economicamente vulnerável, na perspectiva de apreender o potencial transformativo⁴ da Diretriz de Titulação Feminina diante da materialidade das desigualdades de gênero na cidade.

⁴ O termo “transformativo” é utilizado por Nancy Fraser (2006) para ações estruturadas com intuito de remodelar a estrutura social, econômica e política que engendra as desigualdades que se pretende combater; em contraposição às ações afirmativas que a autora relaciona ao *multiculturalismo mainstream*, que para compensar o desrespeito, revaloriza as identidades grupais, mas mantém intactos os conteúdos dessas desigualdades.

2 O FEMININO, O FEMINISMO E A CIDADE

O *lugar* possível na estrutura social se conforma pelo acúmulo de características distintivas repletas de juízo de valor e pressupostos que legitimam um sistema de hierarquias que se projeta no espaço urbano. A vivência cotidiana na cidade é distinta para pessoas em posições sociais diferentes pois o *lugar* possível e o *espaço* acessível se constituem reciprocamente. A experiência das mulheres na cidade está imbricada pela complexidade de uma posição social implicada por gênero, raça/etnia e classe e pela fixidez da hierarquia materializada nas cidades erigidas pela lógica da produção capitalista e patriarcal do espaço. A compreensão da materialidade da desigualdade de gênero no sistema urbano e da conexão entre as relações de gênero e a produção do espaço é introduzida no presente capítulo seguindo o percurso descrito a seguir.

A introdução de noções centrais da teoria crítica feminista e uma breve apresentação do feminismo enquanto ação política subsidiam a análise i) do isolamento entre as esferas pública e privada, fundamental no debate sobre a relação entre a desigualdade de gênero e a produção do espaço; ii) da tensão entre igualdade e diferença, que permeia as ideias liberais de justiça social; iii) do questionamento do conceito de identidade, que atravessa a discussão sobre sexualidade, objetificação do corpo feminino e o potencial da categoria gênero para a ação política feminista; iv) do valor da autonomia em um contexto definido pela permanência de relações de autoridade e tradição.

A interpretação das questões centrais da teoria crítica feminista a partir dos processos e estruturas que permeiam a formação social brasileira introduz o debate sobre o patriarcado, sobre a produção do viver e sobre a divisão sexual do trabalho. A família como *lócus* de poder e legitimação das relações sociais sexualizadas e sua relação com a fixidez do patriarcado é abordada na perspectiva dos avanços e permanências da situação da mulher na sociedade brasileira. A discussão sobre os processos que definem a desigualdade de gênero em seu nexos com o sistema urbano a partir das noções e categorias da teoria crítica feminista introduz a reflexão sobre o acesso à moradia adequada no marco da provisão de habitação de interesse social considerando a relação entre o *lugar* possível e o *espaço* acessível.

2.1 Um devir do feminismo

A investigação das origens e dos mecanismos de reprodução do sistema de opressão-exploração patriarcal que perpassa todas as esferas da sociedade estão no escopo do feminismo. A centralidade do patriarcado para a compreensão da desigualdade nas relações entre mulheres e homens, segue a reflexão de Saffioti (2011), que avalia que desconsiderar o patriarcado no debate feminista individualiza o privilégio masculino e o desvincula dos mecanismos de dominação, opressão e exploração estruturais. A intenção aqui é apresentar resumidamente o *devir* das práticas e conceitos feministas e as principais discussões relativas à desigualdade de gênero e finalmente, acionar algumas noções válidas para a compreensão do papel social da mulher na sociedade brasileira.

Os principais eixos da primeira fase do feminismo foram a educação das mulheres, o direito ao voto, a igualdade no casamento, e o fim da incapacidade jurídica atribuída à mulher, em particular no que se refere ao direito de dispor de suas propriedades. O “feminismo liberal” que se desenvolveu ao longo do século XIX se define, portanto por um evidente recorte de classe e raça/etnia, uma vez que suas demandas não abrangem as mulheres trabalhadoras pobres e negras, muitas delas responsáveis pela subsistência da família e em luta por direitos ainda mais básicos do que a cidadania plena. A suposta fragilidade das mulheres tem cor e classe específicas.

A defesa da igualdade entre mulheres e homens presente na crítica marxista afirma que “a primeira grande divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação de filhos” (MARX *apud* ENGELS, 2010, p. 72). A reflexão sobre a situação da mulher é complementada posteriormente por Engels que observa que a primeira oposição de classes da história é o antagonismo entre mulheres e homens. A associação da opressão-exploração da mulher com o “desmoronamento do direito materno, a grande derrota do sexo feminino” (ENGELS, 2010, p. 61) e sua interpretação como subproduto da dominação burguesa, contudo anula a especificidade das questões de gênero que o feminismo intenciona destacar (MIGUEL; BIROLI, 2013).

As rápidas mudanças do capitalismo impulsionaram massivamente as mulheres ao mercado de trabalho (GOLDMAN, 2014). A complexidade desse processo determinou resultados dúbios, pois se por um lado modificou o papel social

das mulheres na família e definiu uma nova perspectiva sobre a libertação das mulheres, por outro instituiu o atual sistema de opressão-exploração. Em uma sociedade de classes, “o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico [...]. No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2014, p. 160).

O feminismo socialista se estabelece a partir da crítica marxista sob a perspectiva não somente do definhamento do Estado, mas também do definhamento da família como unidade de produção, por meio da socialização do trabalho doméstico. Na crítica feminista socialista a opressão feminina se relaciona não somente à questão da propriedade mas também do modo de produção, inserindo a classe social e a divisão social do trabalho nas reflexões sobre o sexismo. A suposta radicalidade do socialismo determinou certa distância do movimento sufragista.

O socialismo em confrontação direta com a forma de organização do Estado capitalista destacou a necessidade de libertar as mulheres, tanto com a socialização do trabalho doméstico e do cuidado com os dependentes, quanto da inserção feminina na produção, possibilitando sua independência econômica. A perspectiva socialista extrapola a conquista de mais direitos ou liberdade e evidencia a necessidade de inserção das mulheres na esfera pública e administrativa do Estado, destacando além da opressão, a alienação do trabalho doméstico como um entrave ao desenvolvimento das mulheres enquanto cidadãs (GOLDMAN, 2014). Apesar das avançadas propostas de igualdade formuladas pelo pensamento socialista e implementadas de forma atribulada na União Soviética revolucionária, as Constituições latino-americanas do século XIX sequer vetavam o voto feminino, visto que o *status* de cidadão era conferido exclusivamente aos homens (TELES, 1993).

No Brasil, o sufrágio feminino foi incorporado à Constituição em 1934 por meio de intensa pressão política das sufragistas. Após a vitória em relação ao voto feminino, a luta feminista se concentrou na questão do trabalho feminino e na proteção da maternidade e da infância, demandas sistematizadas pelo Estatuto da Mulher elaborado em 1937 por Bertha Lutz. A organização feminina durante as décadas de 1930 e 1940 se fundiu com a luta contra a ditadura de Vargas e a defesa da democracia e da anistia. Comitês e associações de mulheres se consolidaram no período, contudo não conseguiram influenciar na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, que composta exclusivamente por homens, excluiu o sufrágio universal, impedindo cerca de 10 milhões de mulheres analfabetas de votar (TELES, 1993).

As lutas contra o despejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura básica e por creches centralizaram as práticas feministas no período, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade. As mulheres trabalhadoras reivindicaram a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizaram campanha pela sindicalização da mulher e por sua participação na direção dos sindicatos. A crítica aos artigos discriminatórios à mulher casada do Código Civil de 1916 também foi foco de atenção do movimento de mulheres. Mas questões relativas à autonomia feminina, como o controle de fertilidade, o aborto, a sexualidade, a violência doméstica e a violência sexual, nesse momento não eram ainda mencionadas. As associações e comitês de mulheres praticamente desapareceram com o golpe militar de 1964. As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda durante a ditadura militar, contudo essas organizações absorveram a mulher militante sob a lógica do sexismo e da divisão sexual das funções sociais. Assim, ao participar da luta armada, as mulheres puderam sentir as discriminações, efetivadas tanto por meio da superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual (TELES, 1993).

O agravamento das condições de vida e trabalho motivou, a partir de 1970, a crescente mobilização das mulheres da periferia, que diante da necessidade de exercer atividade remunerada para contribuir com a manutenção da família, intensificaram a reivindicação por creches para a mãe trabalhadora e a organização contra o alto custo de vida. O Movimento contra a Carestia foi o primeiro movimento popular de massas após o Ato Institucional nº 5 e se expandiu por diversos estados, centralizando a luta pelo direito à moradia, educação, creches, transporte, reforma agrária e melhores salários. O pioneirismo e protagonismo das mulheres da periferia originou um movimento que incorporou milhares de pessoas e fortaleceu a luta pela democracia, contudo “a medida que o movimento cresceu, entraram os sindicatos e outras instituições. A direção ficou na mão dos homens. E a reivindicação creche desapareceu” (TELES, 1993, p. 80).

No processo de organização política das mulheres da periferia, militantes e acadêmicas feministas vinculadas a grupos políticos de esquerda ou à igreja católica, se articularam aos movimentos de reivindicação de creches e contra a carestia e começaram a frequentar os bairros e as reuniões. Embora os assuntos considerados tabus como o aborto, a violência doméstica, o estupro, a sexualidade e o lesbianismo

permanecem intocados, as mulheres cada vez mais se sensibilizavam e conscientizavam por seus problemas específicos (TELES, 1993).

A luta pela anistia também foi protagonizada por mulheres organizadas na Comissão de Mães pela Libertação de seus Filhos, que a princípio mobilizou as mulheres mais próximas aos presos políticos, mas logo recebeu adesão de outras mulheres. As atividades de associações e comitês de mulheres só foram retomadas efetivamente a partir de 1975, no Ano Internacional da Mulher. A iniciativa da ONU estabeleceu um espaço de discussão e organização em uma conjuntura de ausência de liberdades democráticas, o que foi determinante para os movimentos sociais em geral. No Ano Internacional da Mulher a Comissão de Mães pela Libertação de seus Filhos preparou um abaixo-assinado acompanhado do “Manifesto da Mulher Brasileira” a favor da anistia. O manifesto recebeu adesão em todo o Brasil e originou o Movimento Feminino pela Anistia (TELES, 1993).

O ano de 1975 foi um marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil. A pesquisa e discussão sobre o sexismo, a desigualdade de gênero e a condição feminina sob a perspectiva feminista já estavam em curso em universidades e centros de pesquisa, contudo nesse momento o feminismo começa a ter repercussão na opinião pública. Jornais elaborados sob a perspectiva feminista como o “Brasil Mulher”, o “Nós Mulheres” e o “Mulherio” se consolidaram e atingiram significativa repercussão e tiragem. O jornal “Mulherio” foi pioneiro em apresentar a demanda da licença paternidade, além de discutir a democracia doméstica, a situação da mulher negra e a existência de um movimento de mulheres negras, além do direito à creche e a descriminalização do aborto (TELES, 1993). Nesse momento, no Brasil os problemas femininos se consolidam como questões feministas.

Assim, embora a conquista do sufrágio feminino, gradativa em todo o mundo, tenha sugerido que as demandas feministas haviam sido superadas, a permanência da estrutura de opressão-exploração patriarcal e o sexismo inerente a este, evidenciou a tensão entre igualdade e diferença e a complexidade da desigualdade de gênero. A reflexão de Simone de Beauvoir sobre a contingência de ser mulher, estabeleceu, a partir da década de 1950, novas perspectivas em relação à desigualdade de gênero e influenciou os estudos feministas em todo o mundo. A perspectiva de conquistas de direitos legais começa a ser superada pela necessidade de direitos substantivos para mulheres em distintos *lugares* e *espaços*. O feminismo

deixa aos poucos de ser exclusivamente branco e começa, ainda que timidamente, a assumir pautas raciais/étnicas, e posteriormente, descoloniais.

O feminismo foi, ao longo do tempo, determinado pelas práticas feministas, pela especificidade local do sexismo, pela conjuntura política e o contexto material e social característico. Assim, não houve, ao longo da história, um só feminismo, mas vários, todos embebidos da conjuntura histórica, política, social e econômica que os gestaram. A perspectiva sobre o *devir* do feminismo mais difundido considera três fases ou ondas distintas no espaço e no tempo, cada uma com características, problematizações e atrizes específicas. A primeira fase do feminismo inicia a discussão sobre as questões femininas e surge como um movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos e de denúncia da opressão imposta pelo patriarcado. O movimento sufragista centraliza o surgimento do feminismo liberal. A segunda fase do feminismo se consolida nas décadas de 1960 e 1970, influenciado por pensadoras feministas dos Estados Unidos e da França. Nesse momento, as feministas americanas enfatizavam a opressão masculina e a luta por igualdade, enquanto as francesas discutiam a tensão entre a igualdade e diferença e a negligência em relação à especificidade da experiência feminina (NARVAZ; KOLLER, 2006).

As propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como “o feminismo da diferença”. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649)

O pensamento pós-estruturalista influenciou feministas francesas que enfatizam a partir de 1980 a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade, discutindo a construção social das identidades de gênero. A terceira fase do feminismo desloca o campo da pesquisa sobre as mulheres e sobre os sexos para as relações de gênero e para a compreensão do gênero enquanto categoria social relacional (SCOTT *apud* NARVAZ; KOLLER, 2006). No campo teórico contemporâneo as reflexões sobre o isolamento das esferas pública e privada, o conceito de identidade, a tensão entre igualdade e diferença e o valor da autonomia centralizam a reflexão e a prática feministas. As principais reflexões sobre os conceitos e práticas que envolvem essas questões serão apresentadas a seguir.

2.1.1 A dicotomia hierarquizada das esferas pública e privada

A dicotomia entre o público e o privado se relaciona com a perspectiva universalista da esfera pública e com a constituição da noção de direitos individuais e privacidade que oculta a intrínseca relação entre essas duas esferas na conformação das identidades. O feminismo, a partir da década de 1960, agrega a discussão sobre a dicotomia entre público e privado, e inicia o questionamento em relação ao discurso da privacidade, pautando que “o pessoal é político”. O caráter patriarcal do liberalismo, materializado por meio da distinção hierárquica de público e privado, esconde a opressão sexista em uma ordem que se apresenta como universal, individualista e igualitária (PATEMAN *apud* MIGUEL; BIROLI, 2013).

A compreensão do caráter político da esfera privada é defendida por Pateman (2013) que demonstra o caráter ideológico da dicotomia imposta pelo liberalismo e enfatiza que a posição pessoal no âmbito privado se estrutura a partir de fatores públicos. O antagonismo fundamental para a autora está na relação homem/mulher e converge para a crítica da cidadania enquanto uma categoria patriarcal, que assume o masculino como pressuposto. Assim, embora nas democracias ocidentais contemporâneas as mulheres tenham conquistado a cidadania formal, esta não se efetiva porque está imersa em uma estrutura de poder hierarquizada e masculinista que desvaloriza as características e atribuições associadas às mulheres.

A reflexão sobre as esferas pública e privada influencia também o debate sobre a conformação da identidade feminina, gerando enfoques feministas que sugerem a invalidação das identidades de gênero. O feminismo na perspectiva maternalista, por exemplo, questiona a efetividade de reposicionar o sujeito feminino, personalizado e específico, em um modo universalista, abstrato e racionalizado. A adoção irrestrita da perspectiva historicamente assentada na experiência dos homens e da normativa superioridade masculina desqualifica as atividades associadas ao feminino e define a transcendência como rescisão com a identidade feminina. A perspectiva de Elshtain (2013) converge com o maternalismo ao considerar a família um pressuposto da existência social e um imperativo moral que permite a conservação da singularidade da experiência feminina em contraponto à universalidade. A autora defende a superioridade das tarefas reprodutivas que conformam uma linguagem moral que deve se estender aos homens. Assim, uma nova moralidade política para substituir o individualismo liberal deveria ser buscada na família.

A perspectiva de politizar a esfera privada tem como complemento a ideia de “personalizar” o político. Nessa chave de compreensão, reproduzir na vida pública os princípios desenvolvidos no âmbito da família seria basilar na constituição de uma sociedade desprovida de desigualdade de gênero (VARIKAS, 2013). Os princípios familiares teriam, nessa perspectiva o potencial de subverter a prerrogativa da superioridade masculina e o individualismo exacerbado. A crítica à desvalorização das atividades domésticas e de cuidado com os dependentes se contrapõe à dicotomia entre natureza e humanidade que quantifica e reduz ao *valor de troca* todas as atividades humanas.

O domínio da intimidade doméstica, entretanto se constitui como um espaço de relação de poder, muitas vezes, assimétrica. Os problemas da privacidade doméstica, de acordo com Cohen (2013), não podem ser corrigidos com mais privacidade e a negligência no debate público das questões definidas como privadas. A divisão sexual do trabalho, a responsabilização feminina pelo cuidado com os dependentes e as tarefas domésticas, assim como a violência doméstica são dissimuladas pela ideologia da privacidade. O ditado popular que afirma que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” é sintomático da ideologia da privacidade e do posicionamento do privado como apolítico. A reflexão sobre a privacidade, por outro lado tange a discussão sobre a proteção da autonomia, controle e autodefinição. O conceito legal de privacidade, para Cohen (2013) não pode ser associado de maneira simplista à preservação da violência e opressão no âmbito doméstico. Assim, embora qualquer relação íntima possa envolver exploração e opressão, o direito à privacidade individual intenciona proteger a integridade pessoal e corporal dos indivíduos.

Atrás de nós se estende o sistema patriarcal com a sua nulidade, sua imoralidade, sua hipocrisia, sua servilidade. À nossa frente se estendem a vida pública e o sistema profissional, com sua passividade, sua inveja, sua agressividade, sua cobiça. Um se fecha sobre nós como sobre as escravas de um harém, o outro nos obriga a rodopiar como larvas, cujas cabeças alcançam os pés, nos obrigando a girar em torno da árvore sagrada da propriedade. (Virginia Woolf *apud* VARIKAS, 2013, p. 177)

A dicotomia entre público e privado no espaço em seu nexos com a estrutura de opressão-exploração patriarcal tem repercussão também na percepção da escala espacial associada às mulheres e aos homens. A associação simbólica entre mulheres e o local é frequentemente utilizada como referência depreciativa para as lutas feministas, pois o local é percebido pelo pensamento hegemônico como

subsidiário em relação ao global ou universal, que relacionados ao masculino mantêm o *status* de relevância. O local associado a uma versão socialmente construída da mulher é frequentemente relacionado ao lar, que se por um lado romantiza a família e os papéis sexualizados, facilmente conecta a mulher ao privado. A casa entretanto, pode ser o lugar do conflito, assim como do trabalho ou do descanso. A mobilidade das mulheres, tanto em termos de identidade, quanto propriamente no espaço é preocupante para o olhar patriarcal e define o presumível desejo masculino de “corrigir” a mulher em uma identidade estável, o que incorre na necessidade de fixidez no espaço (MASSEY, 1994).

A mobilidade das mulheres, de fato, parecem representar uma ameaça para a ordem patriarcal. Quer seja pelo fato específico de sair para trabalhar na Inglaterra do século XIX ou a dificuldade mais geral, da qual Elizabeth Wilson faz alusão, de manter o controle das mulheres na cidade. A relação de identidade é novamente aparente. A mobilidade da identidade de Cindy Sherman é preocupante para o olhar patriarcal. O comentário de Owen sobre "o desejo masculino de corrigir a mulher em uma identidade estável e estabilizante" ('sexismo flexível') pode estar ligada em um desejo de fixar no espaço e no lugar. Uma mensagem que perturba a hierarquia de gênero pode ser – em termos de identidade e espaço – manter-se em movimento! (MASSEY, 1994, p. 11)

A associação depreciativa do feminino com a escala local está baseada principalmente na figura da mulher branca de classe média vivendo uma relação conjugal heterossexual e vivendo nos subúrbios elitizados ou nos enclaves fortificados das cidades. As lutas locais, contudo têm o potencial de definir diretrizes para a política urbana e são historicamente protagonizadas por mulheres, trabalhadoras e mães. A associação pejorativa das mulheres à escala local está embebida da perspectiva masculina universalista e abstrata, mas não tem efeito de realidade. Assim como o lar pode ser o local do conflito, o local é essencialmente político e alimenta a luta por igualdade e melhores condições de vida.

2.1.2 A construção da identidade feminina

O debate sobre a identidade feminina tensiona a relação entre igualdade e diferença, considerando que a noção de mulher, o sujeito do feminismo, se constitui a partir de relações de opressão e dominação. Na disputa teórica em relação às noções de igualdade e diferença na conformação identitária feminina uma solução foi gestada por meio da distinção entre sexo e gênero, o primeiro se referindo ao biológico, o

segundo ao cultural. O gênero para Scott (*apud* MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 28) “é o conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas”. A distinção entre sexo e gênero para as feministas influenciadas pelo “essencialismo” significou uma resposta assertiva às tentativas sistemáticas de naturalizar o comportamento de mulheres e homens e contribuiu para validar a categoria coletiva mulheres. As feministas associadas ao pós-estruturalismo, por outro lado, defendem a ruptura das identidades de gênero, e consideram que reabilitar a noção de mulher a partir da abordagem de gênero reafirma o binário sexista, e portanto, o sistema de opressão-exploração patriarcal.

A distinção entre sexo e gênero que questiona a formulação de que a biologia é o destino, segundo Butler (2008) reafirma a “naturalidade” biológica do sexo ao afirmar o gênero enquanto culturalmente construído, sustentando a hierarquia sexista e a heterossexualidade compulsória. Nessa perspectiva o gênero seria uma espécie de imitação consistente que passa como real. A “mulher” situa-se num campo extenso de diferenças que não pode ser contido ou universalizado numa categoria descritiva e identitária (BUTLER 1998). Assim, a noção de mulher enquanto sujeito do feminismo também é questionada, pois baseia sua inteligibilidade e emancipação nas mesmas estruturas e categorias da opressão.

As aspas mostram que eles estão sob crítica, disponíveis para iniciar a disputa, questionar sua disposição tradicional, e pedir por algum outro termo. As aspas não põem em questão a urgência ou credibilidade de sexo ou violência enquanto questões políticas, mas antes mostram que o modo como a materialidade deles é circunscrita é totalmente político. O efeito das aspas é desnaturalizar os termos, designar esses signos como lugares de debate político. (BUTLER, 1998, p. 28)

As análises de Foucault, embora não tenham abordado de maneira específica a questão de gênero se relacionam em muitos pontos com a crítica feminista, influenciando abordagens como a de Heleieth Saffioti e Judith Butler. A interpretação das relações que compreendem o poder e o saber na conformação das identidades em seu nexos com a sexualidade demonstra complexidade do debate sobre identidade e o sujeito do feminismo. A noção de poder, para Foucault, é uma ferramenta de análise que contribui para a compreensão da produção dos saberes; não possuindo em si materialidade ou universalidade, permite observar, a partir de formas heterogêneas e em modificação constante, a rede de produção de saber e de discurso. Nesse sentido, o poder “forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-

lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2012b, p. 45).

O poder é positivo e produtivo; seu objetivo básico é gerir a vida dos indivíduos, controlar as ações, maximizar seu aproveitamento. O sistema capitalista para Foucault (2012a) não se manteria se baseado exclusivamente na repressão e cerceamento. As relações de poder/saber são produtoras de individualidade. Um dos mecanismos da produção da individualidade, e talvez o mais basilar, é a sexualidade, que atua na conformação da inteligibilidade do indivíduo e das identidades, além de regular por meio da “biopolítica da população”, o corpo social também em sua dimensão reprodutiva:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (FOUCAULT, 2012b, p. 144)

A dicotomia entre público e privado e as posições sociais sexualizadas se vinculam à uma “economia política da população” que transforma o “comportamento sexual dos casais, numa conduta econômica e política deliberada”, incorporada e gerida pelo Estado (FOUCAULT, 2012a, p. 31). O caráter público e político da família é explicitado quando há interesse político e econômico em questões como o controle de natalidade, enquanto as questões relacionadas às desigualdades de gênero como a privatização do cuidado e a responsabilização da mulher são mantidas no contexto privatista e apolítico. A “mulher”, com toda a sua especificidade e atribuições, é conformada pelo mecanismo da sexualidade. Este não destrói o indivíduo, pelo contrário, o constrói; reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados. O corpo sexualizado é a base sobre a qual se institui os papéis culturais e as expectativas de comportamento, considerando que sexualidade e poder são coextensivos (FOUCAULT, 2012b).

A luta por igualdade diante do sistema de opressão-exploração patriarcal e sexista é constantemente direcionada à inserção em uma universalidade embebida do masculino e atrelada às relações de dominação, que desvaloriza a ética do cuidado e as atividades relacionadas às mulheres. A tensão entre a valorização da diferença e a luta pela igualdade de gênero deve considerar, por um lado, que a igualdade não se efetiva se inserida num sistema patriarcal de dominação, e por outro, que as

diferenças se refletem em desigualdades econômicas e políticas e que, portanto, não podem ser consideradas irrestritamente como relativas ou positivas (MIGUEL; BIROLI, 2013).

A questão da identidade também permeia a crítica sobre a hegemonia de uma perspectiva elitizada da categoria mulher, isto é, a abstração do termo não permite a observação da heterogeneidade das posições sociais ocupadas por mulheres de classe e raça/etnia diferentes. As experiências sociais e o conhecimento sobre o mundo social das mulheres somente elas mesmas têm condição de expressar, pois as identidades não são fixas nem condicionadas exclusivamente pelas relações de gênero. A “perspectiva social” proposta por Young (*apud* MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 30) defende que “as experiências sociais essencialmente femininas não geram uma ‘identidade’, nem levam necessariamente a um entendimento similar dos próprios interesses”. A afirmação é relevante se considerada a partir de uma experiência social individualizada. As experiências sociais consideradas essencialmente femininas, contudo têm o potencial de gerar identidade se construídas coletivamente e isso é possível a partir da politização das relações de gênero no debate público.

A crítica ao universalismo e ao racionalismo, segundo Mouffe (2013) norteia as principais correntes da filosofia do século XX e está presente tanto nas análises feministas consideradas “essencialistas”, quanto em abordagens definidas como pós-estruturalistas ou “antiessencialistas”. O pós-estruturalismo para a autora contribui na concepção de uma política feminista baseada em um projeto democrático radical, pois embora o “essencialismo” não seja análogo necessariamente às formulações conservadoras, a perspectiva sobre identidade adotada não acorda com uma visão de cidadania que possibilite a radicalização da democracia. No feminismo associado ao “essencialismo”, a desconstrução da categoria do sujeito feminino inviabiliza a ação política feminista, Mouffe (2013), por outro lado, defende que descartar a identidade essencialista de mulher é condicionante para a compreensão da heterogeneidade das posições sociais que os princípios de liberdade e igualdade devem compreender. Uma proposta alternativa que contempla tanto a necessidade da identidade coletiva quanto do reconhecimento das diferenças é proposta por Spivak (*apud* MIGUEL; BIROLI, 2013) com o “essencialismo estratégico”, que compreende a vinculação da reflexão feminista pós-estruturalista e a necessidade de grupos coesos, apesar das diferenças identitárias.

A sexualidade é um elemento central da análise feminista da constituição da identidade. O processo social que organiza, expressa e define o desejo, isto é, o desejo assumido como natural ou parte da essência humana, de acordo com Mackinnon (2013) é configurado em relações sociais hierárquicas, que no contexto da hegemonia masculina erotiza e objetifica a mulher como um ato de controle. A questão de gênero, portanto se relaciona com dominação e não com diferença, pois a subordinação feminina é uma condição política que se relaciona com a objetificação da sexualidade instituída pelo sistema de opressão-exploração patriarcal e sexista. A subordinação da mulher ou a dominação do homem não são dados naturais, pois a dicotomia é socialmente produzida pelas representações hegemônicas e opressivas da sexualidade.

2.1.3 A tensão entre igualdade e diferença

A heterogeneidade das posições sociais demonstra que um indivíduo não pode ser significado exclusivamente por uma identidade descomplexificada. De acordo com Phillips (2013, p. 291), “ninguém é ‘simplesmente’ um trabalhador, uma mulher, um negro. A noção de que nossa política pode simplesmente refletir uma de nossas identidades parece implausível ao extremo”. A democracia liberal se fundamenta em uma noção de indivíduo, e conseqüentemente, individualismo e meritocracia, cuja concepção ignora as diferenças visto que a igualdade é juridicamente garantida e, portanto, as oportunidades deveriam ser *a priori* idênticas. A prerrogativa do indivíduo neutraliza a tensão entre igualdade e diferença, legitimando um discurso simplista de anti discriminação focada no indivíduo que desconsidera que a estrutura hierarquizada da sociedade define grupos, e conseqüentemente, interesses de grupos. O hiato entre a igualdade presumida pelo liberalismo e a necessidade de ações afirmativas que reconheçam os grupos oprimidos, para Phillips (2013), demonstra a contradição entre a igualdade formal e a substantiva.

As múltiplas identidades que compõem a posição social dos indivíduos potencializam a identificação de grupos, que devem ser priorizados em relação ao indivíduo, considerando a garantia de representação proporcional, cujo intuito deve ser certificar a isonomia nas relações de poder. A luta por reconhecimento, baseada na afirmação das identidades e legitimação de diferenças, segundo Fraser (2006) parece suplantat atualmente a luta por redistribuição socioeconômica, mobilização

política motivada pelos interesses de classe. A necessidade do reconhecimento das diferenças está imersa em processos sociais e econômicos extremamente desiguais. Nesse sentido, é preciso relacionar de maneira coerente a “política cultural da identidade” e a “política social da igualdade”. A “injustiça econômica” e a “injustiça cultural” estão imbricadas e não podem ser equacionadas separadamente.

A sistematização de um conceito de justiça deve, portanto agregar redistribuição e reconhecimento¹, compreendendo tanto a equivalência entre as demandas de igualdade e diferença, quanto a necessidade de minoração das desigualdades materiais. A recusa ao universalismo masculino contribui para a discussão de justiça social efetiva e extrapola o paradigma da justiça liberal. O padrão distributivo e anti discriminatório moderado pela noção de um indivíduo com identidade definida e legitimada da justiça liberal ignora o acúmulo das características de identidade oprimida e classe explorada, que “oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura” (FRASER, 2006, p. 233).

As ações de reconhecimento intencionam agregar grupos historicamente oprimidos e em situação de desigualdade social. A divergência sobre a identidade e o sujeito do feminismo não tem equalizado a real necessidade de ação política no que tange as desigualdades de gênero. A perspectiva classista de Saffioti (2014) dialoga com a persistente lacuna entre redistribuição e reconhecimento. A autora atribui às categorias de sexo propriedades intrínsecas que se relacionam com a posição e estruturação nas sociedades competitivas, se afastando do pensamento analógico que atribui às desigualdades de gênero características semelhantes às desigualdades sociais. Além disso, considera que a produção social da hierarquização dos sexos por meio do sistema de opressão-exploração patriarcal é requisito estrutural e funcional do sistema de produção capitalista.

A submissão feminina para Saffioti (2014) está associada com a incapacidade do sistema produtivo dominante de absorver a mão-de-obra feminina, já que estruturado na manutenção de um exército industrial de reserva. Nesse sentido, o capitalismo promove um acúmulo de desvantagens, tanto no plano simbólico,

¹ A proposição de Fraser foi criticada por incorrer na simplificação da relação entre cultura e economia. Para maiores informações sobre o debate ver: YOUNG, Iris Marion. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. Trad.: André Villa Lobos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2. Brasília, jul-dez, 2009. (p. 193-214)

mediante a subvalorização feminina, quanto no plano material, por meio da efetivação de uma inserção flexibilizada e precarizada com o sistema produtivo. Embora as desigualdades de gênero não sejam prerrogativa exclusiva do sistema capitalista, este opera no aprofundamento das desigualdades pois despoja a força de trabalho, especialmente a feminina.

2.1.4 O valor da autonomia

A autonomia se relaciona à autodeterminação e à possibilidade de acesso aos recursos e geração de renda. A posição social determinada pelo acúmulo de desvantagens relacionado à classe, gênero e raça/etnia se confronta cotidianamente com obstáculos à autonomia. A realidade desigual constrange o caráter voluntário das escolhas individuais enfatizado pelo pensamento liberal, pois em situação de desvantagem não há escolha. Os padrões e hierarquias que estruturam uma sociedade fundada no sistema de opressão-exploração patriarcal e sexista definem os limites da autonomia feminina.

A crítica feminista permeia os impedimentos à autonomia, ativos mesmo na ausência de poder coercitivo ou violento, considerando as relações de poder cotidianas e a tensão entre direitos formais e direitos efetivos, elementos que determinam a possibilidade da autonomia. O debate sobre autonomia relacionada à opressão sexista permeia a dicotomia entre público e privado e permite uma reflexão sobre a interpretação que a sociedade está disposta a realizar sobre as desigualdades de gênero. O feminismo em diferentes abordagens mobiliza “demandas por condições nas quais a igualdade seja efetiva e as diferenças sejam reconhecidas, mas não hierarquizadas” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 39). A associação das questões de gênero e opressão sexista ao domínio do privado e da intimidade determina que sejam majoritariamente interpretadas como apolíticas, pois “se gênero é uma categoria social, gênero é o que quer que ele signifique socialmente” (MACKINNON, 2013, p. 242).

O valor da autonomia é basilar para o feminismo em diversas abordagens, que se por um lado, reafirma a necessidade de autonomia, também questiona os pressupostos do liberalismo. No pensamento liberal, o sujeito é abstrato e está desconectado das interações e relações de poder que definem sua posição social e sua possibilidade de efetivar no cotidiano os direitos formais garantidos por lei. O

isolamento da política na vida cotidiana demonstra os limites da democracia liberal, pois embora, lutas por igualdade tenham sido travadas e a extensão gradual de direitos formais tenha se efetivado, há grande lacuna entre a garantia jurídica de direitos e a consolidação destes no cotidiano.

A oposição entre autonomia e coerção, segundo Biroli (2013) é insuficiente para a apreensão das formas mais sutis e difusas, mas não menos violentas, de negação à autodeterminação e à autonomia. O impedimento à autonomia em seu nexo com as desigualdades de gênero está imbricado pela responsabilização da mulher pelo cuidado com os mais vulneráveis e a flexibilização e precarização do trabalho feminino. A autonomia no liberalismo é definida “como ideal moral, político e social, oposto respectivamente à autoridade e à tradição, ao paternalismo e ao perfeccionismo e, por fim, às pressões, influências e distorções por parte de outros agentes e de crenças e opiniões majoritárias” (BIROLI, 2013, p. 24). Entretanto, os limites da efetivação da autonomia estão justamente coagidos pela autoridade e tradição.

A teoria crítica feminista apresenta pontos de divergência em relação às formas de ação política e de interpretação da desigualdade entre mulheres e homens. Os pontos centrais da crítica, contudo convergem no sentido de demonstrar a complexidade da conformação das identidades, considerando a sobreposição dos distintivos de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade, tanto em seu nexo com a opressão e desigualdade, quanto em relação ao potencial da autonomia. Uma visão descomplexificada da efetivação de direitos e possibilidade de autonomia dissimula a opressão cotidiana imbricada em relações de autoridade e tradição. A posição social implicada por gênero, classe e raça/etnia determina possibilidades diferenciadas de autodeterminação e autonomia, expondo a complexidade da desigualdade inerente ao sistema de opressão-exploração patriarcal, sexista e racista.

2.2 A posição da mulher na formação social do Brasil

A teoria crítica feminista apresenta as noções que fundamentam a compreensão das desigualdades de gênero na sociedade. O intuito aqui é aprofundar alguns conceitos pertinentes às particularidades da formação social do Brasil no que tange a estrutura de opressão-exploração patriarcal e a assimetria entre os sexos. O conceito de gênero, objeto de controvérsia entre diferentes abordagens feministas, extrapola a questão da conformação da identidade feminina.

A noção de gênero, de acordo com Saffioti (2011) não está restrita a uma categoria de análise, mas conforma também uma categoria histórica, que representa a construção social do masculino e do feminino. O gênero pode ainda ser interpretado a partir do vetor exploração-dominação, como identidade subjetiva sexualizada e como constituinte de relações assimétricas no espaço-tempo. A categoria gênero é utilizada no campo da sociologia e antropologia desde a década de 1960 nos Estados Unidos, enquanto na França, a análise estava fundada na ideia de diferenças sexuais devido a influência de Lévi-Strauss. A “teoria do gênero” se inaugura no encontro entre a tradição antropológica americana e do estruturalismo francês².

O conceito de gênero, apesar de relativamente recente na perspectiva do liberalismo, já está fixado e, de maneira geral, se restringe ao domínio do privado e do indivíduo, não se constituindo de maneira efetiva como político dado a separação dicotômica entre público e privado. Em geral, a discussão de gênero não se enuncia, não existe debate público e amplo, o que incorre na naturalização do conceito originado justamente para demonstrar que as diferenças entre mulheres e homens são socialmente construídas. Essa realidade tem se transformado recentemente com a visibilização na opinião pública principalmente das questões reprodutivas e de violência contra a mulher. Não há como negar avanços na consciência coletiva em relação as desigualdades de gênero, mas também não é possível ignorar a dissimulação permanente de temas relacionados ao sistema de opressão-exploração patriarcal para a população em geral. Nesse sentido, é sintomático o deslocamento da discussão para o sentido de “empoderar” a mulher enquanto indivíduo, perspectiva que oculta as relações sociais hierarquizadas e as permanências da autoridade e da tradição.

² Entrevista com Judith Butler, disponível em: <http://www.geledes.org.br/entrevista-judith-butler-em-portugues/#axzz3Q3OcQRae>

O deslocamento político da categoria gênero para o domínio do indivíduo denota a pouca compreensão da desigualdade vivenciada cotidianamente. As permanências da autoridade masculina e tradição embebida de patriarcalismo são minimizadas nos discursos sobre igualdade, inclusão e empoderamento. A perspectiva sexista não enunciada, contudo produz e reproduz o *habitus*³ que envolve as posições sociais constituídas a partir da hierarquização sexista, reafirmando as assimetrias, que se traduzem em formas mais ou menos violentas de coação.

O conceito de gênero não define necessariamente a desigualdade entre mulheres e homens, nem apresenta um recorte espaço-temporal definido, sendo, entretanto, frequentemente, associado a tudo que se refere à mulher. Há, portanto certa abstração na categoria de análise gênero, embora permaneça válida para a discussão de conformação de identidades no sistema de opressão-exploração patriarcal sexista. O questionamento de Butler (2008, p. 10): “seria o feminino o único ‘sexo’ representado numa linguagem que funde o feminino e sexual?”, sugere que embora, gênero e sexo se distingam enquanto categorias de análise, a conformação das posições sociais sexualizadas está vinculada à “biologização do social”⁴ operando na legitimação da desigualdade de gênero (BOURDIEU, 2010).

A formação social do Brasil motiva a análise do conceito de patriarcado, que para Saffioti (2011, p. 44), “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” que, apesar de ter um recorte espaço-temporal definido, está em permanente transformação. Há controvérsias em relação à utilização de patriarcado como categoria de análise pois estaria vinculada a um período histórico específico. A perspectiva que contesta o patriarcado por meio da argumentação de sua finitude no espaço e no tempo, para Saffioti são análises baseadas no esquema patriarcal de pensamento. Assim, “colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” (Id., p. 56).

O controle da sexualidade feminina é um dos elementos basilares do patriarcado, o que converge com o imaginário da formação social brasileira. A imagem

³ O *Habitus* é uma categoria analítica concebida por Bourdieu como a interseção/mediação entre o "corpo socializado e os campos sociais", sendo o resultado de experiência biográfica. Ver: BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 10ª ed., 1997. (p.159-175)

⁴ A “biologização do social” para Bourdieu (2010) consiste em um processo que transforma a história em natureza e o arbitrário cultural em natural. Ver: BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad.: Maria Helena Kühner. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

tanto da “mulher promíscua”, representada pela mulher negra ou índia, utilizada para fins de procriação e colonização, e por outro lado da “mulher submissa”, representada pela mulher branca e frágil, fixada na família patriarcal são exemplares do sistema de opressão-exploração patriarcal. Objetificação e exploração por um lado, opressão e responsabilização pelas tarefas reprodutivas por outro.

Além do que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos "caraíbas" gulosos de mulher. Em oposição à lenda da moura-encantada, mas sem alcançar nunca o mesmo prestígio. (FREYRE, 2003, p. 71)

Na conceituação discursiva do patriarcado, segundo Butler (2008), a relação entre feminino e masculino é representada numa “economia significante” em que o masculino constitui tanto o significante, quanto o significado. A inteligibilidade do sujeito é constituída pelo poder e se concebe a partir de exclusões que constituem o domínio do outro, do sujeito ininteligível e, portanto desautorizado. A diferença sexual biológica se transfigura em diferença política hierarquizada, exprimindo a partir das posições sociais sexualizadas, liberdade ou sujeição. O patriarcado posiciona as relações entre mulheres e homens no domínio privado, de maneira que, enquanto forma de expressão do poder político, ele próprio perde o sentido de público. O exercício do poder se efetiva por meio do arbitrário legitimado porque ignorado⁵. Sendo o poder ubíquo, é preciso apreendê-lo onde ele é menos visível, mais ignorado, portanto mais reconhecido (BOURDIEU, 2011). As características peculiares que definem a forma como cada sociedade vai ordenar suas relações de poder determinam como essas relações vão se projetar na vida cotidiana.

A noção de patriarcalismo apresentada em *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre é fixada como um paradigma para a compreensão da sociedade escravocrata do Brasil pré-urbano-industrial⁶. O patriarcado não constitui um caminho unilateral da formação social do Brasil, mas pensando que há impossibilidade de um agora que não esteja imbricado no passado, cabe questionar a potência de tal noção na

⁵ O poder simbólico, para Bourdieu, é invisível e exercido somente com a ignorância cúmplice, tanto dos que estão sujeitos a esse poder quanto aos que o exercem, sendo, portanto possibilitado por meio da construção de um consenso, e consequentemente, de um consentimento. O consentimento do oprimido da violência da qual é alvo, contudo é questionável. Há sim ignorância na legitimação do poder mas isso não configura consentimento.

⁶ As críticas contemporâneas atestam que a história contada por Freyre se restringe à perspectiva do senhor branco.

compreensão da sociedade brasileira contemporânea. A base societária do patriarcalismo, descrito por Freyre (2003) é a agricultura, e sua estrutura condicionada pela estabilidade da família patriarcal, pela regularidade do trabalho escravo e a “miscibilidade” do colonizador português. A família patriarcal é apresentada como um parâmetro, que delinea, tanto as relações entre brancos e negros, quanto à posição da mulher na hierarquia social sob a égide do senhor branco proprietário e chefe de família (VIDAL E SOUZA; BOTELHO, 2001).

Enquanto contexto social de uma constituição familiar específica no espaço-tempo, o patriarcado é limitado, enquanto expressão de um poder político hegemônico se efetiva permanentemente e envolve não somente a desigualdade de gênero, mas engendra a sobreposição de outras dicotomias hierarquizadas: poder/submissão, branco/negro, senhor/escravo. O status de inferioridade nessas categorias para Corrêa (1981) é contextual e estratégica, pois se vincula a interesses políticos conjunturais, ou seja, conforme as conveniências poderiam inclusive deixar de vigorar. O patriarcalismo, enquanto definição de uma composição familiar e das relações de poder no Brasil, teve sua origem e fundamentação estabelecida, de acordo com Albuquerque (*apud* REIS, 2011, p. 6), “como uma reação do ‘discurso tradicionalista’ ao processo que o identificava como ‘feminização da sociedade’, no início do século”, num momento em que as mulheres passaram a ocupar espaços antes exclusivamente masculinos.

O essencial nessa perspectiva é compreender a família, na formação social do Brasil, como *locus* do poder, o que segundo Corrêa (1981) pode significar uma estratégia de implantação de uma moral e uma ordem que potencialize o casamento enquanto instituição simbólica. A família, contudo estabelece uma condição de perenidade justamente por ser flexível às transformações estruturais e superestruturais da sociedade. A inconstância e mutabilidade da concepção de família na sociedade, “do que constitui uma família adequada e quais seriam as relações familiares convenientes”, segundo Moraes (2011, p. 421) é o que propicia a hegemonia do casamento como uma instituição “forte e simbolicamente rica” e a família como instrumento de poder.

A noção de “família conjugal moderna” é tipicamente urbana, constituída por casal e filhos, e tem como motivação, não mais a manutenção de uma propriedade comum ou os interesses políticos de um grupo como na “família patriarcal”, mas a satisfação afetiva e sexual. A família conjugal, assim como sua antecessora, a família

patriarcal tem um recorte de classe definido, isto é, exprime as relações das classes dominantes. A constituição da família trabalhadora para Francisco de Oliveira (1976, p. 12), é “ao contrário do que pode ser verdadeiro para outras classes, não a maneira de perpetuar a espécie, mas uma forma de defesa”. As relações familiares da classe trabalhadora, nessa perspectiva constituiria uma estratégia de mulheres e homens para minimizar os efeitos da exploração capitalista por meio da secular divisão sexual do trabalho. Nesse arranjo presumidamente consensual, aos homens compete vender sua força de trabalho para conformação de valor de troca, e às mulheres cabe a produção de “valores de uso doméstico”; o que permite a diminuição do custo da reprodução das relações de produção.

Isto deveria servir para recolocar, sob certos aspectos, a questão da emancipação feminina. O argumento frequentemente esgrimido de que o casamento é uma forma de exploração da mulher pelo homem na família operária, transfere para o vendedor mais comum da força de trabalho no casal, um atributo de exploração que é do capital. (OLIVEIRA, 1976, p. 24)

A “família nuclear moderna”, para Rago (1985, p. 75), se institui como uma ferramenta disciplinar que fixou o trabalhador a partir das noções de lar e intimidade. A construção dessa nova moral familiar tem como apoio para sua legitimação, a criação da “nova mãe” e da infância, em uma conjuntura social e econômica de ampliação da mão-de-obra feminina e infantil nas fábricas. Nessa estrutura social a “casa” é nuclear, pois define a conduta da futura força de trabalho do país, tendo como esteio a figura da “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, refletindo uma “enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação”.

A relação conjugal na classe trabalhadora como uma estratégia de minoração da exploração, defendida por Francisco de Oliveira, interpreta a divisão sexual do trabalho como opção consentida e racional da mulher, e conseqüentemente, dissimula o sistema de opressão-exploração patriarcal. O caráter estratégico da conjugalidade, que extrapola o âmbito da unidade familiar e do consentimento, exposta por Margareth Rago, por outro lado, posiciona a família como *lócus* do exercício do poder e do controle e reafirma a divisão sexual do trabalho como fundamento da manutenção do *status quo*.

A historicidade da opressão sexista determina um constructo social, que, apesar de validado por atributos sexualizados dos indivíduos, demonstra que “não há realidade pré-discursiva, não há lugar anterior à lei que esteja disponível e possa ser

recuperado [...] e não há feminino fora da linguagem” (BUTLER, 2008, p. 88). A família, portanto seria ferramenta para o exercício do poder, seja legitimando o casamento por meio da noção de uma conjugalidade romântica, seja na forma de uma cumplicidade que pressupõe consentimento, seja na complexidade das relações de produção capitalista no momento de imposição de um modo de vida “adequado” para os trabalhadores. Em todos os casos, a divisão sexual do trabalho é pressuposto, o que significa a vinculação da mulher ao domínio do privado, a legitimação da desigualdade de gênero, e conseqüentemente, a fixação da questão de gênero enquanto privada, e portanto, apolítica.

A responsabilidade coletiva pública não efetivada demanda que a proteção social seja transmitida para as famílias e as organizações da sociedade civil, “de certo modo, a sociedade é a provedora – incluindo-se as famílias – e não o Estado” (MARIANO, 2009, p. 122). A família é vetor de uma economia política da população. Assim, mesmo vinculada ao domínio do privado, tem relação direta com o público. Ao legitimar preliminarmente a divisão sexual do trabalho, a família pode atuar como agente de reprodução da desigualdade de gênero, ao ser posicionada como unidade mantenedora da estrutura social possibilita a desresponsabilização do Estado em relação às questões reprodutivas.

A apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher apresenta um duplo caráter, pois se efetua no âmbito privado com a “produção do viver”, mas também na esfera pública, que responsabiliza a mulher pela integralidade da reprodução da vida a partir da noção de “familismo”. A arbitrariedade da divisão sexual reverbera nos princípios de divisão de toda estrutura social. O patriarcalismo como ordem familiar extensa e rural descrita por Gilberto Freyre, portanto declina com o processo de industrialização e urbanização, sendo substituída, segundo Corrêa (1981), pela “família conjugal moderna”. O patriarcado enquanto expressão de um poder político hegemônico que determina o que Saffioti (2011) designa como regime de dominação-exploração, tem vigorado independente da composição familiar e com um recorte extenso espaço-temporal.

As oposições entre interior e exterior, passividade e atividade, emotividade e racionalidade tem embasado o discurso que objetifica o corpo feminino e identifica a mulher com o sexo, fundindo a categoria mulher com as características determinadas pela sexualização de seus corpos. O sistema de opressão exploração patriarcal determina para a mulher uma posição social permanentemente vinculada à disciplina

do corpo exposto à objetivação. As normas que regem o comportamento feminino foram certamente flexibilizadas, muito em decorrência da atuação do movimento feminista, contudo, o corpo da mulher é constantemente representado, por exemplo, na publicidade, de forma objetificada e relacionada à atração sexual e à sedução.

A libertação feminina é incompleta porque ainda imbricada com a representação da mulher na sociedade, que se por um lado, permite corpos nus durante festividades e, principalmente se houver interesse comercial envolvido, no cotidiano atua com uma perspectiva masculinista, moralista e conservadora. A posição da mulher da estrutura social está delimitada pela interpretação social da “mulher”. As mesmas estruturas de dominação que definem como “ato obsceno” a prática de topless, oferecem liberdade de escolha em relação à vestimenta, mas justificam coerção sexual de acordo com a roupa que a mulher usa; permitem que a mulher frequente locais públicos e consuma bebidas alcoólicas, mas relativiza um estupro caso seja constatada embriaguez da mulher⁷.

[...] perguntar pelo lugar que temos ocupado na Casa-Grande-e-Senzala, por mais modernizada que esteja, num país onde continuamente se reafirma a força da sexualidade como traço característico da identidade e que, cada vez mais, valoriza o padrão *tchan* de comunicação ou sedução. Se a entrada das mulheres no mundo público transforma-o positivamente, forçando a incorporação das demandas feministas na agenda pública, dos assuntos de mulher na academia ou no congresso, não devemos perder de vista a forte permanência das estruturas de dominação e das desigualdades sociais e sexuais até o presente. (RAGO, 1998, p. 424)

Se a objetificação do corpo feminino incorre na conformação de diferentes *habitus* para mulheres e homens, é necessário considerar que em relações de dominação, a hierarquia é presumida. O feminino, externo às normas universalizadas que constituem a condição de sujeito, se torna inflexivelmente particular e corporificado, estando fixado ao domínio da imanência. O sujeito sempre presumivelmente masculino, cuja universalidade consiste justamente na recusa à corporificação socialmente estabelecida, por outro lado se posiciona continuamente no domínio da transcendência. A posição social da mulher conformada a partir de categorias dicotômicas e hierárquicas repercute na vida cotidiana de forma aguda em diversas questões.

⁷ Mais informações sobre estupro ver: BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 106)

O trabalho de transformação dos corpos, ao mesmo tempo sexualmente diferenciado e sexualmente diferenciador, que se realiza em parte através dos efeitos de sugestão mimética, em parte através de injunções explícitas, e em parte, enfim, através de toda a construção simbólica da visão do copo biológico produz *habitus* automaticamente diferenciados e diferenciadores. (BOURDIEU, 2010, p. 70)

A noção de divisão sexual do trabalho pode apresentar dois diferentes sentidos. O primeiro corresponde à análise da disposição diferenciada de mulheres e homens, não somente no mercado de trabalho de maneira geral, mas também nas diferentes profissões, cargos, carga horária e distribuição espacial. O segundo consiste no exame dessa disposição diferenciada em relação à divisão desigual do trabalho referente às atividades domésticas e ao cuidado com os dependentes, afirmando o caráter sistemático das desigualdades engendradas pelas "relações sociais de sexo" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598). A noção de divisão do trabalho, portanto, extrapola a evidência da desigualdade de gênero, e questiona o trabalho enquanto conceito e prática economicista, pois tensiona o antagonismo entre trabalho profissional, considerado produtivo, e trabalho doméstico, considerado reprodutivo, além de redefinir o trabalho, ao retirar a centralidade da valorização do capital a partir do conceito de "produção do viver".

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação o pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

A articulação crítica entre as esferas de trabalho profissional e doméstico, que definiu inicialmente o conceito de divisão sexual do trabalho, entretanto perdeu seu caráter subversivo. O questionamento sobre a sociedade salarial foi substituído por uma abordagem que posiciona o trabalho doméstico como um complemento do trabalho assalariado, e conseqüentemente, o trabalho feminino como subsidiário, por meio de termos como "dupla jornada", "acúmulo" ou "conciliação de tarefas" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A divisão sexual do trabalho se caracteriza pela precarização e flexibilização, direcionando as mulheres para trabalhos em período parcial, com remuneração inferior e vinculados às tarefas domésticas e de cuidado com os dependentes, em geral socialmente desprestigiadas. Assim, se por outro lado, observa-se um aumento de mulheres em profissões de nível superior, por outro, a precarização do trabalho de grande parte das mulheres trabalhadoras é substancial e contínua.

Além disso, as mulheres que acessam cargos de nível superior demandam o trabalho doméstico de outras mulheres para conseguir conciliar o seu exercício profissional. A divisão social do trabalho no sistema de opressão-exploração patriarcal ignora o trabalho doméstico e privatiza o cuidado com os dependentes, o que permeia toda a sociedade, mas se apresenta de forma mais aguda para as mulheres pobres. As mulheres pobres vivendo em distantes periferias, sem alternativas, se responsabilizam pelo cuidado com os dependentes e as tarefas domésticas no seu núcleo familiar e exteriorizam essas atividades, por meio de relações de trabalho precarizadas e mal remuneradas para outros núcleos familiares. A insuficiência e debilidade da rede de Educação Infantil pública agrava esse processo. As mulheres que exercem atividades remunerada relacionada ao cuidado e socialização das crianças em outros núcleos familiares, em geral, não têm quem se responsabilize pelo cuidado e socialização dos imaturos de seu círculo familiar, o que determina um processo de acúmulo de vulnerabilidades.

A gradativa transformação da estrutura econômica do Brasil, para Saffioti (*apud* BRUMER, 1988) determinou a concentração das mulheres em determinadas áreas de atuação profissional. No final do século XIX, as atividades econômicas eram predominantemente conexas à agricultura e pecuária, e as mulheres representavam quase metade da população economicamente ativa. Nas primeiras duas décadas do século XX verificou-se um decréscimo substancial da participação das mulheres na população economicamente ativa, totalizando apenas 15,3%. O decréscimo da participação feminina na população economicamente ativa nesse período é atribuído pela autora, pela consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, que por motivos estruturais não absorveu significativamente a mão-de-obra feminina.

A taxa de participação feminina no mercado de trabalho se manteve reduzida até a década de 1970, quando impulsionada pela maturação do processo de industrialização capitalista se expandiu significativamente. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, contudo foi direcionada predominantemente para o setor de

serviços e principalmente para o trabalho doméstico (SAFFIOTI, 2011). O percentual de mulheres economicamente ativas atingiu em 1980 aproximadamente 1/3 da população feminina.

O trabalho relacionado à “produção do viver” está imbricado ao modo de produção capitalista e submetido à 'lógica do capital'. A divisão sexual do trabalho, portanto tem na força de trabalho feminina, um “exército de reserva”, sendo a subordinação das mulheres funcional ao capitalismo. No sistema de opressão-exploração patriarcal a presença ou a ausência das mulheres no mercado de trabalho está atrelado ao controle da força de trabalho feminino pelos homens. O “exército industrial de reserva” afeta o conjunto da classe trabalhadora, mantendo o rebaixamento da remuneração, por meio do maior rebaixamento salarial das mulheres, que ingressaram de forma mais substantiva no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970 (VELEDA DA SILVA, 2013).

As mulheres atualmente são a minoria da população ocupada no Brasil, representando, segundo dados do IBGE (2012), 45,4% da população economicamente ativa. Sendo ainda presença majoritária na população desocupada, o contingente feminino na inatividade chega 11,5 milhões de pessoas. Nas atividades, onde historicamente há predomínio de mulheres, como nos serviços domésticos, praticamente não ocorreram alterações nos últimos anos, isto é, as mulheres permanecem exercendo atividades de baixa qualificação e remuneração. A proporção de homens trabalhando com carteira assinada no setor privado é de 59,6%, enquanto de mulheres é de 40,4%. Assim, o crescimento de participação feminina no mercado de trabalho mais significativo foi observado no emprego informal e desprovido de direitos trabalhistas no setor privado.

O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 correspondeu a 72,3% do que recebiam os homens⁸. O aumento significativo do percentual de mulheres na população economicamente ativa nos últimos anos, portanto está acompanhado da precariedade e flexibilidade que ainda definem o trabalho feminino no Brasil.

⁸ Para mais informações ver: IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego. Mulher no mercado de trabalho:** perguntas e respostas, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acesso em: 08/10/2013

A desigualdade no mundo do trabalho tem sexo, cor e localização. São as mulheres negras das regiões metropolitanas que contam com o maior percentual de desocupados (15,5 %), fato que repercute diretamente na remuneração e no orçamento familiar. O elo entre patriarcado / racismo / capitalismo se consubstancia no espaço relacional. (VELEDA DA SILVA, 2013, p. 111)

O acúmulo de vulnerabilidades determinado pela objetificação do corpo feminino, pela divisão sexual do trabalho e pela responsabilização na “produção do viver” determinam o fenômeno da feminização da pobreza no sistema opressão-exploração patriarcal. A ampliação do percentual de famílias chefiadas por mulheres originou inicialmente a proposição de que os núcleos familiares monoparentais femininos tenderiam ao empobrecimento, simplesmente pela ausência do homem. A ausência de cônjuge pode determinar maior empobrecimento familiar, contudo, não pelo imperativo da presença masculina em si, mas porque a razão de dependência⁹ do núcleo familiar tende a aumentar quanto menor for o número de pessoas contribuindo com a renda familiar. Além disso, segundo estudo da Fundação João Pinheiro, as famílias chefiadas por mulheres, mesmo com renda em média 16% menor do que as famílias conjugais, apresentam gastos domiciliares 18% maiores (TAKAHASHI; BOTTREL, 2012). A ausência de cônjuge, portanto não se traduz automaticamente no agravamento das condições de rendimento nas famílias sob chefia feminina. A assimetria no acesso ao mercado de trabalho e os aspectos sobre as condições de saúde e reprodução delineiam o fenômeno da pobreza feminina, mas não o compreendem em sua totalidade.

A autonomia no sistema de opressão-exploração patriarcal, imbricada pelos fatores de vulnerabilidade feminina, portanto tensiona a relação entre a garantia dos direitos formais e os direitos substantivos que definem as relações concretas na sociedade. O Código Civil de 1916¹⁰ posicionou o homem como chefe da família, o que compreende a administração dos bens, o direito de fixar residência e a manutenção material da família. Enquanto à mulher cabia a função de “companheira, consorte e colaboradora” do chefe da família, “cumprindo-lhe velar pela direção

⁹ Razão de dependência é o conceito utilizado pelo IBGE para mensurar o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade), determinando a relação entre as pessoas em idade ativa e os dependentes. O cálculo é realizado por meio da fórmula $(\text{Pop}0-14 \text{ ou } \text{Pop}65+ / \text{Pop}15-64) * 100$, isto é, população inativa dividida pela população ativa. Quanto mais próximo de 1, menor é a dependência no domicílio, sendo este o resultado máximo do cálculo realizado, quanto maior a razão de dependência mais pessoas economicamente ativas no domicílio e menor a vulnerabilidade.

¹⁰ Lei nº3.071 de 1º de Janeiro de 1916.

material e moral desta” (art. 240). Aos homens, capacidade civil plena, às mulheres, estigma de incapacidade legal e submissão. A Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002¹¹ rompem com a forte assimetria jurídica entre homens e mulheres, pois descreve como “base da sociedade” garantida pela proteção do Estado, o princípio da igualdade entre homens e mulheres. A igualdade no exercício dos “direitos e os deveres referentes à entidade familiar”, implementação dos princípios universais do republicanismo liberal está garantida por lei. A diferença entre universalização dos direitos no campo jurídico e igualdade efetiva, contudo não se equaciona, considerando que a mulher permanece como o objeto da igualdade, enquanto o homem é o paradigma do “sistema de igualdade”.

Se autonomia se refere ao reconhecimento não hierarquizado das diferenças e não à inserção numa igualdade ilusória e determinada pelas relações de dominação e opressão, sua efetivação deverá considerar as diferentes demandas das posições sociais conformadas por características que determinam vulnerabilidades. A categoria gênero, para Fraser (2006) é bivalente, pois tange a economia política concomitantemente à questão cultural-valorativa, não se resumindo à questão de redistribuição econômica e política, nem às políticas de reconhecimento valorativo. As desigualdades de gênero portanto, demandam ações políticas que questionem simultaneamente a ordem social e as desigualdades políticas, econômicas, sexuais e valorativas. A articulação entre reconhecimento e redistribuição complexifica a transformação das relações permeadas pelo sexismo e rompe com as categorias dicotômicas e hierarquizadas, desestabilizando as identidades sexuais fixadas que legitimam o sistema opressão-exploração patriarcal.

As desigualdades de gênero se inscrevem no espaço, determinando padrões de apropriação diferenciados. A reflexão sobre a relação das mulheres e a cidade é o objetivo da próxima seção e permite correlações tanto com as categorias de análise apresentadas, quanto com os processos que determinam o sistema de opressão-exploração patriarcal expostos.

¹¹ Lei nº10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

2.3 O espaço e o lugar da mulher na cidade

A mulher no espaço público “é um tema que remete à exclusão, pois é este um domínio reservado aos homens, uma vez que a mulher é socialmente destinada às atividades relacionadas à reprodução e considerada incapaz de plena racionalidade” (BRESCIANI, 1989, p. 7). A relação da mulher com a cidade está permeada não somente da questão do antagonismo entre público e privado, mas dos limites e potencialidades que as noções de igualdade e diferença oferecem quando se pretende refletir sobre a posição social da mulher em relação ao espaço construído. A relação entre estrutura social, conjunto de posições sociais atribuídas aos indivíduos em interação, e a estrutura física, base material das relações sociais, determina a posição relativa dos indivíduos no sistema urbano. Os indivíduos no sistema urbano estão situados em um *lugar* e ao mesmo tempo ocupam um *espaço*, sendo o primeiro, sua posição constituída de maneira relacional e o segundo o ponto do espaço físico no qual está inserido. O *lugar* e o *espaço* se reafirmam reciprocamente.

O intuito nessa seção é introduzir a discussão sobre a correlação entre a desigualdade de gênero determinada pelo acúmulo dos distintivos de gênero, classe e raça/etnia e a possibilidade de acesso ao sistema urbano. A divisão sexual do trabalho, a responsabilização feminina pela “produção do viver” e a privatização no âmbito da família do cuidado com os dependentes são elementos fundamentais para a compreensão dos diferentes padrões de apropriação da cidade por mulheres e homens. O fenômeno da feminização da pobreza engendrado pelo acúmulo de vulnerabilidades inerente à posição social da mulher trabalhadora e pobre é um fenômeno majoritariamente urbano que deve ser observado, pois se relaciona à ruptura com a rede de solidariedade e ajuda mútua, além da ausência de instituições públicas de cuidado infantil.

A estrutura física é representada por uma exterioridade recíproca dos *espaços* constituintes, isto é, pretensamente conexa em sua totalidade e diversidade. A estrutura social é definida também pela lógica da distinção dos *lugares*, que de acordo com Bourdieu (1997) compõe uma sobreposição de posições sociais mediadas pelo *habitus*. A posição social assentada nos distintivos de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, entre outras, vai definir um *lugar* na estrutura social e um *espaço* na cidade, estabelecendo uma posição no sistema urbano que se apoia no *habitus* para sua manutenção e legitimação. A noção de posição social tem um

caráter relacional e se estabelece na sobreposição de diversos distintivos que definem os indivíduos a partir de uma perspectiva polarizada e dicotômica: homem e mulher, branco e negro, heterossexual e homossexual, etc. A primeira é a representação do hegemônico, e a segunda do desviante.

As desigualdades sociais materializadas e reafirmadas no sistema urbano são percebidas e vivenciadas de maneiras diversas dependendo dos distintivos que compõem a posição social possível aos indivíduos ou grupos sociais. O nível de opressão e exploração está atrelado às sobreposições de distinções à qual os indivíduos estão implicados e que determinam sua posição social na estrutura urbana. O *lugar* possível na estrutura social objetivada no *espaço*, está mediado pelo *habitus*, mecanismo de reprodução do *status quo* que no sistema urbano reafirma as posições sociais objetivadas. A posição dos indivíduos no sistema urbano interfere na capacidade de transformação da realidade, demonstrando a estaticidade das posições sociais materializadas. Essa estaticidade está atrelada tanto à inflexibilidade do espaço construído e à lógica que rege o uso e ocupação do solo urbano no marco da produção capitalista do espaço, quanto à imutabilidade dos distintivos que compõem as posições sociais e regem os comportamentos, expectativas e possibilidades.

O sistema de posições sociais que conforma a estrutura social, segundo Bourdieu (1982), é relativamente independente das propriedades intrínsecas de classe, apesar desta propiciar às outras propriedades de posição uma margem de variação pequena. Ao fator classe somam-se outros distintivos que em conjunto conformam a posição social de cada indivíduo na estrutura social¹². O sistema urbano, enquanto objetivação da estrutura social no espaço construído, estará disponível de acordo com as posições sociais ocupadas na estrutura social. Assim, se por um lado, a noção de classes sociais delimita a distribuição de indivíduos, infraestrutura urbana e bens e serviços dentro do sistema urbano, por outro, há ainda outras propriedades distintivas que concebem as posições sociais e influenciam significativamente na apropriação e participação da/cidade.

O indivíduo implicado por uma posição social composta por distintivos que determinam vulnerabilidade será direcionado a ocupar um espaço na cidade mais degradado, segregado e desprovido de serviços básicos e infraestrutura. A posição

¹² Certamente no Brasil, a raça/etnia determina significativamente a posição dos indivíduos na estrutura social, estando atrelado à classe de forma sistemática.

territorial em um espaço desprovido de habitabilidade e urbanidade, em seu turno, ampliará a vulnerabilidade dos indivíduos ali situados. A estrutura social manifesta no espaço construído se manifesta no contraste entre os espaços apropriados, externalizando a dinâmica das relações sociais, que naturaliza as hierarquias e reafirma as distâncias sociais por meio de distâncias físicas (BOURDIEU, 1997).

A assimetria do processo de apropriação do sistema urbano na cidade capitalista possui recorte de classe, de gênero e de raça/etnia, e é mediada via intervenção do Estado, por meio de políticas de públicas. A noção de classe social compreende a assimetria no acesso material ao sistema urbano, demonstrando como o espaço materializa as desigualdades sociais, enquanto, a noção de gênero envolve a assimetria no acesso ao sistema urbano de formas objetiva e subjetiva. O *habitus* que media as relações em uma sociedade de fortes raízes patriarcais e organizada a partir da privatização da “produção do viver”, determina papéis sexualizados que interferem na apropriação simbólica e material do sistema urbano, principalmente para a mulher trabalhadora, pobre e negra.

A justiça social no sistema urbano, sintetizada pela noção de “direito à cidade”, contempla moradia, trabalho, educação, lazer, etc. Para indivíduos em posições sociais diferentes os quesitos de efetivação do direito à cidade terão acepções distintas. A propriedade privada do solo torna a renda monetária indispensável para a apropriação efetiva do sistema urbano. A produção desigual da cidade, entretanto, não garante a possibilidade de produção de renda monetária a todos, visto que a manutenção de uma parte da força de trabalho em reserva é estruturante do capitalismo. (SINGER *apud* MARICATO, 1982, p. 33). No que concerne a desigualdade de gênero, se em relação ao reconhecimento e a concepção de política de identidade há dissensos, no que tange a redistribuição, a questão evidencia a associação entre a divisão sexual do trabalho e a feminização da pobreza.

O paradigma da democracia representativa exige a construção identitária pois toma o sujeito como pressuposto da ação política, processo que, de acordo com Butler (1998) produz o que alega representar, invocando o sujeito, uma formação discursiva, como objeto naturalizado que legitima seu funcionamento. O questionamento da categoria política mulher se vincula à crítica da identidade cuja inteligibilidade e emancipação está fixada nas mesmas estruturas e categorias da opressão. A produção do sujeito político, nessa perspectiva homogênea indivíduos situados em um campo extenso de diferenças que não pode ser contido ou universalizado numa

categoria descritiva e identitária. O perfil sociodemográfico da mulher brasileira, portanto impossibilita o uso da palavra mulher no singular, uma vez que a parcela da sociedade que essa palavra deveria representar se funda em realidades sociais bastante distintas (VENTURI; RECAMÁN, 2009).

A fixação de identidades reduz a mulher a uma essência simplificada e estereotipada. A complexidade que permeia as desigualdades de gênero, por outro lado, determina uma heterogeneidade que obstaculiza a conformação de um grupo identitário coeso e com demandas objetivas necessárias para a produção da identificação fundamental à mobilização política no marco da democracia liberal. A lacuna entre a conformação de identidades, que ignora a multiplicidade de experiências e naturaliza os efeitos da dominação, e a heterogeneidade que implica a insuficiente coesão política seria minimizada pelo “essencialismo estratégico” proposto por Spivak (*apud* MIGUEL; BIROLI, 2013). A reflexão sobre a desigualdade de gênero em seu nexos com o sistema urbano sugere que em termos objetivos as demandas para ampliar o acesso das mulheres à cidade não foram definidas e são dissimuladas justamente pelo direcionamento da questão de gênero para o domínio do privado, ou para questões simplificadas sobre iluminação pública ou violência. As desigualdades de gênero são interpretadas como conflito entre indivíduos e não como uma questão pública e política.

O “direito à cidade”, noção fundamental da crítica à desigualdade de acesso ao sistema urbano, também adota como base um sujeito abstrato. Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades de gênero, qual seria o paradigma de efetivação do “direito à cidade” para as mulheres?

O equacionamento da divisão sexual do trabalho atualmente enfatiza a conciliação das restrições contraditórias entre o trabalho assalariado e a família. Isso expressa uma necessidade real e urgente de inserir as mulheres no domínio público e ao mesmo tempo proporcionar a obtenção da renda monetária necessária à autonomia efetiva. A flexibilização do trabalho feminino, contudo incorre na precarização das relações de trabalho e novamente responsabiliza a mulher por equacionar uma assimetria socialmente construída. Novamente, fixa o masculino como paradigma do “sistema de igualdade” e das relações sociais, reflexão que amplia a compreensão das múltiplas formas de subordinação da mulher.

[...] descontando a eficácia contestável de tais políticas, num contexto em que os ataques ao pleno emprego atingem prioritariamente e cada vez mais as próprias mulheres, o que nos interessa aqui são os argumentos utilizados, que não constituem estas demandas em expedientes conjunturais, mas numa estratégia para a integração “dos pontos de vista das mulheres” na Cidade, uma via para o reconhecimento de uma cidadania como mulheres. O reconhecimento das necessidades particulares das mulheres evidenciaria assim um reconhecimento do valor das atividades femininas no domínio do privado, atividades desvalorizadas por uma visão androcêntrica da Cidade, que considera o espaço público como o domínio por excelência da atividade autenticamente humana. Porém, o questionamento da desvalorização do *oikos* e da ação ali exercida para a satisfação de necessidades não implica mais repensar a divisão sexuada do privado e do público do qual ela procede, e sim atribuir-lhe um estatuto político, inscrevê-la nas instituições. (VARIKAS, 2013, p. 182)

Os indivíduos determinados por posições sociais assimétricas terão distintas experiências no sistema urbano. A posição social da mulher implica, em termos simbólicos, na vivência cotidiana da opressão sexista e no condicionamento aos papéis sociais sexualizados e naturalizados, e em termos materiais, com a coexistência com a divisão sexual do trabalho e a privatização da “produção do viver”. O antagonismo entre público e privado fundado na perspectiva liberal que acentua o individualismo e a privacidade e ainda fixado nas relações de poder patriarcais, repercute duplamente na relação entre as mulheres e sistema urbano. A conformação das identidades sexualizadas fixadas em posições sociais distintas e dicotômicas, direciona a mulher ao domínio do privado; e posiciona o domínio privado como apolítico ao reafirmar o público como *lócus* do político. Esse processo simbólico, tem implicações materiais ao desqualificar o que está relacionado ao feminino por meio de oposições como interior / exterior, passividade / atividade, emotividade / racionalidade.

O *habitus*, contribui na constituição do *habitat*, e este apoia a consolidação daquele, assim, reproduzem-se e legitimam-se mutuamente (BOURDIEU, 1997). Assim, aos que acumulam distintivos que determinam posições sociais subalternas ou vulneráveis, espaços periféricos e sem infraestrutura. O *habitus* que delineia as expectativas de comportamento e atividades femininas promove seu direcionamento ao domínio do privado, contribuindo para legitimação da divisão sexual do trabalho, que determina posições distintas para as mulheres e homens. A divisão sexual do trabalho “está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também ao tempo livre, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas” (MIGUEL; BIROLI 2013, p. 34). A possibilidade distinta de acesso ao sistema urbano determina uma

vivência cotidiana diferenciada e cerceada, o que demonstra que a produção da cidade que ignora as diferenças, não logra constituir um espaço de igualdade.

As diferenças devem ser reconhecidas, porém não hierarquizadas, o que não ocorre no sistema urbano, que gerido pelo capitalismo, determina os *espaços* possíveis para posições sociais fixadas por desigualdades. O processo de exclusão dissimulado pelo discurso de universalidade e igualdade normativo das democracias liberais oculta as desigualdades de gênero em seu nexos com o direito à cidade. Os valores universais são constituídos como referências legítimas que determinam direitos e deveres, o certo e o errado, o hegemônico e o desviante e correspondem “aos valores daqueles que estão em posição privilegiada na sociedade – homens, brancos, proprietários” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 38). A legitimidade desses valores que acentuam as desvantagens e vulnerabilidades dos sujeitos cujas identidades e experiências são consideradas contingentes, desviantes, estigmatizadas ou ignoradas é constantemente questionada pelo feminismo.

A produção do espaço baseada nesse sistema de igualdade fictícia e excludente, pressupõe a simetria na possibilidade de acessos a direitos e espaços, ocultando as identidades oprimidas e produzindo uma fragmentação na estrutura física da cidade que marginaliza e segrega os que acumulam desvantagens. Apesar do discurso de inclusão e igualdade, as desigualdades se evidenciam na observação do *espaço* possível aos sujeitos cujo *lugar* definido implica em identidades estigmatizadas ou invisibilizadas. A inclusão pode se efetivar de maneira incompleta sem operar transformações efetivas, o que se torna mais evidente quando considerada a fixidez do sistema urbano no que tange a segregação e a exclusão.

A vulnerabilidade das mulheres em sua relação com o sistema urbano é complexa, pois, se por um lado, já estão inseridas em relações mais precarizadas de trabalho, o que determina renda monetária mais exígua, e conseqüentemente maiores dificuldades de acessar a estrutura urbana; por outro lado, quando inseridas em um *espaço* determinado pela precariedade, confrontam maiores dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho. A posição no *espaço* reafirma o *lugar* na estrutura social gerando um processo cumulativo de desvantagens. O potencial conservador da prática de planejamento urbano, tal como exercida no marco da produção capitalista e patriarcal do espaço produz um *habitat* que reafirma o *habitus*. O espaço construído converte progressivamente a estrutura social em sistema de preferências e em estruturas mentais que reafirmam as posições sociais no sistema urbano

(BOURDIEU, 1997). O recorte de gênero está presente, seja ou não explicitamente mencionado, e segundo Ritzdorf (1996) define valores e atitudes sobre o papel da posição social da mulher no sistema urbano. O planejamento urbano patriarcal, embebido de machismo e dirigido por homens, ignora as diferentes posições sociais e conseqüentemente as necessidades que cada indivíduo ou grupo social no que tange a possibilidade de apropriação do sistema urbano.

A “ausência” ou dificuldade de inserção no sistema urbano, e conseqüentemente na esfera pública invisibiliza ou desvaloriza as demandas específicas das mulheres, que geralmente não são consideradas prioritárias na definição de políticas públicas. A simples eliminação de obstáculos à participação da mulher é insuficiente, sendo prioritárias políticas públicas que incorporem efetivamente os grupos sociais compostos por indivíduos que acumulam vulnerabilidades. As “ações transformativas” devem promover o reconhecimento das identidades subalternas e a redistribuição dos bens socialmente produzidos, ampliando o significado de cidadania para além do status jurídico.

Assim, o acúmulo de vulnerabilidades determinado pela divisão sexual do trabalho e pela feminização da pobreza implica limitações ao acesso à cidade. O direito à moradia, por tangenciar a questão propriedade e ser determinante para o acesso ao sistema urbano centraliza em muitos aspectos a efetivação do direito à cidade. O direito à habitação, embora tenha sido incluído entre os direitos sociais pela Emenda Constitucional nº 26 de 2000, é ainda um bem mercantilizado e objeto de especulação. O acesso à moradia, determinado pela necessidade de renda monetária, é um problema ainda mais agudo para as mulheres que em geral são direcionadas às atividades de baixa remuneração ou recebem salários inferiores por tarefas similares. A diretriz de titulação feminina estabelece o nexo entre habitação e gênero, e conseqüentemente contribui para a reflexão da posição da mulher no sistema urbano, ao evidenciar a discrepância no acesso à habitação. O acúmulo de vulnerabilidades ultrapassa a garantia de igualdade formal exigindo ações que promovam o reconhecimento e a redistribuição para indivíduos em posições sociais subalternas. A análise da prioridade feminina na titulação dos imóveis na política de habitação de interesse social no marco do PMCMV é objetivo do próximo capítulo.

3 O POLÍTICO COMO PÚBLICO E O PRIVADO COMO APOLÍTICO

A identificação e o reconhecimento de um problema social determinam a formulação de políticas públicas que, em geral, incidem sobre diversos aspectos sociais, econômicos e políticos. A política de habitação social no Brasil tem sido constantemente definida por diferentes ou mesmo divergentes interesses e ações. O intuito neste capítulo é refletir a partir da experiência brasileira sobre as origens da política pública de habitação de interesse social. A reflexão tangencia questões como os interesses envolvidos na concepção de políticas públicas, a diferença entre o que se explicita no discurso e o que se concretiza na prática e, finalmente, o que determina que um problema social se qualifique como uma questão pública. A discussão sobre o PMCMV, a lógica de localização de sua implantação e a repercussão na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro é introduzida neste capítulo.

A complexidade que envolve a definição das diretrizes de uma política pública se relaciona com os múltiplos objetivos e interesses pretendidos, que como indicam, são muitas vezes, contraditórios (AZEVEDO; ANDRADE, 1982). O PMCMV em seu desígnio concentra a provisão de habitação de interesse social, a produção habitacional de mercado e a ação pretensamente anticíclica cujo objetivo imediato é recompor a rentabilidade do mercado e criar novos "negócios" para a iniciativa privada (ARANTES; FIX, 2009). O caráter mercadológico assumido pelo programa repercute na lógica de localização dos empreendimentos e, conseqüentemente, no seu potencial de prover o "direito à cidade" e a inclusão social.

O acesso diferenciado à cidade determina distintas experiências urbanas para mulheres e homens e a disponibilidade desigual de recursos e alternativas. A assimetria de acesso ao sistema urbano potencializa as desigualdades de gênero por meio do processo de acúmulo de desvantagens, o que determina maior vulnerabilidade para as mulheres. O caráter afirmativo da diretriz de titulação feminina tem potencial atenuante das sistemáticas desigualdades de gênero, classe e raça/etnia. O contexto da produção capitalista da habitação social, contudo diminui o efeito "transformativo" da ação. A reflexão sobre a influência da lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV em seu nexos com o acesso desigual ao sistema urbano determinada pelo sistema de opressão-exploração patriarcal sexista é abordada com o intuito de introduzir a análise sobre a diretriz de titulação feminina.

3.1 A habitação popular como questão social no Brasil

A contradição entre a exigência de renda monetária para acessar moradia via mercado imobiliário e a sistemática manutenção da remuneração da força de trabalho em valores abaixo do necessário para a sua subsistência determinam a constituição da provisão de habitação como uma questão social. A produção privada de moradia, de acordo com Bonduki (1998, p. 8), define-se pelo processo em que “se o mercado de trabalho relega parte da população à pobreza, o mercado imobiliário nega aos pobres a possibilidade de habitar no mesmo espaço em que moram os que podem pagar”. A evidente demanda social origina a habitação de interesse social.

O contexto político baseado na ideologia liberal, até a década de 1930, não consentia a intervenção direta do Estado na provisão de habitação de interesse social, tampouco na regulação das relações entre locadores e inquilinos. A única medida aceita para incentivar a produção de moradias nesse período era a concessão de incentivos fiscais ao setor privado (BONDUKI, 1998). No marco do governo de Getúlio Vargas, segundo Maricato (1997), houve mudanças políticas que posicionaram o processo de industrialização como central na política econômica do Brasil. O período de populismo inaugurado a partir da década de 1930 originou a política social de habitação. O reconhecimento da questão social sob uma perspectiva paternalista intencionava a manutenção do reduzido custo de reprodução da força de trabalho e a promoção da industrialização.

A conjuntura política, econômica e social motivada pelo projeto nacional-desenvolvimentista mobilizou a questão da habitação social com duplo objetivo: como estratégia de industrialização – a moradia é condição básica para a reprodução da força de trabalho; como base de sustentação política e ideológica – a moradia possibilita a formação e o controle do trabalhador padrão. A Lei do Inquilinato constituiu a primeira medida no sentido de equacionar a questão da moradia para classe operária por meio da fixação do valor dos aluguéis e proteção dos inquilinos da ameaça de despejo. A consequência imediata da Lei do Inquilinato, contudo foi a redução da construção de imóveis destinados à locação, agravando a escassez de moradias. A moradia de baixo custo construída pelo próprio trabalhador nas periferias, que se expandiram de forma clandestina e precária, foi a solução da escassa provisão habitacional (BONDUKI, 1998). O reconhecimento da habitação como objeto de

intervenção estatal se constitui simultaneamente ao modelo de produção de moradia ainda hegemônico: o ideal da casa própria produzida por mutirão na periferia.

O consenso político sobre a impossibilidade da iniciativa privada equacionar o problema da habitação popular, segundo Maricato (1997), determinou, a partir da década de 1940, a intervenção do Estado. Nesse processo, o discurso da provisão de moradia como progresso econômico possibilitou a estabilidade da ordem macropolítica. O ideal da propriedade privada, por outro lado, minimizou a insatisfação do trabalhador e passou a reproduzir a moral burguesa no proletariado, garantindo a ordem micropolítica.

A habitação operária torna-se, portanto, área crucial para a manutenção da ordem econômica, política e social. A moradia deveria tornar-se instrumento de transformação do trabalhador em proprietário, desempenhando papel importante na criação de um modo de vida conservador e reproduzindo os padrões de comportamento moral e cultural burguês entre trabalhadores oriundos de vários países. Além disso, deveria integrar o rol de iniciativas empreendidas pelo Estado, sob a liderança do ditador Vargas, visando dar assistência às classes trabalhadoras. (BONDUKI, 1998, p. 86)

A habitação popular se estabeleceu, de acordo com Bonduki (1998), como base da constituição moral da sociedade e do trabalhador, processo baseado na centralidade da família como instrumento de reprodução da ordem e da moral. Em contraposição às práticas populares consideradas promíscuas e insalubres, a lógica reformadora, enquanto processo civilizatório pretendeu estabelecer para a classe trabalhadora hábitos moralizados (RAGO, 1985). A definição da moradia popular considerada adequada e a fixação dos papéis sociais no interior do espaço doméstico determinou a associação entre família e habitação como fundamento da universalização da constituição familiar burguesa como padrão natural de organização social. A ideia de uma “família nuclear, reservada, voltada para si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes” (Id., p. 61), sendo fundamental no processo de fixação e controle da classe trabalhadora.

O modelo da família nuclear fixada em uma moradia individual se fundamentou no incentivo de um modelo de feminilidade. A mulher situada como “rainha do lar” responde à presumida imoralidade inerente à vivência nos cortiços e à crescente importância atribuída à casa individual e higiênica. A alegação de que “obrigada a viver na habitação coletiva, a mulher estaria condenada a desejar e se deixar desejar,

a atentar contra as normas sexuais cristãs, a romper o isolamento do lar e sofrer contágio de um meio propício ao pecado” legitima os padrões rígidos de moralidade feminina (BONDUKI, 1998, p. 86). A construção ideológica da composição “esposadona-de-casa-mãe-de-família” constituiu uma “intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar” (RAGO, p. 65).

Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social. (RAGO, 1985, p. 25)

A questão da habitação social se consolida como meio para reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, da produção e minimizar possíveis reivindicações, sem promover aumento salarial. A solução efetivada foi a viabilização da moradia própria unifamiliar na periferia e a retenção da mulher nas tarefas domésticas e de cuidado com os dependentes. A construção de moradia na zona rural, em loteamentos precários se efetivou desconexa de qualquer planejamento, confrontando com a escassez de transporte público e de infraestrutura urbana em geral. A produção de habitação foi direcionada para órgãos federais ou regionais como as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a Fundação Casa Popular (FCP) e o Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal, contudo, nunca constituindo uma política habitacional deliberada e planejada em âmbito nacional.

A significação do problema da moradia como uma questão social não efetivou, portanto uma política pública de provisão de habitação de interesse social consistente e continuada, devido aos interesses econômicos ou corporativos contraditórios e à descontinuidade administrativa. A incapacidade de provisão de habitação social pelo Estado determinou a transferência do ônus para os trabalhadores, o que ampliou os efeitos de periferização da moradia popular (BONDUKI, 1998). A habitação não é uma mercadoria, mas como estreitamente vinculada à reprodução da mercadoria força de trabalho, segundo Oliveira (1982) tende a ser colocada a serviço do capital por reduzir tanto o valor da reprodução da força de trabalho, quanto o custo da urbanização,

negligenciada pelo Estado e assumida em parte pelos trabalhadores que se deslocam para as periferias.

A habitação convertida em mercadoria é atípica e complexa, pois sua obtenção demanda um longo período de circulação do capital e sua produção exige a imobilização do capital por longo prazo. A produção de moradia depende, portanto, de financiamento tanto para o consumo, quanto para a produção. Além disso, sua intrínseca relação com o uso do solo urbano constitui uma limitação que se relaciona com as qualidades de localização, a valorização da terra, a especulação imobiliária e, conseqüentemente à sua escassez relativa (MARICATO, 1997).

A estruturação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1964 começa a delinear uma política habitacional mais sistemática. O BNH, cujos princípios definidos durante o Estado Novo foram fundamentais para o modelo central-desenvolvimentista da ditadura militar, segundo Bonduki (1998) foi a primeira política habitacional verdadeira no Brasil. A intervenção concentrou “praticamente todos os recursos disponíveis para o investimento em habitação e grande parte dos destinados ao saneamento urbano” (Id., p. 319). A gestão centralizada pautada no equilíbrio financeiro do sistema caracterizou a política empreendida. O financiamento ao produtor, determinando a preferência pela produção de casas prontas por empreiteiras, a localização periférica dos empreendimentos habitacionais e a ausência de participação popular constituíram as diretrizes dos empreendimentos habitacionais viabilizados.

As diretrizes da política desenvolvida pelo BNH não proporcionaram amplo acesso à moradia, pois excluíram “parcelas consideráveis da população que não dispunha de renda mínima (ou mesmo de comprovação de renda) para ter acesso ao financiamento” (BONDUKI, 1998, p. 320). As tentativas de redução do custo da habitação como forma de expandir o acesso à moradia financiada pelo BNH, consistiram no rebaixamento da qualidade construtiva e da dimensão das unidades habitacionais, o que ainda assim não obteve resultados significativos. A prática de autoconstrução da casa própria em loteamentos precários e periféricos ou em favelas, permaneceu como única alternativa às classes populares.

A política habitacional implantada não atingiu os pretensos objetivos, apesar da magnitude dos investimentos e da abrangência pretendida pelo BNH. A baixa efetividade da provisão de moradias para baixa renda para Bolaffi (1982, p. 39) se relaciona à falsa formulação da questão da habitação, considerando que “existe uma

enorme distância entre a realidade e o que dela se diz, entre os reais problemas de uma sociedade e de uma nação e aqueles que ela reconhece como tais e, finalmente, entre a aparência e a essência desses mesmos problemas”. A transferência para a iniciativa privada da decisão sobre a localização e o padrão construtivo das unidades habitacionais financiadas estimulou o mecanismo da acumulação e concentração de renda, intensificando o padrão periférico e precário de crescimento das cidades.

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), segundo Maricato (1997), promoveu uma profunda transformação urbana nas cidades brasileiras, confirmando a ideologia da casa própria e a tendência à segregação espacial e a exclusão social, estreitamente vinculadas ao caráter patrimonialista da sociedade brasileira. Os investimentos em habitação foram direcionados predominantemente para as classes médias e altas, suportes da ditadura militar. O modelo de crescimento econômico “baseado no controle político e no arrocho salarial”, cuja estabilidade estava vinculada à exaltação dos benefícios do “desenvolvimento econômico”, contudo precisava de legitimação entre a classe trabalhadora. A identificação dos trabalhadores com a propriedade privada por meio da propaganda governamental sobre a intenção de “tornar cada trabalhador um proprietário” foi utilizado estrategicamente para ampliar o apoio da população (ROLNIK; BONDUKI, 1982, p. 150). O BNH foi extinto em 1986 e a gestão dos recursos do FGTS foi assumida pela Caixa Econômica Federal, em um momento em que a arrecadação declinava devido à crise econômica.

A casa própria foi difundida, propagandeada, enaltecida, pelo BNH e pelo SFH durante toda sua atuação, de 1964 a 1986. Nenhuma outra forma de produção da moradia fez parte das propostas de governo desde então. É tão forte na sociedade brasileira a divisão entre proprietários e não proprietários que a casa própria constitui um elemento destacado de discriminação social. (MARICATO, 1997, p. 50)

O baixo crescimento econômico, o recuo nas políticas públicas, e conseqüentemente, do financiamento habitacional, de acordo com Maricato (2009), caracterizou a década de 1980. A conjuntura política e econômica vinculada à desigualdade estrutural e à informalidade causou graves conseqüências no desenvolvimento urbano, traduzido no aumento substancial da população moradora de favelas. Assim, para Lefebvre (2008, p. 31-32), “cada modo de produção ‘produziu’ – não como uma coisa qualquer, mas como obra privilegiada – um tipo de cidade, que o exprime de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as

relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas”. A estrutura urbana, portanto exprime de forma imediata e direta a estrutura social, política e econômica.

A habitação social, uma necessidade real, admitida enquanto questão política, quando se torna objeto de política pública nacional “se transforma num ‘falso problema’” que intenciona obter a adesão das classes sociais subalternas, e ao mesmo tempo, constituir um mecanismo, que em conjunto com outros setores, minimizaria a crise econômica (OLIVEIRA, 1982, p. 17). A extinção do BNH iniciou um longo período de ausência em relação à política habitacional no Brasil, contudo, no contexto de redemocratização a discussão sobre a reforma urbana e produção habitacional foi retomada. O projeto da reforma urbana, de acordo com Ribeiro (2003), se assentou no reconhecimento da relação entre os problemas urbanos e a apropriação privada da renda proveniente da intervenção pública nas cidades, contestando que o crescimento populacional seria a origem das deficiências das cidades.

O movimento pela reforma urbana se funda em três diretrizes, a instituição da gestão democrática da cidade com intuito de ampliar a cidadania e a eficiência da ação governamental, o fortalecimento da regulação pública do uso do solo urbano por meio de novos instrumentos, e a priorização dos investimentos nas necessidades coletivas das classes populares. Na elaboração da nova Constituição Brasileira se articula a Emenda Popular pela reforma urbana, que contribui para a incorporação do capítulo sobre política urbana no texto constitucional (DE GRAZIA, 2003, p. 53). O Estatuto da Cidade¹ sancionado em 2001 regulamentou o capítulo da Constituição Federal sobre política urbana. Os princípios da função social da propriedade e da participação popular no planejamento urbano a partir da regulamentação do Estatuto, segundo Ribeiro (2003), passam a orientar a intervenção pública na cidade por meio de planos diretores.

A política urbana a partir do Estatuto da Cidade vincula dois modelos de ação, o redistributivo e regulatório, e o distributivo. O primeiro intenciona financiar ações públicas que ampliem a equidade das condições habitacionais e urbanas por meio da retenção de parte da renda originada pela expansão urbana, e ainda regular o uso e ocupação do solo urbano para atendimento das necessidades coletivas e efetivação

¹ Lei nº10.257 de 10 de julho de 2011, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

da função social da propriedade. O segundo se relaciona com a responsabilidade do poder público pela provisão dos serviços habitacionais e urbanos (RIBEIRO, 2003).

Nesse contexto, a partir de 2003 um movimento mais consistente de elaboração de uma política habitacional nacional se inicia. O novo Sistema Nacional de Habitação (SNH) influenciado pelo “Projeto Moradia”² se estruturou vinculado ao recém instituído Ministério das Cidades, à Secretaria Nacional de Habitação e aos dispositivos de gestão urbana estabelecidos pelo Estatuto da Cidade. A política nacional de habitação, apresenta nesse momento uma mudança de paradigma. O novo paradigma de ação, segundo Cardoso (2007), concentra-se na segurança jurídica, na ampliação dos recursos financeiros para habitação de mercado para atender à demanda de moradia da classe média com intuito de minimizar a disputa por recursos federais, e na ampliação dos recursos e priorização de investimentos para o atendimento das faixas de baixa renda por meio de subsídios diretos.

O SNH buscou equilibrar as demandas da habitação de mercado e da habitação de interesse social por meio da inclusão do mercado privado na produção imobiliária, e da estruturação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)³. Ambos foram concebidos a partir de projeto de lei de iniciativa popular conduzido pelo movimento de moradia com o intuito de possibilitar o repasse de recursos a fundo perdido⁴ para estados e municípios. O SNH foi estruturado a partir da distribuição de atribuições entre municípios, estados e governo federal. Aos municípios foi atribuído um papel central na implementação da política de habitação. Em parceria com os estados, deveriam constituir um fundo de habitação gerido por conselho com participação popular e estabelecer as diretrizes e prioridades da política em nível local

² “Concebido antes da campanha eleitoral, fruto de um projeto político resultante da experiência acumulada em política habitacional desenvolvida pelas administrações municipais do Partido dos Trabalhadores, somado a uma série de debates realizados junto à sociedade civil”. (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011, p. 3). Para mais informações ver: BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, vol. 82, mai./jun. 2009. (p. 8-14) Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/TD82-Nacional.pdf> Acesso em: 17/11/2014

³ Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

⁴ Os Recursos a Fundo Perdido são concedidos pelo Governo Federal com o objetivo de apoiar projetos ligados a inovações, geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras atividades vinculadas ao desenvolvimento regional e social, além da proteção ao meio ambiente e preservação de acervos. Nessa modalidade de investimento, os recursos não são reembolsáveis, ou seja, não devolvidos ao Estado. O BNDES é uma das principais instituições com orçamento para financiamento a fundo perdido e as modalidades de operação são a partir da seleção de projetos, premiação e apoio continuado.

por meio da elaboração de um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (CARDOSO, 2013). O PLHIS foi concebido para garantir a sustentabilidade, racionalidade e, principalmente, a participação democrática na definição e implementação dos programas e projetos (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado em 2007 com o intuito de promover crescimento econômico a partir de investimentos em infraestrutura, restringiu a centralidade do FNHIS na política habitacional. O PAC submeteu todos os programas governamentais com impacto no crescimento econômico às suas diretrizes, sem se submeter ao controle social ou aos critérios institucionais de redistribuição. A mudança na conjuntura econômica vinculada à crise mundial de 2008, ocasiona um novo deslocamento da centralidade do FNHIS com a implementação do Programa Minha Casa Minha (PMCMV). Em conjunto com outras medidas, como a manutenção do crédito, o atendimento aos setores atingidos pela recessão e a sustentação dos investimentos públicos, principalmente os vinculados à infraestrutura, o PMCMV constituiu uma política anticíclica⁵ com o intuito de mitigar os efeitos da crise (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011). O FNHIS, portanto assume um caráter subsidiário nas decisões sobre política habitacional nesse processo. As atribuições do FNHIS após o deslocamento de sua centralidade na política habitacional inicialmente se direcionaram para a concentração de recursos em ações de urbanização de assentamentos precários e de desenvolvimento institucional, e em seguida, na alocação de recursos em obras complementares a projetos financiados pelo PAC (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

O PMCMV pautado na forte participação do setor privado para provisão de habitação contrasta intensamente com os princípios do SNHIS, baseado na função estratégica do setor público. Além disso, o programa desconsiderou as premissas do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PlanHab), considerado um pacto nacional pela moradia digna. O PlanHab foi elaborado como uma estratégia de longo prazo que sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação envolveu diversos segmentos sociais vinculados à questão habitacional. Nesse sentido, de acordo com

⁵ “De uma perspectiva mais estritamente keynesiana, o pacote imobiliário não é uma política anticíclica, mas apenas uma política imobiliária que terá efeitos de médio prazo sobre o mercado de trabalho. Como definiu Keynes, a política anticíclica requer agilidade e absoluta desconsideração pela rentabilidade do negócio e, por isso, deve ser feita diretamente pelo poder público. [...] O tempo lento dos investimentos habitacionais e a preocupação com a rentabilidade privada descaracterizam o pacote como política anticíclica”. (ARANTES; FIX, 2009, p. 2).

Bonduki (2009), o governo não conseguiu articular uma medida anticíclica com uma ação estrutural, promovendo um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social. O PlanHab se baseava na proposição de alternativas habitacionais com custo unitário reduzido por incluir a provisão de lotes urbanizados e material de construção com assistência técnica. No PMCMV, a provisão de habitação se restringe à produção de unidades prontas, cujo valor unitário médio é ampliado (BONDUKI, 2009).

O PMCMV foi estruturado de forma que a definição do terreno e do projeto, assim como a aprovação nos órgãos competentes, é prerrogativa exclusiva das construtoras que “vendem integralmente o que produzir para a Caixa Econômica Federal, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades” (ARANTES; FIX, 2009, p.2). Os projetos não são licitados nem determinados a partir de demanda organizada, tampouco são conexos a uma estratégia de planejamento urbano municipal. O programa revela profunda incoerência, de acordo com Arantes e Fix (2009), enquanto a faixa de renda abaixo de três salários mínimos, que representa 82,5% do déficit habitacional, recebeu 35% das unidades habitacionais previstas, as faixas de renda superior a três salários mínimos, consideradas mais lucrativas pelo mercado imobiliário, que correspondem a 15,2% do déficit, receberam 60% das unidades habitacionais e 53% do subsídio público.

A lógica do PMCMV promove a ideologia da casa própria, instituindo uma política habitacional conduzida pelo mercado e externa ao controle social e participação democrática. A contradição do programa e sua ineficiência em reduzir as desigualdades socioespaciais está relacionada à concentração de objetivos econômicos e sociais, visto “que uma ‘boa’ política de geração de emprego e renda na construção civil não significa necessariamente uma ‘boa’ política habitacional” (ROLNIK; NAKANO *apud* CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011, p. 5).

O problema da moradia é real e talvez seja um dos mais importantes no Brasil. Contudo, o "Minha Casa, Minha Vida" o formula falsamente, não a partir das características intrínsecas ao problema, mas sim das necessidades impostas pelas estratégias de poder, dos negócios e das ideologias dominantes – como já afirmou o sociólogo Gabriel Bolaffi em sua interpretação certa sobre o BNH. Ou seja, o pacote alçou a habitação a um "problema nacional" de primeira ordem, mas o definiu segundo critérios do capital, ou da fração do capital representada pelo circuito imobiliário, e do poder, mais especificamente, da máquina política eleitoral. (ARANTES; FIX, 2009, p. 20)

A política pública concebida para abranger múltiplos propósitos implica que as “metas perseguidas não têm, usualmente, a coerência pretendida, nem horizontal, com outras políticas, nem vertical, através do tempo” (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p. X). A contradição nesse processo se verifica continuamente nas políticas habitacionais do Brasil ao longo do tempo. O caráter mercadológico do PMCMV define a lógica de localização periférica dos empreendimentos, assim como sua desconexão com outras políticas urbanas. Assim, a política de habitação atual se materializa a partir de intervenções fragmentárias nas cidades, o que resulta em profundas transformações no tecido urbano sem concretizar inclusão social.

A provisão de habitação opera uma verdadeira construção política do sistema urbano (BOURDIEU, 1997). O PMCMV tem promovido homogeneização social objetivada na estrutura urbana e a alocação de um enorme contingente de pessoas nas regiões periféricas⁶ das cidades. A noção de periferia define não somente áreas sem infraestrutura e serviços públicos básicos e/ou distantes do centro da cidade, por meio da simples relação centro/periferia. A periferia, de acordo com Rolnik e Bonduki (1982, p. 147), pode ser considerada as parcelas da cidade que possuem “baixa renda diferencial”, conceito que “vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social [...] que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos”.

A remoção sistemática de moradores de favelas e comunidades informais devido à preparação a cidade para sediar os megaeventos esportivos é outro fator relevante que deve ser avaliado na atual política de habitação social no Rio de Janeiro. As remoções promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no período entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013, totalizam 20.299 famílias (FAULHABER; AZEVEDO, 2015). O reassentamento de moradores oriundos de processos de remoção modifica o perfil das famílias atendidas pela política habitacional e os padrões e procedimentos para o ingresso no programa pois envolve propriedade ou concessão de uso anterior. A provisão de moradia utilizada para viabilizar e legitimar remoções relacionadas às obras vinculadas aos megaeventos tem acentuado a homogeneização e estratificação

⁶ Para uma reflexão mais completa sobre o padrão núcleo-periferia versus o padrão fragmentado ou polinucleado dos enclaves, ver: LAGO, Luciana. Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana: São Paulo e Rio de Janeiro. In: **Estado del arte en los estudios de segregacion residencial urbana**. Proyecto: “Desarrollo Curricular en Segregacion Espacial y Mercados de Suelo Urbano en América Latina”, 2008. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_chronocontact&chronoformname=rceberarquivo&arquivo=download/lago_segregacao.pdf#. Acesso em: 06/05/2014

social e operado grandes transformações políticas, sociais e territoriais na estrutura urbana do Rio de Janeiro.

A habitação de interesse social no marco da produção capitalista do espaço evoca a oposição entre *habitat* e *habitar* apontada por Lefebvre (2008). O primeiro concebido ideologicamente, instaurado pelo poder dominante e restrito às necessidades elementares dos indivíduos; o segundo, relacionado à diversidade de formas de viver e valores vinculados às modulações da vida urbana:

[...] Precisamente, o habitat, ideologia e prática, rechaçou ou recalçou o habitar na inconsciência. Antes do habitat, o habitar era uma prática milenar, mal expressa, insuficientemente elevada à linguagem e ao conceito, mais ou menos viva ou degradada, mas que permanecia concreta, ou seja, ao mesmo tempo funcional, multifuncional, transfuncional. [...] O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana. (LEFEBVRE, 2008, p. 78)

O sistema urbano tem sido estruturado a partir da hegemonia do *habitat* em detrimento do *habitar*. A provisão de habitação de interesse social tem produzido sistematicamente casas sem cidade, habitação, mas não habitar, oferecendo meios sem garantir que eles sejam realmente desfrutados. Nesse processo, o *habitus* e o *habitat* se reafirmam reciprocamente⁷. A opção política de avigorar a ideia da propriedade privada como resposta à questão habitacional e de não implementar os mecanismos disposto no Estatuto da Cidade como forma de prover habitação de melhor qualidade arquitetônica e urbanística acentua as desigualdades sociais. A ampliação do contingente de pessoas vivendo em periferias cada vez mais distantes e sem infraestrutura e em conjuntos habitacionais de baixa qualidade construtiva acentua o desenvolvimento desigual do espaço e aumenta a vulnerabilidade de pessoas implicadas pelo processo de acúmulo de desvantagens, em particular das mulheres negras e pobres.

⁷ A palavra habitat é utilizada por Lefebvre e Bourdieu como noções não idênticas, mas que entretanto são análogas. Nesse sentido, é possível afirmar que o *habitus* reproduz o *habitat* que foi “instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’.” (LEFEBVRE, 2008, p. 79)

3.2 A desigualdade de gênero como questão social no Brasil

A diretriz de titulação feminina estabelece uma conexão entre habitação social e as desigualdades de gênero e evidencia que o sistema de opressão-exploração patriarcal sexista se materializa no espaço. A diretriz, contida na política de habitação de interesse social, está também imbuída de diversas motivações e interesses explícitos ou implícitos. A avaliação de uma política pública, apesar da complexidade das questões sobre as quais pretende abranger, não deve se direcionar para a constatação quantitativa simplificada das metas atingidas, desconsiderando os meios e os processos que envolvem sua implementação e efetividade. O objetivo aqui é compreender como a diretriz de titulação feminina foi concebida e a conjuntura política de sua formulação e implementação. A forma como os desafios políticos são enunciados interfere diretamente na efetividade de uma ação.

As desigualdades socioeconômicas demandam políticas públicas que mediem as relações de poder na estrutura social. A Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002 são marcos que rompem com a forte assimetria jurídica entre homens e mulheres. A incorporação da discussão sobre as desigualdades de gênero na questão urbana se iniciou com o Estatuto da Cidade e a medida provisória 2.220/01, que regulamentam respectivamente, o usucapião e a concessão de uso especial para fins de moradia indicando a preferência pela titularidade feminina em casos de regularização fundiária. A Lei nº 11.124/05, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), determinou a preferência da mulher como titular do imóvel, sendo um marco da titulação feminina na política de provisão de habitação de interesse social. A Lei nº 11.977/09, que instituiu o PMCMV e dispõe, ainda, sobre regularização fundiária, estabelece e reafirma a “prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar” e a concessão do título preferencialmente para a mulher.

As ações afirmativas ou de discriminação positiva são políticas com o propósito de superar desigualdades a partir de medidas específicas e pontuais cujo efeito compensatório a longo prazo atenuaria as desigualdades. No Brasil, existem exemplos de políticas afirmativas de gênero. A cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos legislativos se relaciona ao entendimento da necessidade de posicionar a mulher nos espaços decisórios. A aposentadoria precedente para a

mulher em relação ao homem é uma forma de reconhecimento pela “dupla jornada”. A nomeação da mulher como beneficiária de programas de transferência de renda como Bolsa Família e a diretriz de titulação feminina nas políticas de provisão habitacional se relacionam ao papel nuclear da mulher na manutenção da família e intencionam ampliar a autonomia feminina.

A priorização da mulher na titulação do imóvel na política de provisão de habitação social tem o potencial de avançar em relação ao dilema entre reconhecimento e redistribuição debatido por Fraser (2006). A diferença entre ações “afirmativas”, que atenuam as desigualdades sem, contudo, transformar o sistema que as constitui, e as ações “transformativas”, que reestruturam o sistema que engendra as desigualdades, é relevante para a reflexão sobre a diretriz de titulação feminina. A simples preferência entre um dos lados da dicotomia sexista sem romper com as categorias que a constitui não desestabiliza as identidades sexuais fixadas e hierarquizadas. A perspectiva universalista, abstrata e racionalizada perpetua a superioridade da experiência masculina como transcendente, desqualificando as atividades associadas ao feminino. Como discurso que naturaliza o que é “ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2011, p. 15), a diretriz de titulação feminina por meio da associação da mulher ao domínio privado da casa e da família, poderia reforçar as posições sociais sexualizadas e a responsabilização feminina pela “produção do viver”. Assim, a diretriz de titulação feminina, mesmo compreendendo ações de reconhecimento e de redistribuição, constituiria uma forma refinada de reafirmar o sistema de opressão-exploração patriarcal sexista.

A desigualdade de gênero naturalizada porque ignorada enquanto arbitrária dissimula as relações de poder e o sexismo, e reafirma as categorizações e papéis sociais cujas propriedades essencialmente conservadoras se reproduzem, sem, necessariamente, utilizar formas coercitivas de poder. A Família legitima preliminarmente a divisão sexual do trabalho, e portanto operacionaliza a divisão social entre os sexos. A Escola, a Igreja e o Estado contribuem para validar a família patriarcal como princípio e modelo da ordem social, que baseada na ordem moral fundada na primazia dos homens sobre as mulheres, conserva a estrutura hierárquica sexualmente erigida (BOURDIEU, 2010). A família, tradicionalmente vinculada ao espaço privado, é foco de regulação pela norma jurídica do Estado. A constituição da família nuclear moderna, tal como descreve Rago (1985), foi uma ferramenta disciplinar e de fixação da força de trabalho.

Como forma de organização social inserida no tempo e no espaço, contudo, a família é tensionada pelas dissoluções conjugais e pela formação de novas estruturas familiares que não comportam o modelo ideal instituído. Esse tensionamento, segundo Przybysz (2010), gera pressão social para a instituição de novas normas reguladoras por parte do Estado. Apesar das transformações no modelo de organização social familiar e mesmo de comportamentos, a ausência de problematização dos papéis sociais atribuídos pelo recorte de gênero persiste. A mulher em geral continua sendo incorporada em políticas públicas não como um sujeito, mas a partir de suas funções maternas e de esposa, e o papel da família como um estabilizador social continua estruturante das relações sociais sexualizadas.

A perspectiva de assumir as diferenças de forma não hierarquizada e atribuir valor à identidade feminina, por outro lado, questiona a efetividade de reposicionar o sujeito feminino, personalizado e específico, em um modo universalista, abstrato e racionalizado. A família, de muitas formas, conserva a singularidade da experiência feminina em contraponto à universalidade e teria o potencial de substituir o individualismo liberal a partir de uma nova moralidade pautada no cuidado. A realidade vivenciada se distancia, em geral, das proposições de ruptura com as identidades sexualmente constituídas, pois além da heterogeneidade que a categoria coletiva mulheres apresenta, a construção social que anexa a inteligibilidade da mulher à maternidade ainda é hegemônica. Não é possível ignorar que parcela predominante das mulheres se identificam enquanto mães e cuidadoras.

[...] a recusa a conceder qualquer validade à categoria coletiva “mulheres” pode ter interesse acadêmico, mas inviabiliza por completo a atuação do feminismo como movimento político – já que ele deixaria de se referir a qualquer grupo social concreto. Assim, independentemente do impacto das provocações das autoras pós-estruturalistas, o feminismo permanece às voltas com a identificação do seu sujeito, a mulher. (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 29)

Não há consenso no feminismo sobre o rompimento com essa identificação. O essencial aqui, contudo é a necessidade da ampliação de alternativas que se traduzem em autonomia para a mulher. Nesse sentido, mesmo que a escolha da mulher pela permanência no lar e dedicação às tarefas domésticas e de socialização das crianças seja produto de uma construção social opressiva e patriarcal, no que compete a ações afirmativas, essa “escolha” não deve se encerrar na falta de alternativas. A autonomia feminina em seu nexos com o sistema urbano se relaciona

com a segurança de posse, mas também com a noção de moradia adequada, que contempla elementos como habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização satisfatória, adequação cultural, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível.

O potencial da diretriz de titulação feminina enquanto ação afirmativa para minorar a desigualdade de gênero consolidada no sistema urbano é inquestionável. Os limites da ação diante da lógica da produção capitalista do espaço, contudo são evidentes, considerando que as distintas experiências urbanas estão implicadas pelo *espaço* disponível e o *lugar* possível aos indivíduos. Assim, em uma estrutura marcada pela desigualdade inerente ao sistema de opressão-exploração patriarcal sexista e racista, a segurança de posse, embora importante, não compreende a complexidade das desigualdades inscritas no sistema urbano. O acúmulo de empreendimentos do PMCMV em localidades não somente sem infraestrutura urbana básica e serviços essenciais, mas também muito distantes do antigo local de residência ocasiona, dentre outras coisas, o rompimento dos laços de solidariedade. As redes de ajuda mútua e solidariedade no caso das mulheres, responsabilizadas pela “produção do viver” numa conjuntura de privatização do cuidado com os dependentes e insuficiência persistente de equipamentos de ensino e cuidado infantil, são essenciais para diminuir a vulnerabilidade e ampliar a autonomia feminina.

A maneira como as questões sociais são equacionadas pelas políticas públicas demonstram como as desigualdades são apreendidas e formuladas na sociedade. A lacuna entre universalização dos direitos e igualdade efetiva sugere os limites dos direitos formais para a redução da desigualdade de poder econômico e social. No caso das políticas afirmativas, as motivações para sua concepção podem se relacionar mais com os princípios universais do republicanismo liberal do que com a pactuação da necessidade de transformação. A compreensão das motivações para a implementação de uma política pública é fundamental, pois a objetivação dos “problemas sociais” pode ocasionar sua despolitização, no sentido de evadir das controvérsias “fictícias e perigosas do enfrentamento democrático” (TOPALOV, 1996, p. 40).

As experiências pioneiras de priorização da mulher na titulação dos imóveis na política de habitação de interesse social ocorreram em São Paulo ainda na década de 1990. A titularidade feminina se consolida, segundo Santos (2006), como uma regra interna da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, sem portaria ou

legislação estadual específica, tendo sido regulamentada somente em 2003 por meio da Lei nº 13.770, no município de São Paulo. A prática de priorizar a mulher na titulação, em suas primeiras experiências, relaciona-se estreitamente com a reivindicação de movimentos sociais urbanos, cuja base é massivamente composta por mulheres. A diretriz de titulação feminina no âmbito da política de habitação de interesse social surge, portanto a partir da demanda específica de um sujeito coletivo heterogêneo, porém, constituído a partir da urgência das desigualdades de gênero e da consequente vulnerabilização da mulher em sua vivência na cidade.

As experiências pioneiras de titulação feminina no Brasil em sua relação com os movimentos sociais evidenciam a percepção da sociedade sobre a assimetria no acesso ao sistema urbano determinada pela sexualização das posições sociais. A nacionalização da diretriz de titulação feminina na política de provisão de habitação de interesse social ocorreu em 2005 por meio da Lei nº 11.124 que instituiu FNHIS. Os dados oficiais sobre a efetivação da diretriz de titulação feminina em âmbito nacional nunca foram divulgados pelo poder público. Algumas prefeituras, contudo de acordo com Santos (2006), têm implementado a diretriz de forma exitosa.

O acesso desigual à cidade, segundo a Plataforma Política Feminista (2002), relaciona-se com dificuldade de comprovação de renda devido à inserção majoritária da mulher no mercado de trabalho informal e ao alto percentual de desemprego feminino. A priorização da mulher na titulação dos imóveis, dessa forma, responde à necessidade de subsidiar o acesso da população de baixa renda, principalmente as mulheres negras e chefes de família. O Relatório da ONU pelo Direito à Moradia Adequada⁸ (2012) afirma a necessidade da provisão de habitação e segurança de posse para mulheres como resposta à desigualdade de gênero existente. A diminuição da vulnerabilidade e ampliação da autonomia decorrente da segurança de posse proporciona “à mulher melhores condições de negociar com seu companheiro a situação de vida do grupo familiar e a sua própria segurança nos casos de abandono ou de violência doméstica” (SANTOS, 2006, p. 205). Nesse sentido, o objetivo da diretriz seria efetivar a autonomia e cidadania da mulher a partir do reconhecimento do trabalho feminino para com suas famílias.

⁸ Ver: ROLNIK, Raquel (Org.). Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? **Relatoria da ONU pelo direito à moradia adequada**, 2012. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf> Acesso em: 06/10/2013

A partir da nacionalização da diretriz de titulação feminina, a desigualdade de gênero em seu nexos com o sistema urbano é posicionada enquanto uma questão social e objeto de intervenção pública. A incipiente publicização da prioridade da mulher na titularidade na política de habitação de interesse social, sua motivação e objetivos, e a ausência de amplo debate público, contudo limitam o potencial de transformação social da ação. Essa realidade se relaciona com o caráter apolítico atribuído às questões de gênero, o que constrange objetivos mais amplos de reconhecimento. Assim, embora proporcione o auxílio material necessário, compensando a injustiça referente à redistribuição, mantém as estruturas que engendram a opressão sexista intactas.

O resultado é marcar a classe mais desprivilegiada como inerentemente deficiente e insaciável, sempre necessitando mais e mais. Com o tempo essa classe pode mesmo aparecer como privilegiada, recebedora de tratamento especial e generosidade imerecida. Assim, uma abordagem voltada para compensar injustiças de distribuição pode acabar criando injustiças de reconhecimento. (FRASER, 2006, p. 238)

A concepção da diretriz de titulação feminina é motivada também por questões mais objetivas como a transformação da organização familiar, o aumento do número de famílias monoparentais femininas, uma tendência masculina à venda do imóvel e ao abandono do lar e, ainda, um menor índice de inadimplência por parte das mulheres (CYMBALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008). As motivações apresentadas são resultado de observação empírica, mas constituem um deslocamento da diretriz enquanto uma ação de reconhecimento, que deveria se estabelecer como uma compensação das desigualdades estruturais entre mulheres e homens. A tendência masculina à venda do imóvel em detrimento do bem-estar e segurança da família, por exemplo, legitima as posições sociais sexualizadas sem problematizar a constituição da família como um fator de estabilização social, a divisão sexual do trabalho e a privatização da “produção do viver”.

Na prática a efetivação da diretriz de titulação feminina apresenta outro obstáculo, pois o direcionamento jurídico do código civil sobre a partilha de bens, implica no direito do cônjuge em caso de separação, quando estabelecido casamento civil ou configurada união estável. A segurança de posse feminina, portanto pode ser contestada no caso de dissolução conjugal, segundo Cristiane Siggea Benedetto, Coordenadora Geral de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria do

Patrimônio da União/Ministério do Planejamento (2015), “a situação civil precisa ser resolvida de outra forma. [...] Para resolver a situação é necessária alteração na lei civil prevendo que a mulher, por cuidar da prole, deve se manter no imóvel até maioridade do último filho, por exemplo”.

A efetividade de uma ação de reconhecimento é conexas à explicitação das desigualdades, promovendo a politização da questão na qual pretende intervir. A diretriz de titulação feminina, nesse sentido, carece da sistematização das informações pertinentes à sua implementação e prática nas prefeituras e ainda da promoção de amplo debate público. O desconhecimento sobre a diretriz, tanto de sua existência, quanto de sua motivação, como será abordado no próximo capítulo, é predominante. A negligência na publicização da ação obstaculiza o reconhecimento coletivo das desigualdades de gênero e a legitimação da ação de reconhecimento enquanto uma compensação pelas desigualdades estruturais do sistema de opressão-exploração patriarcal sexista.

Capitalismo e sexismo são, nesse sentido, mitos que se realizam. A realidade contraditória do exercício de poder e das distorções de que depende se torna visível, num processo histórico em que essas contradições se ampliam, levando à tomada de consciência. Para as mulheres, a tomada de consciência significaria aproximar-se criticamente de sua imagem fraturada e alienada, antecipando sua condição futura de sujeitos autônomos, de sujeitos na construção das suas identidades. (BIROLI, 2013, p. 85)

A diretriz de titulação feminina, enquanto ação de redistribuição, está constrangida por três fatores, primeiro o caráter mercadológico imposto à política de provisão de habitação de interesse social no marco da produção capitalista do espaço; segundo a insegurança jurídica da titulação relacionada à disposição do código civil sobre a partilha de bens; e terceiro a resistência de algumas mulheres que renunciam à prioridade em favor do marido, o que se relaciona com a falta de publicização da diretriz e do caráter apolítico atribuído às questões de gênero. O fim da opressão necessita de uma nova consciência que se conforma a partir da informação. A falta de informação é funcional ao *status quo*. Os obstáculos da implementação da diretriz de titulação feminina, contudo, não diminuem seu potencial enquanto uma ação transformativa que conjuga reconhecimento e redistribuição, nem sua importância para a redução das desigualdades de gênero em seu nexos com o sistema urbano. O diagnóstico e análise da lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV na cidade do Rio de Janeiro é o objetivo da próxima seção.

3.3 Habitação, Gênero e o Programa Minha Casa Minha Vida

A distinta posição social de mulheres e homens determina experiências urbanas diferenciadas e um acesso assimétrico aos recursos e ao tempo, tanto para o trabalho, quanto para o tempo livre, elementos que possibilitam o desenvolvimento de capacidades e oportunidades. A vivência dos papéis sexualizados implica necessariamente em experiências com o espaço construído diferenciadas (MCDOWELL *apud* PRZYBYSZ, 2010). A lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV e as remoções legitimadas pelos megaeventos sediados na cidade do Rio de Janeiro, portanto implicam em consequências distintas para mulheres e homens.

A cidade é em parte uma loja atacadista de heranças fixadas, acumuladas, antes da produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado, entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. A cidade e o urbanismo podem, por isso funcionar para estabilizar um modo de produção particular (ambos podem ajudar a criar condições para autopreservação desse modo). (HARVEY, 1980, p. 174)

A Prefeitura do Rio de Janeiro com o decreto n. 36.960⁹ definiu a localização e as condições adequadas para implantação dos empreendimentos vinculados ao PMCMV. A Área de Planejamento 5 (AP5) foi definida como prioritária para a implantação de conjuntos habitacionais no município. O PMCMV na cidade do Rio de Janeiro tem transformado a lógica urbana ao alocar um enorme contingente de famílias na AP5, localizada no extremo oeste do município. A região possui uma extensão territorial de 592,33km², correspondendo a 48,4% da área municipal e em alguns pontos dista 70km do centro da cidade. Dos 96 conjuntos habitacionais do PMCMV com *Habite-se* até fevereiro de 2014, segundo dados divulgados pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), 49% foram construídos na AP5¹⁰.

⁹ Decreto n° 36.960 de 25 de março de 2013 que define as áreas e as condições adequadas para a implantação dos empreendimentos de interesse social vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal que se beneficiam da Lei Complementar n° 97, de 10 de julho de 2009, e dá outras providências.

¹⁰ As Áreas de Planejamento são uma divisão setorial realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro com fins administrativos. A Área de Planejamento 1 (AP 1) corresponde ao centro da cidade e zona portuária, áreas de ocupação mais antiga; a Área de Planejamento 2 (AP 2), delimita a zona sul litorânea e parte da zona norte; na Área de Planejamento 3 (AP 3), estão incluídas a zona norte e a área de expansão da malha ferroviária em direção ao nordeste do município; a Área de Planejamento 4 (AP 4), corresponde à área de ocupação mais recente e a segunda mais extensa na parte oeste, limitada pela faixa litorânea e pelos maciços; a Área de Planejamento 5 (AP 5) é delimita a área de maior extensão territorial, localizada à oeste e noroeste do município.

Tabela 1 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV por Área de Planejamento

<i>Área de Planejamento</i>	<i>Percentual de conjuntos habitacionais</i>
AP1	4,0%
AP2	0,0%
AP3	26,0%
AP4	21,0%
AP5	49,0%

Fonte: elaborada pela autora.

A área prioritária, segundo funcionários da Gerência de Informações Urbanísticas (GIU/CGPU/PCRJ), deveria conter a expansão da produção habitacional na área já urbanizada e com infraestrutura adequada. A análise dos dados divulgados pela Prefeitura do Rio de Janeiro demonstra que a concentração de empreendimentos do PMCMV na AP5 se efetiva predominantemente para a faixa de renda de 0 a 3 salários. O argumento técnico sobre adequabilidade e habitabilidade das áreas escolhidas para a implantação de habitação de interesse social, portanto é questionável.

Tabela 2 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV por Área de Planejamento e Renda¹¹

<i>Área de Planejamento</i>	<i>0 – 3 SM</i>	<i>3 – 6 SM</i>	<i>6 – 10 SM</i>
AP1	---	25,0%	50,0%
AP3	48,0%	8,8%	44,0%
AP4	10,0%	---	75,0%
AP5	53,0%	25,0%	17,0%

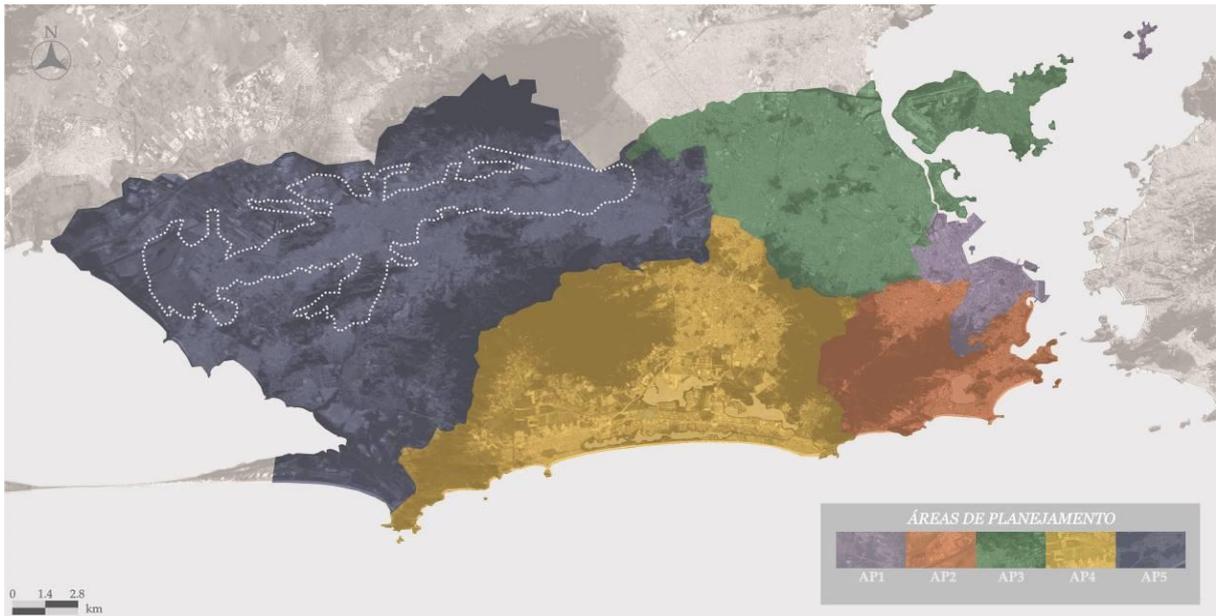
Fonte: elaborada pela autora.

Nesse sentido, a AP5 se configura como área prioritária de implantação do PMCMV apenas para a faixa de renda caracterizada como habitação de interesse social. As Áreas de Planejamento, entretanto, apresentam significativas diferenças que podem ser delimitadas por suas Regiões Administrativas¹². A AP5 é conformada por 21 bairros divididos em 5 Regiões Administrativas: Santa Cruz (RA XIX), Campo Grande (RA XXVIII), Guaratiba (RA XXVI), Bangu (RA XVII) e Realengo (RA XXXIII). A região apresenta índices preocupantes de expansão urbana desordenada por sua descontinuidade, pela frequente ocupação de áreas irregulares, pela insuficiência de infraestrutura e serviços. A AP5 possui os bairros com os menores Índices de Desenvolvimento Social (IDS) do município, e com exceção da RA Guaratiba e RA Realengo, as demais RAs possuem os maiores contingentes populacionais da cidade.

¹¹ Os empreendimentos não foram identificados pela faixa de renda em sua totalidade na lista divulgada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

¹² As Regiões Administrativas correspondem a uma divisão setorial realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro com fins administrativos. Atualmente, o município do Rio de Janeiro é dividido em 5 Áreas de Planejamento, constituídas por 33 Regiões Administrativas e 160 Bairros.

Mapa 1 – Área de Planejamento e perímetro da Área Prioritária do PMCMV



Fonte: Elaborado pela autora.

Na RA Campo Grande, região mais próxima ao centro da cidade e com maior infraestrutura, dos 15 empreendimentos do PMCMV previstos apenas 1 se destina à habitação de interesse social, enquanto 7 estão previstos para contemplarem a faixa de renda de 3 a 6 salários mínimos e 6 atendem à faixa de renda de 6 a 10 salários mínimos. Na RA Santa Cruz, por outro lado, a região administrativa localizada no extremo oeste do município, dos 14 empreendimentos do PMCMV previstos, 13 são destinados à habitação de interesse social e 1 não teve a faixa de renda que atende definida pelo documento divulgado. Assim, pensar em provisão periférica da habitação de interesse social não se limita à relação entre os bairros mais afastados e o centro da cidade. A implantação de habitação de interesse social nas áreas desprovidas de infraestrutura e serviços das Regiões Administrativas que possuem áreas urbanizadas e que estão sendo destinadas às faixas de renda superior é sintomática da lógica de localização da habitação no contexto da produção capitalista do espaço.

Os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta. Além disso, o conjunto da população e das empresas utilizam, em alguma medida, os serviços disponíveis apenas no centro principal, de modo que a distância em que se encontram do referido centro determina seus gastos de transporte (em dinheiro e tempo) cada vez que se deslocam até ele. De tudo isto resultaria um “gradiente” de valores do solo urbano, que a partir do máximo no centro principal iria diminuindo até atingir um mínimo nos limites do perímetro da cidade. (SINGER, 1982, p. 29)

O município dispõe no âmbito do PMCMV de 66.270 unidades habitacionais contratadas junto à Caixa Econômica Federal. Os empreendimentos destinados às famílias com renda até 3 salários mínimos, faixa de renda em que se concentra a maior parte do déficit habitacional no município, totalizam 33.363 unidades habitacionais. O déficit habitacional, de acordo com a metodologia proposta pela Fundação João Pinheiro (2013), é calculado pela soma dos domicílios considerados precários, dos domicílios com coabitação familiar, dos domicílios onde há ônus excessivo com aluguel urbano e dos domicílios alugados com adensamento excessivo. O déficit habitacional no município do Rio de Janeiro totaliza 220.774 unidades habitacionais, não foi possível verificar se são contabilizados os casos de remoção com alegação de área de risco, tampouco as remoções relacionadas às obras realizadas para a preparação da cidade para os megaeventos.

A Lei Orgânica do Município¹³ restringe os casos de remoção às situações em que as condições geotécnicas imponham risco aos seus habitantes. O risco deve ser comprovado por laudos técnicos e a comunidade atingida e as entidades representativas devem participar da análise e definição das soluções de reassentamento, que não necessariamente implicam na remoção da comunidade. No caso de inevitável remoção, de acordo com a Lei Orgânica, o reassentamento deve ser realizado em localidades próximas dos antigos locais da moradia ou do trabalho. A Lei Complementar nº 111/2011, que dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, por outro lado, flexibiliza o recurso da remoção e principalmente a distância máxima definida para o local de reassentamento em relação à antiga moradia e trabalho. A quantidade de unidades habitacionais contratadas, a lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV e, ainda, a realidade enfrentada diante das remoções implicam transformações agudas na estrutura urbana e impactam profundamente no cotidiano de indivíduos em posições sociais que acumulam vulnerabilidades.

As políticas públicas concebidas a partir das demandas sociais são fruto de escolhas embasadas em uma interpretação sobre essas questões sociais. A definição da AP5 como prioritária para a implementação de empreendimentos do PMCMV

¹³ Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, artigo 429, parágrafo VI. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf> Acesso em: 01/10/2014.

destinados à faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos é sintomática de um processo que viabiliza provisão habitacional sem promover inclusão social ou possibilidade de autonomia. Os dados do estudo sobre a distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro¹⁴ demonstram grande concentração territorial dos postos de trabalho formais na Região Administrativa Centro, que acumula 54,6% dos postos de trabalho disponíveis. Apenas 10 bairros no total de 160, concentram 50% dos postos de trabalho. Entre os bairros mais representativos quanto à sua participação no total de postos de trabalho formais oferecidos, Campo Grande é o único bairro localizado na AP5 e sua participação corresponde a 2,45% dos postos de trabalho formais disponíveis na cidade.

O deslocamento sistemático de milhares de pessoas para a AP5 e uma política habitacional fragmentária e desconexa de outras políticas públicas e do planejamento urbano, determinam deslocamentos intraurbanos diários no sentido periferia-centro com distâncias que superam 50km. A noção de periferia extrapola a questão da distância implicando também em precariedade de serviços públicos e infraestrutura, assim como “baixa renda diferencial” que determina a estratificação social e a vulnerabilidade dos indivíduos. A escassez de serviços públicos, como iluminação pública e transporte, serviços de saúde e segurança aumenta a vulnerabilidade das mulheres aos diferentes tipos de violência nos espaços público e privado como aponta a pesquisa realizada pela ONG ActionAid¹⁵ (*apud* MENEZES, 2014). A pesquisa que aborda a insegurança urbana na perspectiva das mulheres foi realizada no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte e demonstra que 73,9% das mulheres entrevistadas já desviaram o caminho porque a rua não possuía iluminação pública suficiente, 53,3% acreditam que a má qualidade dos serviços públicos aumenta os casos de estupro, assalto ou assédio, 98% afirmaram que a iluminação pública proporciona maior segurança, 79,4% afirmaram que as ruas e praças não são seguras para meninas e mulheres, 40,8% acreditam que a má qualidade dos serviços

¹⁴ Para mais informações sobre a distribuição espacial do trabalho formal no Rio de Janeiro ver: MEDEIROS JUNIOR, Helcio de; GRAND JUNIOR, João. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro em 2008: uma análise espacial. **Coleção Estudos Cariocas**: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscaricocas/download/2938_Distribui%C3%A7%C3%A3o%20dos%20empregos%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20em%202008.pdf Acesso em: 25/01/2015

¹⁵ Disponível em: http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/linha_de_base_webv.pdf

públicos limita seu direito de ir e vir, 49% afirmaram que o trajeto para a escola não é seguro e 70,6% já deixaram de sair de casa em determinado horário.

O Dossiê Mulher¹⁶ divulgado pela Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro demonstra que as mulheres permanecem sendo as maiores vítimas dos crimes de estupro (82,8%), de tentativa de estupro (90,3%), além de ameaça (65,9%), lesão corporal dolosa (63,6%), violação de domicílio (63,5%), supressão de documento (56,8%), calúnia, injúria e difamação (72,3%) e constrangimento ilegal (59,6%). Esses crimes acontecem predominantemente no espaço doméstico ou no âmbito de relações familiares, contudo, não se pode ignorar sua ocorrência nos espaços públicos. A violência contra a mulher associada exclusivamente à violência doméstica mascara a violência e a insegurança inerentes à experiência urbana das mulheres, que se relaciona a objetificação do corpo feminino, e conseqüentemente com a naturalização do assédio e da violência sexual em espaços públicos. As desigualdades de gênero em seu nexos com o sistema urbano, quando manifestada pela insegurança, em geral, é problematizada a partir do comportamento e hábitos dos indivíduos. A negligência em relação à violência contra a mulher no espaço público se relaciona também à interpretação das questões referentes ao gênero como apolíticas, à oposição entre o público e o privado e à subnotificação dos casos.

A interação social no território, segundo Gillian Rose (*apud* Silva, 2007) envolve um tipo de propriedade, conquistada historicamente pela violência e estruturada como fortificação, como proteção de si e exclusão dos outros. A luta simbólica pelo espaço urbano, segundo a autora conforma-se como uma estratégia de tornar o outro invisível e fixar sua posição à margem, gerando uma tensão entre “centro” e “margem” que reposiciona os sujeitos sociais no território e na estrutura social.

A percepção de que as mulheres devem se adaptar a cidade e não a de que a cidade deve ser igualmente aberta à experiência de todos os gêneros. Assim, para evitar o medo – sentimento expressado constantemente nos últimos três anos desse trabalho – se faz comum o aconselhamento às mulheres para se “cuidarem”, ou seja, para “evitarem certos itinerários, horários, roupas, etc”, assim limitando e determinando sua experiência do espaço público. Esse trabalho procura fazer o aconselhamento inverso. O de que a cidade e seus serviços devem ser sensíveis aos gêneros. (ACTIONAID, 2014, p. 36)

¹⁶ Ver: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê Mulher 2014**. Org.: Paulo Augusto Souza Teixeira e Andréia Soares Pinto. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2014. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2014.pdf Acesso em: 06/12/2014.

O padrão de apreensão e apropriação do espaço a partir da perspectiva de gênero, de acordo com Gillian Rose (*apud* Silva, 2007), é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas. Os espaços de constrangimento, segundo Silva (2007), como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são a materialização das diferenças de acesso entre homens e mulheres à cidade. O zoneamento urbano inerente ao planejamento urbano racionalista reafirma divisão sexual do trabalho ao fragmentar a cidade em áreas direcionadas às atividades comerciais, residenciais e industriais.

A insegurança, mais aguda em espaços periféricos e sem infraestrutura e serviços públicos, limita a experiência urbana das mulheres. A produção autônoma de renda monetária é central para a efetivação da autonomia. A impossibilidade de acesso ao trabalho reafirma a *posição* no espaço e o *lugar* possível. A lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV para habitação de interesse social e a tendência de concentração dos postos de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, portanto obstaculizam o trabalho feminino e estimulam o padrão de divisão sexual do trabalho, o que amplia a vulnerabilidade das mulheres na cidade.

Madalena Barbosa, de 40 anos, abriu mão de trabalhar fora como técnica de enfermagem por causa da falta de transporte público perto de casa. A única opção a faria caminhar por um longo trecho na escuridão. (MENEZES, 2014)

O trabalho feminino obstaculizado e considerado subsidiário encontra em espaços definidos pela ausência de infraestrutura e serviços públicos um elemento que intensifica a divisão sexual do trabalho: insuficiência ou mesmo ausência da rede pública de Instituições de Educação Infantil. A inevitável responsabilização da mulher pela “produção do viver”, nesse contexto, evidencia “que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597). A ausência de creches e pré-escolas implica na impossibilidade mesmo da “conciliação” da vida familiar e profissional. Embora, o ideal da conciliação posiciona o trabalho reprodutivo como apêndice do trabalho assalariado, atribui exclusivamente à mulher a tarefa de conciliar e ainda reafirma o *status quo* segundo o qual mulheres e homens não são

iguais diante do trabalho profissional (Id., 2007), é sintomático constatar que mesmo isso se inviabiliza nas periferias.

Nas áreas centrais da cidade, além de ampla rede de serviços públicos e privados acessíveis para quem dispõe de recursos, a oferta farta e barata de trabalhadoras domésticas consente o trabalho profissional feminino. Para as mulheres fixadas em espaços periféricos e desprovidos de infraestrutura e serviços, a responsabilização pela “produção do viver” é vivenciada de forma mais aguda e implica na ampliação da vulnerabilidade. A posição no *espaço* exacerba o *lugar* na estrutura social. Segundo as Nações Unidas, 70% da população mundial considerada pobre são mulheres, que são vítimas de discriminação, com restrições e limitações no acesso à terra, ao crédito, à educação, à uma adequação tecnológica, além de receberem menos que os homens para tarefas idênticas.

A realidade cotidiana que reafirma a divisão sexual do trabalho se complexifica quando relacionada com a expansão do percentual de famílias monoparentais femininas. A ausência do cônjuge não se traduz necessariamente no empobrecimento do núcleo familiar, contudo a precariedade e flexibilidade do trabalho feminino, a alta taxa de desemprego, assim como a responsabilização com a “produção do viver”, tendem a ampliar a vulnerabilidade das mulheres, e conseqüentemente, das famílias monoparentais femininas. O número de mulheres responsáveis pelos domicílios, segundo Carneiro (2005) corresponde a 35,3% dos núcleos familiares na cidade do Rio de Janeiro. Entre as Regiões Administrativas (RAs) nas quais os domicílios compostos por famílias monoparentais são mais representativos, destacam-se Botafogo (RA IV), Santa Cruz (RA XIX), Penha (RA XI) e Realengo (RA XXXIII), apresentando percentual entre 10% e 15% dos casos, Madureira (RA XV), Zona Portuária (RA I) e Méier (RA XIII), com percentual entre 15% e 20% e Campo Grande (RA XVIII) e Bangu (RA XVII), com percentual acima de 20%. As RAs com maior índice de famílias monoparentais femininas estão localizadas na AP5.

A lógica de localização da provisão de habitação de interesse social no PMCMV e seu caráter fragmentário, que desconexo de outras dimensões da experiência urbana produz moradias mas não efetiva o “direito à cidade” e a inclusão social podem estimular o fenômeno da feminização da pobreza e ampliar a desigualdade de gênero em seu nexos com o sistema urbano. O caráter conservador da prática de planejamento urbano no marco da produção capitalista do espaço se vincula à desconsideração das distintas experiências urbanas, mas também à omissão sistemática em relação à

cidade em sua totalidade. A implementação de políticas públicas fragmentárias, com objetivos muitas vezes conflitantes e que derivam da conjuntura política, determina resultados reais descolados do discurso que as legitima.

As desigualdades de gênero, explícitas ou implícitas, no sistema urbano determinam um ciclo em que a “ausência” ou dificuldade de inserção da mulher no sistema urbano invisibiliza ou desvaloriza suas demandas específicas. A desconsideração da questão de gênero na formulação das políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano se traduz em cidades nas quais o grau de desigualdade, opressão e inacessibilidade é matizado pelo nível de vulnerabilidade inerente a cada posição social. A intensidade da vulnerabilidade da mulher na cidade determina a “ausência” ou inserção reduzida nos espaços públicos. E assim o ciclo recomeça. Nessa perspectiva, o próximo capítulo tem como objetivo a reflexão sobre os limites e potencialidades da Diretriz de Titulação Feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida, considerando as diversas dimensões da vida urbana.

4 ENTRE O *HABITATE* O *HABITAR*

O presente capítulo tem a intenção de refletir sobre a materialidade da desigualdade de gênero na cidade a partir da política de habitação social, e avaliar o potencial da Diretriz de Titulação Feminina como ação de redistribuição e reconhecimento. A produção capitalista do espaço determina a apropriação desigual do sistema urbano. A desigualdade conformada por distintivos sociais, raciais e de gênero determina um processo de acúmulo de desvantagens. A posição social conformada pelo acúmulo dos distintivos classe e gênero determina o *lugar* possível que se reafirma no *espaço* vivenciado. A perspectiva que há uma profunda conexão entre a produção do espaço e a construção das relações de gênero determina a reflexão sobre como a organização territorial reflete nas desigualdades. As distâncias espaciais que afirmam distâncias sociais, organizam, qualificam e naturalizam as estruturas sociais materializadas pela produção capitalista do espaço.

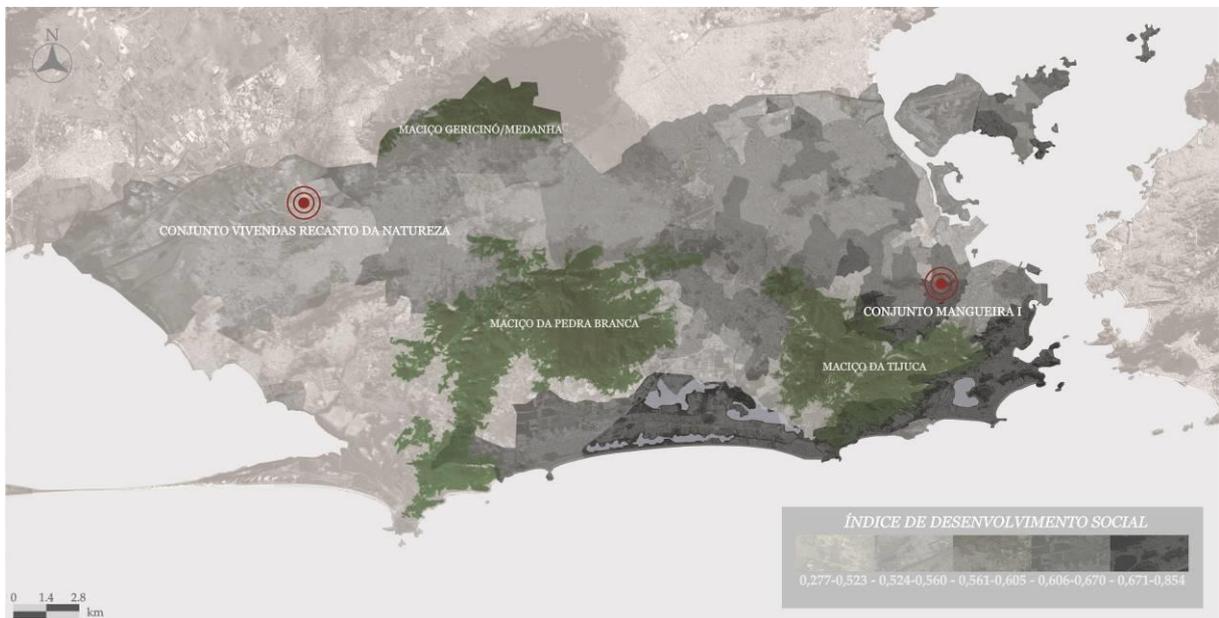
A oposição entre *habitat* e *habitar* estimula a avaliação da provisão de habitação de interesse social sob a perspectiva crítica que o acesso ao sistema urbano se distribui de maneira desigual a partir do *lugar* determinado à cada posição social. O acesso desigual ao sistema urbano, quando vinculado ao acúmulo de vulnerabilidades, determina um processo recíproco no qual o *lugar* possível e o *espaço* vivenciado se legitimam e reforçam mutuamente. O processo consolidado pelo *habitus* no marco da produção capitalista da habitação de interesse social reafirma o *habitat*. Os grupos sociais marcados pelos distintivos que determinam desigualdade vivenciam a negação ao direito à cidade de forma mais aguda e cumulativa, pois o impedimento de acesso ao sistema urbano determina o processo de acúmulo de desvantagens que ampliam a vulnerabilidade.

O estudo comparativo de dois conjuntos habitacionais distintos pela localização, processo de reassentamento e padrão construtivo está subsidiado pela reflexão sobre o *habitat* e o *habitar*. A habitação social produzida pelo PMCMV se apresenta homogênea e periférica e, salvo raras exceções, essa lógica de localização e padrão construtivo são hegemônicos. Os processos de remoção em diversas localidades do Rio de Janeiro, permeados de violações de direitos, também são relevantes posto que delineiam atualmente de forma significativa a população atendida pela provisão de habitação de interesse social.

O conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza no bairro Paciência, zona oeste do Rio de Janeiro, foi selecionado por representar um caso típico da lógica de localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV no Rio de Janeiro e da homogeneização das necessidades habitacionais em um padrão construtivo único. O conjunto foi destinado ao reassentamento de famílias removidas de diversas e distantes localidades da cidade, apresentando população residente heterogênea, e se localiza a cerca de 50km de distância do centro e às margens da Avenida Brasil, área de urbanização escassa e grandes glebas desocupadas.

O conjunto habitacional Mangueira I no bairro Mangueira, zona norte do Rio de Janeiro, foi selecionado por constituir uma exceção tanto em relação à localização e padrão construtivo, quanto ao processo que conduziu sua ocupação. O conjunto localizado em região central provida por infraestrutura urbana e serviços públicos foi destinado às famílias oriundas do processo de remoção da favela Metrô-Mangueira após a luta dos moradores pela permanência ou formas de compensações justas. O processo de reassentamento atípico proporcionou solução habitacional próxima ao antigo local de moradia e definiu um perfil populacional mais homogêneo.

Mapa 2 – Localização dos conjuntos Vivendas Recanto da Natureza e Mangueira I



Fonte: Elaborado pela autora.

O trabalho de campo nos conjuntos habitacionais buscou apreender os indicadores significativos sobre o acesso das mulheres ao sistema urbano, considerando os limitantes distintivos classe e gênero. A desigualdade de gênero relacionada ao território é um fenômeno multidimensional que retém diversos

indicadores complexos e relacionais. A pesquisa foi orientada pelas dimensões de análise que compreendem: *cuidado e dependência; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos e condições habitacionais*. As dimensões de análise indicadas conformam uma estrutura abrangente de questões centrais no cotidiano das mulheres, que revela a tensão entre autonomia e vulnerabilidade feminina. A segurança de posse, elemento central da pesquisa, foi observada em seu potencial de diminuição da vulnerabilidade das mulheres contempladas pela política de habitação de interesse social. A Diretriz de Titulação Feminina evidencia a materialidade da opressão sexista no território e estabelece um vínculo entre as questões pertinentes à política de habitação de interesse social e de políticas afirmativas, evidenciando o padrão desigual de acesso à cidade de mulheres e homens. A escassez de dados oficiais determinou a necessidade de obtenção tanto de dados quantitativos, quanto qualitativos.

A efetividade da diretriz de titulação feminina, tanto como ação de redistribuição, quanto de reconhecimento foi avaliada a partir de dados quantitativos sobre os domicílios titulados no nome da mulher considerando o tipo de composição familiar, e de informações qualitativas sobre o conhecimento e reconhecimento da ação como uma política afirmativa. Assim, a mensuração das unidades habitacionais tituladas no nome da mulher relacionada às dimensões de análise apresentadas permite a reflexão sobre o potencial de ampliação da autonomia feminina, tanto na relação conjugal, quanto na vivência na cidade. A análise do grau de informação dos entrevistados sobre a prioridade feminina envolve a compreensão da diretriz como um direito constituído que objetiva romper com desigualdades persistentes, perspectiva essencial em políticas afirmativas.

A pesquisa foi centralizada por questionário semiestruturado com intuito de obter dados comparáveis entre os dois conjuntos selecionados, assim como entre mulheres e homens e tipos de composição familiar, gerando parâmetros para o desenvolvimento da pesquisa¹. Como a pesquisa domiciliar aborda questões delicadas ou controversas que poderiam ser consideradas íntimas, optou-se por não identificar os entrevistados, muitos se apresentaram espontaneamente, outros pediram para não ser identificados. A opção se mostrou acertada pois permitiu aos entrevistados mais confiança no momento da entrevista.

¹ Ver modelo do questionário aplicado na pesquisa domiciliar no APÊNDICE A, p. 216.

A definição das dimensões de análise se basearam na proposta metodológica para a conformação do indicador sintético Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003). O questionário formulado, contudo não intenciona constituir um índice sintético, mas a apreensão das dificuldades de acesso ao sistema urbano pelas mulheres contempladas pela política de habitação social e, mais especificamente, pela diretriz de titulação feminina. As entrevistas domiciliares foram realizadas com moradores de ambos os sexos para possibilitar a apreciação de uma amostragem mais significativa e o contato com realidades distintas. O questionário formulado contempla a situação do cônjuge, dessa forma as questões qualitativas elaboradas exclusivamente para avaliar a diretriz foram utilizadas no caso da entrevistada ser mulher, enquanto as demais eram pertinentes à comparação das dimensões de análise entre mulheres e homens e entre tipos de composição familiar.

A realização da pesquisa domiciliar defrontou com situações imprevistas inicialmente, como a realização da entrevista na presença do casal, do grupo familiar ou mesmo de pessoas da vizinhança e parentes. Nessas situações, embora a presença de um coletivo possa ter alterado o teor de algumas respostas, de maneira geral o processo foi positivo, pois permitiu observar a complexidade da desigualdade de gênero e a assimetria na relação conjugal. As entrevistas realizadas somente na presença da mulher foram mais intimistas e permitiram a identificação de casos bem sintomáticos, nos quais o acúmulo de vulnerabilidades determina uma situação familiar de extrema precariedade.

As dimensões de análise: *cuidado e dependência*, *acesso ao conhecimento*, *acesso ao trabalho*, *disponibilidade de recursos* e *condições habitacionais* serão apresentadas detalhadamente a seguir.

A presença de crianças, jovens e idosos incorre na necessidade de cuidado cotidiano, assim como despesas adicionais com segurança, alimentação e atendimento médico. A dimensão de análise *cuidado e dependência* se relaciona com a responsabilização das mulheres pela “produção do viver” (HIRATA; ZARIFIAN *apud* HIRATA; KERGOAT, 2007). A vulnerabilidade da mulher nessa dimensão de análise é observada a partir das informações sobre o tipo de composição familiar, a presença de dependentes, o número de residentes na unidade habitacional e a razão de dependência econômica. A proporção entre o número de residentes em idade ativa contribuindo com a renda familiar e de dependentes determina a razão de

dependência do domicílio, visto que um há um indicativo de vulnerabilidade quando muitos dependem da renda de poucos (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003).

A questão do *cuidado e dependência* de muitas formas centraliza a realidade cotidiana das mulheres, pois determina a possibilidade de acesso ao conhecimento, ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, de geração de renda autônoma. A independência efetiva para mulheres e homens não é possível sob condições de desemprego, discriminação e persistência de atitudes patriarcais. O cuidado com os dependentes é central do processo de privatização da família e, conseqüentemente, em sociedades de raízes patriarcais, na responsabilização da mulher pela “produção do viver”. A possibilidade de coletivizar o cuidado com os dependentes e as tarefas domésticas, efetivando em termos substantivos os direitos, já afirmados juridicamente, como os serviços básicos de creche e atendimento médico, é a única forma de estabelecer relações equânimes entre mulheres e homens.

A coletivização do cuidado com os dependentes e tarefas domésticas é um hiato persistente. Os planos utópicos para comunidades alternativas se difundiram no século XIX na Europa e Estados Unidos a partir das ideias de Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen. A defesa da união livre já estava presente no pensamento utópico, mas nesse momento, pela primeira vez, essas ideais passaram a contemplar a socialização do lar e emancipação das mulheres. Os falanstérios concebidos por Charles Fourier foram implantados em mais de 40 comunidades nos Estados Unidos entre as décadas de 40 e 60 do século XIX. A igualdade entre mulheres e homens foi proclamada. Nos falanstérios, contudo, o cuidado com os dependentes e as tarefas domésticas foram socializados, mas continuavam sendo realizados exclusivamente por mulheres de forma comunitária. Assim, “as mulheres eram iguais, mais ainda não como os homens” (GOLDMAN, 2014, pag.44).

O Código do Casamento, da Família e da Tutela ratificado em outubro de 1918 pelo Comitê Executivo Central do Soviete na União Soviética pós revolução é outro marco de ações relativas à socialização da “produção do viver”. O objetivo de alcançar a igualdade das mulheres a partir do “definhamento da família” seria gradual. Esse processo seria efetivado por meio da socialização do trabalho doméstico e da emancipação das mulheres, pautada no trabalho assalariado e da união livre. Esse processo eliminaria a dependência das mulheres para com os homens, promovendo novas relações de liberdade entre os sexos. O Código de 1918 proporcionou às mulheres igualdade perante a lei, mas o desafio de substanciar a igualdade na vida

cotidiana enfrentou a opressão feminina milenar e fixada nos hábitos e relações sociais. O processo deveria avançar para a efetivação dos direitos das mulheres. A burocratização da União Soviética foi um retrocesso em relação à libertação feminina, com Stalin defendendo a “volta à família e ao lar”. O processo estancou, mas a legislação proposta apresenta uma reflexão complexa sobre a desigualdade de gênero ainda pertinente (GOLDMAN, 2014).

A dimensão *cuidado e dependência* se relaciona intimamente com as demais dimensões de análise, que em conjunto determinam a possibilidade de acesso das mulheres no sistema urbano. A posição territorial define o acesso aos serviços que possibilitariam ou potencializariam o aumento da autonomia feminina. A existência de redes de solidariedade e ajuda mútua entre mulheres, que na ausência de serviços públicos suficientes que permitam mesmo que parcialmente a socialização do cuidado com os dependentes, viabilizam o trabalho feminino, constituindo um elemento de diminuição de vulnerabilidade. A manutenção das redes de solidariedade é especialmente relevante diante do massivo processo de remoção de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro. A relação entre autonomia feminina e território, portanto apresenta diversas particularidades relacionadas à “produção do viver”.

A complexa questão da conformação da identidade também se relaciona ao *cuidado e dependência*, sendo fundamental para a apreensão da relação da mulher com o sistema urbano. A ideia que “não se nasce mulher, torna-se” de Beauvoir (1980) centraliza boa parte do pensamento feminista moderno. Na abordagem denominada pós-estruturalista, a ruptura com as identidades de gênero e as respectivas funções sociais sexualizadas, assim como do binário sexo e gênero é parte fundamental da estratégia política feminista. A questão familiar e maternidade, nesse contexto tornam-se um hiato quando discutida a “biologização” das relações sociais. Se por um lado é possível discutir relações familiares cujas responsabilidades sejam divididas de forma equitativa entre mulheres e homens, é perceptível que há na conformação identitária uma enorme associação entre ser mulher e ser mãe. A maternidade está intrinsecamente ligada ao espaço privado, reafirmando a construção social que define o *espaço* possível e desejável da posição social das mulheres.

A universalização da categoria mulher é latente e desqualifica pontos basilares de uma vivência cotidiana invisibilizada e silenciada, excluindo da reflexão sobre a opressão sexista uma parcela significativa de mulheres. A opressão investe sobre mulheres em situações diferentes de formas diversas. Nesse contexto, a

desvalorização da vida familiar reflete a natureza de classe de algumas abordagens feministas e a tensão entre a valorização da diferença e a concepção da igualdade de gênero (MIGUEL; BIROLI, 2013). A diferença nem sempre é algo positivo e não se restringe aos fatores subjetivos e culturais, sendo intrínseca à questão das desigualdades econômicas e políticas. A desvalorização da família para Gilligan (*apud* VARIKAS, 2013) desacredita a “ética da responsabilidade” atribuída ao feminino em oposição à ética universalista, hegemônica e masculina, que representa em termos abstratos, a superioridade do homem sobre a mulher. As diferenças são diversas, algumas devem ser valorizadas outras precisam ser extintas. A reflexão e ação sobre a complexidade da conformação da identidade e valorização da diferença é uma das tarefas políticas do feminismo (FRASER, 2006).

A dimensão de análise *acesso ao conhecimento* é significativa para a apreensão do grau de vulnerabilidade das mulheres pois se configura como um meio para a satisfação das necessidades. A análise dos índices de analfabetismo, de escolaridade formal e de qualificação profissional, é essencial para a apreensão do potencial de autonomia individual e da comparação da realidade vivenciada entre mulheres e homens, e entre mulheres em composições familiares diversas. Assim, o nível de acesso ao conhecimento interfere na possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, na simetria do relacionamento conjugal e conseqüentemente, no aumento da autonomia feminina. A análise do acesso aos programas de qualificação profissional também é pertinente, pois possibilita a apropriação do sistema urbano diante da lógica de distribuição de postos de trabalho qualificados, que oferecem oportunidades e alternativas em espaços determinados da cidade.

O padrão de localização do PMCMV concentra os conjuntos habitacionais em regiões com infraestrutura e serviços insuficientes e precários e que, portanto, oferecem menos postos de trabalho no seu entorno imediato. A dimensão de análise *acesso ao trabalho* está intrinsecamente relacionada ao acesso ao sistema urbano, pois determina a possibilidade de geração de renda autônoma. A localização periférica da provisão de habitação social, portanto, obstaculiza a inserção das mulheres no mercado de trabalho e define um processo de acúmulo de desvantagens. Assim, além de acessar quantidade inferior e mais precarizada de postos de trabalho, as mulheres ainda devem equacionar o trabalho com a “produção do viver” diante da escassez de equipamentos públicos, principalmente de ensino infantil e saúde, o que é

intensificado pelas remoções que determinam uma ruptura com as antigas redes de solidariedade que permitiam certa autonomia e ajuda mútua entre mulheres.

A noção de "divisão sexual do trabalho" é essencial para a análise do *acesso ao trabalho*, pois além de se referir à diferença espaço-temporal e qualitativa da distribuição de mulheres e homens no mercado de trabalho, evidencia a relação do trabalho com os processos sociais permeados por desigualdades territoriais, sociais e de gênero. A divisão espacial do trabalho é certamente influenciada pela divisão sexual do trabalho. Assim, a reflexão informada pelas noções de divisão sexual do trabalho e de divisão espacial do trabalho compreende a possibilidade das mulheres acessarem o mercado de trabalho considerando sua localização na cidade. As informações sobre carga horária, função exercida, tempo em que está no emprego atual e o acesso à carteira assinada permitem observar a flexibilidade e/ou instabilidade do vínculo empregatício possível às mulheres residentes nos conjuntos habitacionais pesquisados.

A capacidade de geração de renda abordada na dimensão de análise *disponibilidade de recursos* está vinculada à possibilidade exercer alguma atividade remunerada. A origem dos recursos não é *a priori* determinante para a satisfação das necessidades, contudo o grau de independência e segurança familiar e individual se vincula à relação entre a parcela da renda gerada autonomamente e a parcela recebida por transferência de renda (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003). A análise da desigualdade de gênero relacionada à transferência de renda é complexa, uma vez que a independência e a segurança se relacionam com a possibilidade de geração de renda autônoma. No caso das mulheres, principalmente em famílias monoparentais femininas, a dificuldade de inserção formal no mercado de trabalho é um limitante. Assim, se por um lado a transferência de renda demonstra certa insegurança e dependência familiar, é também um meio para a autonomia de mulheres que acumulam as tarefas da "produção do viver" e de geração de renda.

As informações sobre as dimensões *acesso ao trabalho* e *disponibilidade de recursos* mediadas pelo tipo de conformação familiar são relevante para a reflexão sobre processo de "feminização da pobreza", fenômeno que relaciona o aumento de famílias chefiadas por mulheres à perpetuação da pobreza. O sistema de opressão-exploração patriarcal que limita o acesso ao mercado de trabalho e à bens e ativos, assim como aspectos sobre as condições de saúde e reprodução caracterizam o fenômeno da pobreza, mas não o determinam. Assim, a ausência de cônjuge não se

traduz automaticamente no agravamento das condições de rendimento nas famílias sob chefia feminina, embora associado a outros fatores possibilite a identificação de maior vulnerabilidade entre mulheres e conseqüentemente seu empobrecimento² (SABÓIA; SOARES, 2004).

O desenvolvimento territorial desigual sob as exigências do modo de produção capitalista desconsidera na provisão de habitação de interesse social, elementos fundamentais como: localização adequada, habitabilidade, disponibilidade de transporte público, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos e adequação cultural. A dimensão de análise *condições habitacionais* se baseia nos princípios da noção de direito à cidade para analisar os conjuntos habitacionais selecionados. Os elementos determinantes de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade foram incluídos no escopo da pesquisa como forma de verificar a tensão entre vulnerabilidade e autonomia das mulheres contempladas pela política de habitação de interesse social, assim como sua relação com o sistema urbano.

A análise das *condições habitacionais* compreende tanto a observação empírica da vivência dos moradores após a mudança e o nível de satisfação geral em relação aos serviços e equipamentos acessados, quanto o levantamento urbanístico do entorno, direcionado à apreensão das distâncias, acessibilidade e mobilidade em relação aos equipamentos e serviços públicos. A distância em relação à antiga moradia, os gastos com a atual moradia, e finalmente o que motivou a mudança para o conjunto, isto é, se foi espontânea e efetivada por meio de sorteio no PMCMV ou devido à remoção, são elementos avaliados nessa análise.

A pesquisa nos conjuntos habitacionais Vivendas Recanto da Natureza e Mangueira I intenciona apreender, considerando o acúmulo dos distintivos classe e gênero, a reciprocidade dos processos que definem o *espaço* disponível na cidade e o *lugar* possível à mulher na estrutura social. Nesse sentido, observar o potencial da diretriz de titulação como um meio para a inflexão no *habitus* que permeia as relações sociais e econômicas analisadas é essencial. A reflexão pretendida nesse capítulo é subsidiada por três objetivos analíticos principais, i) verificar se a Diretriz de Titulação Feminina está sendo implementada em todos os casos possíveis e a efetividade

² A vulnerabilidade econômica das mulheres, por exemplo, está associada ao desemprego feminino e à concentração em atividades de baixa qualificação e mal remuneradas, principalmente naquelas que seriam extensões das atividades domésticas, assim como à presença de filhos na fase inicial do ciclo de desenvolvimento aumentam a razão de dependência e os custos familiares.

desta, tanto em termos de redistribuição, quanto de reconhecimento; ii) a partir das informações quantitativas e qualitativas sobre a titulação feminina e das dimensões de análise, observar se a priorização da titularidade feminina na política habitacional de interesse social possibilita a ampliação do acesso das mulheres ao sistema urbano, minorando as desigualdades sexista; iii) avaliar em análise comparativa dos dois conjuntos selecionados e do levantamento urbanístico do entorno, como a lógica de localização da habitação de interesse social interfere na possibilidade de apropriação do sistema urbano, especialmente para as mulheres.

A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi procurada em diversas ocasiões com a solicitação de dados precisos sobre a implementação da Diretriz de Titulação Feminina na cidade. Os procedimentos e desafios da efetivação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis são informações relevantes para a avaliação da efetividade da ação. Os funcionários não forneceram qualquer tipo de informação alegando que a questão da prioridade feminina não é pertinente à SMH ou que por ordem direta do então Secretário Municipal de Habitação, Pierre Alex Domiciano Batista, estavam impedidos de discutir qualquer aspecto do PMCMV.

A avaliação de políticas públicas deve compreender as fases parciais do processo que compõe o ciclo político de determinada ação pública. O ciclo é composto pelas fases de formulação, implementação e controle dos impactos das políticas. A fase de controle e correção investiga os impactos efetivos de programas com o intuito de otimizar e adaptar continuamente as formas de ação pública (FREY *apud* TREVISAN; VAN BELLEN, 2008). Essa avaliação é competência do poder público, e embora o PMCMV seja objeto de diversas análises, a Diretriz de Titulação Feminina é uma lacuna, principalmente em escala nacional. Assim, tanto em relação à política de provisão de habitação de interesse social, quanto em relação à diretriz uma avaliação dos impactos efetivos é indispensável. Infelizmente, a maneira como o PMCMV tem sido implementado no Rio de Janeiro e sua relação intrínseca com o alto índice de remoções impede que seja avaliado de forma satisfatória pela falta de transparência do processo.

4.1 O Habitar no conjunto Vivendas Recanto da Natureza

O conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza, localizado na Avenida Brasil nº 49.271 no bairro Paciência no município do Rio de Janeiro, foi inaugurado em abril de 2013. O empreendimento do PMCMV, foi viabilizado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e destinado a famílias com renda de até três salários mínimos. Evidente exemplo da lógica de localização dos empreendimentos PMCMV, o conjunto Vivendas Recanto da Natureza, implantado às margens da Avenida Brasil, e cercado de enormes glebas não urbanizadas, está distante tanto do centro da cidade, quanto das centralidades da zona oeste do Rio de Janeiro. A posição relacional do conjunto na cidade motivou a opção como objeto de estudo, pois permite a pretendida análise comparativa entre conjuntos habitacionais, avaliando criticamente a oposição centro/periferia na produção capitalista da habitação de interesse social.

Mapa 3 – Localização do conjunto Vivendas Recanto da Natureza



Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa domiciliar no conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza foi realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2014, sexta-feira e sábado respectivamente, e consistiu na realização de pesquisa domiciliar baseada em questionário semiestruturado. A realização da pesquisa domiciliar em dias úteis e fim de semana teve o objetivo de abranger uma amostragem mais heterogênea dos residentes. As questões foram elaboradas, com o intuito de analisar em termos quantitativos e qualitativos a efetividade da Diretriz de Titulação Feminina no conjunto. O potencial da segurança de posse para a diminuição de vulnerabilidade feminina foi avaliado a partir das dimensões de análise, *cuidado e dependência, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e condições habitacionais*, considerando ainda o tipo de composição familiar dos domicílios.

Além da pesquisa domiciliar que destaca a questão da titulação feminina, foi realizada uma análise da estrutura urbana do entorno e da qualidade construtiva do conjunto habitacional. O diagnóstico urbanístico e arquitetônico teve como objetivo identificar as características demográficas e infraestruturais da região e ainda os principais equipamentos e serviços públicos no perímetro de 2km do conjunto pesquisado. As características urbanas identificadas permitem a avaliação do grau de vulnerabilidade feminina em relação ao sistema urbano.

Foto 1 – Localização do Conjunto Habitacional Vivendas Recanto da Natureza



Conjunto Habitacional Vivendas Recanto da Natureza à esquerda, visualizado a partir da passarela instalada na Avenida Brasil. Fonte: Poliana Monteiro.

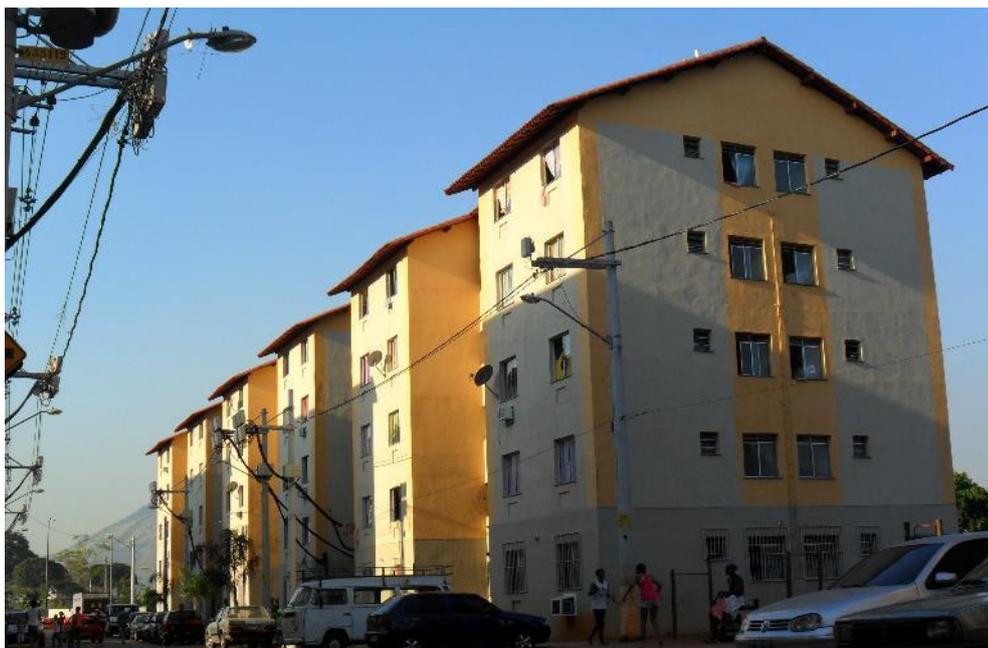
O conjunto habitacional pesquisado apresenta a estrutura construtiva padrão do PMCMV, sendo composto por 20 blocos, com cinco pavimentos cada e quatro apartamentos por andar, totalizando 384 unidades habitacionais de 42m². As unidades habitacionais são compostas por dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço.

Foto 2 – Padrão construtivo do Conjunto Vivendas Recanto da Natureza 1



Blocos de apartamento e estacionamento do conjunto. Fonte: Poliana Monteiro.

Foto 3 – Padrão construtivo do Conjunto Vivendas Recanto da Natureza 2



Blocos de apartamentos do conjunto, próximos à área de lazer na entrada do condomínio. Fonte: Poliana Monteiro.

O bairro Paciência, está inserido na Região Administrativa XIX – Santa Cruz da Área de Planejamento 5 (AP5), com uma área de 2.741,8ha e população estimada em 94.626 hab. pelo Censo 2010. O Índice de Desenvolvimento Social³ da RA XIX apresenta o índice geral de 0,478, ocupando a 29ª posição entre as 33 RAs do município. O bairro Paciência apresenta um índice geral de 0,482, ocupando a 144ª entre os 160 bairros da cidade (CAVALLIERI; LOPES, 2008).

Mapa 4 – Delimitação da Área Prioritária para o PMCMV definida pela Prefeitura



Fonte: Elaborado pela autora com base no mapa disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

³ O IDS foi inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluindo outras dimensões que caracterizam o aspecto urbano propriamente dito. Para mais informações ver: CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo P. Índice de desenvolvimento social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. **Coleção Estudos Cariocas**. Rio de Janeiro, 2008.

A AP5 foi definida como área prioritária para a alocação de empreendimentos do PMCMV pela Prefeitura por meio do decreto nº 36.960/13. A definição da área prioritária se relaciona à distância máxima em relação aos eixos viários e foi representada em mapa disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro⁴. Entretanto, é importante notar que o conjunto analisado se encontra externo à delimitação. O terreno, sem acesso por vias secundárias, não conforma uma localização viável, pois o uso habitacional não é compatível com o tráfego de uma via expressa. Como abordado anteriormente, os resultados do Censo Demográfico de 2010 para a cidade do Rio de Janeiro (CARNEIRO; SANTOS, 2013) indicam uma intensa dispersão domiciliar, assim como expansão urbana vetorizada para a AP5, região caracterizada pela ocupação urbana desordenada e descontínua e por problemas de infraestrutura e serviços públicos urbanos, principalmente transporte público.

A tendência de alocação de conjuntos habitacionais na AP5 se confirma no levantamento urbanístico realizado no entorno próximo do conjunto Vivendas Recanto da Natureza. No perímetro de 2km do conjunto pesquisado, de acordo com dados⁵, já foram implantados sete conjuntos destinados à habitação de interesse social.

Tabela 3 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV no perímetro de 2km

<i>Conjunto</i>	<i>Situação</i>	<i>nº Mapa</i>	<i>Faixa de Renda</i>	<i>nº UH</i>
Park Royal	Construído	01	0 – 3	303
Park Imperial	Construído	02	0 – 3	303
Vivendas das Cotovias	Construído	03	0 – 3	360
Vivendas das Coleirinhas	Construído	04	0 – 3	500
Nome não identificado	Construído	08	0 – 3	440
Vivendas das Orquídeas	Construído	10	0 – 3	425
Vivendas das Rosas	Construído	11	0 – 3	384
<i>Total</i>				2.715
Residencial La Plata	Previsto	05	0 – 3	485
Residencial Rosário	Previsto	06	0 – 3	497
Nome não identificado	Previsto	07	3 – 6	390
Nome não identificado	Previsto	09	3 – 6	390
Nome não identificado	Previsto	12	3 – 6	390
Nome não identificado	Previsto	13	0 – 3	283
Nome não identificado	Previsto	14	3 – 6	440
<i>Total</i>				2.875

Fonte: Elaborado pela autora.

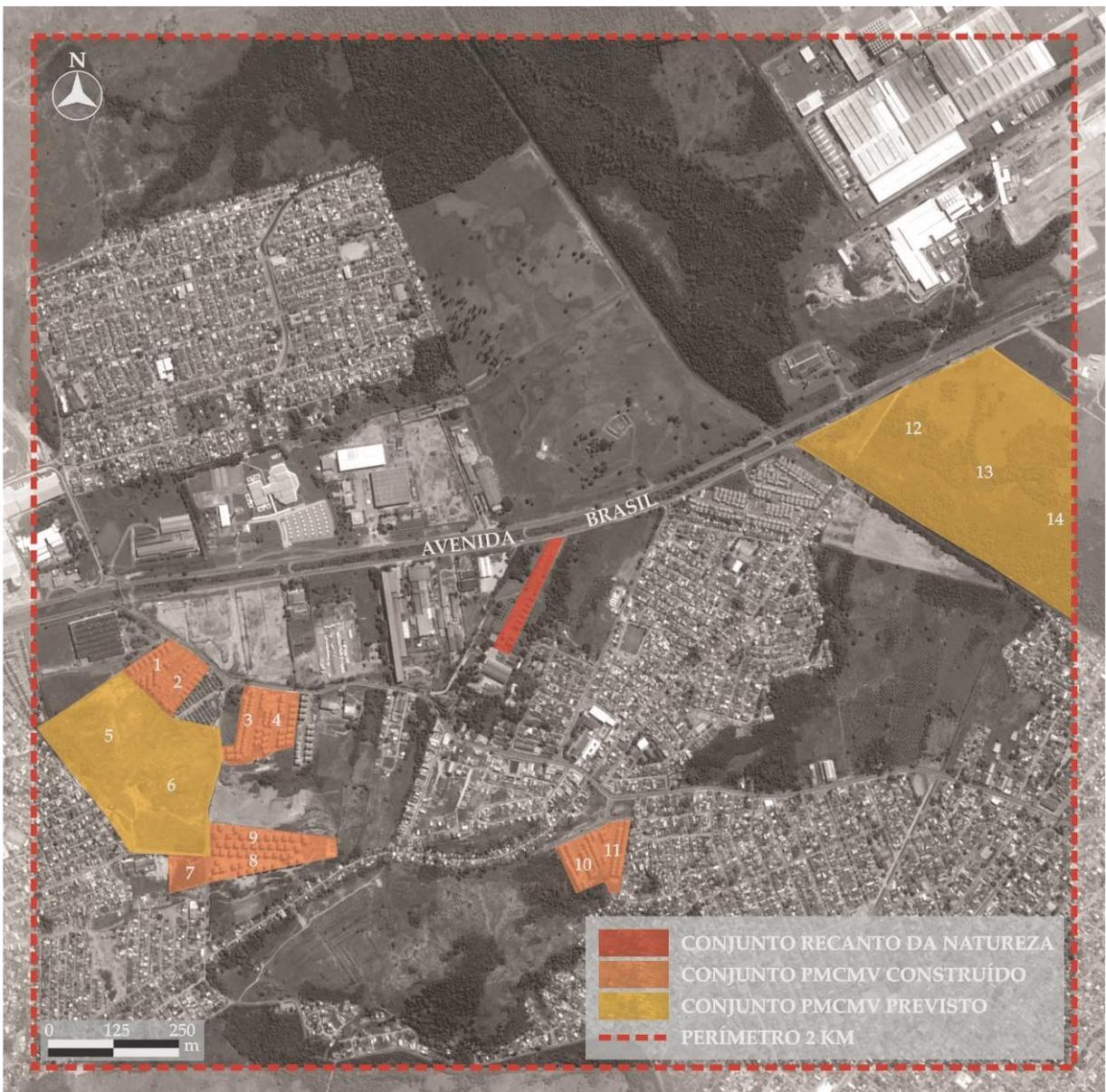
No conjunto Vivendas Recanto da Natureza foram realizadas 127 entrevistas domiciliares, totalizando 35,1% das 361 unidades habitacionais já ocupadas. Na

⁴ Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_digital_rio/?config=config/smh/mcmv.xml

⁵ Os empreendimentos do PMCMV e as respectivas unidades habitacionais, foram identificadas e quantificados em arquivo KML (extensão de arquivo utilizada para georreferenciamento). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=4121170> Acesso em: 05/06/2014.

amostragem obtida, verificou-se uma população residente 490 pessoas e a proporção de 3,8 residentes por unidade habitacional. Se essa proporção for considerada para o restante do conjunto, estima-se uma população de 1.480 pessoas. Considerando as 2.715 unidades habitacionais dos conjuntos do PMCMV já implantados no entorno e a proporção aproximada de pessoas por unidade habitacional verificada na amostragem da pesquisa, estima-se um incremento populacional de aproximadamente 10.317, no entorno imediato do conjunto. Além dos conjuntos habitacionais já implementados, estão previstos para o entorno mais sete conjuntos do PMCMV, três para a faixa de renda de 0 a 3 salários.

Mapa 5 – Conjuntos Habitacionais do PMCMV implementado/previstos no perímetro



Fonte: Elaborado pela autora.

A proporção aproximada de pessoas por unidades habitacional verificada na amostragem da pesquisa relacionada às 2.875 unidades habitacionais prevista ou em construção, sugere um incremento populacional atual de aproximadamente 10.925 pessoas, no perímetro de 2km do conjunto Vivendas Recanto da Natureza. Assim, após a implantação dos empreendimentos do PMCMV previstos para área, haverá um incremento populacional de aproximadamente 21.242 pessoas, representando um aumento de 22,4% na população total do bairro de Paciência.

A posição relacional do conjunto Vivendas Recanto da Natureza implica na precariedade relacionada à distância do centro da cidade e das centralidades da zona oeste e à insuficiência de equipamentos e serviços públicos. A implantação de outros conjuntos que atendem à mesma faixa de renda no seu entorno, e a conseqüente ampliação populacional podem acentuar a precariedade da posição relacional do conjunto. Os já escassos serviços públicos e infraestrutura da região, nesse contexto passam a ser utilizados por uma população expandida em curto período de tempo, em um processo que reforça a homogeneização social.

A ampliação populacional, por outro lado, pode ocasionar ao longo do tempo retorno mais efetivo do poder público em relação às demandas de melhorias infraestruturais e urbanísticas, além de potencialmente dinamizar a região caracterizada pela ausência de espaços comerciais, equipamentos públicos e com precárias opções de transporte e mobilidade. Assim, observadas as diferenças conjunturais e históricas, a atual política de habitação social remete à história de pioneirismo dos moradores das periferias e abertura de novas fronteiras urbanas (BONDUKI, 1998). A permanência do modelo de política habitacional restrita à provisão de moradia mas não de cidade, reafirma a habitação como propriedade mercantil e não como direito, implicando de forma aguda a estrutura urbana do Rio de Janeiro. A análise da estrutura urbana do entorno do conjunto será aprofundada neste capítulo, na seção *Condições Habitacionais*.

4.1.1 Conhecimento, reconhecimento e a Diretriz de Titulação Feminina

A pesquisa realizada no conjunto Vivendas Recanto da Natureza teve como objetivo fundamental analisar a implementação e a efetividade da Diretriz de Titulação Feminina a partir da mensuração das unidades habitacionais tituladas no nome da mulher. O tipo de composição familiar e a análise sobre o grau de informação dos entrevistados sobre a prioridade da mulher na titulação dos imóveis foram determinantes para a análise pretendida. A propriedade dos imóveis, determinante da segurança de posse e ampliação da autonomia, foi considerada.

Nesse sentido, em 84,2% das entrevistas realizadas, os imóveis foram declarados próprios, destes, em 70,1% a prioridade da mulher na titulação prevaleceu. A listagem dos proprietários foi disponibilizada na portaria do conjunto Vivendas Recanto da Natureza, esta contempla os imóveis que ainda não foram ocupados, totalizando 382 unidades habitacionais. O documento disponibilizado demonstra equivalência entre as informações levantadas em campo e as informações oficiais fornecidas no conjunto habitacional.

Tabela 4 – Titularidade das Unidade Habitacionais

<i>Domicílios declarados próprios nas entrevistas realizadas</i>	
UH titulada no nome da mulher	70,1%
UH titulada no nome do homem	23,4%
UH com titularidade compartilhada	4,7%
Não respondeu	1,8%
<i>Totalidade de unidades habitacionais do conjunto</i>	
UH titulada no nome da mulher	74,3%
UH titulada no nome do homem	25,7%

Fonte: elaborada pela autora.

O estado civil é um elemento significativo para a apreensão do nível de vulnerabilidade da mulher pois indica o tipo de composição familiar. A vulnerabilidade feminina não se relaciona exclusivamente ao tipo de composição familiar, ou seja, a ausência de cônjuge não signifique necessariamente um rendimento familiar inferior nas famílias chefiadas por mulheres. Assim como a autonomia individual de mulheres em famílias conjugais não é necessariamente mais expressiva. Relações de trabalho instáveis e de baixa remuneração, a responsabilização do cuidado com os dependentes que obstaculiza o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente a ampliação da razão de dependência são outros fatores associados à vulnerabilidade.

Tabela 5 – Estado civil do responsável pelo domicílio

<i>Estado civil</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Casadas (os)	20,5%
União estável	45,0%
Solteiras (os)	22,0%
Divorciadas (os)	7,0%
Viúvas (os)	3,9%
Não respondeu	1,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

A definição do tipo de composição familiar se baseou no estado civil declarado nas entrevistas. Como famílias conjugais foram considerados os domicílios cujos os responsáveis se declararam casados ou em união estável. As famílias monoparentais femininas foram identificadas a partir da constatação da presença de filhos em domicílios cuja a responsável se declarou solteira, divorciada ou viúva. O tipo de composição familiar predominante nos domicílios pesquisados foi a conjugal, isto é, composta por casal e filhos, representando, 65,3% dos casos. A avaliação quantitativa da efetivação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis apresenta variação significativa nos domicílios pesquisados, quando considerado o tipo de composição familiar.

Tabela 6 – Composição familiar por domicílio

<i>Composição familiar</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Família Monoparental Feminina	24,4%
Família Conjugal	65,3%
Outros arranjos familiares	10,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

A titulação feminina, quando avaliada na totalidade dos domicílios, se efetiva em parcela significativa destes. Nos domicílios compostos por famílias conjugais, entretanto, o grau de efetivação da prioridade da mulher na titulação diminui significativamente, chegando a quase 16% a menos que nos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas. Os dados demonstram, portanto que em situações onde havia a possibilidade de titular tanto o homem quanto a mulher, a efetivação da prioridade da mulher se reduziu. A diminuição da efetividade da titulação feminina em domicílios compostos por famílias conjugais pode estar relacionada com a situação de informação insuficiente sobre a prioridade da mulher na titularidade dos imóveis providos pela política de habitação social. A pouca visibilidade da diretriz de titulação feminina, tanto de forma geral, como enquanto política afirmativa, minora sua apreensão como um direito constituído e uma ação que visa minimizar o acúmulo de vulnerabilidades inerente à desigualdade de gênero. Os motivos e implicações da

diretriz não estão claros para a maioria das pessoas entrevistadas, como é possível observar a seguir.

Tabela 7 – Titularidade das Unidades Habitacionais por sexo e composição familiar

<i>Titularidade</i>	<i>Família Monoparental feminina</i>	<i>Família conjugal</i>
UH titulada no nome da mulher	77,4%	61,5%
UH titulada no nome do homem	0,0%	22,9%
UH com titularidade compartilhada	0,0%	6,0%
UH alugada ou emprestada	22,6%	9,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

O questionamento sobre a informação da prioridade da mulher na titulação do imóvel foi significativo, pois apenas 11% dos entrevistados afirmaram conhecer a diretriz de titulação feminina. Entre os entrevistados informados sobre a titulação, em sua maioria mulheres, 85,7% representam domicílios titulados no nome da mulher. Em relação à composição familiar, em 19,4% dos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas, os entrevistados declararam estar ciente da prioridade da mulher na titulação dos imóveis, embora estivessem incertos sobre a motivação da diretriz, enquanto apenas 9,6% dos entrevistados em domicílios compostos por famílias conjugais afirmaram estar informados sobre a diretriz. Esse dado é relevante, principalmente quando considerada a significativa diminuição da efetivação da titulação feminina em domicílios compostos por famílias conjugais.

Em geral, foi possível perceber que devido à desinformação sobre a diretriz, muitas mulheres entrevistadas associavam serem titulares do imóvel ao fato de estarem em casa no momento em que o cadastramento para programas sociais do Governo Federal foi realizado. Nos casos em que o apartamento está no nome do cônjuge, as mulheres entrevistadas associaram a titulação ao fato deste ter tomado a iniciativa na resolução da burocracia necessária, em outros casos afirmaram que o imóvel foi colocado no nome delas por escolha do marido. No caso da mulher entrevistada ser a titular do apartamento, foi questionado em pergunta espontânea, isto é sem opções de resposta determinadas, como esta se sentia sendo proprietária do apartamento. Essa questão foi formulada com a intenção de apreender a perspectiva das mulheres sobre a prioridade na titularidade enquanto um direito constituído e o que isso representava para elas em termos de autonomia e reconhecimento. As respostas mais recorrentes estão elencadas na tabela abaixo.

Tabela 8 – Autonomia e Reconhecimento na Diretriz de Titulação Feminina

<i>Sentimento sobre a titulação</i>	<i>Família Monoparental feminina</i>	<i>Família conjugal</i>
“Bem”	16,1%	17,9%
“Feliz”	25,6%	20,5%
“Segura”	12,9%	5,1%
“Normal”	0,0%	20,5%
“Independente”	3,2%	7,6%
“Deixar para os filhos”	6,4%	10,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A menção ao sentimento de *segurança* em famílias monoparentais femininas foi mais expressiva do que em famílias conjugais. As respostas obtidas na pesquisa sugerem que é presumível a vulnerabilidade ampliada das famílias chefiadas por mulheres e reafirma a importância da segurança de posse nesse tipo de composição familiar. Como visto anteriormente a vulnerabilidade de famílias monoparentais femininas não se restringe à ausência de cônjuge e nem à carência financeira, mas ao possível acúmulo de vulnerabilidades relacionado à posição social da mulher.

Entre as mulheres componentes de famílias conjugais titulares do imóvel, parcela significativa declarou se sentir *normal* pelo fato de serem proprietárias do imóvel, enquanto em famílias monoparentais essa resposta não foi observada. A justificativa geral para a resposta está relacionada ao fato das mulheres serem proprietárias das antigas moradias e terem sido reassentadas pelo poder público. As respostas sugerem que mulheres componentes de famílias conjugais experimentam uma situação de maior segurança devido ao compartilhamento das experiências e dificuldades com o cônjuge, tendo sido significativos os casos em que a mulher titulada afirmou que o “papel” não significava nada e que o imóvel era de ambos. A expressão do desejo de *deixar para os filhos* foi mais recorrente em famílias conjugais.

Nas entrevistas realizadas com a participação de todo o grupo familiar ou do casal, as discussões suscitadas pelo questionamento sobre a titulação de diretriz feminina foram importantes para a análise do efeito simbólico que a priorização da mulher em políticas públicas ocasiona. Nas situações em que a conversa foi realizada apenas com a mulher, por outro lado, foi possível uma relação de mais intimidade e aprofundamento das questões. Em relato sintomático, umas das entrevistadas conta que o imóvel foi titulado no nome do marido porque “ele que tomou a frente das coisas de documento, da papelada”, e que este ameaça frequentemente de expulsá-la, terminando por dizer que se sente humilhada. Esse caso evidencia a vulnerabilidade feminina ampliada na relação conjugal no contexto de não efetivação da prioridade da mulher na titulação do imóvel.

Uma situação na qual a titulação feminina se efetivou e contribuiu para a diminuição da vulnerabilidade da mulher, foi relatada por uma moradora que anteriormente casada, estava inscrita no PMCMV mas recebia a ameaça do marido de vender o imóvel quando fossem contemplados, diante disso a entrevistada procurou a assistente social que efetivou a titulação feminina, prevenindo a arbitrariedade do cônjuge. Outro caso exemplar foi de uma entrevistada que relatou ter feito o cadastramento junto com o marido, mas a assistente social orientou a titulação feminina, o que segundo a entrevistada a ajudou, pois o marido ficou noivo de outra mulher pela internet, eles ainda moram juntos, mas na percepção da entrevistada, se o marido tivesse autonomia para vender ou expulsá-la do apartamento estaria disposto a fazê-lo. Ambos os casos revelam uma situação que define a implementação da diretriz de titulação feminina: sua efetivação depende da assistência social. Nesse sentido, a efetivação da diretriz está vinculada à sensibilidade dos profissionais da área envolvidos no processo, fato que pode se relacionar à diretriz não ter sido aplicada na totalidade dos casos cabíveis.

A percepção das entrevistadas sobre a prioridade da mulher na titulação dos imóveis na política de habitação social foi diversa e demonstra a falta de informação do poder público sobre as motivações e implicações da diretriz. Uma moradora, por exemplo, relata ter sido titulada porque na época não tinha carteira assinada e, portanto, tinha prioridade. Houve casos em que a prioridade foi justificada pelo fato de haver mais mães solteiras, percepção que vincula a prioridade na titulação à composição familiar de tipo monoparental feminina. A percepção mais recorrente sobre a titulação feminina, totalizando 20,5% das entrevistas, relaciona o fato da mulher se responsabilizar pelos filhos e “o homem não ser confiável”. Uma entrevistada justificou da seguinte forma: "por causa da separação, o homem coloca a mulher pra fora com os filhos. O filho é sempre da mulher".

A complexidade da conformação da identidade fica muito evidente nas repostas obtidas durante a pesquisa. O questionamento dos papéis sociais sexualizados é fundante da reflexão feminista contemporânea, contudo a questão da família e maternidade constituem um hiato. Em parcela significativa das entrevistas é possível perceber que há na conformação identitária uma enorme associação entre ser mulher e mãe, e no caso da pesquisa aqui desenvolvida, ser titulada na política habitacional.

A justificativa informada sobre a prioridade feminina na titulação verificada durante as entrevistas se relaciona à tendência presumida de que “o homem costuma

vender sem a autorização da mulher". Em entrevista, uma das moradoras alegou que "de repente é para o homem não tomar, mas acho que deve ficar no nome de quem está em casa quando vão fazer a ficha". A alegação sugere uma associação do direito à prioridade na titulação com o cuidado da casa e da família. Nos casos em que a entrevista foi feita na presença do cônjuge, algumas pessoas consideraram a prioridade da mulher injusta. Em alguns casos os entrevistados associaram a prioridade feminina na titulação com o fato da Presidente da República ser mulher, em outros casos, na percepção das entrevistadas, a "irresponsabilidade" do homem justificaria a diretriz de titulação feminina.

A análise sobre a implementação e a efetividade da Diretriz de Titulação Feminina com a mensuração das unidades habitacionais com mulheres tituladas e o grau de informação sobre a prioridade da mulher na titularidade, demonstrou, que enquanto ação prática e redistributiva esta não se confirmou em todos os casos nos quais seria pertinente e mesmo desejável. As ações afirmativas têm a finalidade de superar desigualdades com medidas específicas e pontuais. O reconhecimento é conexo ao conhecimento, isto é, a efetividade da ação afirmativa está relacionada à percepção e ao debate coletivos e públicos da desigualdade que pretende minorar. Os indivíduos que acumulam os distintivos que conformam posições sociais de maior vulnerabilidade, portanto devem conhecer e reconhecer na ação afirmativa um direito constituído, o que não se efetiva no conjunto pesquisado. A ação afirmativa informada como um direito que intenciona minorar uma situação de desigualdade socialmente construída, não naturalizada, apresenta maior possibilidade de transformação.

4.1.2 Vulnerabilidade e autonomia no sistema urbano

O tratamento subsidiário da desigualdade de gênero na elaboração de políticas públicas ignora a vulnerabilidade feminina na cidade diante da produção capitalista do espaço e da habitação social. Os distintivos que definem a posição social dos indivíduos, e conseqüentemente as urgências de grupos específicos não são avaliadas na implementação da política habitacional. As funções sociais sexualizadas posicionam a mulher no sistema urbano a partir de demandas da vivência cotidiana familiar que são desconsideradas, assim como as especificidades de composição familiar e o número de residentes. A provisão de habitação de interesse social homogeneizada e homogeneizadora reafirma a faceta mercantilizada da moradia em oposição ao direito à habitação.

A crítica sobre produzir moradia mas não cidade reverbera quando considerada a relação da mulher com o sistema urbano. A mulher implicada pelas funções socialmente construídas que a responsabilizam pelo cuidado e tarefas domésticas terá a disponibilidade de recursos influenciada pela provisão de equipamentos como creches e escolas e/ou pela rede de solidariedade constituída entre mulheres. A presença de equipamentos no entorno do conjunto habitacional é irrelevante se não houverem vagas disponíveis, o que geralmente acontece. A impossibilidade de compartilhar as tarefas relativas ao cuidado obstrui o acesso da mulher ao mercado de trabalho, desafio ampliado pela lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV. O trabalho flexibilizado constitui para mulheres uma alternativa de geração de renda que embora, não seja ideal permite a ampliação da autonomia feminina e da equidade na relação conjugal. A localização periférica e isolada do sistema urbano de conjuntos como o Vivendas Recanto da Natureza implica na redução das possibilidades de geração de renda para as mulheres.

A definição dos locais para a implantação dos empreendimentos do PMCMV considera apenas a proximidade com eixos principais do sistema viário, ignorando outros aspectos da vivência cotidiana, e conseqüentemente a especificidade de grupos que acumulam distintivos de vulnerabilidade. A lógica de localização dos conjuntos habitacionais no PMCMV, portanto influencia na efetividade da ação enquanto política afirmativa com potencial de avançar no aumento real da autonomia das mulheres.

A avaliação da forma como a segurança de posse proporcionada pela Diretriz de Titulação Feminina amplia o nível de apropriação das mulheres ao sistema urbano é um dos objetivos da pesquisa realizada. As dimensões de análise *cuidado e dependência*, *acesso ao conhecimento*, *acesso ao trabalho*, *disponibilidade de recursos* e *condições habitacionais* relacionam aspectos da vivência cotidiana com o acúmulo de vulnerabilidades. As dimensões de análise em conjunto quando mediadas por informações de sexo e composição familiar permitem refletir sobre a autonomia feminina em relação ao sistema urbano.

4.1.2.1 Cuidado e dependência

A dimensão de análise *cuidado e dependência* envolve a complexidade inerente ao cuidado com os dependentes, isto é, crianças, jovens e idosos, considerando que a responsabilização pela “produção do viver” define a vivência cotidiana das mulheres. A quantidade de pessoas habitando a mesma unidade habitacional e a razão da dependência econômica, isto é, a proporção entre o número de adultos em idade ativa e de dependentes é significativa para a análise da vulnerabilidade feminina.

Tabela 9 – Razão da Dependência: residentes por Unidade Habitacional

<i>nº de residentes</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
1 residente	11,0%
2 residentes	13,5%
3 residentes	23,5%
4 residentes	21,2%
5 residentes	12,6%
6 residentes	7,1%
7 ou mais residentes	11,1%

Fonte: Elaborada pela autora.

A densidade de ocupação excessiva foi observada no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, havendo unidades habitacionais com até nove moradores, o que embora seja uma exceção, evidencia o caráter homogeneizado da provisão de habitação social e a padronização das necessidades de moradia. O conceito mais amplo de *necessidades habitacionais* desenvolvido pela Fundação João Pinheiro utiliza dois segmentos de análise, o *déficit habitacional* e a *inadequação de domicílios*

*urbanos*⁶. O *déficit habitacional* compreende de forma geral a necessidade de construção de novas moradias, enquanto a *inadequação de domicílios urbanos* concentra os problemas na qualidade de vida dos moradores. O segmento *inadequação de domicílios urbanos* considera entre outros elementos, o adensamento excessivo, caracterizado quando o número médio de residentes é superior a três por dormitório.

O padrão construtivo do PMCMV para a faixa de renda de até três salários mínimos se baseia no modelo familiar considerado padrão: um casal e dois filhos. Os apartamentos compostos por dois quartos e área construída de 42m² são, portanto inadequados para mais de cinco moradores, embora os critérios de inadequação desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro considerem nesse caso, o adensamento com até 6 residentes adequado. Os domicílios com mais de cinco residentes totalizam 18,2% das unidades habitacionais pesquisadas, enquanto domicílios com sete ou mais residentes representam 11,1% dos casos. Entre os domicílios compostos por famílias conjugais 21,6% apresentam mais de cinco residentes, o que ocorre em apenas 13,1% dos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas. Os dados que sugerem maior razão de dependência entre famílias conjugais.

A razão de dependência se relaciona com o número de componentes do núcleo familiar e o número de dependentes, sendo relevante para a apreensão da vulnerabilidade feminina. O cuidado infantil foi mais representativo na dimensão *cuidado e dependência*. Entre os domicílios pesquisados 70,1% apresentam crianças, enquanto apenas 7,1% tem presença de idosos.

Tabela 10 – Razão da Dependência: crianças por Unidade Habitacional

<i>nº de crianças</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
1 criança	31,4%
2 crianças	28,0%
3 crianças	14,6%
4 crianças	13,5%
5 ou mais crianças	11,2%
Não respondeu	1,3%

Fonte: *Elaborada pela autora.*

Em relação à quantidade de crianças por unidade habitacional, foram observados casos de domicílios com a presença de até sete crianças, embora não seja a regra. A análise dos dados demonstrou que a quantidade de crianças é superior

⁶ Para mais informações ver: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>> Acesso em: 30/09/2014.

em domicílios compostos por famílias conjugais, reafirmando a tendência de maior razão de dependência nesse tipo de composição familiar.

A heterogeneidade constatada tanto em relação ao tipo composição familiar, quanto no número de moradores e presença de crianças por unidade habitacional contrasta com o padrão construtivo das unidades habitacionais do PMCMV. A política de habitação de interesse social provê *a priori* moradia com parâmetros reduzidos de habitabilidade e inadequação relativa a adensamento. Mais de 20% dos domicílios compostos por famílias conjugais apresentam adensamento excessivo se considerado como parâmetro de habitabilidade o número máximo de cinco moradores por unidade habitacional. A habitabilidade e o adensamento certamente devem ser considerados um fator de vulnerabilidade.

4.1.2.2 Acesso ao conhecimento

O grau de vulnerabilidade dos indivíduos está também atrelado à possibilidade de acessar a informação e o conhecimento, sendo, portanto um meio para a satisfação das necessidades. A dimensão de análise *acesso ao conhecimento* contribui especificamente para a comparação entre homens e mulheres, pois permite a apreensão da simetria na relação conjugal, da perspectiva de acesso das mulheres ao mercado de trabalho, logo do aumento da autonomia da mulher. Além disso, permite a confrontação das informações entre os dois conjuntos habitacionais selecionados para a realização da pesquisa. A posição territorial implica na posição social. Assim, a lógica de localização do PMCMV, em seu nexos com a possibilidade de acesso à educação formal e profissional, permite observar como a posição territorial na cidade pode implicar na vulnerabilidade da posição social da mulher.

Tabela 11 – Escolaridade

<i>Níveis do Ensino</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Analfabeto	3,4%	3,1%
Ensino Fundamental incompleto	42,0%	35,4%
Ensino Fundamental completo	18,5%	17,7%
Ensino Médio incompleto	15,1%	9,4%
Ensino Médio completo	18,5%	15,6%
Ensino Superior incompleto	0,0%	2,1%
Ensino Superior completo	0,8%	2,1%
Não respondeu	1,7%	14,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

No conjunto Vivendas Recanto da Natureza a taxa de analfabetismo encontrado na amostragem pesquisada não foi significativa. O ensino fundamental incompleto foi o nível de escolaridade mais frequente entre mulheres e homens. De maneira geral, as mulheres na amostragem da pesquisa apresentaram grau de escolaridade superior aos homens. O tipo de composição familiar quando ponderado na análise determina resultados relevantes. O percentual de analfabetismo entre mulheres em famílias monoparentais femininas é mais expressivo do que em famílias conjugais, representando 8,8% por casos. De maneira geral, as mulheres componentes de famílias conjugais apresentam grau de escolaridade superior. Nesse contexto, as mulheres chefes de famílias acumulam desvantagens, que ampliam a vulnerabilidade feminina e familiar.

O acesso de mulheres a curso profissionalizantes é inferior ao dos homens, o que implica conseqüentemente em maiores dificuldades em acessar o mercado de trabalho e, portanto da ampliação da autonomia individual. Sobre a existência de cursos profissionalizantes próximo à moradia, menos de 5% dos entrevistados afirmaram conhecer algum, o SENAC e a FAETEC foram mencionados. A ausência de cursos profissionalizantes no entorno próximo ao conjunto é um impedimento para formação profissional de mulheres implicadas pelas tarefas reprodutivas.

Tabela 12 – Acesso à Formação Profissional

<i>Frequência em Cursos Profissionalizantes</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	19,4%	29,2%
Não	48,7%	35,4%
Não respondeu	31,9%	35,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual de mulheres que frequentaram algum curso profissionalizante se amplia para 31,2% entre as que declararam trabalhar ou exercer alguma atividade remunerada e para 55,5% entre as mulheres com ensino fundamental completo. Assim, o acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho em conjunto permitem a ampliação da geração de renda monetária, assim como a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, se constituindo como elementos fundamentais no aumento da autonomia individual das mulheres.

4.1.2.3 Acesso ao trabalho

A dimensão *acesso ao trabalho* em seu nexos com sistema urbano admite que a autonomia individual está condicionada pela relação entre posição social e posição territorial, permitindo diversas mediações comparativas entre as informações. O *lugar* determinado pela posição social delimita o *espaço* vivenciado. A partir do nexos entre divisão sexual e espacial do trabalho, que explicitam as diferenças de acesso e distribuição territorial do mercado de trabalho, essa dimensão de análise permite apreender o nível de acesso ao espaço urbano e, conseqüentemente do diferente grau de autonomia de mulheres e homens. A divisão desigual do trabalho doméstico, a responsabilização feminina pelo cuidado com os dependentes e as discrepâncias na remuneração para trabalhos equivalentes são fatores definidores da maior vulnerabilidade de famílias chefiadas por mulheres. A mediação das informações sobre trabalho feminino entre famílias conjugais e famílias monoparentais femininas, portanto é necessária.

A lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV ao concentrar a provisão de habitação em áreas periféricas, portanto reflete na possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. As localidades preferidas pelos empreendedores para implantar os conjuntos, em geral, têm menor potencial de oferecer postos de trabalho no seu entorno imediato. No contexto das remoções no Rio de Janeiro, além de homogeneizar e segregar a cidade, a lógica de localização do PMCMV determina a ruptura das redes de solidariedade que permitiam alguma autonomia e ajuda mútua entre mulheres. Essa rede de solidariedade, em geral, é a forma que as mulheres, sem acesso ao serviço público de creche e sem recursos para utilizar o serviço particular, acessam o mercado de trabalho. A análise comparativa da dimensão *acesso ao trabalho* entre os dois conjuntos selecionados, realizada na seção 4.3, é relevante devido à diferença relacional da posição territorial no Rio de Janeiro.

No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, em 41,2% dos domicílios entrevistados, as mulheres estavam exercendo alguma atividade remunerada, enquanto o percentual entre os homens é de 84,4%. Os dados refletem a desigualdade no acesso ao mercado de trabalho diante da “divisão sexual do trabalho” e, conseqüentemente, do caráter subsidiário conferido ao trabalho feminino. Entre as mulheres que afirmaram não trabalhar ou exercer alguma atividade remunerada, apenas 1,7% se declararam “desempregadas”, isto é, compreendem como conjuntural

não estarem inseridas no mercado de trabalho. A situação de desemprego foi definida como provisória por 80% dos homens que declararam não estar trabalhando.

Tabela 13 – Acesso ao Trabalho

<i>Trabalhando / exercendo atividade remunerada</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	41,2%	84,4%
Não	57,1%	11,5%
Não respondeu	1,7%	4,1%

Fonte: Elaborada pela autora.

A participação da mulher no mercado de trabalho em 2011, segundo dados do IBGE (2012), corresponde a 45,4% da população feminina economicamente ativa, enquanto que entre os homens economicamente ativos esse índice atinge 54,6%. O predomínio da presença das mulheres em trabalhos relacionados aos serviços domésticos persiste, havendo, entretanto, um aumento percentual significativo de mulheres, principalmente na administração pública, seguidos de atividades relacionadas ao comércio e à prestação de serviços. A proporção de mulheres trabalhando com carteira assinada, em 2011, foi de 40,4%, enquanto entre os homens de 59,6%, sendo o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho mais significativo entre atividades sem carteira assinada. Além disso, o rendimento médio do trabalho feminino representa 72,3% em relação ao rendimento dos homens.

O acúmulo de vulnerabilidades que define a posição social da mulher, portanto, define a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, e de diversas formas, a possibilidade de apropriação efetiva do sistema urbano. Nesse sentido, outro dado relevante é a comparação do local de trabalho entre mulheres e homens, enquanto 22,5% das mulheres que trabalham ou exercem alguma atividade remunerada declararam trabalhar em casa, apenas 1,1% dos homens declararam a mesma situação.

Tabela 14 – Acesso ao Trabalho: local de trabalho

<i>Local</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Localidades diversas	65,2%	74,2%
Domiciliar	22,5%	1,1%
Próximo à moradia	4,1%	6,2%
Sem lugar fixo ou itinerante	8,2%	12,3%
Não respondeu	0,0%	6,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os homens por meio do trabalho acessam mais o sistema urbano. A vivência em diferentes localidades da cidade, inclusive os bairros considerados nobres e que, portanto, tendem a oferecer melhores postos de trabalho e remuneração mais alta, é mais expressiva entre os homens. Como observa Bourdieu:

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais [...] (1997, p. 162)

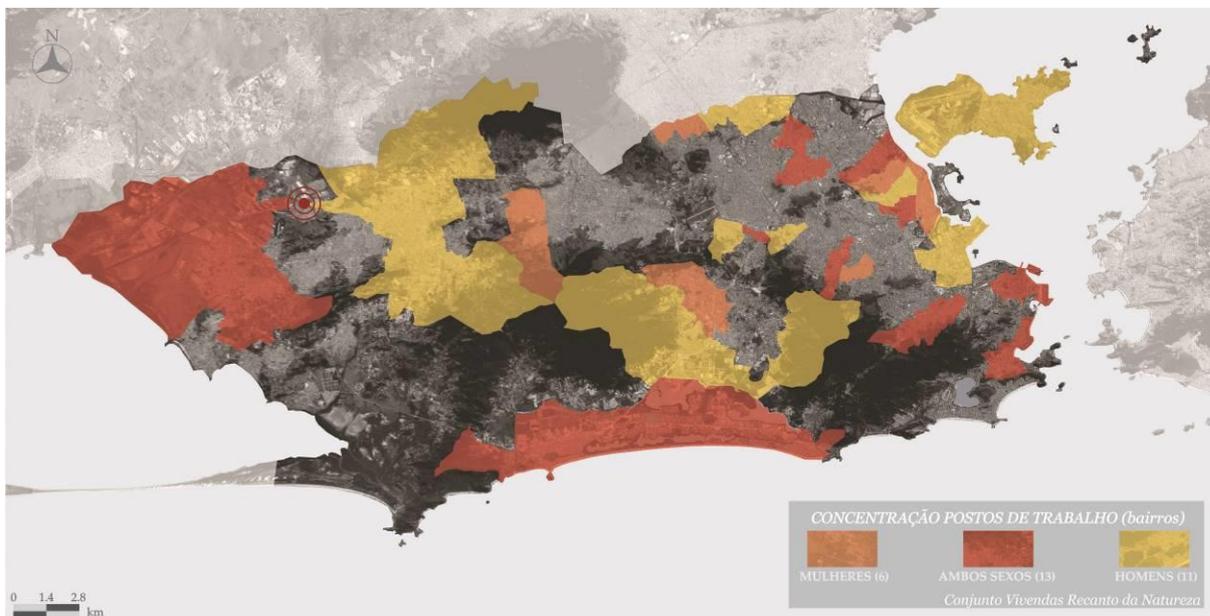
Tabela 15 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho

<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Anchieta / Barra da Tijuca / Belford Roxo / Bonsucesso / Campinho / Campo Grande / Centro / Engenho de Dentro / Irajá / Itaguaí / Maré / Méier / Nova Iguaçu / Olaria / Penha / Recreio / Santa Cruz / Senador Camará / Taquara / Tijuca	Barra da Tijuca / Benfica / Bonsucesso / Botafogo / Cajú / Campo Grande / Cascadura / Centro / Costa Barros / Curicica / Duque de Caxias / Engenho de Dentro / Engenho Novo / Flamengo / Ilha do Governador / Ipanema / Irajá / Itaboraí / Jacarepaguá / João Fortes / Penha / Pavuna / Ramos / Recreio / Santa Cruz / São Cristóvão / São Gonçalo / Tijuca / Vicente de Carvalho / Vila Valqueire.
<i>20 localidades diferentes</i>	<i>30 localidades diferentes</i>

Fonte: Elaborada pela autora.

Assumindo que a afirmativa é válida não somente para a localização da moradia mas da vivência urbana, acessar a cidade significa inserção mais efetiva no sistema urbano. A inserção no sistema urbano apresenta um efeito distintivo entre os indivíduos tanto material, quanto simbólico pois o *espaço* possível na cidade interfere no *lugar* possível na estrutura social.

Mapa 6 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

O tipo de trabalho ou atividade remunerada exercido interfere no nível de vulnerabilidade feminina pois define a faixa salarial e a possibilidade de crescimento profissional. Entre as mulheres entrevistadas e que exercem alguma atividade

remunerada, 22,5% se dedicam a atividades relacionadas ao cuidado com os dependentes e tarefas domésticas, como cuidadora de crianças, cuidadora de idosos, diarista e doméstica. Entre os homens essas atividades não foram identificadas. A repetição das tarefas realizadas no âmbito doméstico, e ainda o baixo reconhecimento social das tarefas domésticas e de cuidado com os dependentes pode constituir um desestímulo ao trabalho, acentuando o acúmulo de vulnerabilidades.

Tabela 16 – Acesso ao Trabalho: tipo de trabalho ou atividade remunerada

<i>Tipo</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Trabalho relacionado à “produção do viver”	22,5%	0,0%
Trabalhos diversos	75,5%	100%
Não respondeu	2,0%	0,0%

Fonte: elaborada pela autora.

Na amostragem da pesquisa, o trabalho masculino compreende 39 atividades diferentes. A gama de postos de trabalho ocupado por homens é mais diversificada e entre as funções exercidas, a necessidade de qualificação profissional é mais expressiva. Nesse sentido, embora se tenha verificado maior escolaridade feminina, a menor presença das mulheres em cursos profissionalizantes pode influenciar na diversidade de atividades remuneradas possíveis e, conseqüentemente, na possibilidade de desenvolvimento profissional.

Tabela 17 – Acesso ao Trabalho: diversidade de atividades realizadas

<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
artesanato / atendimento de telemarketing / auxiliar de serviços gerais / auxiliar de operações / balconista / bolsista capes / caixa de supermercado / camelô / catadora de reciclagem / trabalho intermitente durante as eleições colocando placa para deputado / costureira / encapsuladora / encarregada da COMLURB / gerente de loja / manicure / merendeira / secretária / servente / supervisora / técnica em enfermagem / vendedora	açougueiro / ajudante de armazém / ajudante de caminhão / ajudante de carregador / ajudante de pedreiro / ajudante de oficina / arrumador / autônomo / auxiliar de depósito / auxiliar de serviços gerais / balconista / “biscate” / caixa / carpinteiro / carregador / Ceasa / cobrador / comerciante / construção civil / cozinheiro / frentista / gari / jardineiro / maqueiro / mecânico / montador de andaime / motoboy / motorista / operador de máquinas / padeiro / pedreiro / pintor / segurança / serviços gerais / soldador / sushiman / técnico em telecomunicações / vigia / zelador
<i>21 atividades diferentes</i>	<i>39 atividades diferentes</i>

Fonte: Elaborada pela autora.

O acesso ao trabalho com carteira assinada e, conseqüentemente, aos direitos trabalhistas, define a precariedade e a flexibilidade das relações de trabalho. Expressivamente inferior entre as mulheres, reafirma a tendência à flexibilização e informalidade do trabalho feminino. A questão da flexibilidade e informalidade no trabalho feminino é complexa. As atividades remuneradas informais e flexíveis, como abordado anteriormente, são a única opção de geração de renda autônoma para

muitas mulheres-mães. Além disso, o trabalho informal não representa necessariamente uma renda inferior, pelo contrário. Na reflexão sobre vulnerabilidade, entretanto, o acesso aos direitos trabalhista determina segurança, sendo significativo para a apreensão da autonomia feminina em seu nexos com o sistema urbano.

Tabela 18 – Acesso ao Trabalho: carteira assinada

<i>Trabalho com carteira assinada</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	44,9%	60,5%
Não	51,0%	35,8%
Não respondeu	4,1%	3,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

O tipo de atividade exercida apresenta diferenças significativas em relação aos fatores que definem a precariedade do trabalho. Entre as mulheres entrevistadas que trabalham em atividade relacionadas ao cuidado com os dependentes ou tarefas domésticas, apenas 28,6% têm acesso a carteira assinada e 76,9% declararam não possuir nenhuma qualificação profissional. Entre as mulheres que trabalham em atividades diversas, 44,4% têm acesso a carteira assinada e 46,6% declararam não possuir qualificação profissional. Assim, a flexibilização e precariedade são mais constantes em trabalhos vinculados ao cuidado com os dependentes e as tarefas domésticas, considerando que o acesso aos direitos trabalhistas é menos frequente, a carga horária é inferior o que determina uma remuneração reduzida, e o percentual de mulheres com qualificação profissional é discrepante.

A flexibilização do trabalho feminino também é evidenciada pela mensuração da carga horária de trabalho semanal. Os homens, como demonstra a tabela abaixo, em geral têm carga horária mais extensa que as mulheres. A flexibilidade do trabalho, nesse sentido, determina uma relação trabalhista instável e precária, refletindo em salários rebaixados. As mulheres, que em geral já recebem salários inferiores para trabalhos equivalentes, acumulam desvantagens na inserção no mercado de trabalho.

Tabela 19 – Acesso ao Trabalho: carga horária semanal

<i>Carga Horária</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
44h	26,5%	40,8%
40h	28,6%	40,8%
35h	6,1%	0,0%
30h	0,0%	1,2%
20h	2,0%	0,0%
Escala 12x36	4,1%	1,2%
Outros	28,6%	11,1%
Não respondeu	4,1%	4,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

O meio de transporte mais significativo no deslocamento para o trabalho foi o ônibus, tanto para mulheres quanto para homens. A utilização de automóvel particular foi identificada exclusivamente entre os homens, o que define um padrão de acesso ao sistema urbano diferenciado considerando a distância do local de residência.

Tabela 20 – Acesso ao Trabalho: formas de deslocamento para o trabalho

<i>Formas de deslocamento</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Automóvel individual	2,0%	11,1%
BRT e ônibus convencional	47,0%	55,6%
Ônibus e metrô	0,0%	6,2%
Ônibus e trem	6,1%	1,2%
Ônibus e van	4,0%	6,2%
Metrô e van	2,0%	0,0%
Van	2,0%	3,7%
A pé	14,4%	7,4%
Bicicleta	0,0%	1,2%
Outros	2,0%	0,0%
Não respondeu	20,5%	7,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

O tempo de deslocamento também determina a possibilidade de apreensão ao sistema urbano, e apresentou diferenças significativas entre mulheres e homens. O tempo no deslocamento diário dos homens é mais expressivo, o que se relaciona ao fato de acessarem mais localidades e não exercerem atividade autônomas em casa.

Tabela 21 – Acesso ao Trabalho: tempo de deslocamento para o trabalho

<i>Tempo de deslocamento</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Menos de 30 minutos	16,2%	8,6%
Entre 30 minutos e 1 hora	10,2%	7,4%
1 hora	14,4%	14,8%
1 hora e 30 minutos	8,1%	18,5%
2 horas	16,2%	23,5%
Mais de 2 horas	14,4%	9,9%
Não respondeu	20,5%	17,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

A questão da alteração de trabalho ou atividade remunerada após a mudança para o conjunto Vivendas Recanto da Natureza analisa em que medida a ruptura com os antigos laços de solidariedade e a distância em relação ao antigo trabalho interferem na autonomia feminina por meio da geração de renda autônoma. Entre as mulheres que trabalham ou exercem alguma função remunerada, 40,8% mudou de trabalho ou teve que sair do antigo emprego, permanecendo desempregada. As mulheres que exerciam atividades relacionadas ao cuidado com os dependentes e tarefas domésticas totalizam 57,1% dos casos.

Tabela 22 – Acesso ao Trabalho: alteração de trabalho depois da mudança

<i>Alteração de trabalho ou atividade remunerada</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	40,8%	35,8%
Não	57,2%	59,3%
Não respondeu	2,0%	4,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

A compreensão da dimensão *acesso ao trabalho* no conjunto Vivendas Recanto da Natureza se amplia a partir de relatos dos moradores sobre a dificuldade que a distância impõe ao cotidiano. Mesmo entre os moradores que estão trabalhando ou exercendo alguma atividade remunerada, muitos relataram ter perdido o antigo serviço por causa da distância, ou porque o antigo empregador não aceitou aumentar o valor referente ao transporte, ou porque não conseguiam chegar no trabalho no horário estabelecido devido a precariedade do transporte público. Além da distância em si, o ineficiente e caro transporte público, realizado por vans não legalizadas ou por ônibus urbano cuja tarifa chega a R\$10,00, obstaculiza o deslocamento da população residente.

O percentual de mulheres que trocaram de trabalho ou deixaram de exercer alguma atividade remunerada depois da mudança para o conjunto foi superior ao dos homens. Além disso, a percepção das mulheres entrevistadas em relação a facilidade de acesso e mobilidade para o trabalho foi mais negativa, mesmo sendo percentualmente mais significativos os casos de mulheres que trabalham em locais próximos à residência. No entorno do conjunto, de acordo com os relatos dos moradores, não há oferta de postos de trabalho com carteira assinada, de forma que muitos que trocaram de trabalho após a mudança passaram a trabalhar sem carteira assinada. Assim, se por um lado, estão mais próximos ao atual local de trabalho, por outro, o vínculo empregatício é mais precário. Os casos de moradores que trabalhavam em comércio próprio e diante da remoção perderam sua alternativa de geração de renda sem receber nenhuma indenização também foram representativos.

Os casos das mulheres que não trabalham e se declararam “desempregadas” se relacionam predominantemente com a ausência ou a precariedade das creches públicas. Relatos de mulheres que deixaram de trabalhar após a maternidade, ou porque não conseguiram vagas em creches, ou porque foram obrigadas a tirar seus filhos da creche pois as crianças ficavam constantemente doentes, foram frequentes. Em um caso específico, a mãe relatou que o filho chegou em casa com queimadura

de cigarro no braço. Fatos que desestimulam ou mesmo impossibilitam o trabalho feminino.

Assim, aos indivíduos cuja posição social acumula vulnerabilidades compete o espaço periférico em todos os âmbitos da vida, aos que têm possibilidade de autonomia compete buscar um espaço mais qualificado. A autonomia individual está condicionada pela relação entre *lugar* e *espaço* no sistema urbano. Nesse sentido, o nível de apropriação do sistema urbano é diferenciado entre os homens e mulheres, evidenciando a materialidade da desigualdade de gênero na cidade.

A realidade desigual do sexismo numa sociedade de raízes patriarcais que utiliza a família como núcleo de produção e privatiza o cuidado com os dependentes por meio da responsabilização feminina da “produção viver” determina a inserção das mulheres na estrutura social. Nesse contexto, a mediação das informações sobre trabalho feminino em relação ao tipo de composição familiar oferece subsídio para analisar como a posição social da mulher interfere na possibilidade de autonomia e conseqüentemente de acesso ao sistema urbano.

Tabela 23 – Razão de Dependência: contribuição com a renda familiar

<i>Residentes contribuindo com a renda familiar</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
0	16,1%	6,0%
1	45,2%	53,0%
2	22,6%	33,7%
3	0,0%	6,0%
Não respondeu	16,1%	1,3%

Fonte: *Elaborada pela autora.*

A ocorrência de domicílios sem nenhuma pessoa trabalhando ou exercendo atividade remunerada foi mais expressiva entre famílias monoparentais femininas. As famílias conjugais, em geral, apresentaram mais residentes contribuindo com a renda familiar. Os dados confirmam a tendência à menor razão de dependência, isto é, menos pessoas economicamente ativas contribuindo com a renda familiar entre as famílias monoparentais femininas. Embora a chefia feminina não reflita automaticamente no empobrecimento do núcleo familiar, os dados sugerem que o nível de vulnerabilidade se amplia pela combinação das atividades produtivas e da “produção do viver”. Além disso, a presença de crianças, embora não seja o único determinante, interfere na possibilidade de geração de renda, apresentando interferência diferenciada em famílias conjugais.

Tabela 24 – Razão de Dependência: renda e carteira assinada

<i>Residentes trabalhando com carteira assinada</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
0	41,9%	36,1%
1	35,5%	50,6%
2	6,5%	8,5%
3	0,0%	2,4%
Não respondeu	16,1%	2,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

O número de residentes trabalhando com carteira assinada também evidencia a vulnerabilidade das mulheres chefes de família em relação ao acesso ao mercado de trabalho. Nos domicílios compostos por famílias conjugais o percentual de residentes que trabalham com carteira assinada é significativamente superior em relação aos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas. O acesso aos direitos trabalhistas e, portanto à relação de trabalho menos precarizada, são mais frequentes entre as famílias conjugais.

Tabela 25 – Trabalho Feminino por composição familiar

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
Inserção no mercado de trabalho	44,1%	39,7%
Trabalho com carteira assinada	46,6%	42,5%
Trabalho autônomo domiciliar	30,0%	27,3%
Trabalho em diversas localidades	70,0%	72,7%
Trabalho relacionado à “produção do viver”	30,0%	27,3%
Trabalho em funções diversas	70,0%	72,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

O trabalho feminino mediado pela composição familiar, contudo apresenta informações diferentes. A inserção no mercado de trabalho é mais frequente em domicílios compostos por famílias monoparentais, assim como o acesso ao trabalho com carteira assinada. Os demais elementos que definem a precariedade nas relações de trabalho, como o trabalho informal domiciliar ou as atividades relacionadas à “produção do viver”, não apresentam diferenças relevantes na análise por composição familiar.

A quantidade de dependentes por domicílio é determinante da razão de dependência. O percentual de mulheres responsáveis pelo núcleo familiar que trabalham é mais expressivo em domicílios compostos por famílias monoparentais femininas sem a presença de crianças, assim como o acesso ao trabalho com carteira assinada. Nos dois casos o trabalho informal domiciliar se verifica, sendo mais numeroso em famílias com presença de crianças. O trabalho relacionado à “produção do viver” se manifesta em ambos os casos, sendo um pouco mais representativo em famílias monoparentais sem a presença de dependentes.

Tabela 26 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Monoparental Feminina

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Presença de criança</i>	<i>Ausência de criança</i>
Inserção no mercado de trabalho	45,5%	55,5%
Trabalho com carteira assinada	40,0%	60,0%
Trabalho autônomo domiciliar	30,0%	20,0%
Trabalho relacionado à “produção do viver”	30,0%	40,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

As relações de trabalho em famílias conjugais apresentam resultados inesperados em relação a presença de dependentes. O percentual de trabalho feminino em famílias conjugais sem a presença de dependentes é mais expressivo, entretanto esses domicílios acumulam de forma acentuada os demais fatores que determinam a vulnerabilidade das relações de trabalho.

Tabela 27 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Conjugal

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Presença de criança</i>	<i>Ausência de criança</i>
Inserção no mercado de trabalho	38,5%	44,4%
Trabalho com carteira assinada	48,0%	25,0%
Trabalho autônomo domiciliar	24,0%	37,5%
Trabalho relacionado à “produção do viver”	24,0%	37,5%

Fonte: Elaborada pela autora.

O trabalho feminino em famílias conjugais, portanto é menos recorrente e mais precarizado. O mesmo acontece quando a informação é mediada pelo dado sobre presença ou ausência de crianças. Assim, os maiores níveis de precariedade das relações de trabalho feminino estão entre famílias conjugais sem a presença de crianças. Os dados demonstram que o questionamento sobre a utilização irrestrita do termo “feminização” da pobreza em sua relação com o aumento de famílias monoparentais femininas é pertinente. Ao mesmo tempo demonstram a complexidade das relações de opressão que permeiam as posições sociais naturalizadas. É notável entretanto, que apesar da constatação sobre a menor vulnerabilidade das famílias conjugais em relação ao trabalho, são justamente nesses núcleos em que o trabalho feminino é mais flexibilizado e inconstante.

4.1.2.4 Disponibilidade de recursos

A dimensão *disponibilidade de recursos* está estreitamente relacionada ao exercício de atividade remunerada e à razão de dependência nos núcleos familiares. A origem dos recursos, como abordado anteriormente, não define a satisfação das necessidades, entretanto, o grau de independência e segurança se vincula à relação entre a parcela da renda gerada autonomamente e a parcela recebida por

transferência de renda. A análise da transferência de renda em sua relação com os distintivos gênero e classe é importante para a compreensão do grau de vulnerabilidade feminina, sendo ainda relevante quando mediada pela informação do tipo de conformação familiar.

No conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza, na amostragem da pesquisa, 47,2% das famílias estão inscritas no Programa Bolsa Família, destas, entretanto 33,3% declararam não estar recebendo o benefício. Os casos de suspensão do pagamento do benefício, em geral, se relacionam com a dificuldade de reinserção das crianças, após a mudança para o conjunto, em escolas próximas ao atual local de moradia. Os relatos obtidos nas entrevistas afirmam que muitas crianças perderam o ano letivo após a mudança, motivando a suspensão do benefício. Em alguns casos os entrevistados declararam desconhecer o motivo da suspensão do Bolsa Família. Além da transferência de renda foram identificadas outras formas de renda como aposentadoria, auxílio de desemprego, auxílio doença, auxílio idoso e pensão, assim, em 22,9% dos domicílios há algum complemento na renda.

O acúmulo de desvantagens determina a vulnerabilidade inerente aos distintivos de gênero, raça e classe. Entre famílias monoparentais femininas com presença de crianças, 54,5% estão inscritas e recebendo o Bolsa Família, o que ocorre em 60% dos domicílios compostos por famílias conjugais com presença de crianças. O fato de mais famílias conjugais receberem o Bolsa Família confirma a situação observada durante a pesquisa de campo. Embora, as famílias chefiadas por mulheres não seja *a priori* mais empobrecidas, o acúmulo de funções determina maiores dificuldades com a burocracia necessária para efetivar, tanto a inscrição em programas de transferência de renda, quanto a realocação das crianças em novas escolas, pré-requisito para o recebimento do benefício. Durante as entrevistas, um núcleo familiar composto pela mãe e 6 crianças se destacou como um caso paradigmático da suspensão do recebimento do Programa Bolsa Família devido aos problemas com a burocracia, falta de informação e tempo. A responsável, que trabalhava o dia inteiro em localidade distante da moradia, não conseguiu matricular os filhos em escolas públicas próximas ao atual local de moradia, o que acarretou a suspensão do Bolsa Família.

A mulher é prioritariamente titular em programas de transferência de renda e sendo a faixa de renda beneficiária pela modalidade do PMCMV potencialmente habilitada a receber o Bolsa Família, é pertinente analisar a administração da renda

familiar. A possível isonomia entre mulheres e homens sugerida pela questão da administração da renda familiar se relativiza quando considerados somente os casos de famílias conjugais. A quantidade de domicílios nos quais os entrevistados declararam que a renda familiar é administrada pela mulher se reduz expressivamente quando consideradas apenas famílias conjugais.

Tabela 28 – Administração da Renda Familiar

<i>Administração da renda familiar</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Ambos</i>	<i>Não respondeu</i>
Domicílios em Geral	44,8%	26,0%	22,9%	6,3%
Família Conjugal	31,4%	32,5%	28,9%	7,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados confirmam as percepções sobre o assunto observadas durante a aplicação da pesquisa domiciliar. Em muitas situações, quando a entrevista foi realizada na presença do casal, apesar de afirmar que a renda era administrada por ambos, os homens se reafirmavam como provedores. Um dos entrevistados afirmou: "eu é que trabalho, ela que fica em casa com as crianças", enquanto uma mulher definiu a administração da renda familiar da seguinte forma: "ele administra a renda familiar porque trabalha". Na perspectiva observada em algumas entrevistas, às mulheres compete a compra de alimentos e o pagamento de algumas contas, enquanto os homens trabalham, portanto gerenciam a renda efetivamente.

A possibilidade de geração de renda autônoma por meio de atividade remunerada e a razão de dependência nos núcleos familiares são componentes importantes da dimensão *disponibilidade de recursos*; que apreendida a partir da posição social da mulher pobre, informa sobre a desigualdade de gênero. A administração da renda familiar pelas mulheres, no geral, foi mais expressiva, fato que se relaciona com a presença significativa de famílias monoparentais na amostragem da pesquisa. Nos domicílios compostos por famílias conjugais o índice de homens e mulheres que administram a renda familiar, assim como a administração compartilhada foi similar.

Nas famílias conjugais que a administração da renda familiar é realizada pela mulher, o trabalho feminino se verifica em 38,4% dos domicílios. Nas famílias conjugais que o homem administra a renda familiar o índice de trabalho feminino totaliza 17,6% dos casos. Nas famílias que declararam que ambos administram a renda familiar, as mulheres declaram exercer atividade remunerada em 44,4% dos domicílios. Assim, a possibilidade de isonomia nas relações conjugais é amplificada nos casos em que administração da renda e acesso ao trabalho remunerado são

coincidentes. Nas famílias conjugais em que as mulheres estão exercendo atividade remunerada, o percentual de mulheres que administram a renda familiar é de 38,4%, os homens administram a renda familiar em 11,5% dos casos. Nos domicílios compostos por famílias conjugais nos quais as mulheres declararam não exercer atividade remunerada não foram observadas diferenças relevantes.

Nos domicílios compostos por famílias conjugais cuja a titularidade está no nome da mulher, 46,4% declararam que a renda é administrada pela mulher, destes o trabalho feminino ocorre em 36,8% dos casos. Os dados indicam a importância da segurança de posse como um meio de minoração da desigualdade de gênero no âmbito familiar. Os domicílios compostos por famílias conjugais, na amostragem da pesquisa, têm mais acesso aos programas de transferência de renda, o que evidencia os aspectos de vulnerabilidade de famílias chefiadas por mulheres. Além disso, em famílias conjugais a administração da renda familiar prevalece sendo masculina. O fato das funções remuneradas serem majoritariamente exercida por homens determina baixa isonomia na relação conjugal e no acesso ao sistema urbano. A realidade observada, portanto se relaciona intensamente à possibilidade de acesso ao trabalho e evidencia que a autonomia individual, obtida pela geração de renda, é indispensável à construção de relações de igualdade entre mulheres e homens.

4.1.2.5 Condições habitacionais

A dimensão *condições habitacionais* compreende as condições de vida e habitabilidade a partir da concepção de “direito à cidade”, com o intuito de analisar as distâncias e acessibilidade em relação aos equipamentos e serviços públicos. A produção capitalista da habitação de interesse social intensifica o desenvolvimento espacial desigual. No âmbito do PMCMV, a escolha da localização dos empreendimentos, desconsidera as diretrizes do Estatuto da Cidade. Os elementos que definem a habitação adequada, de acordo com Rolnik (2012), são localização apropriada, habitabilidade, disponibilidade de transporte público, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, adequação cultural, não discriminação, priorização de grupos vulneráveis e custo acessível.

O acesso à moradia adequada, portanto, define o nível de vulnerabilidade dos indivíduos, o que em conjunto com as demais questões analisadas, indica a possibilidade de apropriação da cidade e de autonomia. Nesse sentido, a dimensão

condições habitacionais tem como objetivo avaliar o nível de apropriação do sistema urbano entre mulheres e homens, com enfoque na possibilidade de autonomia das mulheres contempladas por políticas de habitação de interesse social. Além disso, a análise urbanística do entorno é fundamental para a apreensão dos efeitos da localização dos empreendimentos do PMCMV a partir da análise comparativa dos dois conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa.

A segurança de posse é um fator essencial para a ampliação da autonomia. Na amostragem da pesquisa realizada no conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza, 84,2% dos casos a atual moradia é própria, destes, foi constatado apenas um domicílio, cujos moradores declararam pagar as prestações do apartamento. As informações sobre a propriedade da antiga moradia evidenciam o aumento da autonomia em relação à segurança de posse das famílias contemplada pelo PMCMV, pois a porcentagem de domicílios declarados “próprios” se amplia significativamente.

Tabela 29 – Segurança de Posse por domicílio

<i>Segurança de posse</i>	<i>Domicílio atual</i>	<i>Domicílio anterior</i>
Moradia própria	84,2%	65,3%
Moradia alugada	6,3%	17,3%
Moradia emprestada	7,9%	5,5%
Outros	0,0%	7,2%
Não respondeu	1,6%	4,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

A proporção de famílias que declararam pagar aluguel, entretanto é mais expressiva entre os domicílios chefiados por mulheres. A segurança de posse e, conseqüentemente, a diminuição da vulnerabilidade se efetiva em menos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas, evidenciando mais um elemento do processo de acúmulo de desvantagens.

Tabela 30 – Moradia de aluguel por tipo de composição familiar

<i>Composição familiar</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Família Monoparental Feminina	22,6%
Família Conjugal	9,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

A distância em relação à antiga moradia é um elemento importante para a manutenção dos laços sociais e de trabalho constituídos. Famílias provenientes de 42 diferentes localidades foram identificadas na amostragem da pesquisa. Em relação à motivação da mudança, a remoção pelo poder público foi a mais expressiva. Entre as famílias reassentadas, em 10,2% dos casos a remoção foi motivada pela alegação de

risco geotécnico, enquanto 23,8% pela realização de obras. As mudanças decorrentes de processos de remoção foram mais expressivas entre famílias conjugais.

Tabela 31 – Motivação da mudança para o conjunto Vivendas Recanto da Natureza

Motivação	Percentual por domicílio
Inscritos e contemplados pelo PMCMV	15,4%
Remoção	70,1%
Outros	14,5%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 32 – Mudança motivada por processo de remoção por composição familiar

Composição familiar	Percentual por domicílio
Família Monoparental Feminina	54,8%
Família Conjugal	77,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A produção capitalista da habitação desconsidera as leis vigentes ao deslocar um enorme contingente populacional para áreas distantes dos antigos locais de moradia⁷. As famílias reassentadas são provenientes de 25 localidades diferentes, as mais significativas em termos quantitativos são a Penha, Jacarepaguá e Pavuna. A distância média do deslocamento, considerando as proporções entre as distâncias em relação às localidades de origem é de 31,9km.

Mapa 7 – Remoção: bairros de origem das famílias



Fonte: Elaborado pela autora.

⁷ Para mais informações sobre remoções, ver: FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

Tabela 33 – Remoção: bairros de origem e distância do deslocamento das famílias

<i>Bairros de origem</i>	<i>Famílias deslocadas</i>	<i>% de famílias</i>	<i>Distância do deslocamento</i>
Bangu	5	5,6%	18,5km
Belford Roxo	1	1,1%	37,4km
Bonsucesso	1	1,1%	43,2km
Brás de Pina	1	1,1%	36,1km
Centro	2	2,2%	48,8km
Cidade de Deus	3	3,4%	34km
Cordovil	6	6,8%	36,5km
Cosmos	1	1,1%	5,5km
Costa Barros	5	5,6%	29,6km
Ilha do Governador	1	1,1%	48,7km
Jacarepaguá	15	16,9%	35,7km
Manguinhos	1	1,1%	43,3km
Penha	16	18,1%	39,3km
Pavuna	14	15,7%	31,3km
Praça Seca	1	1,1%	30,1km
Realengo	5	5,6%	20,8km
Rocinha	1	1,2%	66,2km
Santa Cruz	8	9,0%	10,1km
Tijuca	1	1,1%	55,6km
Vaz Lobo	1	1,1%	33,1km
	89	100,0%	$\bar{X} = 31,9\text{km}$

Fonte: Elaborada pela autora.

Os antigos moradores do Mercado São Sebastião na Penha⁸, segundo os relatos, foram removidos devido ao projeto de revitalização do complexo comercial. Um caso de remoção que poderia ser evitado com a urbanização da área e priorização da habitação como ferramenta de revitalização de áreas degradadas. Assim, embora haja ampliação percentual da segurança de posse entre as famílias reassentadas, o processo que possibilita a posse é permeado de coerção e violações de direitos. Os relatos sugerem que os efeitos da remoção foram mais agudos entre as famílias chefiadas por mulheres, uma das entrevistadas afirmou que "era obrigatório sair, os moradores só descobriram pra onde iam no dia em que entregaram as chaves", conclui dizendo que "a Prefeitura deixou construir mais de 2 mil casas nessa área da Penha e depois removeu".

O caso do núcleo familiar monoparental feminino com seis crianças exemplifica a complexidade da relação entre segurança de posse para a mulher e a produção capitalista da habitação social. A mãe continua trabalhando na Penha, próximo ao antigo local de moradia, segundo a filha de 15 anos, que respondeu a questionário e

⁸ Importante polo empresarial do Rio de Janeiro, o Mercado São Sebastião, durante anos foi negligenciado pelo poder público e gradativamente foi ocupado por população de baixa renda, que se beneficiava da centralidade do local, apesar da precariedade advinda da falta de investimentos públicos. Em 2012 mais de 300 famílias foram removidas do entorno do Mercado de São Sebastião que seria revitalizado, tendo sido reassentadas em bairros da zona oeste.

é responsável durante o dia pelo cuidado dos cinco irmãos menores. As crianças não estão frequentando a escola porque a mãe sem poder se ausentar do trabalho não conseguiu efetivar a transferência, o que ocasionou a suspensão do Bolsa Família. A entrevistada afirmou que “deram três semanas para sair, a casa antiga era grande, ficou um monte de coisa pra trás”. O processo, portanto ampliou a precariedade e vulnerabilidade desse núcleo familiar.

As remoções no Morro da Pedreira em Costa Barros também se relacionam à realização de obras pela Prefeitura, mas segundo o relato dos moradores, “até agora não construíram nada”. O caso dos antigos moradores de Cordovil é sintomático da omissão do poder público em relação à população de baixa renda. Segundo o relato dos moradores, a Prefeitura realizou uma obra de dragagem no rio próximo de forma incorreta, o que abalou as estruturas das casas do entorno, colocando os moradores em situação de risco e os submetendo ao deslocamento de 36,5km para reassentamento no conjunto Vivendas Recanto da Natureza. Os antigos moradores de Jacarepaguá foram removidos sob a legação de diversos motivos, como risco, obras do Jogos do Pan, construção de BRT. A afirmação de uma moradora evidencia o modelo de cidade que a Prefeitura do Rio de Janeiro tem empreendido e o sentimento de muitas das pessoas removidas: "eles não iam fazer um condomínio pra pobre ali. Então pegaram um monte de gente de várias comunidades e jogaram aqui".

O nível de satisfação entre os entrevistados, entretanto, é relativamente alto, embora sempre com ressalvas em relação à distância. De maneira geral, foi possível perceber, durante as entrevistas domiciliares, a resignação dos moradores em relação à qualidade construtiva das edificações e a distância do conjunto. Nesse sentido, o ideal da “casa própria” se revela unânime e simbólico.

Tabela 34 – Nível de satisfação geral por domicílio

<i>Avaliação</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Ótimo	7,9%
Bom	51,9%
Regular	24,4%
Pior que o antigo local de moradia	14,2%
Não respondeu	1,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

A mesma resignação foi observada em relação ao aumento das despesas, pois embora 76,4% dos moradores tenham afirmado ter mais gastos em comparação com a antiga moradia, há um sentimento de pertencimento e cidadania vinculado ao ato de pagar pelos serviços prestados. Os relatos de moradores sobre a insuficiência da

renda para arcar com as despesas mensais e da ocorrência da mudança de famílias desprovidas recursos para arcar com as despesas condominiais, foram expressivos.

O nível de satisfação dos moradores em relação serviços prestados também foi alto. Todos os serviços foram considerados adequados pela maioria dos moradores entrevistados. Sobre o abastecimento de água os relatos afirmam que inadimplência da taxa condominial acarreta no corte do abastecimento de água do apartamento inadimplente, o que os moradores consideram injusto. Sobre o esgotamento sanitário, apesar do alto nível de satisfação, existem reclamações sobre as instalações, de acordo com um morador, "fizeram as ligações todas juntas, as vezes entope tudo e volta a água suja". O acesso à energia elétrica, assim como a coleta de lixo e limpeza foram bem avaliados pelos moradores sem observações.

Tabela 35 – Nível de satisfação em relação aos serviços prestados por domicílio

<i>Serviço considerado adequado</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Abastecimento de água	93,7%
Esgotamento sanitário	96,8%
Acesso à energia elétrica	91,3%
Coleta de lixo	97,6%
Segurança dentro do conjunto	78,7%
Segurança no entorno do conjunto	36,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A segurança foi um dos fatores de maior insatisfação. Em relação à segurança dentro do condomínio houveram relatos sobre um incêndio que consumiu um apartamento, pois quando os moradores foram utilizar os extintores, que são obrigatórios para a liberação da edificação pelo Corpo de Bombeiros, as instalações não funcionaram. Além disso, muitos moradores insinuaram a presença da milícia dentro do conjunto, um dos moradores comentou, que "todo lugar tem um dono, cada um deve ficar no seu quadrado e andar na linha". A segurança no entorno do conjunto recebeu avaliação negativa da maioria dos entrevistados. A preocupação com a Avenida Brasil foi unânime, havendo relatos de acidentes, e da ausência de passeio no caminho para o ponto de ônibus, o que obriga os moradores a transitar ou pelo mato ou pelo acostamento da avenida. Entre as mulheres entrevistadas houveram muitos comentários sobre assaltos e "tarados", uma das entrevistadas comentou: "saio às 5 horas para trabalhar na Avenida Brasil com medo".

Os serviços públicos no entorno do conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza, de maneira geral, são insuficientes. Em relação à educação, 8,5% das crianças em idade escolar não estão frequentando a escola, fato atribuído em geral pela dificuldade de transferência para escolas do entorno. As escolas mencionadas

durante as entrevistas domiciliares estão elencadas na tabela abaixo. O percentual de crianças matriculadas em cada instituição, assim como a distância do local de moradia, o tempo de deslocamento necessário e o tipo de transporte utilizado também estão relacionados, pois determinam a acessibilidade aos serviços públicos.

Tabela 36 – Instituições públicas de Ensino: escolas mencionadas nas entrevistas

<i>Escola</i>	<i>Distância</i>	<i>Tempo de deslocamento</i>	<i>Percentual</i>
E.M. Ministro Adauto Lucio Cardoso	750m	10 minutos a pé	23,6%
E. M. Augusto Vasconcelos	8,3km	1 hora no transporte público	9,4%
E. M. Presidente Antônio Carlos	4,9km	50 minutos no transporte público	1,2%
E. M. Gastão Penalva	4km	30 minutos no transporte público	9,4%
E. M. Barão de Santa Margarida	3,1km	30 minutos no transporte público	4,7%
E. M. Castro Rebello	1,5km	20 minutos a pé	2,3%
E. M. Francisco José Moraes	1,4km	20 minutos a pé	4,7%
CIEP Nelson Mandela	6,7km	50 minutos no transporte público	2,3%
Colégio Estadual Raja Gabaglia	30km	2 horas no transporte público	1,2%
E. M. Charles Peguy	7,4km	1 hora no transporte público	1,2%
Escolas particulares	----	----	9,4%
Desconhece o nome da instituição	----	----	30,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Além das escolas mencionadas nas entrevistas, foram identificadas as demais instituições de ensino públicas localizadas no perímetro de 2km do conjunto, com o intuito de mensurar a quantidade de vagas oferecidas nas diferentes etapas da educação básica⁹. O levantamento urbanístico e a análise dos dados disponibilizados pela Prefeitura sobre quantidade de turmas em instituições públicas por etapa da educação básica permitiram quantificar as vagas.

Tabela 37 – Instituições públicas de Ensino: demais escolas identificadas no entorno

<i>Escola</i>	<i>Distância</i>	<i>Tempo de deslocamento</i>
CIEP Octávio Malta	1,2km	15 minutos a pé
E. M. IPEG	2,5km	20 minutos no transporte público
E. M. Professora Leila Mehl Menezes de Mattos	2,8km	35 minutos no transporte público
E. M. Mário Lago	2,7km	30 minutos a pé
E. M. Manoel Maurício	2,5km	30 minutos a pé
E. M. Antônio Vargas Cuquejo	2,7km	33 minutos a pé
E. M. Gandhi	2,4km	30 minutos a pé

Fonte: Elaborada pela autora.

No entorno do conjunto Vivendas Recanto da Natureza foram identificadas nove instituições públicas oferecendo Ensino Fundamental. Para o Ensino

⁹ A quantificação das turmas foi realizada a partir de arquivo KML (extensão compatível ao georreferenciamento) disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: http://portalgeo.pcrj.opendata.arcgis.com/datasets/8aab45320c8541f88cf3720314cc963b_1?geometry=-44.261%2C-23.219%2C-42.476%2C-22.603&uiTab=table Acesso em: 03/12/2014.

Fundamental I (6 a 10 anos) estão disponíveis 119 turmas, e para o Ensino Fundamental II (11 a 14 anos) foram disponibilizadas vagas em 63 turmas. Para a faixa etária da pré-escola (4 e 5 anos), cinco instituições públicas dedicadas ao Ensino Infantil que disponibilizam em conjunto aproximadamente 560 vagas¹⁰.

A insuficiência de instituições de Ensino infantil oferecendo vagas para a faixa etária inferior a quatro anos no entorno do conjunto Vivendas Recanto da Natureza é aguda. Nos domicílios com presença de crianças na idade pré-escolar somente 16,8% conseguiram acesso às instituições públicas de ensino que oferecem vagas de creche. As razões expostas para o baixo índice de atendimento de ensino para essa faixa etária são a carência de vagas, desconfiança das mães em relação ao serviço ou mesmo desinteresse. As vagas em creches da rede pública são acessadas mediante sorteio, assim, foram observados casos de mães que rapidamente conseguiram vaga porque foram sorteadas e outros em que as crianças ainda aguardam na lista de espera.

Tabela 38 – Instituições públicas de Ensino: creches mencionadas nas entrevistas

<i>Espaço de Desenvolvimento Infantil ou Creches</i>	<i>Distância</i>	<i>Percentual</i>
EDI Renan de Souza Leal	750m	13,3%
Creche Municipal Pintando o Sete	750m	6,7%
Desconhece o nome da instituição	----	80,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

As demais instituições públicas dedicadas ao Ensino Infantil para a faixa etária que demanda creche, localizadas no perímetro de 2K do conjunto foram identificadas, assim como a quantidade de vagas oferecidas¹¹. No total, foram identificadas 6 instituições públicas de Ensino Infantil, disponibilizando 480 vagas de creche¹².

Tabela 39 – Instituições públicas de Ensino: demais creches identificadas no entorno

<i>Escola</i>	<i>Distância</i>	<i>Tempo de deslocamento</i>
EDI Professora Kelly Lane	2,0km	25 minutos a pé
Creche Municipal Mário Lombardi	3,0km	30 minutos no transporte público
Creche Municipal Insp. Heraldo Carvalho de Souza	2,8km	30 minutos no transporte público
Creche Municipal Mirian Pires	2,8km	30 minutos no transporte público

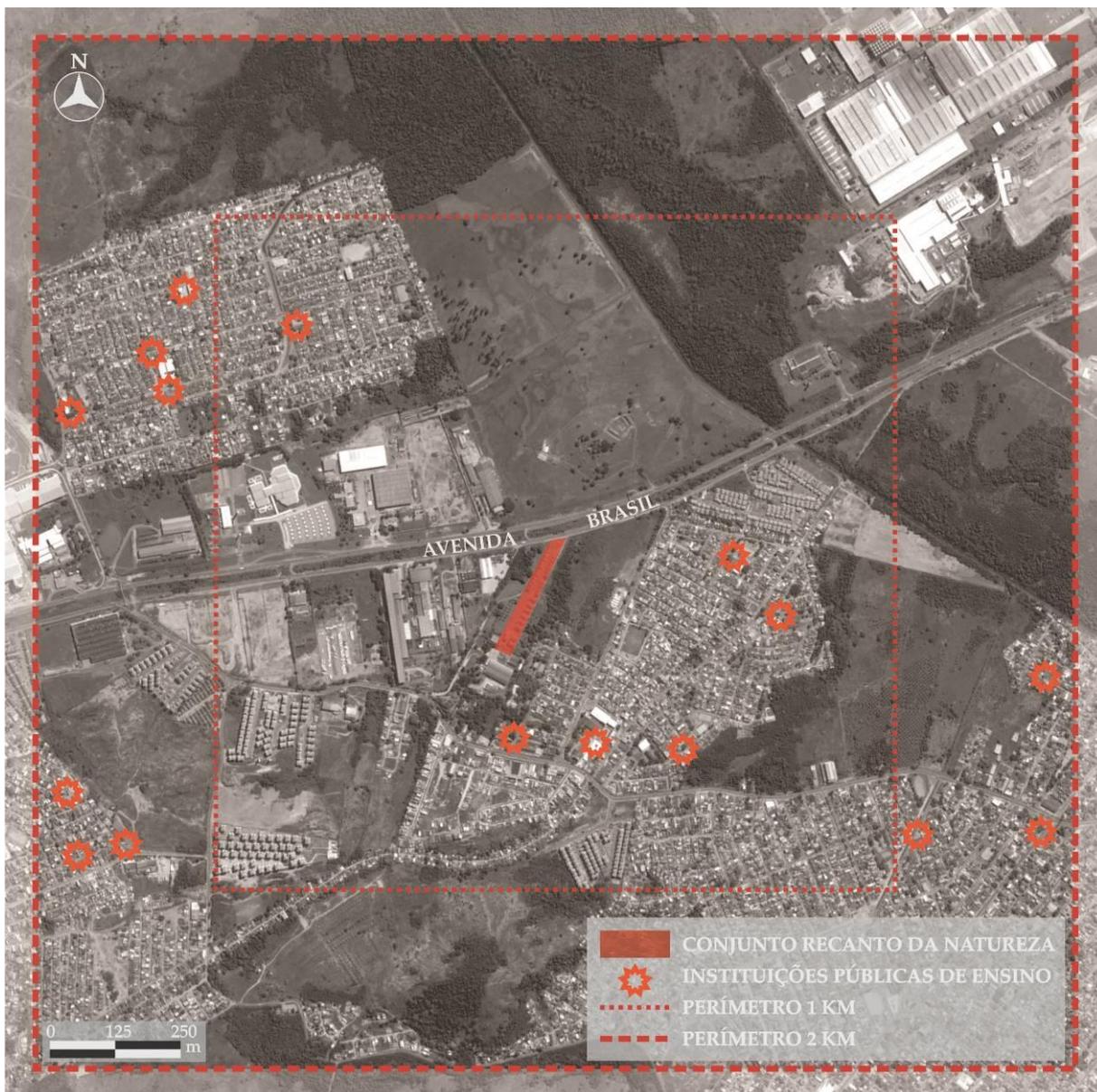
Fonte: Elaborada pela autora.

¹⁰ A quantidade máxima de alunos por turma definida pelo Ministério da Educação – MEC para essa faixa etária (4 a 5 anos) é de 20 crianças. Acessar: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&ativo=285&Itemid=277 Acesso em: 03/12/2014.

¹¹ A quantidade máxima de alunos por turma definida pelo Ministério da Educação – MEC para essa faixa etária (0 a 3) é de 15 crianças. Acessar: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&ativo=285&Itemid=277 Acesso em: 03/12/2014.

¹² Não foi possível quantificar o número de turmas do EDI Professora Kelly Lane.

Mapa 8 – Localização das Instituições públicas de Ensino no entorno do conjunto



Fonte: Elaborado pela autora.

As instituições citadas nas entrevistas foram consultadas sobre o número de vagas e os procedimentos necessários para a matrícula. O EDI Renan de Souza Leal oferece 25 vagas para crianças de dois anos e aproximadamente 35 vagas para crianças de três anos, por ano, atendendo 125 crianças por ano. As vagas disponíveis são metade para período parcial e metade para período integral, o número de inscrições por ano supera 200 crianças e a seleção é feita por sorteio que ocorre no começo do ano. No momento da pesquisa, para as turmas que atendem crianças de dois anos, haviam 15 crianças na lista de espera para o período parcial e 30 crianças para o período integral. Na creche Pintando o Sete que atende crianças de sete meses até quatro anos incompletos, foi observada situação similar em relação ao

oferecimento de vagas, mas não foi possível obter dados sobre a lista de espera ou ao número de vagas oferecidas para o próximo ano.

A Educação Infantil, a etapa do ensino básico que apresenta os maiores déficits e precariedade, é sensível para a avaliação da vulnerabilidade feminina em relação à responsabilização das mulheres pelo cuidado com os dependentes. O número de crianças nas respectivas faixas etárias foi confrontado com a quantidade de vagas oferecidas no entorno do conjunto habitacional, com o intuito de mensurar o déficit de vagas para pré-escola e creche. No total foram identificadas 212 crianças, correspondendo à 43,2% da população residente. O percentual de crianças nas respectivas faixas etárias, assim como a demanda por cada etapa de ensino estão relacionados na tabela abaixo.

Tabela 40 – Demanda de Instituições de Ensino por faixa etária

<i>Etapa do Ensino</i>	<i>Faixa Etária</i>	<i>Percentual</i>
Ensino Infantil – creches	0 e 3 anos	15,1%
Ensino Infantil – pré-escola	4 e 5 anos	17,4%
Ensino Fundamental I	6 e 10 anos	30,6%
Ensino Fundamental II	11 e 14 anos	24,5%
Ensino Médio	15 e 17 anos	12,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

A proporção de crianças e as respectivas faixas etárias verificadas na amostragem da pesquisa foi utilizada como referência para determinar a população infantil aproximada do conjunto Vivendas Recanto da Natureza. Assim, há aproximadamente 640 crianças no conjunto, destas 208 demandas vagas no Ensino Infantil, 96 na faixa etária atendida por creche e 112 na faixa etária atendida por pré-escola. As instituições dedicadas ao Ensino Infantil no entorno do conjunto têm a capacidade de oferecer aproximadamente 560 vagas por ano para pré-escola e 480 vagas por ano para creche.

O incremento populacional ocasionado pelos empreendimentos do PMCMV já inaugurados no entorno do conjunto Vivendas Recanto da Natureza expande significativamente a demanda por vagas de pré-escola e creche. A proporção de crianças identificadas na pesquisa em relação à estimativa de ampliação do contingente populacional no perímetro de 2km do conjunto, sugerem um acréscimo de aproximadamente 4.100 crianças. Nesse contexto, a demanda de Ensino Infantil aproxima-se de 710 vagas para creche e 800 vagas para pré-escola, determinando um déficit de aproximadamente 470 vagas, destas 230 para faixa etária atendida por creches, e 240 para faixa etária recebida na pré-escola. Não há projetos divulgados

sobre a ampliação da rede de ensino público na região, demonstrando como a escolha da localização dos empreendimentos está completamente desconexa de qualquer outro aspecto da vida urbana e de outras políticas públicas e serviços básicos.

Tabela 41 – Vagas disponíveis e demanda de vagas atual e futura no Ensino Infantil

<i>Demanda e déficit estimados</i>	<i>Creche</i>	<i>Pré-escola</i>
Estimativa das vagas disponibilizadas no perímetro de 2km do conjunto	480	560
Demanda de vagas estimada no conjunto Vivendas Recanto da Natureza	96	112
Demanda de vagas atual estimada no perímetro de 2km do conjunto	710	800
Demanda de vagas futura estimada no perímetro de 2km do conjunto	1.325	1.490
Déficit de vagas atual	230	240
Déficit de vagas futuro	845	930

Fonte: Elaborada pela autora.

A forma de deslocamento das crianças para a escola foi otimizada recentemente com a implementação do ônibus Liberdade, transporte público gratuito que conduz as crianças dos conjuntos habitacionais da região até as escolas do entorno. Apesar de algumas reclamações sobre a inconstância dos horários e a condução não ser realizada até a entrada de todas as escolas, a melhoria de acessibilidade às instituições ensino da região proporcionada pelo ônibus Liberdade é inegável. A forma de deslocamento mais expressiva, portanto é o ônibus Liberdade com 50,5%, as demais formas de transporte incluem o deslocamento a pé, de bicicleta, de carro, de ônibus urbano e de van. O ônibus urbano é utilizado, segundo relatos, porque algumas famílias não conseguiram vaga nas escolas do entorno, de forma que as crianças continuam estudando nos locais de origem. As formas de deslocamento para as creches mencionadas foram o ônibus Liberdade em 40%.

O acesso aos serviços de saúde recebeu bastante críticas dos moradores. A Clínica da Família Dr. Rogério Rocco é a unidade de saúde referência da região, entretanto muitos moradores declararam não utilizar porque não conseguiram atendimento, ou porque consideram o atendimento ruim, ou ainda porque apesar de mais próximo é de difícil acesso a partir do conjunto. Os moradores que afirmaram continuar se deslocando para os postos de saúde próximos ao antigo local de moradia representam parcela expressiva da amostragem da pesquisa. Uma das entrevistadas afirmou que para marcar uma consulta na Clínica da Família Dr. Rogério Rocco “tem que chegar às quatro horas da manhã e leva 1 hora e 20 minutos porque é contramão”.

A realidade cotidiana decorrente da localização periférica do conjunto habitacional Recanto da Natureza se configura ainda mais aguda para as mulheres. A desconexão com as antigas localidades, ocasiona a ruptura com os laços de solidariedade que possibilitavam o trabalho feminino diante da ineficiência e escassez

de instituições públicas dedicadas ao Ensino Infantil. A localização periférica da habitação posiciona as mulheres em localidades onde as oportunidades de trabalho são mais escassas e precarizadas. A insuficiência dos serviços públicos inerentes às localidades periféricas dificulta o atendimento médico cotidiano e a manutenção das crianças na escola, que são condicionantes para o recebimento do Programa Bolsa Família. A provisão de habitação de interesse social no contexto da produção capitalista da cidade, portanto determina a ampliação da vulnerabilidade.

A distância e a escassez de comércio e serviços no entorno do conjunto dificultam a vida cotidiana, uma ex-moradora do Mercado São Sebastião afirma: “eu vivo presa, era feliz e não sabia, lá eu saia, aqui é tudo longe”. Os relatos sobre o acesso à cultura e lazer evidenciam outro aspecto da precariedade inerente à lógica de localização dos conjuntos habitacionais. As respostas sobre o acesso à cultura e lazer, “lugar nenhum”, “não tem lugar por perto” e “próximo ao antigo local de moradia” em conjunto totalizam 22,9%, constituindo a perspectiva mais expressiva entre os entrevistados. Os espaços públicos de lazer no entorno do conjunto se restringem à cinco praças e dois campos de futebol, espaços com mobiliário escasso, pouca arborização e desconectados do conjunto apesar da pequena distância.

O PMCMV não estabelece parâmetros em relação às distâncias máximas dos equipamentos públicos. A avaliação da acessibilidade aos serviços e equipamentos públicos se baseou no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, em relação à escolas públicas e creches a distância máxima sugerida é de 500m, em relação a equipamentos de saúde a distância sugerida é de 2000m e a distância de praças e espaços públicos de lazer é de 1000m. Os equipamentos e serviços públicos em geral estão em desacordo com as diretrizes estabelecidas sobre localização dos equipamentos públicos para localidades de baixa renda. Além disso, a qualidade e quantidade de serviços oferecidos no entorno são bastante sintomáticos da lógica da produção capitalista da habitação social que intensifica o desenvolvimento espacial desigual.

4.1.3 A segurança de posse feminina como meio, a igualdade como fim?

O potencial da Diretriz de Titulação Feminina para minorar as desigualdades de gênero materializadas no sistema urbano pode ser apreendido a partir da análise do grau de vulnerabilidade relativo às dimensões de análise utilizadas na pesquisa empírica. A análise comparativa das dimensões *cuidado e dependência*, *acesso ao conhecimento*, *acesso ao trabalho*, *disponibilidade de recursos* e *condições habitacionais* entre as mulheres tituladas e as mulheres não tituladas, é relevante para avaliar a efetividade da segurança de posse feminina enquanto ação de reconhecimento e de redistribuição. As questões mais relevantes para a apreensão da ampliação da autonomia feminina e ruptura com o processo de acúmulo de desvantagens possibilitada pela segurança de posse no conjunto Vivendas Recanto da Natureza serão destacadas a seguir.

A perspectiva da prioridade das mulheres na titularidade como um direito constituído certamente amplia o potencial da Diretriz de Titulação Feminina enquanto uma ação de reconhecimento. Além disso, o conhecimento sobre a ação permite a ampliação da implementação da diretriz a partir da reivindicação das próprias mulheres atendidas pela política de provisão de habitação de interesse social. O percentual de mulheres cientes da prioridade da mulher na titularidade dos imóveis providos por meio da política de habitação de interesse social é significativamente baixo no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, sendo superior entre as mulheres tituladas (14,6%) do que entre as mulheres que não foram tituladas (4,4%). O conhecimento, portanto é fundamental para a efetividade de ações afirmativas cujo escopo contemple o reconhecimento das desigualdades de gênero estruturais do sistema de opressão-exploração patriarcal sexista.

A dimensão de análise *cuidado e dependência* envolve a complexidade inerente ao cuidado com os dependentes e a responsabilização da mulher pela “produção do viver”. A densidade de ocupação e a razão de dependência são elementos que indicam a vulnerabilidade do núcleo familiar, e confrontados com a “produção do viver” determinam a possibilidade de autonomia das mulheres, principalmente em famílias monoparentais femininas. A densidade da ocupação excessiva, que interfere na razão de dependência dos domicílios e é responsável por percentual expressivo de inadequação habitacional foi superior nos domicílios onde a

prioridade da mulher na titulação não se efetivou, sendo ainda mais expressiva em famílias conjugais.

O número de pessoas contribuindo com a renda familiar é determinante para a avaliação da vulnerabilidade do núcleo familiar. O percentual de domicílios em que nenhum componente está exercendo atividade remunerada e contribuindo com a renda familiar é mais representativo nos casos em que a titulação feminina não prevaleceu, representando 11,1%, enquanto nos domicílios nos quais a mulher foi titulada o percentual representa 6,1% do total. Os casos em que mais de um componente exerce atividade remunerada e contribui com a renda familiar também são mais expressivos nos domicílios onde a titulação feminina se efetivou, representando 37,8% dos casos, enquanto nos domicílios onde a mulher não foi titulada, essa situação representa apenas 22,2% dos casos. Os dados sugerem que mais mulheres realizam atividade remuneradas e contribuem com a renda familiar nos domicílios onde a titulação feminina prevaleceu.

O conhecimento é um meio para diminuição do acúmulo de desvantagens e da vulnerabilidade. A dimensão de análise *acesso ao conhecimento* compreende a possibilidade de educação formal e de qualificação profissional como elementos fundamentais para a ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho e geração autônoma de renda, logo, para o aumento da autonomia da mulher e da isonomia na relação conjugal. A escolaridade das mulheres no conjunto Vivendas Recanto da Natureza não apresentou variação significativa entre mulheres tituladas e não tituladas, contudo, o percentual de mulheres analfabetas entre não tituladas (6,1%) é superior do que entre tituladas (2,9%). O percentual de mulheres com qualificação profissional também não apresentou diferenças significativas.

A dimensão de análise *acesso ao trabalho* compreende que a autonomia feminina está condicionada pela possibilidade de geração de renda autônoma. A “divisão sexual do trabalho” explicita as diferenças de acesso a trabalho entre mulheres e homens. O acúmulo de vulnerabilidades define a possibilidade de geração de renda autônoma, o que está implicado pela divisão territorial dos postos de trabalho na cidade. O acesso ao trabalho no conjunto Vivendas Recanto da Natureza foi similar entre mulheres tituladas (40,6%) e não tituladas (39,4%), assim como o acesso aos direitos trabalhistas (39,3% e 38,4%, respectivamente). O tipo de trabalho ou atividade remunerada interfere no nível de vulnerabilidade feminina pois define a faixa salarial, a precarização e flexibilização das relações de trabalho e a possibilidade de

crescimento profissional. O percentual de mulheres que se dedicam às atividades relacionadas à “produção do viver”, em geral com menor remuneração, mais flexíveis e precarizadas e com menor reconhecimento social, foi mais significativo entre as mulheres não tituladas (46,2%) do que entre as mulheres tituladas (42,8%).

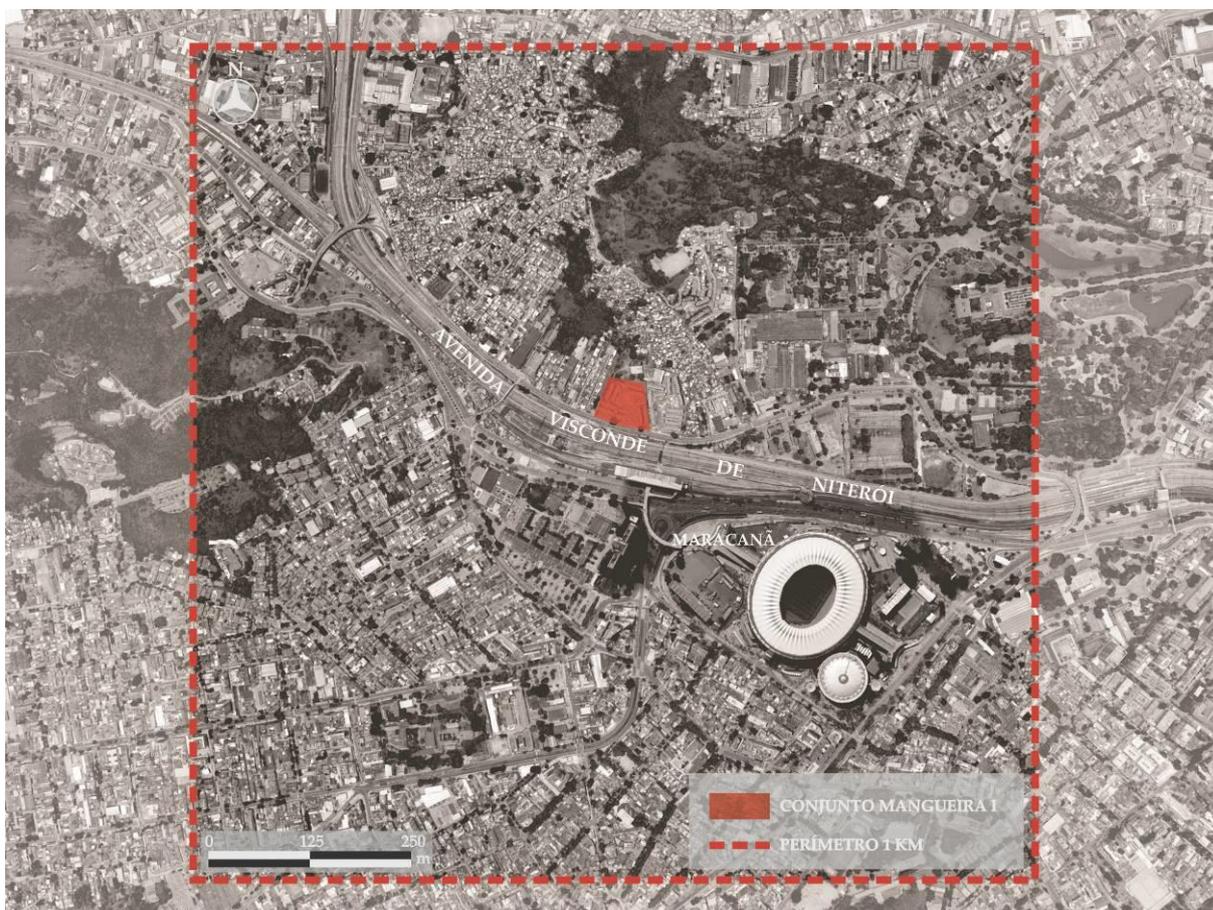
A dimensão *disponibilidade de recursos* vincula a geração de renda autônoma e a razão de dependência para a apreensão da autonomia feminina. O grau de independência e segurança familiar se vincula à relação entre a parcela da renda gerada e a parcela recebida por transferência de renda. O percentual de famílias inscritas e recebendo o Bolsa Família é superior nos domicílios onde a prioridade da mulher na titulação se efetivou, representando 51,2% do total, enquanto nos domicílios nos quais a mulher não foi titulada o percentual é de 40,0%. A titulação feminina é mais expressiva em famílias monoparentais femininas.

A mulher é prioritariamente titular em programas de transferência de renda sendo, portanto pertinente analisar a administração da renda familiar. Além disso, a administração da renda familiar indica a possibilidade de autonomia feminina e isonomia na relação conjugal. O percentual de mulheres que declaram administrar a renda familiar é significativamente superior nos domicílios onde a prioridade feminina na titulação foi efetivada. Assim, entre as mulheres tituladas a administração da renda familiar totaliza 56,1% do total, enquanto apenas 24,4% das mulheres que não foram tituladas declararam administrar a renda familiar. O acesso ao trabalho entre as mulheres tituladas que administram a renda familiar é mais expressivo, totalizando 42,8% do total, enquanto entre as mulheres que trabalham mas não foram tituladas, o percentual que declarou administrar a renda familiar totaliza 36,3%. O exercício de funções relacionadas à “produção do viver” é também inferior entre as mulheres tituladas, representando 33,3% do total, enquanto entre as mulheres não tituladas, o percentual é de 50%. As desigualdades de gênero permeiam diversas dimensões da vida urbana, e embora a segurança de posse feminina seja inegavelmente um elemento importante para a autonomia feminina, isolada de outras dimensões não contempla a complexidade do processo de acúmulo de desvantagens que se associa à lógica de localização e à trajetória de vida das mulheres contempladas pela Diretriz de Titulação Feminina. A prioridade feminina na titulação no âmbito do PMCMV é um passo importante, mas a discussão de sua efetividade é um enorme desafio que deve ser observado a partir da avaliação sistemática da diretriz.

4.2 O Habitar no conjunto Mangueira I

O conjunto habitacional Mangueira I, localizado na Avenida Visconde de Niterói nº 132 no bairro Mangueira no Rio de Janeiro, foi inaugurado em 2011 e destinado às 248 famílias removidas da favela Metrô-Mangueira. O empreendimento do PMCMV foi viabilizado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), destinado a famílias com renda até três salários mínimos. O conjunto Mangueira I é uma exceção, tanto em relação aos recentes casos de remoção na cidade do Rio de Janeiro, pois permitiu o reassentamento de parcela dos moradores da favela Metrô-Mangueira em área próxima do antigo local de residência; quanto no que tange a lógica de localização dos conjuntos habitacionais do PCMV, pois apenas 4% dos empreendimentos estão localizados na Área de Planejamento em questão. Embora caracterizado por um processo violento e repleto de violações de direitos humanos, o reassentamento no conjunto foi o resultado da resistência dos moradores.

Mapa 9 – Localização do conjunto Mangueira I



Fonte: Elaborado pela autora.

O trabalho de campo foi realizado nos dias 09 e 10 de setembro de 2014, terça-feira e quarta-feira respectivamente. O intuito inicial de alternar a pesquisa domiciliar em dias úteis e fim de semana, para obter uma amostragem mais heterogênea entre os residentes, não foi possível. A tensão entre a polícia e o tráfico no complexo da Mangueira, vizinha ao conjunto, inviabilizou a permanência prolongada e a presença de não moradores durante o fim de semana foi desaconselhada pelos moradores.

A pesquisa consistiu na aplicação domiciliar do questionário semiestruturado elaborado com o intuito de identificar a ampliação da autonomia das mulheres mediante a Diretriz de Titulação Feminina e o grau de vulnerabilidade feminina em relação ao sistema urbano. As dimensões de análise *cuidado e dependência*, *acesso ao conhecimento*, *acesso ao trabalho*, *disponibilidade de recursos* e *condições habitacionais*, orientaram a reflexão sobre a tensão entre autonomia e vulnerabilidade feminina no contexto da produção capitalista da habitação social, a partir da intercessão das informações por sexo e ainda por composição familiar.

O conjunto Mangueira I é composto por 11 blocos, destes, nove blocos com quatro pavimentos cada e seis apartamentos por andar, e dois blocos com quatro pavimentos cada e quatro apartamentos por andar, totalizando 248 unidades habitacionais de 44m², compostas por dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço. Nessa pesquisa foram realizadas 82 entrevistas domiciliares, totalizando 33% do total das unidades habitacionais. Na amostragem obtida verificou-se uma população residente de 322 pessoas e uma proporção 3,9 pessoas por unidade habitacional. A proporção de residentes considerada na totalidade das unidades habitacionais determina uma população de aproximadamente 973 pessoas residentes na época em que o questionário foi aplicado.

A pesquisa domiciliar que destaca a questão da titulação feminina, foi complementada por diagnóstico urbanístico e arquitetônico, cujo objetivo foi identificar as características demográficas e infraestruturais da região e os principais equipamentos e serviços públicos no perímetro de 2km do conjunto. A vulnerabilidade feminina em seu nexos com o sistema urbano no contexto da implantação do PMCMV é observável a partir das características urbanas do entorno do conjunto habitacional Mangueira I e da confrontação das características identificadas no conjunto Vivendas Recanto da Natureza.

Foto 4 – Localização do Conjunto Mangueira I



Conjunto Habitacional Mangueira I com a linha do metrô ao fundo. Fonte: Poliana Monteiro.

Foto 5 – Padrão construtivo do Conjunto Mangueira I



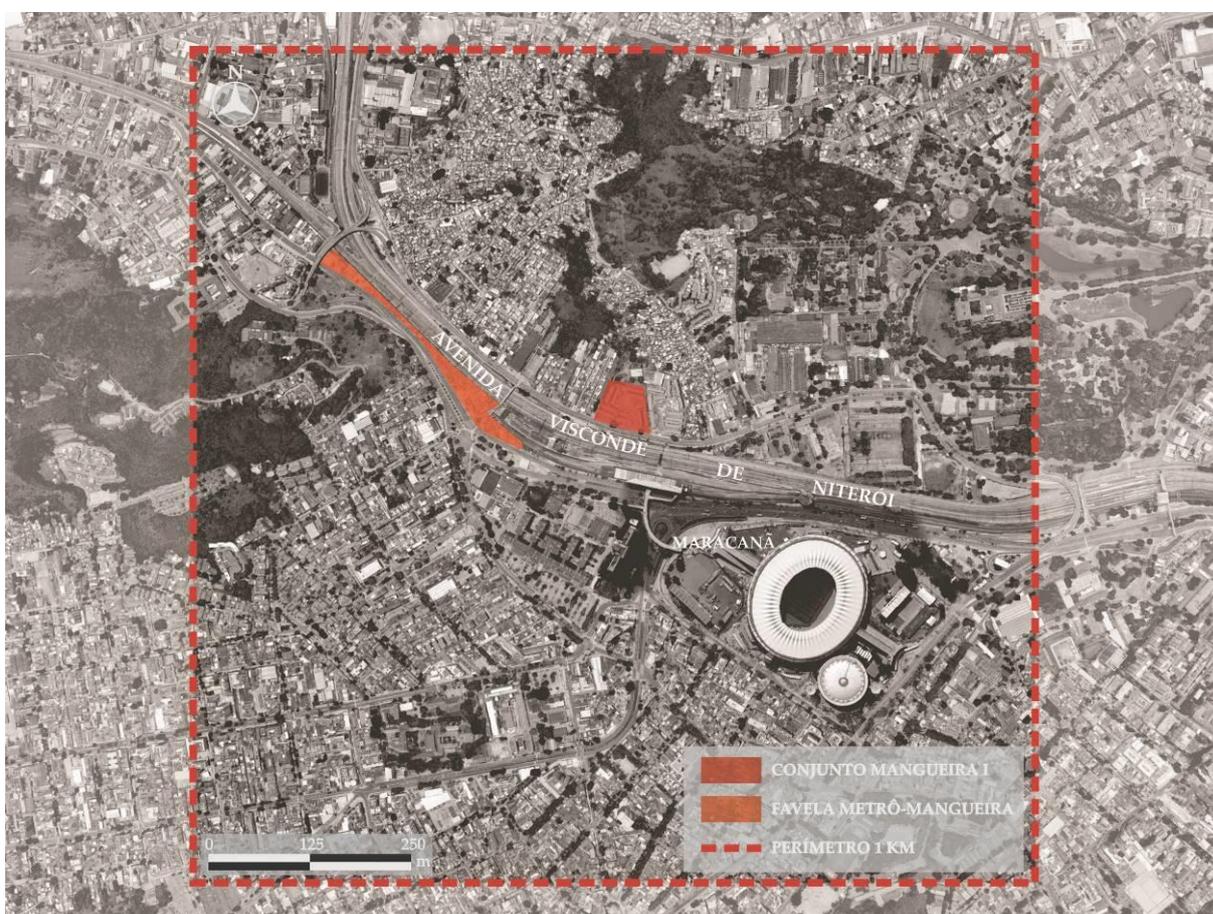
Padrão construtivo diferenciado da fachada do Conjunto Habitacional Mangueira I em relação aos demais empreendimentos do PMCMV para habitação de interesse social. Fonte: Poliana Monteiro.

O bairro Mangueira está localizado na Região Administrativa VII – São Cristóvão da Área de Planejamento 1 (AP1), região de ocupação mais antiga e urbanização consolidada do Rio de Janeiro, com uma área de 79,81ha e população estimada em 17.835 habitantes. O IDS da RA VII apresenta o índice geral de 0,571,

ocupando a 18º posição entre 33 RAs, e o bairro Mangueira apresenta um índice geral de 0,523, ocupando a 126º entre 160 bairros (CAVALLIERI; LOPES, 2008).

A Favela Metrô-Mangueira, localizada no bairro Mangueira, em faixa estreita entre a Avenida Radial Oeste e a Rua São Francisco Xavier, na zona norte do Rio de Janeiro, se constituiu há quarenta anos, estimulada pela construção da estação de metrô do Maracanã. No contexto da preparação do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo da FIFA 2014, a proximidade com o estádio Maracanã, tornou a Favela Metrô-Mangueira objeto de interesses que determinaram em 2010, o início da remoção.

Mapa 10 – Localização da Favela Metrô-Mangueira



Fonte: Elaborado pela autora.

A luta dos moradores pela permanência ou alternativas habitacionais dignas pressionou a Prefeitura a realizar o reassentamento dos moradores em conjunto habitacional próximo à comunidade, que inicialmente seria destinado à faixa de renda superior. Segundo dados do Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), em fevereiro de 2011, 246 famílias foram reassentadas. Após quase dois anos de espera, 216 famílias foram reassentadas no conjunto Mangueira II e 92 em conjunto habitacional em Triagem.

4.2.1 Conhecimento, reconhecimento e a Diretriz de Titulação Feminina

A quantificação das unidades habitacionais tituladas no nome da mulher e a análise sobre o grau de informação dos entrevistados sobre a Diretriz de Titulação Feminina enquanto um direito constituído, definiu a abordagem da pesquisa domiciliar. O objetivo principal foi analisar a implementação e a efetividade da diretriz de titulação feminina, e posteriormente avaliar, a partir das dimensões de análise definidas, a possibilidade de acesso das mulheres à cidade. A informação sobre a propriedade dos imóveis é determinante para a verificação da segurança de posse e, conseqüentemente, da diminuição da vulnerabilidade. No conjunto Mangueira I, 98,8% das unidades habitacionais, na amostragem da pesquisa, foram declaradas próprias, destas 51,9% foram tituladas no nome da mulher. A portaria do conjunto disponibilizou a listagem dos proprietários. De acordo com o documento disponibilizado, 58,1% das unidades habitacionais foram tituladas no nome da mulher.

Tabela 42 – Titularidade das Unidades Habitacionais

<i>Domicílios declarados próprios nas entrevistas realizadas</i>	
UH titulada no nome da mulher	51,9%
UH titulada no nome do homem	32,1%
UH com titularidade compartilhada	16,0%
<i>Totalidade de unidades habitacionais do conjunto</i>	
UH titulada no nome da mulher	58,1%
UH titulada no nome do homem	41,9%

Fonte: elaborada pela autora.

A definição do tipo de composição familiar, fundamental para a mensuração da efetivação da diretriz de titulação feminina, se baseou no estado civil declarado nas entrevistas. As famílias conjugais foram quantificadas entre os domicílios que as responsáveis se declararam casadas (os) ou em união estável. As famílias monoparentais femininas foram identificadas a partir da constatação da presença de filhos em domicílios cuja a responsável se declarou solteira, divorciada ou viúva. A composição familiar é significativa para a apreensão do nível de vulnerabilidade feminina, pois embora, o rendimento familiar não seja necessariamente inferior nas famílias monoparentais femininas, o acúmulo de desvantagens se relaciona, entre outros elementos, à razão de dependência que relaciona a quantidade de residentes em idade ativa e contribuindo com a renda familiar e a parcela de residentes dependentes.

Tabela 43 – Estado civil do responsável pelo domicílio

<i>Estado civil</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Casadas (os)	28,0%
União estável	3,7%
Solteiras (os)	30,5%
Divorciadas (os)	30,5%
Viúvas (os)	6,1%
Outros	1,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A composição familiar conjugal é predominante no conjunto Mangureira I, presente em 58,5% dos domicílios, embora o percentual de famílias monoparentais femininas seja relevante. A avaliação quantitativa da efetivação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis apresenta variação significativa, quando considerado o tipo de composição familiar.

Tabela 44 – Composição familiar por domicílio

<i>Composição familiar</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Família Monoparental Feminina	31,7%
Família Conjugal	58,5%
Outros arranjos familiares	9,8%

Fonte: Elaborada pela autora.

A titulação feminina se efetiva em pouco mais da metade dos domicílios pesquisados, contudo nos domicílios compostos por famílias conjugais o grau de efetivação da prioridade da mulher na titulação diminui expressivamente. Nesta composição familiar, os domicílios em que a prioridade da mulher não se efetiva são mais numerosos, ou seja, os dados evidenciam que a prioridade da mulher na titularidade do imóvel não foi efetivada na maioria dos casos possíveis.

Tabela 45 – Titularidade das Unidades Habitacionais por sexo e composição familiar

<i>Titularidade</i>	<i>Família Monoparental feminina</i>	<i>Família conjugal</i>
UH titulada no nome da mulher	84,8%	36,2%
UH titulada no nome do homem ¹³	11,4%	42,5%
UH com titularidade compartilhada	3,8%	21,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

O alto percentual de famílias monoparentais femininas verificado pode explicar a diferença entre os dados sobre titulação oferecidos pela portaria do conjunto e dos dados obtidos na pesquisa. Assim, a maioria dos imóveis titulados no nome da mulher é destinado à famílias monoparentais femininas, onde a prioridade da mulher, em geral, é inevitável. O percentual pouco expressivo da efetivação da Diretriz de Titulação Feminina em famílias conjugais se relaciona à desinformação sobre a

¹³ Nos casos em que a prioridade da mulher na titulação não se efetivou entre famílias monoparentais femininas, os imóveis estão titulados no nome do ex-companheiro.

prioridade da mulher na titulação, e ao fato do conjunto ser direcionado exclusivamente às famílias atingidas por processo de remoção. No processo de cadastramento para reassentamento, em geral, o poder público considera o titular do direito de posse da antiga moradia como proprietário da nova moradia, desconsiderando a prioridade da mulher. As remoções, portanto influenciam negativamente na prioridade da mulher na titulação.

Além disso, apenas 21,9% dos entrevistados estavam cientes da existência e implicações da diretriz de titulação feminina. Nas famílias monoparentais femininas, 30,7% das entrevistadas estavam cientes, enquanto 20,8% das entrevistadas em famílias conjugais afirmaram estar informadas sobre a diretriz. Nos domicílios em que as entrevistadas declararam conhecer a diretriz de titulação, 61,1% representam domicílios onde a prioridade da mulher se efetivou, destas 44,4% compõem famílias monoparentais femininas e 55,6% famílias conjugais.

A verificação do conhecimento sobre a diretriz foi importante, pois, embora em relação às entrevistadas que declararam estar cientes, as mulheres em famílias conjugais sejam maioria, no total da amostragem, o percentual de mulheres que declararam estar informadas sobre a priorização feminina é mais expressiva em famílias monoparentais. Assim, proporcionalmente, mais mulheres em famílias monoparentais estão cientes da prioridade da mulher na titularidade. Esse dado confirma a impressão sobre a reciprocidade entre falta de informação e diminuição da implementação da diretriz, visto que, a titulação feminina em famílias conjugais é expressivamente inferior.

O fato dos residentes do conjunto serem exclusivamente ex-moradores da favela Metrô-Mangueira determina uma população mais homogênea e ainda a percepção em relação à segurança de posse, pois quem já dispunham de posse para fins de habitação, em geral, considerou a mudança para o conjunto uma permuta. A percepção geral observada é ilustrada pelo relato de uma moradora: "a outra casa já estava no meu nome, a gente colocou o meu nome primeiro por causa dos filhos".

Os relatos sobre a antiga propriedade foram recorrentes, uma das entrevistadas, que conhecia a diretriz, afirmou que houve divergência porque o marido reclamou da priorização da mulher na titulação, mas que considera justo porque foi exclusivamente dela o investimento financeiro para a aquisição da antiga moradia. As mulheres entrevistadas, em geral associaram a prioridade da mulher na titulação a um

consenso com o companheiro, ou mesmo à escolha deste, e ainda ao fato de serem mães solteiras, ou terem mais tempo que o cônjuge para resolver a burocracia.

O sentimento em relação à segurança de posse das mulheres tituladas foi abordado em pergunta “espontânea”, isto é sem opções de resposta determinadas. A apreensão da perspectiva das mulheres sobre a prioridade na titulação enquanto um direito constituído, permite a verificação da ampliação de. As respostas mais recorrentes estão elencadas na tabelas abaixo.

Tabela 46 – Autonomia e Reconhecimento na Diretriz de Titulação Feminina

<i>Sentimento sobre a titulação</i>	<i>Família Monoparental feminina</i>	<i>Família conjugal</i>
“Bem”	27,3%	15,4%
“Feliz”	9,1%	0,0%
“Segura”	18,2%	7,7%
“Normal”	9,0%	12,8%
“Independente”	9,1%	0,0%
“Deixar para os filhos”	27,3%	7,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual pouco expressivo da efetivação da prioridade feminina em famílias conjugais, a permanência de outros fatores de vulnerabilidade e, ainda o fato do acesso à política de habitação social ser motivado exclusivamente por processo de remoção, se refletem na perspectiva das mulheres de famílias conjugais. A observação empírica sugere que para muitas mulheres, a situação se manteve a mesma, tanto materialmente, quanto subjetivamente. Assim, a vulnerabilidade inerente ao acúmulo dos distintivos classe, gênero e raça, acentuado pelo desinteresse do poder público na efetivação da diretriz, minora a efetividade da titulação feminina, tanto enquanto ação de redistribuição, quanto de reconhecimento.

Em algumas situações as entrevistas foram realizadas com a participação de todo o grupo familiar ou do casal. As discussões suscitadas pelo questionamento sobre a titulação de diretriz feminina foram interessantes nesses casos, pois a conclusão foi predominantemente que independente do “nome no papel” o apartamento é de ambos. Nos casos em que a entrevista foi realizada com a presença de grupos de mulheres, vizinhas e parentes, foram constatados relatos mais contundentes sobre a desigualdade de gênero. Os relatos destacam o machismo e as questões sobre a responsabilidade com o cuidado, uma moradora declarou: “a menina da Prefeitura falou que a mulher tem prioridade. Deve ser porque tem um bando de homem safado que faz filho e não assume”. A afirmação “a gente ser proprietária quebra o machista” demonstra a importância da segurança de posse para a ampliação

da autonomia feminina. A entrevista, quando realizada apenas com uma mulher permitiu o aprofundamento das questões. Uma moradora relatou que quando foram reassentados e ela foi titulada, o cônjuge "ficou irado", porque "mudaram a titulação do nada, sem avisar". Diversas mulheres entrevistadas defenderam a igualdade entre mulheres e homens na titularidade, mas uma entrevistada relatou que o ex-marido queria ficar com a casa antiga e ela teve que lutar para ter a posse.

A percepção mais comum sobre a diretriz relaciona a titularidade à propriedade da antiga moradia e à remoção. A impressão do homem não ser confiável e da mulher se responsabilizar pelos filhos também foi significativa para explicar a motivação da prioridade da mulher na titulação. Uma entrevistada afirmou que "é tudo a mulher que fica responsável, porque alguns homens são bem irresponsáveis", outra moradora alegou que "a mulher fica com a casa para os filhos terem segurança e um lar", pois "o homem bota a mulher na rua e fica de boa". Assim, a percepção geral é que "a mulher tem grande responsabilidade sobre a família, mais ligada aos filhos, além de trabalhar, cuida da casa, o homem é mais desligado dessa responsabilidade". A possibilidade do homem expulsar a mulher da moradia; motivou controvérsia em entrevistas realizadas em grupos de mulheres, e diversas entrevistadas defenderam o cônjuge, afirmando que este jamais "seria covarde", e que o imóvel é do casal. A associação da prioridade feminina ao fato da Presidenta da República ser mulher também ocorreu, uma moradora afirmou que "a Dilma dá preferência à mulher". A prioridade foi associada também ao fato de haverem mães solteiras.

Os dados obtidos na pesquisa domiciliar evidenciam que a diretriz de titulação, enquanto ação de redistribuição não se confirmou em todos os casos, principalmente nas famílias conjugais. Como ação de reconhecimento a questão é intrincada, pois a informação da prioridade enquanto direito constituído é pouco expressiva, ou seja, mesmo nos casos em que a diretriz se efetiva, a motivação não está manifesta. A efetividade das ações afirmativas tem um sentido prático, e um sentido subjetivo que se relaciona ao reconhecimento coletivo e público sobre a desigualdade a ser combatida. Assim, o desconhecimento sobre a prioridade na titulação enquanto um direito constituído, atenua o potencial transformativo da diretriz enquanto ação de reconhecimento. A proposição aqui defendida não converge para a negação da importância da diretriz na minoração da vulnerabilidade feminina, mas para a afirmação de que a formulação da questão social referente à posição social da mulher é ainda subsidiária e trata a categoria gênero como apolítica.

4.2.2 Vulnerabilidade e autonomia no sistema urbano

A avaliação da segurança de posse proporcionada pela Diretriz de Titulação Feminina deve considerar a pouca visibilidade da desigualdade de gênero e sua implicação na vulnerabilidade feminina em seu nexos com o sistema urbano. A reflexão sobre autonomia e vulnerabilidade feminina no conjunto Mangueira I, considerando o presumível acesso ao sistema urbano proporcionado pela centralidade da moradia, não tangencia a lógica de localização da provisão de habitação de interesse social no marco da produção capitalista do espaço, que produz moradia, mas não cidade. Nesse caso, a vulnerabilidade se relaciona menos com a localização, e mais com a trajetória dos grupos de acumulam desvantagens ao longo do tempo.

A mulher, responsabilizada pelo cuidado com os dependentes e tarefas domésticas, terá a disponibilidade de recursos definida pelo acesso à equipamentos como creches e escolas. A presença de equipamentos no entorno do Mangueira I é significativa, e embora não se possa garantir que haja disponibilidade de vagas em creches, a probabilidade de acesso é expressiva. A possibilidade de compartilhar as tarefas relativas ao cuidado determina a possibilidade de acesso aos postos de trabalho menos precários e flexíveis e, conseqüentemente, a ampliação da geração de renda, fundamental para autonomia.

A pesquisa domiciliar verificou questões sensíveis à posição social das mulheres a partir das dimensões de análise *cuidado e dependência, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e condições habitacionais*. As diferenças na realidade cotidiana de mulheres e homens e de mulheres em famílias conjugais ou famílias monoparentais femininas também foram consideradas na avaliação dos resultados.

4.2.2.1 Cuidado e dependência

A responsabilização pela “produção do viver” é central na compreensão da vivência cotidiana das mulheres residentes em conjuntos habitacionais para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. A dimensão de análise *cuidado e dependência* contempla a questão do cuidado com os dependentes nos núcleos familiares. A proporção entre o número de adultos em idade ativa contribuindo com a renda familiar e de dependentes, assim como a quantidade de pessoas por unidade habitacional,

são significativos para a análise tanto da vulnerabilidade feminina, quanto do atendimento efetivo das *necessidades habitacionais* pelo PMCMV.

A densidade de ocupação excessiva foi constatada em 12,1% dos domicílios, se considerado o máximo de cinco residentes¹⁴, além disso, foram identificados domicílios com até 12 moradores, o que embora seja uma exceção evidencia novamente a padronização das necessidades de moradia na política de provisão de habitação de interesse social. A informação é relevante, pois considerando a população residente estimada e o padrão construtivo do PMCMV, aproximadamente 120 pessoas vivem em situação de inadequabilidade no conjunto.

A razão de dependência determinada, entre outros fatores, pela densidade de ocupação da unidade habitacional, apresenta resultados diferenciados pelo tipo de composição familiar. A inadequação da habitação por excesso de residentes foi mais expressiva em famílias monoparentais femininas, representando 30,8% dos casos, enquanto em famílias conjugais, em apenas 4,2% dos domicílios foi constatada mais de cinco moradores. A vulnerabilidade relacionada à razão de dependência, portanto é mais significativa entre famílias monoparentais.

Tabela 47 – Razão da Dependência: residentes por Unidade Habitacional

<i>nº de residentes</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
1 residente	3,6%
2 residentes	13,5%
3 residentes	26,8%
4 residentes	26,8%
5 residentes	17,2%
6 residentes	6,1%
7 ou mais residentes	6,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

O número de dependentes também determina a razão de dependência e portanto, a possibilidade de autonomia das mulheres. Na amostragem da pesquisa, 65,8% dos domicílios tem presença de crianças e 17% tem presença de idosos, demonstrando o quão sensível é a questão do cuidado infantil na dimensão *cuidado e dependência*. No conjunto Mangureira I foram constatadas unidades habitacionais com até 8 crianças, o que embora seja uma exceção, evidencia o cuidado infantil como central na avaliação da vulnerabilidade e autonomia feminina.

¹⁴ Os parâmetros utilizados pela Fundação João Pinheiro para definição de *inadequação de domicílios urbanos* são mais flexíveis, considerando adequado, no caso, até 7 residentes.

Tabela 48 – Razão da Dependência: crianças por Unidade Habitacional

<i>nº de crianças</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
0 crianças	34,1%
1 criança	30,5%
2 crianças	17,1%
3 crianças	11,0%
4 crianças	4,9%
5 ou mais crianças	2,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

No conjunto Mangueira I, o tipo de composição familiar determina diferenças em relação à quantidade de dependentes por unidade habitacional. O tipo de composição familiar, portanto é significativo para a apreensão da vulnerabilidade feminina relacionada à feminização da pobreza, visto que determinada pela razão de dependência, pelas relações de trabalho precarizadas e pela responsabilização da mulher no cuidado com os dependentes. Assim, entre famílias conjugais foram constatados domicílios com no máximo três crianças, enquanto nas famílias monoparentais femininas, 37,5% dos domicílios apresentam mais de três crianças.

Assim, questão da habitabilidade e adequabilidade da unidade habitacional em relação ao número de moradores se mostrou precária, principalmente entre famílias monoparentais femininas. A padronização da habitação de interesse social, no marco o PMCMV, é insatisfatória, visto que mais de 30% dos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas apresentam adensamento excessivo. A heterogeneidade das necessidades habitacionais confronta a homogeneidade do padrão construtivo do PMCMV para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. O potencial de ampliação da autonomia provida pela segurança de posse é, de várias formas, atenuado por esta lógica de provisão de habitação social, que se contempla questão de localização e acesso, ignora outros elementos significativos.

4.2.2.2 Acesso ao conhecimento

A dimensão *acesso ao conhecimento* se relaciona à questão da educação formal e do acesso ao conhecimento em geral, fatores que constituem um meio para a satisfação de necessidades e diminuição da vulnerabilidade. A pesquisa foi desenvolvida de forma a permitir a comparação dos dados entre homens e mulheres, e conseqüentemente a avaliação da simetria na relação conjugal, considerando que a questão é determinante na reflexão sobre vulnerabilidade e autonomia. O tipo de

composição familiar também foi considerado na avaliação dos dados referentes à educação formal e formação profissional.

No conjunto Mangueira I, a taxa de analfabetismo não foi significativa, embora o percentual de analfabetismo entre mulheres seja mais expressivo, totalizando 6,6% dos casos, enquanto apenas 3,6% dos homens se declararam analfabetos. O ensino fundamental incompleto foi o nível de escolaridade mais frequente e, de maneira geral, as mulheres apresentaram grau de escolaridade superior aos homens.

Tabela 49 – Escolaridade

<i>Níveis do Ensino</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Analfabeto	6,6%	3,6%
Ensino Fundamental incompleto	40,0%	48,2%
Ensino Fundamental completo	12,0%	12,5%
Ensino Médio incompleto	17,3%	10,7%
Ensino Médio completo	20,0%	12,5%
Ensino Superior incompleto	4,1%	0,0%
Ensino Superior completo	0,0%	1,8%
Não respondeu	0,0%	10,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

A avaliação do tipo de composição familiar em relação ao nível de escolaridade apresenta diferenças significativas. O percentual de analfabetismo entre mulheres em famílias monoparentais femininas é mais expressivo do que em famílias conjugais, representando 11,5% por casos, enquanto em famílias conjugais, o percentual de analfabetismo representa 4,9% dos casos. De maneira geral, as mulheres componentes de famílias conjugais apresentam grau de escolaridade superior. Enquanto entre mulheres em famílias monoparentais, o Ensino Médio completo representa 11,5% do total, esse índice chega a 26,8% das mulheres em famílias conjugais. O acúmulo de desvantagens de mulheres em famílias monoparentais se evidencia nesse caso, repercutindo no acesso ao trabalho e geração de renda e, conseqüentemente, ampliando a vulnerabilidade feminina e familiar.

A existência de cursos profissionalizantes no entorno próximo à moradia foi outra questão abordada, 26,5% dos entrevistados afirmaram conhecer algum curso profissionalizante. Os cursos oferecidos na quadra do GRES Estação Primeira de Mangueira foram os mais citados, a FAETEC, o SENAC e SESI foram mencionados.

Tabela 50 – Acesso à Formação Profissional

<i>Frequência em Cursos Profissionalizantes</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	21,4%	16,1%
Não	72,0%	69,6%
Não respondeu	6,6%	14,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual de mulheres que afirmaram frequentar ou ter frequentado cursos profissionalizante foi superior ao dos homens, fato relacionado à presença de instituições e agremiações no entorno do conjunto que oferecem cursos focalizados nas mulheres. O percentual de mulheres que frequentaram algum curso profissionalizante se amplia para 31,5% entre as que declararam trabalhar ou exercer alguma atividade remunerada e para 42,8% entre as mulheres com ensino médio completo. O acesso ao conhecimento, fundamental para o acesso ao mercado de trabalho e a ampliação de geração de renda autônoma, é mais expressivo entre mulheres que acumulam menos desvantagens, e são portanto, menos vulneráveis.

4.2.2.3 Acesso ao trabalho

A dimensão *acesso ao trabalho* se relaciona com a possibilidade de geração de renda, e conseqüentemente com a possibilidade de acessar o sistema urbano. O *lugar* determinado pela posição social implicada pelos distintivos classe, gênero e raça influencia também no *espaço* vivenciado na cidade. O acesso ao trabalho e a geração de renda autônoma, pré-requisitos para acessar o sistema urbano, são limitados às mulheres pela “divisão sexual do trabalho”, elemento estruturante da desigualdade de gênero. A análise comparativa entre a possibilidade de geração de renda de mulheres e homens, e de mulheres em famílias conjugais e monoparentais femininas é essencial para a compreensão da vulnerabilidade feminina na cidade.

A responsabilização feminina pelo cuidado com os dependentes, a discrepância na remuneração e o direcionamento das mulheres para tarefas de pouca distinção social relacionadas à “produção do viver” são fatores de vulnerabilidade. A localização central, em área de urbanização consolidada, do conjunto Mangueira I, assim como o fato dos residentes terem sido reassentados em área próxima ao antigo local de moradia, permitindo a manutenção das redes de solidariedade e ajuda mútua, ampliam a possibilidade de acesso das mulheres ao trabalho.

No conjunto Mangueira I, o percentual de mulheres que trabalham é expressivamente inferior comparado aos homens. Menos da metade das mulheres exerce atividade remunerada, enquanto quase a totalidade dos homens, na amostragem da pesquisa, estão trabalhando. Entre as mulheres que não trabalham nenhuma se declarou “desempregada”, fato conexo à presença de crianças na fase inicial de desenvolvimento em 50% dos casos. Os dados evidenciam que a

responsabilização pela “produção do viver” e o precário e insuficiente sistema de Educação Infantil obstaculizam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

A vulnerabilidade relacionada à responsabilização feminina pela “produção do viver” é confirmada pelo relato de uma moradora que sempre trabalhou e pretendia continuar, até engravidar de seu primeiro filho. A licença maternidade padrão é de quatro meses, enquanto as instituições públicas de Ensino Infantil recebem as crianças apenas a partir dos seis meses. Sem alternativas para o cuidado do filho teve que se desligar do emprego, além disso, mesmo depois do bebê completar seis meses, não foi possível realizar a matrícula por não haviam vagas em nenhuma creche da rede pública. A moradora segue sem trabalhar e recorreu à Justiça em busca de uma vaga, o processo está em andamento. A matrícula em creches (0 a 3 anos), não é obrigatória pela legislação vigente, entretanto, quando o judiciário é acionado em relação à demanda de vagas, o poder público é compelido a responder positivamente. A Educação Infantil é responsabilidade das prefeituras e até 2016 o atendimento de pré-escola (4 e 5 anos) deve ser universalizado¹⁵.

Tabela 51 – Acesso ao Trabalho

<i>Trabalhando / exercendo atividade remunerada</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	45,4%	92,8%
Não	54,6%	7,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A posição social da mulher, portanto, é delimitada pelo acúmulo de desvantagens que ampliam a vulnerabilidade feminina e familiar. A localização dos postos de trabalho é pertinente para verificar o acesso ao sistema urbano. Entre as mulheres que exercem atividade remunerada, 26,5% declarou trabalhar em casa, enquanto entre os homens a situação não foi observada.

Tabela 52 – Acesso ao Trabalho: local de trabalho

<i>Local</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Localidades diversas	61,8%	75,1%
Domiciliar	26,5%	0,0%
Próximo à moradia	8,8%	13,5%
Sem lugar fixo ou itinerante	2,9%	5,7%
Não respondeu	0,0%	5,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

¹⁵ Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Emenda Constitucional n° 59 de 2009.

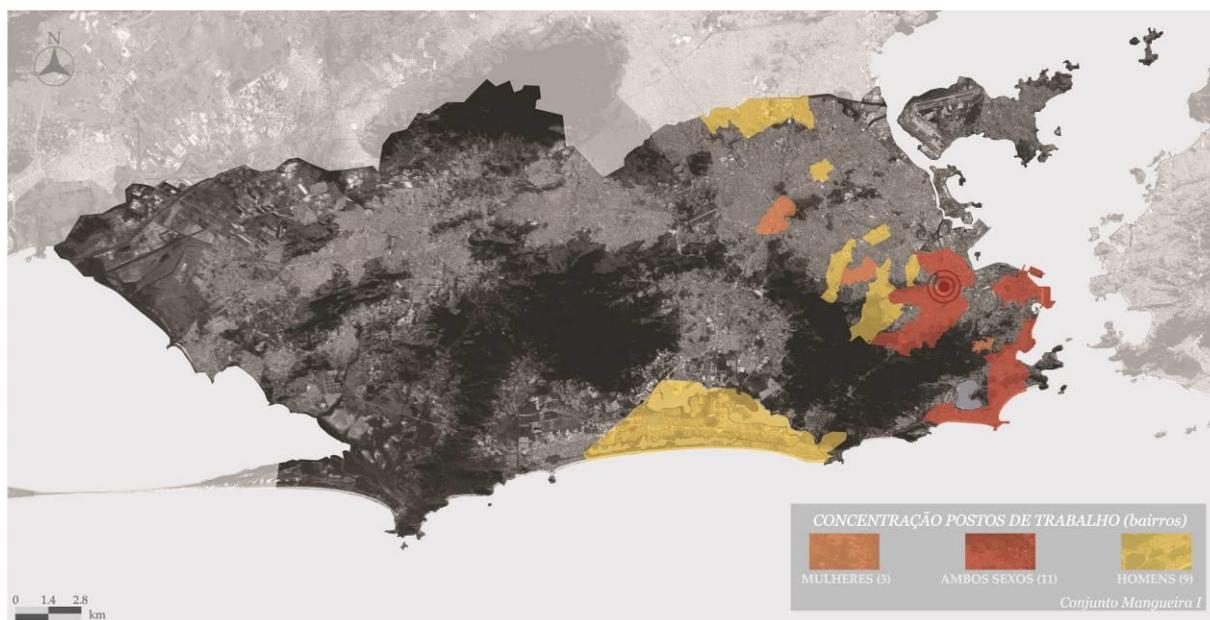
A apropriação do sistema urbano tem efeito distintivo tanto material, quanto simbólico, pois o *espaço* acessado influencia no *lugar* possível na estrutura social. A localização dos pontos de trabalho entre os homens é mais diversificada, acessam 20 distintas localidades da cidade, enquanto, entre as mulheres foram identificadas 12 localidades. A localização central do conjunto Mangureira I, contudo possibilita que mulheres e homens, acessem localidades que oferecem melhores postos de trabalho, remuneração mais alta, além de acesso à cultura, lazer e serviços.

Tabela 53 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho

<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Botafogo / Centro / Copacabana / Cosme Velho / Flamengo / Ipanema / Leblon / Madureira / Méier / São Cristóvão / Tijuca / Vila Isabel	Barra da Tijuca / Botafogo / Centro / Copacabana / Del Castilho / Engenho de Dentro / Engenho Novo / Flamengo / Grajaú / Jardim América / Ipanema / Mangureira / Maracanã / Niterói / Pavuna / Rocha / São Cristóvão / Tijuca / Vila da Penha / Vila Isabel
<i>12 localidades diferentes</i>	<i>20 localidades diferentes</i>

Fonte: Elaborada pela autora.

Mapa 11 – Acesso ao Trabalho: localidades que concentram postos de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

A possibilidade de crescimento profissional e a remuneração são determinadas pelo tipo de atividade exercida e decisivas para ampliação da autonomia feminina. O acúmulo dos distintivos classe, gênero e raça amplificam os desafios da mulher para se inserir no mercado de trabalho. A posição social possível à mulher pobre a direciona para atividades de baixa remuneração e precarizadas. Nesse sentido, no conjunto Mangureira I, 23,5% das mulheres que exercem alguma atividade remunerada se dedicam a atividades relacionadas ao cuidado com os dependentes e

tarefas domésticas, enquanto, entre os homens esse tipo de atividade não foi identificado.

Tabela 54 – Acesso ao Trabalho: tipo de trabalho ou atividade remunerada

<i>Tipo</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Trabalho relacionado à “produção do viver”	23,5%	0,0%
Trabalhos diversos	76,5%	100%

Fonte: elaborada pela autora.

A possibilidade de exercer diferentes funções também se mostrou superior entre os homens, entre os quais foram verificadas 32 profissões, enquanto entre as mulheres 21 funções diferentes foram identificadas. As atividades que demandam maior qualificação profissional também são mais expressivas entre os homens. O percentual de mulheres que frequentam ou frequentaram cursos profissionalizantes é expressivo e superior ao dos homens, contudo a qualificação feminina nos postos de trabalho identificados na amostragem da pesquisa é inferior. O fato influencia na diversidade de atividades remuneradas possíveis e, conseqüentemente, no desenvolvimento profissional.

Tabela 55 – Acesso ao Trabalho: diversidade de atividades realizadas

<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
artesanato / ascensorista / atendente / auxiliar de serviços gerais / cabelereira / camelô / costureira / “colocar placa para deputado” / estagiária / manicure / monitora de marketing / operadora de caixa / recepcionista / secretária / servente / supervisora / tesoureira / vendedora	administrador / atendente / auxiliar de serviços gerais / auxiliar de manutenção / borracheiro / camelô / carpinteiro / carregador de compras / chefe de manutenção / comunicação visual / electricista / encarregado / estoquista / faxineiro / garagista / garçom / gari / lancheiro / lavador de automóveis / limpeza de sofá / mecânico / motorista / operador de máquinas / pedreiro / porteiro / taxista / técnico de som / técnico de informática / técnico em refrigeração / vendedor / vigilante / zelador
<i>21 atividades diferentes</i>	<i>39 atividades diferentes</i>

Fonte: Elaborada pela autora.

As relações de trabalho se tornam menos vulneráveis quando os direitos trabalhistas são efetivados. A localização do conjunto possibilita acesso aos postos de trabalho mais bem remunerados e com mais perspectiva de respeito aos direitos trabalhistas, determinando relações de trabalho menos precárias. As mulheres que trabalham com carteira assinada, representam 47% dos casos, enquanto o percentual entre os homens é de 59,6%. Os homens, portanto têm acesso à relações de trabalho menos precárias do que as mulheres, o que confirma os dados do IBGE sobre a tendência do aumento dos postos de trabalho femininos no setor informal.

Tabela 56 – Acesso ao Trabalho: carteira assinada

<i>Trabalho com carteira assinada</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	47,0%	59,6%
Não	53,0%	40,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

O tipo de atividade exercida determina o nível de precariedade do trabalho. Entre as mulheres entrevistadas que trabalham em atividade relacionadas ao cuidado com os dependentes ou tarefas domésticas, apenas 14,3% têm acesso à carteira assinada, e todas declararam não ter nenhuma qualificação profissional. Entre as mulheres que trabalham em atividades diversas, 50% têm acesso à carteira assinada, e 50% declararam possuir qualificação profissional. Assim, o acesso aos direitos trabalhistas é menos frequente entre as mulheres que trabalham em atividade relacionadas à “produção do viver”, apesar da nova legislação sobre o trabalho doméstico¹⁶. A flexibilização e precariedade do trabalho em atividades vinculadas ao cuidado com os dependentes e às tarefas domésticas, portanto é muito superior e se relaciona também com a diferença substancial no acesso à qualificação profissional.

A carga horária semanal também evidencia as relações de trabalho flexíveis e precarizadas. Os homens, como demonstra a tabela abaixo, em geral têm carga horária mais extensa que as mulheres, que acumulam desvantagens na sua inserção no mercado de trabalho. As relações de trabalho precarizadas e flexíveis implicam na geração de renda inferior e na reafirmação do trabalho feminino como subsidiário.

Tabela 57 – Acesso ao Trabalho: carga horária semanal

<i>Carga Horária</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
44h	20,6%	26,9%
40h	20,6%	34,6%
35h	0,0%	0,0%
30h	2,9%	0,0%
20h	2,9%	0,0%
Escala 12x36	2,9%	1,9%
Outros	44,2%	23,1%
Não respondeu	5,9%	13,5%

Fonte: Elaborada pela autora.

O meio de transporte mais significativo no deslocamento para o trabalho é o ônibus, tanto para mulheres quanto para homens. A utilização de automóvel particular, contudo foi identificada exclusivamente entre os homens, determinando uma

¹⁶ Para mais informações sobre a nova legislação do trabalho doméstico ver: BRASIL. Lei Complementar n. 150, de junho de 2015. **Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm> Acesso em: 18/10/2015

possibilidade de apropriação da cidade diferenciada. A localização central do conjunto que oferece no entorno próximo, transporte público suficiente, além de equipamentos públicos importantes, minimiza o problema da mobilidade.

Tabela 58 – Acesso ao Trabalho: formas de deslocamento para o trabalho

<i>Formas de deslocamento</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Veículo individual	0,0%	15,4%
Ônibus	47,1%	30,7%
Ônibus e metrô	0,0%	1,9%
Metrô	8,8%	13,5%
Trem	0,0%	5,8%
A pé	17,6%	30,8%
Trabalha em casa	26,5%	0,0%
Não respondeu	0,0%	1,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

O tempo excessivo no transporte cotidiano representa um entrave ao acesso ao sistema urbano. A centralidade do conjunto e sua vinculação ao sistema de transporte público, que inclui linhas de ônibus, metrô e trem próximos ao local de moradia, não segue a lógica dominante da provisão de habitação de interesse social no marco da produção capitalista da cidade. O tempo de deslocamento para o trabalho no conjunto Mangueira I, portanto não constitui uma questão determinante na maioria dos casos e não apresentou diferenças significativas entre mulheres e homens.

Tabela 59 – Acesso ao Trabalho: tempo de deslocamento para o trabalho

<i>Tempo de deslocamento</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Menos de 30 minutos	38,3%	34,6%
Entre 30 minutos e 1 hora	14,7%	25%
1 hora	11,7%	15,4%
1 hora e 30 minutos	5,8%	0,0%
2 horas	2,9%	0,0%
Trabalham em casa	26,6%	0,0%
Não respondeu	0,0%	25%

Fonte: Elaborada pela autora.

A questão da alteração de trabalho ou atividade remunerada após a mudança para o conjunto Mangueira I considerou em que medida o processo de remoção interferiu no acesso das mulheres ao mercado de trabalho. O percentual de mulheres que trocaram de emprego depois da mudança para o conjunto foi superior ao dos homens, tendo para ambos os casos, um percentual relativamente baixo. O tipo de atividade a qual as mulheres se dedicavam, em geral, não se alterou após a mudança, mesmo entre as mulheres que declaram ter se desligado do antigo emprego. Além disso, a motivação para a mudança de trabalho, segundo os relatos, em sua maioria não foram relacionados à remoção, mas à questão pessoal. A percepção sobre a facilidade de acesso e mobilidade foi predominantemente positiva.

Tabela 60 – Acesso ao Trabalho: alteração de trabalho depois da mudança

<i>Alteração de trabalho ou atividade remunerada</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
Sim	29,4%	21,2%
Não	64,7%	76,9%
Não respondeu	5,9%	1,9%

Fonte: Elaborada pela autora.

As relações de trabalho constituídas, de maneira geral, se definiam já por certa precariedade e flexibilidade, sugerindo que o distintivo classe e raça, nesse caso, predomina na possibilidade de acesso ao sistema urbano. A precariedade habitacional que muitos vivenciavam quando residentes na favela Metrô-Mangueira cerceava seu acesso ao sistema urbano, inclusive ao mercado de trabalho, sendo apreciável o caráter discriminatório vinculado à localização territorial. O processo cumulativo, no qual o *espaço* determina o *lugar* possível, se evidencia no acúmulo de desvantagem de uma posição social que reverbera e se sobrepõe às características locais positivas da atual moradia.

O processo de remoção, apesar do resultado menos danoso devido ao reassentamento em local próximo ao antigo local de moradia, entretanto ocasiona rupturas de difícil superação em relação ao acesso ao trabalho e geração de renda. Uma das moradoras relatou que quando residia na favela Metrô-Mangueira tinha um salão de beleza em um imóvel alugado, o que ocasionou no não pagamento de indenização. Atualmente trabalha em casa na mesma função, sua sala é o salão de beleza, contudo, o número de clientes diminuiu, assim como sua capacidade de geração de renda. O condomínio tem sido tolerante com esse tipo de prática, e embora não seja permitido, vários apartamentos térreos que funcionam como armazém e bar, possibilitando alternativas para a geração de renda e também acesso facilitado ao comércio básico.

O compromisso com o pagamento das taxas referentes ao condomínio, água e luz motivou mulheres a iniciar o curso de artesanato oferecido na quadra do GRES Estação Primeira de Mangueira. Uma das entrevistadas relatou que “antes eu não trabalhava, mas aqui paga tudo, é como se eu vivesse de aluguel” e atualmente produz artesanato e vende em casa. A capacidade de geração de renda é determinante na razão de dependência de cada núcleo familiar. A relação entre pessoas economicamente ativas e os dependentes, portanto é fundamental na apreensão do nível de vulnerabilidade feminina e familiar. O desemprego feminino, a tendência ao trabalho informal em atividades relacionadas à “produção do viver”,

assim como a presença de crianças na fase inicial de desenvolvimento influenciam na razão de dependência. A consideração do tipo de composição familiar na avaliação da razão de dependência permite observar o grau de vulnerabilidade nas unidades habitacionais, assim como a possibilidade de autonomia das mulheres.

Tabela 61 – Razão de Dependência: contribuição com a renda familiar

<i>Residentes contribuindo com a renda familiar</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
0	15,4%	2,1%
1	42,4%	52,1%
2	15,4%	39,6%
3	11,5%	4,1%
4	3,8%	0,0%
Não respondeu	11,5%	2,1%

Fonte: *Elaborada pela autora.*

Os domicílios compostos por famílias monoparentais femininas apresentaram um percentual expressivo de casos em que nenhum residente está exercendo atividade remunerada e contribuindo com a renda familiar. Os casos em que há um ou dois residentes contribuindo com a renda familiar, são mais numerosos em famílias conjugais, determinando menor vulnerabilidade relacionada à razão de dependência. A percepção sobre a feminização da pobreza é pertinente, nesse caso, pois evidencia a tendência ao empobrecimento de núcleos familiares chefiados por mulheres, não devido à ausência do cônjuge, mas à discrepância entre residentes em idade ativa e contribuindo com a renda familiar e dependentes. De maneira geral, tanto em famílias monoparentais femininas, quanto em famílias conjugais, a quantidade de residentes contribuindo com a renda familiar se amplia expressivamente em domicílios sem a presença de crianças. O dado reitera o cuidado com os dependentes como um fator determinante na geração de renda, principalmente para as mulheres.

Tabela 62 – Razão de Dependência: renda e carteira assinada

<i>Residentes trabalhando com carteira assinada</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
0	30,7%	35,4%
1	34,6%	43,7%
2	7,7%	18,8%
3	7,7%	0,0%
4	3,8%	0,0%
Não respondeu	15,5%	2,1%

Fonte: *Elaborada pela autora.*

A vulnerabilidade de domicílios compostos por famílias monoparentais em relação às famílias conjugais se verifica também em relação ao número de residentes trabalhando com carteira assinada. Assim, o acesso aos direitos trabalhistas e, portanto à relação de trabalho menos precarizada, são mais frequentes nas famílias

conjugais. A quantidade de residentes trabalhando com carteira assinada se amplia expressivamente em domicílios sem a presença de crianças, e os casos em que nenhum residente tem acesso ao trabalho formal é inferior nesses domicílios.

Tabela 63 – Trabalho Feminino por composição familiar

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
Inserção no mercado de trabalho	38,5%	47,9%
Trabalho com carteira assinada	50,0%	47,9%
Trabalho autônomo domiciliar	20,0%	26,2%
Trabalho em diversas localidades	80,0%	65,2%
Trabalho relacionado à “produção do viver”	10,0%	30,4%
Trabalho em funções diversas	90,0%	69,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

O trabalho feminino é mais frequente em domicílios compostos por famílias conjugais, contudo o percentual de mulheres em atividade autônoma domiciliar e dedicadas ao cuidado com os dependentes e tarefas domésticas também é mais expressivo. O acesso à carteira assinada entre as mulheres que trabalham é similar em ambas composições familiares. O percentual de mulheres que trabalham em domicílios compostos por famílias monoparentais sem a presença de crianças é mais expressivo. O trabalho relacionado à “produção do viver” se verifica em famílias monoparentais com presença de crianças, enquanto nos domicílios sem presença de crianças esse tipo de atividade não foi constatado. Com exceção da diferença de acesso à carteira assinada, os elementos que caracterizam a precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, vulnerabilidade, não apresentam grandes disparidades relacionadas à presença de dependentes em famílias monoparentais.

Tabela 64 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Monoparental Feminina

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Presença de criança</i>	<i>Ausência de criança</i>
Inserção no mercado de trabalho	43,7%	50,0%
Trabalho com carteira assinada	57,2%	33,3%
Trabalho autônomo domiciliar	28,6%	33,3%
Trabalho relacionado à “produção do viver”	14,3%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

As relações de trabalho em famílias conjugais apresentam diferenças significativas quando considerada a presença de crianças. Os elementos que definem precariedade e flexibilização do trabalho feminino são expressivamente superiores entre famílias conjugais com a presença de crianças. Os dados reafirmam a responsabilização sobre a “produção do viver” como determinante para o nível de autonomia das mulheres.

Tabela 65 – Trabalho Feminino e Dependência em Família Conjugal

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Presença de criança</i>	<i>Ausência de criança</i>
Inserção no mercado de trabalho	42,8%	61,5%
Trabalho com carteira assinada	46,7%	62,5%
Trabalho autônomo domiciliar	33,3%	12,5%
Trabalho relacionado à “produção do viver”	33,3%	25,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

O acúmulo dos distintivos gênero, classe e raça/etnia é evidenciado nessa dimensão de análise. A discrepante diferença percentual entre homens e mulheres que acessam o mercado de trabalho é fundada na desigualdade de gênero que também opera na ampliação da vulnerabilidade das famílias chefiadas por mulheres. A desigualdade social, por outro lado é evidenciada pela preeminência do *lugar* sobre o *espaço*, isto é, a trajetória limitada por acúmulo de desvantagens minora o potencial transformativo da segurança de posse, em geral, e da titulação feminina especificamente, visto que outros fatores de vulnerabilidade são perpetuados.

4.2.2.4 Disponibilidade de recursos

A renda gerada autonomamente amplia a independência e segurança do núcleo familiar, e embora a origem dos recursos não determine a satisfação das necessidades, a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho e geração de renda são determinantes para diminuição da vulnerabilidade feminina. A dimensão de análise *disponibilidade de recursos*, portanto analisa a relação entre a geração de renda, acesso ao trabalho remunerado, transferência de renda e a razão de dependência nos domicílios, considerando o tipo de composição familiar. A observação do acesso aos programas governamentais de transferência de renda e da gestão da renda familiar permite a avaliação da autonomia feminina tanto na relação conjugal, quanto no acesso ao sistema urbano.

Na amostragem da pesquisa no conjunto Mangueira I, 32,9% das famílias estão inscritas no Programa Bolsa Família e 7,3% recebem regularmente o benefício Cartão Família Carioca¹⁷. Além da transferência de renda foram identificadas outras formas de renda como aposentadoria, auxílio de desemprego, auxílio idoso e pensão, assim, em 18,3% dos domicílios há algum complemento na renda familiar.

¹⁷ Programa da Prefeitura do Rio de Janeiro que beneficia às famílias inscritas no programa Bolsa Família com uma renda complementar.

O aumento da renda familiar ocasionou a suspensão do benefício do Bolsa Família de 9,2% das famílias que, no momento da pesquisa, não recebiam mais o auxílio. O caso de famílias com perfil para recebimento de transferência de renda e que não conseguiram o benefício não foram constatados. Os dados sugerem que de maneira geral, as famílias que realmente dependem de transferência de renda conseguiram efetivar o recebimento do benefício.

A transferência de renda se efetiva em 62,5% dos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas com presença de crianças, e 40% dos domicílios compostos por famílias conjugais com presença de crianças. O percentual mais expressivo de famílias monoparentais femininas enquadradas no perfil necessário para o recebimento do benefício confirma a maior vulnerabilidade desses núcleos familiares em relação à geração de renda autônoma. Contudo, como a procedência dos recursos não minora a satisfação das necessidades, o fato das mulheres que chefiam famílias acessarem o Programa Bolsa Família é positivo e indica que o acúmulo de desvantagens, nesse caso, não obstruiu a efetivação de um direito.

A autonomia individual é indispensável à construção de relações de igualdade entre mulheres e homens. A avaliação da responsabilidade pela administração da renda familiar, considerando que a mulher é titular prioritária em programas de transferência de renda, é pertinente para a análise da vulnerabilidade feminina. A administração da renda familiar é um dos elementos que demonstram a condição de isonomia na relação conjugal, e portanto, de diminuição da vulnerabilidade feminina.

Tabela 66 – Administração da Renda Familiar

<i>Administração da renda familiar</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Ambos</i>	<i>Não respondeu</i>
Domicílios em Geral	41,6%	39,0%	15,8%	3,6%
Família Conjugal	25,0%	47,9%	20,8%	6,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

A administração da renda familiar, no geral, apresentou percentual semelhante entre mulheres e homens. A informação sobre administração da renda familiar quando relacionada ao tipo de composição familiar apresenta significativas diferenças. Nos domicílios compostos por famílias conjugais o índice de homens que administram a renda familiar representa quase o dobro dos casos de administração da renda por mulheres. Nas famílias conjugais que a administração da renda familiar é realizada pela mulher, o trabalho feminino se verifica em 75% dos domicílios. Nas famílias conjugais que o homem administra a renda familiar o índice de trabalho feminino

representa 31,3% dos casos. Nas famílias que declararam que ambos administram a renda familiar, as mulheres exercem atividade remunerada em 50% dos casos.

Nos domicílios em que a prioridade da mulher na titulação do imóvel foi efetivada e a mulher é responsável pela administração da renda familiar, 85,7% das mulheres estão trabalhando. Nas famílias conjugais em que as mulheres estão exercendo atividade remunerada, o percentual de mulheres que administram a renda familiar é de 47,4%, os homens administram a renda familiar em 26,3% dos casos. Nos domicílios compostos por famílias conjugais nos quais as mulheres declararam não exercer atividade remunerada, apenas 13,6% dos casos a administração da renda familiar é realizada pela mulher. Assim, a relação entre capacidade de geração de renda autônoma e isonomia na relação conjugal e, conseqüentemente, ampliação da autonomia feminina é evidenciada pelos dados sobre a administração da renda familiar. O percentual de mulheres que administram a renda familiar é superior em domicílios em que a mulher exerce atividade remunerada. Reciprocamente, o trabalho feminino é percentualmente mais significativo nos domicílios em que as mulheres administram a renda familiar. A geração de renda autônoma, nesse caso, proporciona a ruptura com o processo de acúmulo de desvantagens, possibilitando isonomia.

Os dados também demonstram a importância da segurança de posse para as mulheres, enquanto um meio para reduzir as desigualdades de gênero no âmbito familiar. A autonomia efetiva, portanto está atrelada à possibilidade de geração de renda autônoma, o que somente serão possíveis quando transformações amplas que atuem enquanto ação de redistribuição e de reconhecimento forem consolidadas.

4.2.2.5 Condições habitacionais

As distâncias e acessibilidade em relação aos equipamentos e serviços públicos, assim como a qualidade arquitetônica e construtiva da moradia, determinantes das condições de vida e habitabilidade, são objetos da dimensão de análise *condições habitacionais*. O conjunto Mangueira I, como dita anteriormente, é uma exceção na lógica da produção de habitação pelo PMCMV e dos processos de remoção no Rio de Janeiro. A desconsideração do Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do município, na escolha da localização dos conjuntos habitacionais, e a padroniza das necessidades habitacionais em um modelo construtivo limitante, determinam a produção de moradias que ignora os elementos essenciais da moradia

adequada. A produção de moradia adequada deve contemplar questões como localização em área urbanizada, habitabilidade, disponibilidade de transporte público, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, adequação cultural, entre outros. A presente seção contempla questões relativas à localização e acessibilidade, por meio de levantamento urbanístico, e também à conformidade do modelo construtivo com as necessidades habitacionais observadas durante a pesquisa. A inadequação habitacional constitui um elemento do acúmulo de desvantagens que determina a ampliação da vulnerabilidade de grupos sociais em situação de desigualdade.

A segurança de posse da moradia é determinante da autonomia feminina. A redução da vulnerabilidade relacionada à questão da moradia entre as famílias contemplada pelo PMCMV, portanto é relevante para a percepção sobre o acesso das mulheres à cidade. No conjunto Mangueira I, o percentual de domicílios declarados próprios se ampliou de forma tênue em relação à antiga moradia. O fato da população residente ser predominantemente proveniente de processo de remoção em favela consolidada e, portanto ter acesso ao direito de uso para fins de habitação determina o percentual pouco expressivo de ampliação da segurança de posse.

Tabela 67 – Segurança de Posse por domicílio

<i>Segurança de posse</i>	<i>Domicílio atual</i>	<i>Domicílio anterior</i>
Moradia própria	98,8%	92,7%
Moradia alugada	1,2%	7,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

A consideração do tipo de composição familiar apresentou diferenças percentuais significativas em relação à segurança de posse entre as mulheres, pois em famílias conjugais o percentual de efetivação da prioridade feminina é expressivamente reduzido. A manutenção dos laços sociais e de trabalho constituídos é determinada pela distância em relação à antiga moradia e é fundamental para que a vulnerabilidade dos núcleos familiares reassentados após processo de remoção não seja ampliada. Como o conjunto habitacional Mangueira I é um caso singular de reassentamento, na amostragem da pesquisa, 95,1% dos residentes são provenientes da favela Metrô-Mangueira, os demais se deslocaram de quatro diferentes localidades, Anchieta, Belford Roxo, Mangueira e Méier.

Na percepção dos moradores, a motivação da mudança, portanto foi predominantemente a remoção. A justificativa apresentada pela Prefeitura, segundo 97,3% dos entrevistados foi realização de obras, embora não esteja claro quais serão

as intervenções no terreno da antiga favela, que até o momento continua sem destinação. Os moradores comentaram sobre a proposta de construção de um estacionamento, um morador comentou que “queriam o terreno para fazer estacionamento e até agora não fizeram nada”, outro morador afirmou que “foi por causa do Maracanã”. A justificativa inicial de construção de um estacionamento para os eventos relacionados à Copa do Mundo da FIFA 2014 não se efetivou, o projeto de construção de polo automotivo com unidades comerciais e parque divulgado pela Prefeitura em decreto de 2013 também não foi implementado.

Tabela 68 – Motivação da mudança para o conjunto Mangueira I

<i>Motivação</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Inscritos e contemplados pelo PMCMV	4,9%
Remoção	89,0%
Outros	4,9%
Não respondeu	1,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A principal objeção dos moradores em relação ao reassentamento é a falta de independência em relação às opções futuras de moradia. As regras do PMCMV determinam que o morador deve permanecer no imóvel por 10 anos até que a escritura seja concedida, um morador afirmou que "o documento só sai daqui a 10 anos, estamos presos, não pode vender, nem alugar, na antiga moradia podia". A maioria dos entrevistados, portanto questiona a propriedade do imóvel, uma moradora afirmou que “a Prefeitura diz que é própria mas não temos escritura”.

A tipologia arquitetônica do conjunto Mangueira I se distingue do padrão construtivo do PMCMV. Os empreendimentos padrão, entre outros elementos, dispõem de unidades habitacionais de 42m², estrutura construtiva em “H” com quatro apartamentos por andar e acesso interno às unidades. O conjunto Mangueira I, entretanto apresenta edifícios com 6 apartamentos por andar, área interna maior e acesso externo às unidades conformando um espaço comum avarandado. A qualidade construtiva contribui para a avaliação positiva dos moradores. Assim, apesar de haverem relatos sobre rachaduras e inadequações construtivas, reclamações unânimes no PMCMV, o conjunto apresenta um nível de habitabilidade elevado. A resignação em relação à qualidade construtiva foi frequente, uma das entrevistas afirmou: “a gente sabe que eles só fazem o básico, depois tem que consertar”, mostrando o piso quebrado na sala. O valor simbólico do ideal da casa própria é significativo, uma moradora titulada quando questionada sobre o que sentia sendo proprietária respondeu: "poderosa, sou a única da família a ter casa própria".

Tabela 69 – Nível de satisfação geral por domicílio

<i>Avaliação</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Ótimo	24,4%
Bom	51,3%
Regular	15,8%
Pior que o antigo local de moradia	7,3%
Não respondeu	1,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A mesma resignação não foi observada em relação ao aumento dos gastos, 91,5% dos entrevistados declararam ter mais gastos em comparação com a antiga moradia. Os relatos sobre a dificuldade de arcar com as despesas condominiais foram unânimes. O não pagamento generalizado da taxa do condomínio, que inclui o serviço de abastecimento de água, ocasionou em 2013 a interrupção do serviço pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). A questão foi solucionada somente com a intervenção da Prefeitura, que segundo os moradores, assumiu a dívida. A situação relatada influencia a percepção dos moradores em relação aos serviços prestados. O serviço de abastecimento de água é considerado adequado por 78% dos moradores, enquanto os demais serviços, em geral, têm avaliação positiva superior à 90%. A insatisfação sobre o abastecimento de água se relaciona ao caso da suspensão do serviço, ao fato de não haver um hidrômetro para cada residência e à divisão de gastos que desconsidera diferentes hábitos de consumo. O motivo de insatisfação mais recorrente é a insegurança. A avaliação negativa se relaciona com a presença do tráfico e os confrontos entre polícia e traficantes na favela Mangueira.

Tabela 70 – Nível de satisfação em relação aos serviços prestados por domicílio

<i>Serviço considerado adequado</i>	<i>Percentual por domicílio</i>
Abastecimento de água	78,0%
Esgotamento sanitário	92,7%
Acesso à energia elétrica	95,2%
Coleta de lixo	97,6%
Segurança dentro do conjunto	61,0%
Segurança no entorno do conjunto	56,1%

Fonte: Elaborada pela autora.

A localização do conjunto proporciona acessibilidade aos serviços públicos e infraestrutura urbana. A provisão adequada e suficiente de Ensino Básico é determinante na diminuição da vulnerabilidade relacionada à responsabilização pelo cuidado com os dependentes. A quantidade satisfatória de equipamentos de educação, portanto contribui com a ruptura do acúmulo de desvantagens que amplia a vulnerabilidade das mulheres. Assim, na amostragem da pesquisa, todas as

crianças em idade escolar, estão matriculadas e frequentando a escola. As instituições mencionadas estão elencadas na tabela abaixo.

Tabela 71 – Instituições públicas de Ensino: escolas mencionadas nas entrevistas

<i>Escola</i>	<i>Distância</i>	<i>Tempo de deslocamento</i>	<i>Percentual</i>
E.M. Humberto de Souza Mello	800m	13 minutos a pé	35,5%
E.M. José Veríssimo	2,2km	26 minutos a pé	4,5%
E. M. Francisco Manuel	2,2km	28 minutos a pé	6,7%
E.M. Friedenreich	1,9km	23 minutos a pé	2,2%
E.M. Afonso Pena	2,7km	35 minutos a pé	2,2%
E.M. Mestre Waldemiro	2,1km	25 minutos a pé	2,2%
E.M. Nilo Peçanha	1,9km	23 minutos a pé	2,2%
E.M. Marechal Trompowsky	400m	5 minutos a pé	11,1%
E.M. Uruguai	1,7km	21 minutos a pé	2,2%
E.M. Pareto	2,1km	26 minutos a pé	4,5%
Escola da Tia Neuma	1,5km	19 minutos a pé	4,5%
Educandário Gonçalves de Araújo	2,9km	25 minutos no transporte público	2,2%
Colégio Estadual Antônio Houaiss	7,0km	50 minutos no transporte público	2,2%
Colégio Estadual Antônio Prado Jr.	2,2km	21 minutos no transporte público	2,2%
Colégio Pedro II	3,2km	27 minutos no transporte público	2,2%
CIEP Nação Mangueirense	1,5km	19 minutos a pé	6,7%
Escolas particulares	----	----	4,5%
Não responderam	----	----	2,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

O levantamento urbanístico e análise dos dados disponibilizados pela Prefeitura¹⁸, sobre instituições de ensino e números de vagas, permitiram identificar as demais instituições no perímetro de 2km do conjunto. As escolas identificadas estão elencadas no quadro abaixo. O Ensino Fundamental é oferecido por 38 instituições públicas que disponibilizam 317 turmas para o Ensino Fundamental I (6 a 10 anos) e 118 turmas para o Ensino Fundamental II (11 a 14 anos). O Ensino Infantil para a faixa etária da pré-escola (4 e 5 anos) é oferecido por 20 instituições públicas, que no total oferecem 1.440 vagas¹⁹. A Educação Especial é oferecida por nove instituições públicas que disponibilizam 24 turmas. A forma de deslocamento dos estudantes mais recorrente é a pé, totalizando 57,9% dos casos, realidade possibilitada pela proximidade das escolas.

¹⁸ A quantificação das turmas foi realizada a partir de arquivo KML (extensão compatível ao georreferenciamento) disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: http://portalgeo.pcrj.opendata.arcgis.com/datasets/8aab45320c8541f88cf3720314cc963b_1?geometry=-44.261%2C-23.219%2C-42.476%2C-22.603&uiTab=table Acesso em: 03/12/2014.

¹⁹ A quantidade máxima de alunos por turma definida pelo Ministério da Educação – MEC para essa faixa etária (4 a 5 anos) é de 20 crianças. Acessar: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&ativo=285&Itemid=277 Acesso em: 03/12/2014.

Tabela 72 – Instituições públicas de Ensino: demais escolas identificadas no entorno

<i>Escola</i>	<i>Distância</i>	<i>Tempo de deslocamento</i>
E.M. Humberto de Campos	1,0km	14 minutos a pé
E.M. Madrid	1,5km	20 minutos a pé
E.M. República Argentina	1,4km	18 minutos a pé
E.M. José Moreira da Silva	1,3km	20 minutos a pé
E.M. Dois de Julho	3,3km	21 minutos no transporte público
E.M. Gonzaga da Gama Filho	2,0km	24 minutos a pé
E.M. Equador	2,0km	25 minutos a pé
E.M. Baptista Pereira	2,5km	30 minutos a pé
E.M. Leitão da Cunha	2,1km	27 minutos a pé
E.M. Mário da Veiga Cabral	3,1km	24 minutos no transporte público
E.M. Conselheiro Mayrink	2,3km	28 minutos a pé
E.M. Portugal	2,5km	31 minutos a pé
E.M. Gonçalves Dias	1,3km	20 minutos a pé
E.M. Floriano Peixoto	1,3km	20 minutos a pé
E.M. Barão Homem de Mello	1,6km	21 minutos a pé
E.M. Edmundo Bittencourt	3,2km	18 minutos no transporte público
E.M. General Euclides de Figueiredo	2,8km	35 minutos a pé
E.M. Orsina da Fonseca	2,9km	35 minutos a pé
E.M. Francisco Cabrita	3,4km	25 minutos no transporte público
E.M. Benedito Ottoni	1,9km	23 minutos a pé
E.M. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito	2,6km	20 minutos no transporte público
CIEP Samuel Wainer	2,7km	34 minutos a pé
Escola Especial Municipal Francisco de Castro	2,0km	25 minutos a pé

Fonte: Elaborada pela autora.

A quantidade significativa de instituições de Ensino Fundamental, contudo não se verifica no Ensino Infantil. Assim, entre os domicílios com presença de crianças em idade pré-escolar, somente 18,5% acessam vagas de creches em instituições públicas. Os relatos de mães sobre a dificuldade de conseguir vagas na rede pública, distribuídas mediante sorteio, foram frequentes, muitas relataram que aguardam na lista de espera há anos. As creches mencionadas durante as entrevistas domiciliares estão elencadas na tabela abaixo.

Tabela 73 – Instituições públicas de Ensino: creches mencionadas nas entrevistas

<i>Espaço de Desenvolvimento Infantil ou Creches</i>	<i>Distância</i>	<i>Percentual</i>
Creche Anália Franco	1,8km	30,0%
Creche Municipal Vovó Luciola	1,0km	20,0%
Creche Pipa do Céu	1,5km	20,0%
EDI Bárbara Otoni	1,8km	10,0%
Creche particular Padre Gino Righetti	----	20,0%

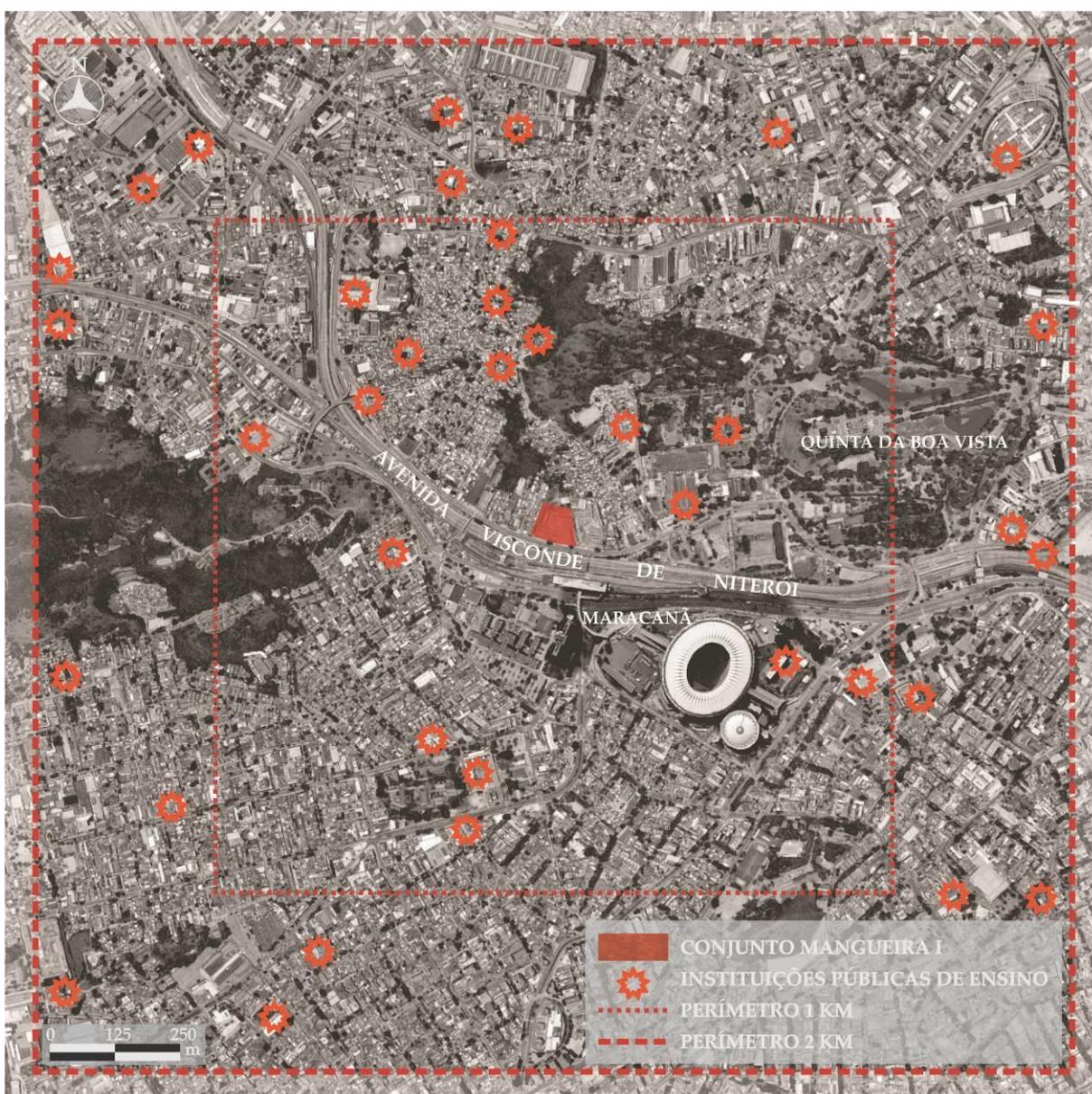
Fonte: Elaborada pela autora.

As demais instituições de Ensino Infantil que oferecem vagas para creche no perímetro de 2km do conjunto Mangueira I foram identificadas no levantamento urbanístico e análise dos dados sobre instituições de ensino e números de vagas, e estão elencadas na tabela abaixo.

Tabela 74 – Instituições públicas de Ensino: demais creches identificadas no entorno

<i>Escola</i>	<i>Distância</i>	<i>Tempo de deslocamento</i>
Creche Municipal Nação Mangueirense	750m	10 minutos a pé
Creche Municipal Homero José dos Santos	1,3km	20 minutos a pé
Creche Municipal Eduardo Moreira dos Santos	1,3km	19 minutos a pé
Creche Municipal Adalberto Ismael de Souza	700m	9 minutos a pé
Creche Municipal Dep. Luiz Eduardo de Magalhães	2,0km	25 minutos no transporte público
Creche Municipal Solange Maria Magalhães	3,0km	25 minutos no transporte público
EDI Professor José Libonati Filho	2,3km	22 minutos no transporte público
EDI Morro dos Telégrafos	1,9km	25 minutos a pé

Fonte: Elaborada pela autora.

Mapa 12 – Localização das Instituições públicas de Ensino no entorno do conjunto

Fonte: Elaborado pela autora.

A demanda pelo Ensino Infantil para a faixa etária que demanda creche, portanto é atendida por 11 instituições públicas, que disponibilizam em conjunto 42

turmas disponíveis, totalizando 630 vagas²⁰. O número de crianças no conjunto representa 31% da população residente. A partir da proporção de crianças e das respectivas faixas etárias verificadas na amostragem da pesquisa, pode-se considerar que o número total de crianças no conjunto é aproximadamente 300. A demanda por Ensino Infantil para a faixa etária que demanda creche é a mais expressiva. Na tabela abaixo estão elencadas as etapas do ensino em relação às respectivas faixas etárias e a demanda estimada a partir da proporção de crianças na amostragem da pesquisa.

Tabela 75 – Demanda de Instituições de Ensino por faixa etária

<i>Etapa do Ensino</i>	<i>Faixa Etária</i>	<i>Percentual</i>
Ensino Infantil – creches	0 e 3 anos	31,0%
Ensino Infantil – pré-escola	4 e 5 anos	8,0%
Ensino Fundamental I	6 e 10 anos	27,0%
Ensino Fundamental II	11 e 14 anos	26,0%
Ensino Médio	15 e 17 anos	8,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

A estimativa de vagas por ano para o Ensino Infantil oferecidas nas instituições dedicadas ao Ensino Infantil no perímetro de 2km do conjunto, portanto totaliza 1440 em pré-escola, e 630 vagas em creche. No bairro Mangueira, de acordo com Censo 2000, a população de crianças totaliza 6.529, considerando o percentual por faixa etária, há a demanda de aproximadamente 1.200 vagas para Ensino Infantil em creche, 634 para Ensino Infantil em pré-escola, 1.697 para o Ensino Fundamental I e 1.444 para Ensino Fundamental II²¹. O perímetro definido para o levantamento urbanístico compreende parcialmente bairros do entorno como São Cristóvão, São Francisco Xavier, Maracanã e Rocha, ou seja, a demanda por vagas considerando o perímetro de 2km do conjunto é ainda superior à identificada no bairro Mangueira. Embora o reassentamento dos moradores da favela Metrô-Mangueira não tenha acarretado incremento populacional na região, não ampliando a demanda de vagas, é perceptível a insuficiência de instituições que oferecem Ensino Infantil.

O acesso aos serviços de saúde recebeu críticas dos moradores, muitos declararam não utilizar a Clínica da Família Dona Zica porque não conseguiram atendimento ou porque consideram o atendimento ruim. Um dos entrevistados afirmou que “a clínica Dona Zica é muito bagunçada, prefiro a UPA da Tijuca”, outra moradora

²⁰ A quantidade máxima de alunos por turma definida pelo Ministério da Educação – MEC para essa faixa etária (0 a 3 anos) é de 15 crianças. Acessar: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&ativo=285&Itemid=277 Acesso em: 03/12/2014.

²¹ Dados disponíveis em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros cariocas/index_bairro.htm. Acesso em: 24/01/2015

declarou: “a clínica da família é terrível, sai direto de lá para a emergência”, sugerindo negligência do atendimento. Muitos moradores usam a alcunha “clínica da morte” para se referir ao equipamento. Apesar das críticas, parcela significativa dos moradores declarou utilizar a clínica. O meio de deslocamento mais expressivo para acessar as Unidade de Saúde é a pé, totalizando 43,9% dos casos. A Clínica da Família Dona Zica disponibiliza uma Kombi para transportar os moradores em horários determinados, embora o serviço tenha sido fortemente criticado devido à inconstância, 18,4% dos moradores declararam utilizar.

O conjunto Mangueira I dispõe de dois equipamentos públicos que proporcionam habitabilidade e conexão com a cidade diferenciadas em comparação aos conjuntos do PMCMV implementados sob lógica de localização predominante. O acesso ao metrô e a proximidade com a Quinta da Boavista, equipamento mais citado pelos moradores como espaço de entretenimento utilizado cotidianamente, proporcionam acesso efetivo à cultura e ao lazer, sendo um diferencial do conjunto.

As informações obtidas na pesquisa domiciliar e no levantamento urbanístico confirmam que, de maneira geral, os parâmetros do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) sobre as distâncias dos equipamentos públicos e serviços essenciais são observados, embora a quantidade de equipamentos disponíveis não sejam suficientes. A localização adequada da moradia tem o potencial de ampliar o acesso ao sistema urbano, e conseqüentemente a autonomia individual.

O conjunto Mangueira I demonstra que se respeitadas as diretrizes do Estatuto das Cidades e da Lei Orgânica do Município, os resultados positivos da política de habitação social, em termos de acesso ao sistema urbano são ampliados. Os desafios para a redução da vulnerabilidade feminina ainda são complexos e agudos mas em localidades urbanizadas e com provisão de serviços públicos a autonomia feminina é estimulada. A segurança de posse das mulheres promovida por meio da Diretriz de Titulação Feminina é ainda uma lacuna, pois embora o percentual de domicílios em que prioridade feminina na titulação seja alto, entre famílias conjugais esse índice é muito reduzido. A diretriz de titulação feminina, ação com potencial de redistribuição e reconhecimento, portanto não foi efetivada em parcela significativa dos casos. A efetivação da ação na totalidade dos casos possíveis exige o conhecimento público amplo e o reconhecimento e politização da discussão sobre as desigualdades de gênero em seu nexos com o território.

4.2.3 A segurança de posse feminina como meio, a igualdade como fim?

A efetividade da segurança de posse promovida pela Diretriz de Titulação Feminina, enquanto ação de reconhecimento e de redistribuição, tem o potencial de romper com o acúmulo de desvantagens inerente ao sistema de opressão-exploração patriarcal sexista. O potencial da ação para minorar as desigualdades de gênero materializadas no sistema urbano pode ser apreendido por meio das dimensões de análise utilizadas na pesquisa empírica. O objetivo nessa seção é analisar comparativamente as dimensões *cuidado e dependência*, *acesso ao conhecimento*, *acesso ao trabalho*, *disponibilidade de recursos* e *condições habitacionais*, entre as mulheres tituladas e as mulheres não tituladas. As questões mais relevantes para a apreensão da ampliação da autonomia feminina e ruptura com o processo de acúmulo de desvantagens possibilitada pela segurança de posse no conjunto Mangueira I estão destacadas a seguir.

O conhecimento é fundamental para a efetividade de ações afirmativas que contemplem o reconhecimento das desigualdades de gênero. A perspectiva da prioridade das mulheres na titularidade como um direito constituído amplia o potencial da Diretriz de Titulação Feminina enquanto uma ação de reconhecimento e reforça sua efetividade enquanto ação de redistribuição pois permite a ampliação de sua implementação a partir da demanda direta das mulheres. No conjunto Mangueira I, o percentual de mulheres cientes da prioridade da mulher na titularidade dos imóveis é mais expressivo entre as mulheres tituladas, totalizando 26,2% dos casos, enquanto 17,9% das mulheres que não foram tituladas tem ciência da diretriz.

A reflexão sobre o cuidado com os dependentes e a responsabilização da mulher pela “produção do viver” compreende a dimensão de análise *cuidado e dependência*. A família como núcleo de produção e reprodução a partir da privatização do cuidado e responsabilização da mulher pela “produção viver” é estrutural para o sistema de opressão-exploração patriarcal sexista e escora de muitas formas as desigualdades de gênero. O acúmulo de desvantagens relacionado aos papéis sociais sexualizados amplia a vulnerabilidade da vivência cotidiana das mulheres.

A densidade da ocupação da unidade habitacional interfere na razão de dependência dos domicílios e na possibilidade de autonomia das mulheres, principalmente em famílias monoparentais femininas, quando associada à responsabilização da mulher pela “produção do viver. Além disso, é responsável por

percentual expressivo de inadequação habitacional, fator de vulnerabilidade do núcleo familiar. No conjunto Mangueira I, a densidade de ocupação excessiva foi superior nos domicílios onde a diretriz se efetivou, justamente por serem compostos predominantemente por famílias monoparentais femininas. O percentual de domicílios onde a prioridade da mulher na titulação se efetivou foi relativamente baixo, principalmente entre as famílias conjugais. Assim, a inadequação habitacional por densidade de ocupação excessiva entre famílias monoparentais femininas representa 30,8% dos casos, enquanto entre as famílias conjugais, apenas 4,2% dos domicílios foi constatado a presença de mais de cinco residentes.

A associação irrestrita da ampliação das famílias chefiadas por mulheres e a feminização da pobreza não compreende a complexidade das desigualdades de gênero inerentes à estrutura de opressão-exploração patriarcal sexista. A exigência de conciliação das atividades produtivas remuneradas e da “produção do viver”, contudo é um fator limitante à autonomia feminina. A razão de dependência, relacionada ao número de pessoas contribuindo com a renda familiar, é determinante para a avaliação da vulnerabilidade do núcleo familiar e da possibilidade de autonomia feminina. O percentual de domicílios em que nenhum componente está exercendo atividade remunerada e contribuindo com a renda familiar é mais representativo nos casos em que a titulação feminina prevaleceu, representando 9,5% dos casos, novamente devido à predominância das famílias monoparentais femininas entre os domicílios onde a diretriz se efetivou. Nos domicílios nos quais a mulher não foi titulada, em geral compostos por famílias conjugais, em apenas 2,5% dos casos não há nenhum residente contribuindo com a renda familiar.

O dado novamente relacionado com o índice representativo de famílias chefiadas por mulheres e com a baixa efetividade da Diretriz de Titulação Feminina em famílias conjugais, reafirma a vulnerabilidade das famílias monoparentais femininas no conjunto Mangueira I. Os domicílios em que apenas um residente exerce atividade remunerada e contribui com a renda familiar são mais expressivos nos casos em que a titulação feminina não se efetivou, totalizando 61,5% dos casos. A composição familiar nesses casos é predominantemente conjugal, isto é, onde a efetividade da prioridade da mulher na titulação é baixa. Nos domicílios onde a mulher foi titulada, essa situação representa 40,4% dos casos. Os casos em que mais de um componente exerce atividade remunerada e contribui com a renda familiar são mais expressivos nos domicílios onde a titulação feminina se efetivou, representando

40,4% do total, enquanto nos domicílios onde a prioridade da mulher não se efetivou, essa situação ocorre em 33,3% dos casos. Assim, a difícil superação dos fatores de vulnerabilidade como a responsabilização pela “produção do viver”, o desemprego e a flexibilização/precarização do trabalho feminino, elementos do processo de feminização da pobreza, determina uma razão de dependência atravessada pela vulnerabilidade entre as famílias monoparentais, apesar da titularidade do imóvel.

A educação formal e a qualificação profissional são elementos fundamentais para a autonomia feminina e a isonomia na relação conjugal pois propiciam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e, conseqüentemente a geração de renda autônoma. A dimensão de análise *acesso ao conhecimento* compreende a educação e a formação como um meio de obstruir o processo de acúmulo de desvantagens, diminuindo os fatores de vulnerabilidade. O nível de escolaridade das mulheres no conjunto Mangueira I é superior entre as mulheres não tituladas, inclusive a taxa de analfabetismo é bastante inferior nesses casos. O percentual de mulheres com qualificação profissional não apresentou diferenças significativas. Assim, os dados novamente confrontados com a questão da composição familiar demonstram a maior vulnerabilidade das famílias monoparentais femininas no conjunto.

A dimensão de análise *acesso ao trabalho* compreende os diversos fatores que possibilitam a autonomia feminina e a isonomia na relação conjugal por meio da geração de renda autônoma. A divisão sexual do trabalho é o modo como a divisão social do trabalho decorrente das relações sociais sexualizadas se materializa no sistema de opressão-exploração patriarcal sexista, determinando diferenças de acesso aos postos de trabalho entre mulheres e homens. A hierarquização sexualizada, que no patriarcado desvaloriza tudo o que se relaciona com o feminino, reforçada pela divisão territorial do mercado de trabalho, fortalece a delimitação do espaço vivenciado pelo *lugar* fixado pela posição social.

No conjunto Mangueira I o acesso ao trabalho entre as mulheres entrevistadas foi mais expressivo entre mulheres tituladas (51,3%) em comparação às mulheres não tituladas (35,7%), assim como o acesso aos direitos trabalhista (40,0% e 30,0%, respectivamente). O tipo de trabalho ou atividade remunerada implica na faixa salarial, na precarização e flexibilização das relações de trabalho e na possibilidade de crescimento profissional, e portanto interfere na vulnerabilidade feminina. As atividades relacionadas à “produção do viver”, em geral são mais precarizadas e com menor remuneração e reconhecimento social. O percentual de mulheres que se

dedicam às atividades relacionadas à “produção do viver” foi mais significativo entre as mulheres não tituladas (40,0%) do que entre as mulheres tituladas (25,0%). Na dimensão de *acesso ao trabalho*, portanto a segurança de posse associada à geração de renda autônoma por meio do trabalho remunerado estabeleceu nos domicílios onde a Diretriz de Titulação Feminina se efetivou uma situação propícia à ampliação da autonomia feminina. Além disso, a composição familiar, nesse caso, não reafirmou a precariedade e vulnerabilidade nas famílias monoparentais femininas.

A geração de renda autônoma e a razão de dependência são elementos para apreensão da autonomia feminina e estruturam a dimensão de análise *disponibilidade de recursos*. O grau de independência e segurança familiar se vincula à relação entre a parcela da renda gerada autonomamente e a parcela recebida por transferência de renda. O percentual de famílias inscritas e recebendo o Bolsa Família é superior nos domicílios onde a prioridade da mulher na titulação se efetivou, representando 40,4% do total, enquanto nos domicílios nos quais a mulher não foi titulada o percentual é de 25,6%. As famílias monoparentais feminina em geral confrontam de forma mais aguda a vulnerabilidade relativa à razão de dependência e a responsabilização da mulher com a “produção do viver” e, portanto se enquadram mais expressivamente nos parâmetros para recebimento de programas de transferência de renda. Como a titulação feminina no conjunto Mangueira I é mais expressiva em famílias monoparentais feminina é previsível que o percentual de famílias recebendo o Bolsa Família nos domicílios onde a mulher foi titulada seja superior.

A administração da renda familiar indica a possibilidade de autonomia feminina e isonomia na relação conjugal. Além disso, os programas de transferência de renda, em geral priorizam a mulher como titular do benefício sendo, portanto pertinente analisar a administração da renda familiar. O percentual de mulheres que declararam administrar a renda familiar é expressivamente superior nos domicílios onde a prioridade feminina na titulação foi efetivada. Entre as mulheres tituladas a administração da renda familiar totaliza 64,3% do total, enquanto apenas 15,3% das mulheres que não foram tituladas declararam administrar a renda familiar. O acesso ao trabalho entre as mulheres que administram a renda familiar é similar. O exercício de funções relacionadas à “produção do viver” é também inferior entre as mulheres que não foram tituladas, representando 25,0% do total, enquanto entre as mulheres tituladas, o percentual é de 37,5%. Os dados reafirmam a maior vulnerabilidade das mulheres em famílias monoparentais femininas em comparação às famílias conjugais,

fato relacionado aos efeitos de trajetórias das famílias reassentadas no conjunto Mangueira I.

A maior vulnerabilidade das famílias monoparentais femininas no conjunto Mangueira I é determinante para a análise da efetividade da Diretriz de Titulação Feminina. A homogeneidade do perfil das famílias reassentadas e a limitação da implementação da prioridade feminina nos casos de remoção, principalmente nas famílias conjugais, também determinam a baixa efetividade da diretriz e, portanto a redução do seu poder de transformação tanto enquanto ação de reconhecimento, quanto de redistribuição.

As desigualdades de gênero permeiam diversas dimensões da vida urbana. A Diretriz de Titulação Feminina comprovadamente contribui para a ampliação da autonomia feminina e isonomia na relação conjugal, mas descolada de outras dimensões da vida urbana não contempla a complexidade do processo de acúmulo de desvantagens que se materializa na cidade. Assim, as mulheres tituladas residentes no conjunto Mangueira I, em geral, chefes de família, confrontam cotidianamente uma profunda vulnerabilidade apesar da segurança de posse proporcionada pela diretriz. E embora em relação a algumas das dimensões de análise utilizadas na pesquisa se verifique índices que sinalizam a possibilidade de ampliação da autonomia feminina, persiste o desafio de expandir a implementação da Diretriz de Titulação Feminina como ação de redistribuição e consolidar sua efetividade enquanto uma ação de reconhecimento.

4.3 Os efeitos de localização e os efeitos de trajetória

A reflexão sobre os efeitos de localização dos empreendimentos do PMCMV a partir da comparação entre os conjuntos Vivendas Recanto da Natureza e Mangueira I evidencia a importância dos efeitos de trajetória. A trajetória de vida determinada em intensidade diferenciada pelos distintivos que implicam vulnerabilidade pode sobrepor a princípio os efeitos positivos da localização adequada da habitação de interesse social. A sobreposição das desigualdades sociais, raciais e de gênero amplia a vulnerabilidade que fixada no *espaço* vivenciado, continua a reafirmar o *lugar* possível. O potencial da localização adequada da moradia para diminuição da vulnerabilidade relacionada à desigualdade de gênero, visto que possibilita o acesso factual ao sistema urbano, não deve ser ignorado, mas é preciso considerar os efeitos de trajetória que repulsam de forma determinante no processo de acúmulo de vulnerabilidade.

O objetivo nessa seção é organizar os dados relativos às dimensões de análise utilizadas na pesquisa de campo e as informações significativas à apreensão da vulnerabilidade e autonomia feminina de forma comparável, considerando os efeitos de localização dos conjuntos habitacionais e os efeitos de trajetória das famílias entrevistadas. O enfoque é a experiência da mulher na cidade, e mais especificamente as possibilidades de acesso ao sistema urbano. As dimensões de análise, embora abrangentes, não contemplam toda a complexidade que envolve a relação entre o *espaço* vivenciado e o *lugar* possível, mas evidenciam a materialidade das desigualdades de gênero no território e indicam caminhos para a análise relacional de gênero, espaço urbano e políticas públicas que será desenvolvida em futuros projetos de pesquisa. Os dados mais relevantes em termos comparativos serão apresentados a seguir.

A segurança de posse, fundamental para apreensão da vulnerabilidade familiar e autonomia feminina, foi expressiva em ambos os conjuntos habitacionais, e embora o percentual de apartamentos declarados próprios tenha sido mais significativo no conjunto habitacional Mangueira I, a Diretriz de Titulação Feminina se efetivou de forma mais consistente no conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza. A distinção da população residente em relação à motivação para a mudança para o conjunto sugere uma possível causa dessa discrepância.

Tabela 76 – Segurança de Posse por domicílio

<i>Segurança de posse</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Moradia própria	84,2%	98,8%
Moradia alugada	6,3%	1,2%
Moradia emprestada	7,9%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%
Não respondeu	1,6%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual de pessoas contempladas pelo PMCMV por meio de inscrição e sorteio é baixo em ambos os conjuntos, prevalecendo o reassentamento de pessoas removidas. Essa situação é mais acentuada no conjunto Mangueira I, visto que a população residente do conjunto Mangueira I é conformada quase que exclusivamente por ex-moradores da Favela Metrô-Mangueira e, portanto, por famílias com histórico de remoção. No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, a população residente é mais heterogênea, inclusive financeiramente, o que possibilita o acesso à mais alternativas de moradia, permitindo que as famílias contempladas por sorteio no PMCMV, mas que possuem residência em outra localidade aluguem o apartamento, o que diminui o percentual de titularidade. O reassentamento de famílias provenientes de localidades envolvidas em processo de remoção, por outro lado, tende a diminuir a efetivação da diretriz de titulação feminina, visto que a titularidade é realizada, em geral, no nome do detentor do antigo direito de posse.

Tabela 77 – Motivação da mudança para o conjunto

<i>Motivação</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Inscritos e contemplados pelo PMCMV	15,4%	4,9%
Remoção	70,1%	89,0%
Outros	14,5%	4,9%
Não respondeu	0,0%	1,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

A composição familiar determina diferenças significativas em relação à efetivação da prioridade da mulher na titulação, que diminui sensivelmente entre famílias conjugais em ambos os conjuntos, principalmente no conjunto Mangueira I. O tipo de composição familiar evidencia o processo de acúmulo de desvantagens associado à responsabilização das mulheres pela “produção do viver” e a feminização da pobreza decorrente. O percentual mais expressivo de domicílios compostos por famílias monoparentais femininas no conjunto Mangueira I influencia significativamente os fatores gerais que determinam o empobrecimento do núcleo familiar e o aumento da vulnerabilidade da mulher como a razão de dependência e o número de residentes por unidade habitacional.

Tabela 78 – Composição familiar por domicílio

<i>Composição familiar</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Família Monoparental Feminina	24,4%	31,7%
Família Conjugal	65,3%	58,5%
Outros arranjos familiares	10,3%	9,8%

Fonte: Elaborada pela autora.

A efetivação da prioridade da mulher nos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas foi mais significativa no conjunto Mangueira I, fato possivelmente relacionado ao expressivo número de famílias monoparentais verificado. Nos domicílios compostos por famílias conjugais, isto é, nos casos em era possível titular tanto a mulher quanto o homem, a prioridade feminina na titulação do imóvel foi implementada de maneira mais abrangente no conjunto Vivendas Recanto da Natureza.

Tabela 79 – Titularidade Feminina por composição familiar

<i>Titularidade Feminina</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Geral	70,1%	51,9%
Família Monoparental Feminina	77,4%	84,8%
Família Conjugal	61,5%	36,2%

Fonte: Elaborada pela autora.

O conhecimento sobre a prioridade da mulher na titulação foi ínfimo em ambos os conjuntos, sendo mais significativo no conjunto Mangueira I. O percentual de entrevistadas que declararam estar informadas sobre a prioridade da mulher, em ambos os conjuntos, foi mais significativo entre famílias monoparentais femininas, o que pode ter influenciado na maior efetivação da Diretriz de Titulação Feminina nesse tipo de composição familiar. O conhecimento é intrínseco ao reconhecimento e as desigualdades ocasionadas pelo acúmulo dos distintivos classe, gênero e raça/etnia em seu nexos com a provisão de habitação de interesse social, e mais especificamente com a prioridade da mulher na titulação constituem fatores cuja a complexidade envolve diversos elementos. Assim, é notável que embora o percentual de titulação feminina nos domicílios compostos por famílias conjugais na amostragem da pesquisa no conjunto Mangueira I seja muito baixo (36,2%), o percentual de pessoas que declaram ter ciência da prioridade da mulher nesse tipo de composição familiar é mais expressivo do que no conjunto Vivendas Recanto da Natureza.

Tabela 80 – Autonomia e Reconhecimento na Diretriz de Titulação Feminina

<i>Conhecimento sobre a Diretriz de Titulação</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Geral	11,0%	21,9%
Família Monoparental Feminina	19,4%	30,7%
Família Conjugal	9,6%	20,8%

Fonte: Elaborada pela autora.

O patriarcado enquanto expressão de um poder político hegemônico vigora independente da composição familiar e é naturalizado pelo processo que torna o arbitrário legitimado porque ignorado. As relações constituídas nessa base de caráter material e subjetivo determinam a não aceitação do reconhecimento da desigualdade, isto é, as posições sociais fixadas e naturalizadas reafirmam o discurso que as conforma com suas fortunas e com suas opressões. Nesse sentido, não são insignificantes os casos de mulheres que abdicaram do direito à prioridade na titulação, justificando o papel familiar do marido como provedor como motivo para a manutenção deste como proprietário.

O percentual pouco expressivo da efetivação da prioridade feminina na titulação em famílias conjugais e os relatos obtidos na pesquisa domiciliar, em geral contundentes em relação à desigualdade de gênero e opressão do machismo, demonstraram que muitas mulheres, residentes no conjunto Mangueira I se mantiveram na mesma situação de vulnerabilidade tanto na relação conjugal, quanto em relação ao acesso à cidade. No conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza, os dados sugerem que as mulheres em famílias conjugais experimentam uma situação de menor vulnerabilidade em diversos aspectos, embora nos casos em que a prioridade da mulher na titulação não se efetivou, foram observadas situações de extrema vulnerabilidade na relação conjugal. Assim, de muitas formas e em diversas situações a Diretriz de Titulação Feminina não se efetivou como ação de redistribuição ou como ação de reconhecimento.

A lógica da produção capitalista do espaço, intensificada na conjuntura das remoções relacionadas aos Megaeventos, impacta a produção de habitação social, modificando o público atendido e minorando as possibilidades de aplicação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis. Na disputa pelos espaços mais bem localizados e urbanizados da cidade, apesar da diretriz, as mulheres têm menores possibilidades de acesso ao sistema urbano. A complexidade das relações permeadas por classe, gênero e raça e a evidente relação entre o *espaço* ocupado e o *lugar* possível explicitam a conexão entre a produção do espaço e a construção das relações de gênero. Os efeitos de trajetória prevaleceram sobre os efeitos de localização em muitos aspectos em que a vulnerabilidade feminina é observável. Assim, a priorização da mulher na titularidade se efetivou de forma mais significativa e a isonomia nas relações conjugais foi mais expressiva justamente no conjunto habitacional que a localização periférica determinaria maior precariedade.

A dimensão de análise *cuidado e dependência* contempla a questão da “produção do viver” e da razão de dependência, fundamentais para a apreensão da possibilidade de autonomia feminina. A densidade de ocupação da moradia é determinante do nível de adequação habitacional. No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, de maneira geral, o número de residentes por unidade habitacional foi inferior, embora, o percentual de casos extremos de adensamento excessivo seja mais significativo.

Tabela 81 – Razão da Dependência: residentes por Unidade Habitacional

<i>nº de residentes</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
1 residente	11,0%	3,6%
2 residentes	13,5%	13,5%
3 residentes	23,5%	26,8%
4 residentes	21,2%	26,8%
5 residentes	12,6%	17,2%
6 residentes	7,1%	6,1%
7 ou mais residentes	11,1%	6,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

O número de residentes por unidade habitacional é especialmente relevante quando quantificado o número dependentes, o que permite a avaliação da razão de dependência. A razão de dependência se relaciona com o empobrecimento do núcleo familiar e a ampliação da vulnerabilidade feminina, relacionada à responsabilização da mulher pelo cuidado com os dependentes. No conjunto Mangueira I foi constatada maior tendência à vulnerabilidade em relação ao número de dependentes nos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas, pois 37,5% apresentam mais de três crianças. O conjunto Vivendas Recanto da Natureza também apresentou a razão de dependência com tendência ao empobrecimento e precarização em domicílios compostos por famílias monoparentais, mas em geral, o percentual foi menos significativo.

Tabela 82 – Razão da Dependência: crianças por Unidade Habitacional

<i>nº de crianças</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
0 crianças	0,0%	34,1%
1 criança	31,4%	30,5%
2 crianças	28,0%	17,1%
3 crianças	14,6%	11,0%
4 crianças	13,5%	4,9%
5 ou mais crianças	11,2%	2,4%
Não respondeu	1,3%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

A dimensão de análise *acesso ao conhecimento* avalia a questão da educação formal e acesso ao conhecimento em geral, e apresentou resultados similares em

ambos os conjuntos pesquisados. As mulheres acumularam mais anos de estudo em relação aos homens. Na comparação entre os dois conjuntos, o nível de escolaridade feminina se apresenta levemente superior no conjunto Vivendas Recanto da Natureza em relação ao Ensino Fundamental, e mais expressivo no conjunto Mangueira I em relação ao Ensino Médio.

Tabela 83 – Escolaridade Feminina

<i>Níveis do Ensino</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Analfabeto	3,4%	6,6%
Ensino Fundamental incompleto	42,0%	40,0%
Ensino Fundamental completo	18,5%	12,0%
Ensino Médio incompleto	15,1%	17,3%
Ensino Médio completo	18,5%	20,0%
Ensino Superior incompleto	0,0%	4,1%
Ensino Superior completo	0,8%	0,0%
Não respondeu	1,7%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual de mulheres que declararam ter frequentado cursos profissionalizantes foi similar em ambos os conjuntos; entretanto, no conjunto Mangueira I, o percentual de mulheres que frequentam ou frequentaram cursos profissionalizantes foi mais expressivo do que entre os homens, o que pode estar relacionado com a quantidade substancial de instituições e organizações comunitárias que oferecem formação profissional no entorno. A quantidade de mulheres que frequentam ou frequentaram cursos de qualificação profissional se amplia, em ambos os conjuntos, quando considerados os dados relativos ao acesso ao trabalho e aos anos de estudo acumulados. Assim, entre as mulheres que trabalham e que acumulam mais tempo de estudo, o percentual de qualificação profissional é mais expressivo. O acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho, portanto constituem em conjunto um meio para a ampliação do acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente da geração de renda, sendo essenciais para o aumento da autonomia feminina.

Tabela 84 – Acesso à Formação Profissional entre mulheres

<i>Frequência em Cursos Profissionalizantes</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Sim	19,4%	21,4%
Não	48,7%	72,0%
Não respondeu	31,9%	6,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

A dimensão de análise *acesso ao trabalho* relaciona dados sobre o exercício de atividade remunerada e geração autônoma de renda, assim como o tipo de ocupação, tempo de deslocamento e carga horária, fatores que indicam a possível

precariedade das relações de trabalho. O acesso das mulheres ao mercado de trabalho foi similar em ambos os conjuntos habitacionais, embora percentualmente mais expressivo no conjunto Mangueira I, confirmando a localização central da produção de habitação de interesse social como um elemento de interrupção do acúmulo de desvantagens.

Tabela 85 – Acesso ao Trabalho entre mulheres

<i>Trabalhando / exercendo atividade remunerada</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Sim	41,2%	45,4%
Não	57,1%	54,6%
Não respondeu	1,7%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

O trabalho informal constitui a modalidade de atividade mais significativa e o acesso à carteira assinada é semelhante em ambos os casos, embora percentualmente superior no conjunto Mangueira I. O acesso aos direitos trabalhistas é menos frequente entre as mulheres que trabalham em atividades relacionadas à “produção do viver”, assim como a qualificação profissional, em ambos os conjuntos.

Tabela 86 – Acesso ao Trabalho: carteira assinada

<i>Trabalho com carteira assinada</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Sim	44,9%	47,0%
Não	51,0%	53,0%
Não respondeu	4,1%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

No conjunto Mangueira I, entre as mulheres que exercem atividades relacionadas ao cuidado com dependentes e tarefas domésticas, tanto o acesso ao trabalho com carteira assinada, quanto o acesso à qualificação profissional é mais precária em comparação ao conjunto Vivendas Recanto da Natureza. No conjunto Mangueira I, por outro lado, entre as mulheres que trabalham em atividades diversas, o percentual que acessa direitos trabalhistas e qualificação profissional é mais expressivo.

Tabela 87 – Acesso ao Trabalho: tipo de trabalho ou atividade remunerada

<i>Tipo</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Trabalho relacionado à “produção do viver”	22,5%	23,5%
Trabalhos diversos	75,5%	76,5%
Não respondeu	2,0%	0,0%

Fonte: elaborada pela autora.

A flexibilização e precariedade, portanto são mais constantes em trabalhos vinculados ao cuidado com os dependentes e as tarefas domésticas. O acesso menos frequente aos direitos trabalhistas e o ínfimo acesso à qualificação profissional,

determinam a ampliação da vulnerabilidade das mulheres. O tipo de atividade exercida e o local de trabalho são fatores determinantes do nível de precariedade das relações de trabalho. O trabalho domiciliar informal, estreitamente relacionado à responsabilização da mulher pelo cuidado com os dependentes, embora não determine necessariamente uma remuneração mais baixa, determina a ausência de direitos trabalhistas e a manutenção da mulher no ambiente privado.

Tabela 88 – Acesso ao Trabalho: local de trabalho

<i>Local</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Localidades diversas	65,2%	61,8%
Domiciliar	22,5%	26,5%
Próximo à moradia	4,1%	8,8%
Sem lugar fixo ou itinerante	8,2%	2,9%
Não respondeu	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

A reflexão sobre a dicotomia entre o público e o privado em geral embebida de uma perspectiva universalista dissimula a relação entre essas duas esferas na conformação das posições sociais. As diferenças por princípio não são o problema, o problema é hierarquizá-las ou tomá-las como relativas ou positivas *a priori*. O debate sobre a identidade feminina acompanha a articulação entre igualdade e diferença e, embora a dicotomia entre o público e o privado determinada pelo patriarcalismo e universalismo assuma o masculino como pressuposto e desvalorize as características e atribuições associadas às mulheres. Assim, não é possível ignorar a complexidade e a materialidade que envolve a conformação da posição social das mulheres e seu acúmulo de desvantagens. O trabalho domiciliar e as atividades relacionadas à “produção do viver” não constituem em si um problema por vincular as mulheres à esfera privada, mas o sistema de opressão-exploração patriarcal e sexista que desvaloriza e encerra essas atividades, determina a precariedade das relações de trabalho que amplia a vulnerabilidade das mulheres.

O acesso dos homens ao mercado de trabalho foi mais significativo do que entre as mulheres em ambos os conjuntos, além disso, os trabalhos relacionados ao cuidado com os dependentes ou tarefas domésticas prevalecem somente entre as mulheres. A variedade de atividades realizadas e a quantidade de localidades da cidade acessadas são menos numerosas entre as mulheres. O trabalho domiciliar informal é insignificante entre os homens, enquanto representa uma parcela significativa dos casos de trabalho feminino, em ambos os conjuntos.

O acúmulo de desvantagens inerentes aos distintivos classe e gênero representado pelo expressivo desemprego feminino, pela concentração das mulheres em atividades de baixa qualificação e mal remuneradas, pela acepção do trabalho feminino como subsidiário, assim como a presença de crianças na fase inicial de desenvolvimento definem a razão de dependência dos domicílios. O percentual de domicílios com pessoas trabalhando ou exercendo atividade remunerada, assim como o acesso ao trabalho com carteira assinada nas unidades habitacionais, no geral, não apresentou diferenças significativas na comparação os dois conjuntos. O tipo de composição familiar, entretanto determina diferenças significativas na análise.

A razão de dependência não apresentou discrepâncias acentuadas na comparação entre os conjuntos, contudo os casos em que indica menor vulnerabilidade do núcleo familiar são percentualmente mais expressivos no conjunto Mangueira I, em ambos os tipos de composição familiar. Assim, os domicílios compostos por famílias monoparentais femininas no conjunto Mangueira I apresentam um número maior de pessoas responsáveis pela provisão do núcleo familiar que a média geral do conjunto. Os domicílios com esse tipo de composição familiar e com presença de crianças apresentam menos casos em que não há nenhum residente contribuindo com a renda familiar.

Assim, em relação ao acesso ao trabalho, à razão de dependência e ao acesso aos direitos trabalhistas, a vulnerabilidade das famílias monoparentais no conjunto Mangueira I é inferior em comparação ao conjunto Vivendas Recanto da Natureza, reafirmando o potencial da localização para a diminuição da vulnerabilidade relacionada ao acesso ao trabalho. O percentual de domicílios nos quais os entrevistados declararam não haver nenhum residente trabalhando e contribuindo com a renda, entretanto foi mais expressivo em famílias monoparentais femininas em ambos os conjuntos, apresentando um índice bem superior comparado às famílias conjugais. O acesso ao trabalho com carteira assinada foi mais expressivo entre famílias conjugais em ambos os conjuntos. O número de residentes trabalhando com carteira assinada nos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas é superior no conjunto Mangueira I. Entretanto, a vulnerabilidade de famílias monoparentais femininas no que tange o acesso ao trabalho, a razão de dependência e o acesso aos direitos trabalhistas é superior em comparação às famílias conjugais, em ambos os conjuntos.

O conjunto Mangueira I apresenta índices que indicam menor vulnerabilidade no que tange o acesso ao trabalho, a razão de dependência e o acesso aos direitos trabalhistas também entre as famílias conjugais. A presença de criança não constitui diferenças percentuais significativas no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, mas é relevante para a análise no conjunto Mangueira I. Neste, o cuidado com os dependentes é determinante no acesso das mulheres ao mercado de trabalho considerando que os domicílios sem a presença de crianças apresentam mais pessoas trabalhando e ainda um percentual mais significativo de acesso ao trabalho com carteira assinada, em comparação aos domicílios em que há presença de crianças, principalmente nos anos iniciais de formação.

Tabela 89 – Trabalho Feminino por composição familiar

<i>Trabalho Feminino</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>		<i>Mangueira I</i>	
	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>	<i>Monoparental Feminina</i>	<i>Conjugal</i>
Inserção no mercado de trabalho	44,1%	39,7%	38,5%	47,9%
Trabalho com carteira assinada	46,6%	42,5%	50,0%	47,9%
Trabalho autônomo domiciliar	30,0%	27,3%	20,0%	26,2%
Trabalho em diversas localidades	70,0%	72,7%	80,0%	65,2%
Relacionado à “produção do viver”	30,0%	27,3%	10,0%	30,4%
Funções diversas	70,0%	72,7%	90,0%	69,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual de mulheres componentes de famílias monoparentais femininas é superior no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, entretanto o acesso à carteira assinada é maior no conjunto Mangueira I. O percentual de mulheres em famílias conjugais que trabalham, assim como o acesso à carteira assinada é superior no conjunto Mangueira I. O trabalho informal domiciliar é mais frequente no conjunto Vivendas Recanto da Natureza. As mulheres trabalhando em atividades relacionadas à “produção do viver” são percentualmente mais numerosas em famílias monoparentais femininas no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, e mais expressivo entre mulheres em famílias conjugais no conjunto Mangueira I.

Os dados relacionados à presença ou ausência de crianças ocasionam diferenças significativas na análise. Nos domicílios compostos por famílias monoparentais femininas com presença de crianças, o trabalho em atividades relacionadas ao cuidado com os dependentes ou tarefas domésticas é muito mais expressivo no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, representando o dobro dos casos em relação ao conjunto Mangueira I. Nos domicílios sem a presença de crianças não foram identificados casos de trabalho relacionado ao cuidado com os

dependentes ou tarefas domésticas no conjunto habitacional Mangureira I, enquanto no conjunto Vivendas Recanto da Natureza representa 30% dos casos. Nos domicílios compostos por famílias conjugais com a presença de crianças, o percentual de mulheres que trabalham é tenuamente superior no conjunto Mangureira I, entretanto, mais mulheres exercem atividade remunerada autônoma em casa e o percentual de trabalhos relacionados ao cuidado com os dependentes ou tarefas domésticas é superior.

A dimensão de análise *disponibilidade de recursos* se relaciona à razão de dependência e geração autônoma de renda nos domicílios e permite a avaliação da autonomia feminina tanto na relação conjugal, quanto no acesso ao sistema urbano. O acesso aos programas governamentais de transferência de renda, que se por um lado demonstra dependência familiar na geração de renda, constitui um meio para a autonomia de mulheres que acumulam as tarefas da “produção do viver” apresentou dados relevantes na comparação entre os conjuntos pesquisados. O percentual de famílias inscritas e recebendo o Programa Bolsa Família é expressivamente superior no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, que além disso, apresentou casos significativos de famílias que perderam o benefício devido a impossibilidade de efetuar os procedimentos burocráticos ou cumprir as condicionalidades do programa, situação relacionada à mudança para o conjunto. Nesse sentido, é possível supor que o nível de vulnerabilidade no que tange a geração de renda autônoma e a razão de dependência é inferior no conjunto Mangureira I.

O tipo de composição familiar é significativo para a avaliação da *disponibilidade de recursos*. No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, mais famílias conjugais declararam receber o benefício, o que, por um lado indica que mais famílias conjugais se enquadravam no perfil do programa, por outro, pode indicar que a extrema vulnerabilidade verificada entre as famílias monoparentais obstaculizou a realização dos procedimentos necessários para a efetivação do recebimento do benefício. No conjunto Mangureira I, por outro lado, o percentual de famílias monoparentais inscritas e recebendo o Bolsa Família é mais expressivo, sugerindo que apresentam o perfil necessário para o enquadramento no programa e que, embora acumulem diversos elementos de vulnerabilidade, as mulheres chefes de famílias tiveram possibilidade de lidar com os aspectos burocráticos para a efetivação da transferência de renda, o que se relaciona também com a localização central do conjunto.

A avaliação da responsabilidade pela administração da renda familiar de mulheres e homens é pertinente para a análise da vulnerabilidade feminina, pois constitui dado que sugere o nível de isonomia na relação conjugal. O conjunto Mangueira I apresentou mais domicílios que declararam ter administração da renda familiar realizada por homens, assim como domicílios que declararam ter a renda administrada pelo casal. O percentual de domicílios nos quais a mulher administra a renda familiar, portanto foi mais expressiva no conjunto Vivendas Recanto da Natureza.

Tabela 90 – Administração da Renda Familiar

<i>Administração da renda familiar</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>	<i>Mangueira I</i>
Domicílios em Geral	44,8%	41,6%
Família Conjugal	31,4%	25,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os domicílios compostos por famílias conjugais cuja a prioridade da mulher da titularidade do imóvel foi efetivada, apresentaram maiores percentuais de mulheres administrando a renda familiar, assim como de trabalho feminino em ambos os conjuntos e, principalmente no conjunto Mangueira I. A segurança de posse quando associada à isonomia nas relações conjugais se constitui como um fator de autonomia individual para as mulheres.

A dimensão de análise *condições habitacionais* intenciona avaliar a mobilidade, a acessibilidade e as distâncias em relação aos equipamentos e serviços públicos. O conjunto Mangueira I, por sua localização central, em área de urbanização consolidada proporciona acesso aos equipamentos de educação, de saúde, e de lazer, além de conexão apropriada com o sistema de transporte público da cidade. O processo de reassentamento, que constituiu uma exceção em relação às remoções no Rio de Janeiro, permitiu a realocação no entorno do antigo local de moradia, possibilitando a manutenção dos laços de solidariedade e das relações de trabalho. O conjunto Vivendas Recanto da Natureza, localizado a cerca de 50km de distância do centro, às margens da Avenida Brasil em área de urbanização escassa e grandes glebas desocupadas, agregou famílias de distintas e distantes áreas da cidade, com perfis socioeconômicos diferenciados e oriundas de processos de remoção com diversas motivações, determinando uma população residente heterogênea. Além disso, a localização periférica, definida como área prioritária para implantação de empreendimentos do PMCMV, estimula um incremento populacional excessivo em área já carente de serviços e equipamentos públicos.

A efetivação da segurança de posse, quando considerada a situação de moradia anterior, é mais significativa no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, visto que mais famílias moravam de aluguel anteriormente. A prioridade da mulher na titulação do imóvel não foi efetivada em todos os casos possíveis em ambos os conjuntos, entretanto, o percentual de imóveis titulados no nome da mulher em famílias conjugais foi mais expressivo no conjunto Vivendas Recanto da Natureza. O nível de satisfação foi relativamente alto em ambos os conjuntos, entre os residentes do conjunto Mangueira I, contudo, foi mais significativo, o que se relaciona ao diferencial no padrão construtivo e principalmente à localização.

O percentual de domicílios que declararam que consideram a atual moradia pior que o antigo local de residência é mais expressivo no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, representando o dobro dos casos em relação ao conjunto Mangueira I, o que se relaciona com a precariedade e inadequabilidade habitacional da antiga favela do Metrô-Mangueira. A questão sobre o aumento dos gastos após a mudança foi mais expressiva no conjunto Mangueira I, o que sugere que os residentes da antiga favela Metrô-Mangueira conformam uma população mais pauperizada, mas também se relaciona ao fato de mais residentes do conjunto Vivendas Recanto da Natureza pagarem aluguel na antiga moradia. A avaliação sobre a segurança apresentou os maiores índices de insatisfação em ambos os conjuntos.

O acesso aos equipamentos de educação abrange a totalidade das crianças em idade escolar na amostragem da pesquisa no conjunto Mangueira I, enquanto 8,5% das crianças em idade escolar na amostragem da pesquisa no conjunto Vivendas Recanto da Natureza não estão frequentando nenhuma instituição de ensino, situação atribuída à mudança compulsória da antiga moradia e insuficiência de vagas em escolas do entorno do conjunto. Seja por efeitos de localização, seja por efeitos de trajetória, a constatada deficiência em relação à Educação Infantil se evidencia como uma questão ainda mais crítica. No conjunto Mangueira I, apenas 18,5% das crianças na idade pré-escolar acessam instituição pública de ensino que atende a faixa etária que demanda creche, enquanto no conjunto Vivendas Recanto da Natureza apenas 16,8% conseguiram acessar vagas em creches da rede ensino pública. Os dados sugerem que apesar da localização central e do acesso à diversificados equipamentos e serviços públicos, a questão da Educação Infantil é ainda uma lacuna, pois embora a oferta de vagas em creche no entorno do conjunto Mangueira I seja superior, continua sendo insuficiente, principalmente considerando

que se trata de uma região da cidade consolidada. O número de Instituições públicas de ensino identificadas no perímetro de 2Km, assim como a quantificação do número de vagas oferecidas em cada etapa da educação básica dos conjuntos, estão elencadas na tabela abaixo.

Tabela 91 – Instituições públicas de Ensino

<i>Etapas da Educação Básica</i>	<i>Vivendas Recanto da Natureza</i>		<i>Mangueira I</i>	
	nº de Instituições	nº de vagas	nº de Instituições	nº de vagas
Ensino Fundamental ²²	9	---	38	---
Ensino Infantil – Pré-escola	5	560	20	1440
Ensino Infantil – Creche	7	480	11	630
Educação Especial ²³	3	6	9	24

Fonte: Elaborada pela autora.

O acesso aos equipamentos de saúde é sintomático dos efeitos de localização em seu nexos com a produção capitalista do espaço, pois apesar das críticas sobre o atendimento observadas durante a pesquisa domiciliar, o conjunto Mangueira I apresenta três equipamentos de atendimento à saúde com distância inferior a 2km e quatro equipamentos com distância de até 4km. Os residentes do conjunto Vivendas Recanto da Natureza, por outro lado dispõem de dois equipamentos públicos de atendimento à saúde com distância superior à 2km do local de moradia. A distância dos equipamentos é acentuada pela dificuldade de mobilidade na região, de forma que muitos moradores continuam utilizando os postos próximos ao antigo local de moradia. A implicação da dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde públicos na vida das mulheres residentes em conjuntos habitacionais periféricos é sutil, contudo não pode ser ignorada, pois o acompanhamento médico infantil é uma das condicionalidades para o recebimento do Programa Bolsa Família.

O mesmo efeito de localização é observado em relação à disponibilidade de equipamentos culturais e de lazer. Os moradores do conjunto habitacional Mangueira I dispõem da Quinta da Boavista como área privilegiada de lazer, acesso aos shoppings, comércio, bancos, casas lotéricas, cuja proximidade evita o gasto com transporte, além do Maracanã, que embora após as reformas vinculadas aos Megaeventos tenha se tornado menos acessível à população de baixa renda, e já não ofereça as modalidades de esporte e cursos como anteriormente, continua sendo um

²² Não foi possível quantificar o número de vagas das Instituições públicas de Ensino que oferecem Ensino Fundamental.

²³ A quantidade apresentada na tabela se refere ao número de turmas disponíveis nas Instituições públicas de Ensino que oferecem Educação Especial. Não foi possível quantificar o número de vagas.

marco popular de esporte e lazer. No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, os residentes têm acesso a cinco praças e dois campos de futebol, espaços com mobiliário escasso, pouca arborização e bastante desconectados do conjunto apesar da pequena distância, além de uma insuficiente oferta de comércio e serviços no entorno do conjunto. Os meios de transporte disponíveis também diferem de forma aguda, enquanto os moradores do conjunto Mangueira I dispõem de linhas e ônibus, metrô e trem a menos de 1km do acesso ao condomínio; no conjunto Vivendas Recanto da Natureza os residentes ficam limitados a ônibus com tarifas altas e vans ilegais e precárias, que são acessados pelo acostamento da Avenida Brasil.

Assim, a fim de apreender a tensão entre autonomia e vulnerabilidade relacionada aos efeitos de localização dos conjuntos habitacionais pesquisados e os efeitos de trajetória das mulheres entrevistadas, a análise comparativa das dimensões *cuidado e dependência, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e condições habitacionais* e da situação de segurança de posse feminina foi empreendida nessa seção, e embora não esgote a discussão sobre posição social da mulher em relação ao sistema urbano, sugere alguns caminhos para a reflexão. Os dados demonstram que, embora os efeitos de localização não predominem em todas as dimensões analisadas devido à complexidade do acúmulo de desvantagens relacionados aos distintivos classe, gênero e raça/etnia, à multiplicidade dos elementos que compõem o sistema urbano e aos efeitos de trajetória das mulheres residentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, estes são decisivos em muitos casos para ampliação da vulnerabilidade feminina em nexos com o sistema urbano.

No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, embora percentualmente a efetivação da Diretriz de Titulação Feminina seja mais expressiva, determinando maior segurança de posse das mulheres, em diversas dimensões de análise, os elementos que podem determinar a vulnerabilidade feminina se mostraram mais agudos. Esse fato mesmo que não relacionado exclusivamente aos efeitos de localização, demonstra como a tendência de segregação da cidade imposta pela provisão de habitação de interesse social no marco do PMCMV pode reafirmar a posição social da mulher e intensificar o acúmulo de desvantagens.

A observação do tipo de composição familiar relacionada às dimensões de análise permitiu uma avaliação mais aprofundada da situação das famílias monoparentais femininas em relação ao presumido empobrecimento do núcleo familiar. Os dados sugerem que embora, em muitos casos, se verifique

vulnerabilidade superior em relação às famílias conjugais, isso não se efetiva em todas as dimensões de análise, nem com a intensidade e amplitude que justifique uma relação arrebatada entre empobrecimento e a ausência do cônjuge. A vulnerabilidade em famílias monoparentais femininas se relacionam a diversos fatores, e como observado, os casos mais graves relacionados à vulnerabilidade foram determinados por outros fatores, como por exemplo, a remoção compulsória dos antigos locais de moradia e, conseqüentemente, ruptura com os laços de ajuda mútua e solidariedade.

O presente estudo, portanto evidencia a desconexão não somente dos conjuntos habitacionais em relação ao sistema urbano, mas da política de habitação social de outras esferas de planejamento e a desconsideração das diferenças social racial/étnica e de gênero como elementos estruturadores das diretrizes do planejamento urbano vigente.

5 CONCLUSÃO

A reflexão sobre a influência da lógica de localização dos empreendimentos do PMCMV em seu nexos com a assimetria de acesso ao sistema urbano, determinada pela desigualdade de gênero, se complexifica a partir das dimensões de análise utilizadas na pesquisa empírica. A pesquisa empírica desenvolvida nos conjuntos habitacionais Vivendas Recanto da Natureza e Mangueira I evidenciou o acúmulo de vulnerabilidades inerentes à desigualdade de classe e gênero em seu nexos com o sistema urbano e reafirmou a pertinência de noções como feminização da pobreza e divisão sexual do trabalho. Além disso, demonstrou que o *habitus* que determina as posições sociais pode sobrepujar ações que intencionam minorar as desigualdades sociais.

Nesse sentido, é sintomático que no conjunto habitacional Mangueira I, apesar de haver mais mulheres cientes da Diretriz de Titulação Feminina e ainda do percentual de famílias monoparentais femininas ser mais significativo, a efetivação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis seja inferior. A permanência das assimetrias no acesso a recursos e alternativas, apesar da prerrogativa da diretriz, sugere a centralidade do acúmulo de desvantagens na disputa pelos espaços bem localizados da cidade e a invisibilização das posições sociais estigmatizadas. O tensionamento da provisão de habitação de interesse social pelas remoções relacionadas à preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Megaeventos é outro fator a ser considerado, pois modifica o público atendido e reduz a efetivação da prioridade da mulher na titulação dos imóveis.

A análise comparativa dos dados sobre a vulnerabilidade feminina nos conjuntos apresentou resultados que contestaram a perspectiva inicial da pesquisa, isto é, que a vulnerabilidade feminina, em geral, se constituiria de forma muito mais intensa no conjunto periférico devido ao acúmulo de desvantagens inerente ao processo que define reciprocamente o *lugar* possível e o *espaço* acessível na cidade. No conjunto habitacional Vivendas Recanto da Natureza as mulheres em famílias conjugais experimentam uma situação de menor vulnerabilidade em relação à razão de dependência e o número de habitantes por residência. Além do número de famílias monoparentais ser inferior, nesse tipo de composição familiar os elementos relacionados à dimensão *cuidado e dependência* determinaram menor vulnerabilidade dos núcleos familiares no conjunto.

A vulnerabilidade dos núcleos familiares de composição monoparental feminina, contudo, demonstrou-se significativa em ambos os conjuntos, o que valida a suposição da feminização da pobreza. A questão mencionada sugere que a precariedade da favela Metrô-Mangueira, local de origem predominante dos residentes do conjunto Mangueira I, determinou a maior vulnerabilidade identificada nos núcleos familiares em comparação ao conjunto Vivendas Recanto da Natureza, cujo o padrão de ocupação foi mais heterogêneo.

A dimensão *acesso ao conhecimento*, por outro lado, reafirmou a premissa que a periferização da produção de habitação social implica em maior precariedade no que tange o acesso aos recursos e alternativas que se traduzem na ampliação da autonomia. Nesse sentido, a existência de cursos profissionalizantes no entorno próximo à moradia foi mais relevante no conjunto Mangueira I e em ambos os conjuntos o percentual de mulheres que realizaram cursos de qualificação profissional se amplia quando considerados os dados relativos ao acesso ao trabalho, demonstrando que o acesso ao conhecimento e ao trabalho constituem um meio para a geração de renda autônoma, sendo fundamental para a ampliação da autonomia feminina.

O acúmulo de vulnerabilidades relacionada ao desemprego feminino, à concentração das mulheres em atividades de baixa qualificação e mal remuneradas, à definição do trabalho feminino como subsidiário, assim como à presença de crianças na fase inicial de desenvolvimento foi expressiva em ambos os conjuntos, determinando o trabalho informal como a modalidade de atividade mais significativa. No conjunto habitacional Mangueira I a precariedade do trabalho feminino quando relacionado às tarefas domésticas e ao cuidado com os dependentes foi superior, contudo, o percentual de mulheres trabalhando e o acesso aos direitos trabalhistas foram mais expressivos. O trabalho autônomo realizado em casa, assim como o percentual de atividades relacionadas ao cuidado com os dependentes ou tarefas domésticas foram menos significativos no conjunto Mangueira I, evidenciando o poder da localização na ampliação da autonomia via geração de renda autônoma.

O nível de vulnerabilidade, relacionada à razão de dependência e à geração de renda que compreende a dimensão *disponibilidade de recursos*, se apresentou de forma menos aguda no conjunto Mangueira I. A predominância da efetivação de programas de transferência de renda e ainda casos de núcleos familiares que pelo aumento da renda familiar já não se enquadravam foi também superior no conjunto

Mangueira I. No conjunto Vivendas Recanto da Natureza, por outro lado, a extrema vulnerabilidade verificada entre as famílias monoparentais, principalmente as reassentadas devido a processo de remoção, obstaculizou a realização dos procedimentos burocráticos necessários para a efetivação do recebimento de transferência de renda, o que se relaciona com a localização periférica do conjunto e com o acúmulo de desvantagens das mulheres chefes de família.

A dimensão *condições habitacionais* evidenciou a gravidade da alocação de um enorme contingente populacional em regiões periféricas e reafirmam a importância da localização adequada para a efetivação da autonomia da mulher. A periferação da habitação social nesse caso, intensifica o processo de privatização da “produção do viver” pela ausência e/ou insuficiência de equipamento e serviços públicos. Nessa dimensão de análise, os elementos que determinam o acúmulo de vulnerabilidades se mostraram mais agudos no conjunto Vivendas Recanto da Natureza, o que demonstra que o PMCMV implica transformações agudas no tecido urbano e perpetua a tendência de segregação da cidade que repercute na experiência urbana das mulheres.

As dimensões de análise utilizadas na pesquisa empírica, portanto evidenciaram a complexidade das desigualdades de gênero materializadas no sistema urbano e confirmaram a necessidade de ações que promovam o acesso efetivo das mulheres à cidade. A implementação inconstante da Diretriz de Titulação Feminina, que não compreende todos os casos possíveis, se relaciona com a desinformação sobre o assunto e sugere que a efetividade da ação está vinculada quase que exclusivamente à atuação da assistência social. A partir da observação empírica nos conjuntos habitacionais, constatou-se que nos casos em que havia disputa dos cônjuges em relação a titularidade do imóvel, a priorização da mulher se efetivou somente com a intervenção da assistente social, o que demonstra certa fragilidade da diretriz enquanto uma medida pública para prover a segurança da mulher.

As limitações da Diretriz de Titulação Feminina que se relacionam, tanto com a insuficiência do reconhecimento público e politização das desigualdades de gênero, quanto com a lógica capitalista da produção da habitação de interesse social, contudo, não interditam seu potencial transformativo. A prioridade da mulher na política de habitação de interesse social tem o potencial de reduzir a vulnerabilidade feminina, enquanto ação redistributiva, e ampliar a autonomia, enquanto ação de

reconhecimento que ao efetivar o direito à moradia atenua as desigualdades de gênero no que tange a possibilidade não somente de acesso, mas de apropriação igualitária da cidade.

O objetivo da igualdade social para Saffioti (2000), em sua crítica sobre os esquemas patriarcais de pensamento, somente será alcançado quando se atribuir ao gênero e à raça/etnia o mesmo estatuto teórico da classe social. Se no campo da teoria crítica essa necessidade se faz presente, no campo da prática e da ação, posicionar as questões de gênero como políticas, públicas e determinantes, para toda a sociedade, é urgente. O movimento feminista no Brasil desde a década de 1970, de forma mais ou menos sistemática, se articula com outros movimentos sociais na luta por moradia, incluindo a demanda por infraestrutura e serviços urbanos como água encanada, luz e transporte, e na sintomática e necessária luta por creches, que mesmo sob o status de lei, sempre foi fragilmente efetivada (CORRÊA, 2001). A inserção das mulheres no mercado de trabalho determinou transformações sociais, econômicas e políticas que não podem ser ignoradas, mas devem ser avaliadas com cautela:

O capitalismo teria aberto as portas do mundo do trabalho para a mulher. Não foi nem é assim. O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens. (SAFFIOTI, 2000, pag. 73)

As transformações sociais decorrentes da ampliação da presença das mulheres na esfera pública e no mercado de trabalho animaram a luta por demandas que ainda hoje persistem. A dificuldade de acesso à creche, por exemplo foi e ainda é um hiato, que segundo Teles (1993), esteve sempre presente nas reuniões de mulheres na periferia e de sindicalistas. O Movimento de Luta por Creche iniciado em São Paulo no final da década de 1970, rapidamente teve a adesão de outras cidades e estados, evidenciando a situação da criança-filha da família trabalhadora, mas principalmente da mãe-trabalhadora. O movimento rompeu com o estigma do conceito de creche, que até então era visto somente como uma instituição assistencialista sem capacidade de formação e desenvolvimento. Conquistas se efetivaram nesse momento, mas persistência do descaso do poder público em relação à Educação Infantil só pode ser atribuído ao fato de que por razões estruturais e estruturantes, o trabalho feminino permanece como subsidiário.

A divisão sexual do trabalho tem, na força de trabalho feminina, um 'exército de reserva' e a subordinação das mulheres é funcional ao capitalismo. [...] É importante lembrar que o 'exército industrial de reserva' afeta o conjunto da classe trabalhadora, mantendo o rebaixamento da remuneração geral, através do maior rebaixamento de quem entrou no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970/80: as mulheres. (VELEDA DA SILVA, 2013, pag. 112)

No campo do planejamento urbano é necessário assumir a materialidade inerente às desigualdades de gênero e sua relação com o território, desenvolvendo formas de efetivar um planejamento inclusivo e integrado. Objetivo momentaneamente inviabilizado pela apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados legitimados pelo planejamento estratégico (VAINER, 2002). O desafio de concretizar um planejamento urbano que contemple a cidade em sua complexidade e a necessidade de articulação de políticas públicas, e que não se resuma à implementação de projetos isolados, exclusivos e segregadores também não é recente, mas pode se insurgir alimentado pelo movimento feminista integrado às demandas pelo direito à cidade.

Um olhar sobre a mulher no planejamento deve trabalhar as demarcações entre a esfera pessoal e a esfera política, o território público e o doméstico, e nesse sentido, ser apto a promover o reconhecimento de especificidades de grupos mais vulneráveis como elemento chave para repensar a planificação. Certo, que tanto o espaço público como o doméstico são espaços de poder. (CYMBALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p.: 6)

A desconstrução das estruturas de pensamento patriarcal a partir da contribuição do pensamento feminista é fundamental para a avaliação de políticas públicas afirmativas direcionadas à ruptura da estrutura que engendra as desigualdades de gênero.

O debate sobre o isolamento das esferas pública e privada permeia a perspectiva androcêntrica que invisibiliza e hierarquiza as relações sociais entre mulheres e homens, sendo fundamental para o avanço de políticas afirmativas fundamentadas em uma perspectiva deslocada das estruturas de pensamento patriarcal e sexista. A disputa no campo do feminismo sobre o conceito de identidade é também um campo promissor para a ruptura com as estruturas patriarcais de pensamento. A pesquisa empírica desenvolvida evidencia a necessidade do sujeito político coletivo mulher. Essa identidade coletiva é fundamental para a luta política por igualdade social em uma sociedade de fortes raízes patriarcais, embora não permita

a observação da heterogeneidade das posições sociais ocupadas por mulheres de classe e raça/etnia diferentes, considerando que as identidades não são fixas nem condicionadas exclusivamente pelas relações de gênero. A tensão entre igualdade e diferença é nuclear no debate sobre políticas afirmativas de gênero e evidencia o desafio de transformar a realidade desigual considerando a complexidade da sociedade contemporânea. A assimetria entre mulheres e homens, constatada na pesquisa empírica, evidencia a permanência do patriarcado como estruturante das relações sociais, que se materializa principalmente por meio da responsabilização da mulher pela “produção do viver” e da divisão sexual do trabalho, determinantes para vulnerabilidade das mulheres e a consequente feminização da pobreza.

O valor da autonomia para a igualdade entre mulheres e homens, no contexto da pesquisa, destaca a relação entre o processo de acúmulo de desvantagens e a possibilidade de acesso ao sistema urbano no marco da produção capitalista do espaço. O processo recíproco no qual o *lugar* possível, posição social fixada, e o *espaço* vivenciado, posição territorial disponível, se legitimam e reforçam mutuamente reforça o valor da autonomia para construção de relações sociais mais igualitárias.

Mas as mudanças sociais fluem mais rápido do que a hegemonia do pensamento patriarcal e sexista permite perceber, e entre avanços e retrocessos, a urgência das demandas apresentadas pelas diversas correntes feministas se torna inegável. Os novos-velhos desafios do feminismo como organizar e articular as demandas para substantivar direitos já adquiridos, evidenciar e politizar as desigualdades de gênero e transformar as relações cotidianas embebidas de patriarcalismo e sexismo permanecem, mas os caminhos para a transformação da realidade se impõem no cotidiano. É preciso segui-los, aprofundar e aperfeiçoar as ferramentas, como a Diretriz de Titulação Feminina, para transformar radicalmente a sociedade estruturada pelo sistema de opressão-exploração patriarcal sexista e racista.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **Linha de base:** campanha cidades seguras para as mulheres.

Disponível em: http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/linha_de_base_webv.pdf Acesso em: 23/01/2014.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o Governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida. **Correio da Cidadania**. ed. 543. São Caetano do Sul/SP, 2009.

Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171/> Acesso em: 19/12/2014.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís A. G. **Habitação e Poder:** da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BARROS, Ricardo, CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). **Texto para discussão nº 986**. Rio de Janeiro: Ipea, out, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0986.pdf> Acesso em: 08/08/2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo:** a experiência vivida. Trad.: Sérgio Milliet. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEDETTO, Cristiane S. **Entrevista sobre a diretriz de titulação feminina**. Rio de Janeiro, 02 fev. 2015. Entrevista concedida a Poliana Monteiro.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero:** contribuições do feminismo para a crítica democrática. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. (p. 37-70)

BONDUKI, Nabil. Do “Projeto Moradia” ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”. **Revista Teoria e Debate**. ed. 82, mai, 2009.

_____. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 1ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad.: Maria Helena Kühner. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Trad.: Sergio Miceli, Silva de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 2ª ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

_____. **Efeitos de lugar**. In: BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997. (p.159-175)

_____. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). A Mulher no Espaço Público. **Revista Brasileira de História**. vol. 9, nº 18, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, ago/set, 1989.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 3, n. 8. São Paulo, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_08/rbcs08_02.htm Acesso em: 28/11/2013.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**. Trajetórias de gênero, masculinidades..., n. 11, Campinas, 1998. (p. 11-42) Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/node/57>. Acesso em: 13/05/2013.

_____. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão**. Trad.: Renato Aguiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A.; ARAÚJO, Flávia S. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. **Anais do XIV ENANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: http://www.observatoriodasmegacidades.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1%3AAlivros&id=130%3Ao-programa-minha-casa-minha-vida-e-seus-efeitos-territoriais&Itemid=123&lang=pt Acesso em: 24/11/2014.

CARDOSO, Adauto Lucio (Coord.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CARNEIRO, Alcides. Mulheres em foco. **Coleção Estudos Cariocas.** Rio de Janeiro, abr, 2005. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2363_Mulheres%20em%20foco.pdf Acesso em: 07/01/2015.

CARNEIRO, Alcides; SANTOS, Lucia. Características demográficas do Município do Rio de Janeiro e suas Regiões Administrativas – 2010. **Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3311_nt_20_caractdemog.PDF Acesso em: 23/07/2014.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo P. Índice de desenvolvimento social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. **Coleção Estudos Cariocas.** Rio de Janeiro: IPP, 2008. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf Acesso em: 11/08/2014.

COHEN, Jean. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.) **Teoria política feminista: textos centrais.** 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 195-230)

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos.** Rio de Janeiro, jun/2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. **Plataforma Política Feminista.** Brasília, 2002.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu.** Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo, n. 16, Campinas, 2001. (p. 13-30) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02>> Acesso em: 13/05/2014.

_____. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 37, São Paulo, maio, 1981. (p. 5-16) Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/475.pdf>. Acesso em: 23/11/2013.

CYMBALISTA, Renato; CARDOSO, Patrícia; SANTORO, Paula. Plano diretor participativo e o direito das mulheres à cidade. In: **Ser, Fazer e Acontecer: Mulheres e o Direito à Cidade**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

DE GRAZIA, Grazia. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2003. (p. 53-70)

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad.: Ciro Mioranza. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAINSTEIN, Susan S. Planning in a different voice. In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan S. **Readings in planning theory**. 1ª ed. Malden/MA: Blackwell Publishers, 1996. (p. 456-460)

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed., 22º imp., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012a.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4º ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Microfísica do poder**. Org.: Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012b.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Trad.: Júlio Simões. **Cadernos de Campo**, vol. 15, n. 14/15. São Paulo, jan/dez, 2006. (p. 231-239) Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229> Acesso em: 21/10/2013

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação: Fernando Henrique Cardoso. 48ª ed., São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> Acesso em: 30/09/2014.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. Trad.: Natália Angyalossy Alfonso. 1ª ed. São Paulo: Boitempo/Iskra Edições, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Trad.: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Espaços de Esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 1ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad.: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n. 132, set/dez, 2007. (p. 595-609) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> Acesso em: 10/11/2013.

IBGE. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. **Pesquisa Mensal de Emprego**, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf Acesso em: 08/10/2014.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê Mulher 2014**. Org.: Paulo Augusto Souza Teixeira e Andréia Soares Pinto. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2014. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2014.pdf Acesso em: 06/12/2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Trad.: Sérgio Martins. 1ª ed., 3º reimp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. Trad.: Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Centauro, 2011.

MACKINNON, Catharine. Desejo e poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista**: textos centrais. 1ª ed., Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 231-250)

MARIANO, Silvana. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, Brasília, jul/dez, 2009. (p. 119-157) Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6578> Acesso em: 20/08/2013.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2ª ed., vol. 1, São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

_____. Habitação e Cidade. **Revista Espaço & Debate**. Coord.: Wanderley Loconte. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrôpole** (PUCSP), vol. 21, São Paulo, 2009. (p. 33-52) Disponível em: http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm21_147.pdf Acesso em: 03/12/2014.

MASSEY, Doreen. **Space, place, and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de; GRAND JUNIOR, João. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro em 2008: uma análise espacial. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2938_Distribui%C3%A7%C3%A3o%20dos%20empregos%20na%20cidade%20do%202008.pdf Acesso em: 25/01/2015.

MENEZES, Cynara. O que explica a violência contra a mulher? **Carta Capital**, ed. 812, São Paulo, ago/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/812/a-propria-sorte-3331.html> Acesso em: 07/01/2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.) **Teoria política feminista: textos centrais**. 1ª ed., Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MORAES, Maria L. Q. de. A nova família e a ordem jurídica. **Cadernos Pagu**, n. 37, Campinas/SP, 2011. (p. 407-425) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a17n37.pdf> Acesso em: 13/10/2013.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. 1ª ed., Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 265-282)

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, vol. 11, n. 3. Maringá/PR, set./dez, 2006. (p. 647-654). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>> Acesso em: 14/03/2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. (p. 13-20)

_____. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1976. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/culturainformacao/producaohomens.pdf> Acesso em: 28/11/2013.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 55-80)

PEREIRA, Alvaro. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrôpole**, vol. 16, n. 32. Rio de Janeiro, 2014. (p. 307-328). Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm32_294.pdf> Acesso em: 17/01/2015

PHILIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 283-304)

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Discriminação e violência contra a mulher: iniciando o debate. **Rio Estudos**, nº 125, Rio de Janeiro, dez, 2003. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/201_discrimina%C3%A7%C3%A3o%20e%20viol%C3%Aancia%20contra%20a%20mulher%20iniciando%20o%20debate.PDF Acesso em: 07/01/2015.

PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli Maria. Articulando os espaços privado e público: gênero e famílias monoparentais femininas. **Revista de Psicologia da UNESP**, vol. 9, São Paulo, 2010. (p. 30-42)

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 - 1930**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Modernizar para conservar. **Cadernos Pagu**. Trajetórias de gênero, masculinidades..., n. 11, Campinas, 1998. (p. 419-427) Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/node/57> Acesso em: 13/05/2013.

REIS, Adriana Dantas. Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011. **Anais do XXVI SNH**. São Paulo: ANPUH, jul, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300683551_ARQUIVO_Genero_patriarcadoescravidao.pdf Acesso em: 23/11/2013.

RIBEIRO Luiz Cesar Queiroz. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2003. (p. 11-26)

RITZDORF, Marsha. Feminist thoughts on the theory and practice of planning. In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan. **Readings in planning theory**. Malden/MA: Blackwell Publishers, 1996. (p. 445-450)

ROLNIK, Raquel (Org.). Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? **Relatoria da ONU pelo direito à moradia adequada**, 2012. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf> Acesso em: 06/10/2013.

ROLNIK, Raquel *et all*. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha Casa Minha Vida?** Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In; MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. (p. 117-154)

SABÓIA, Ana Lucia; SOARES, Cristiane. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge: uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”. **Revista Gênero**, vol. 4, n. 2, Niterói: UFF, 2004. (p. 53-71) Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/issue/view/18> Acesso em: 31/10/2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Dossiê Crítica Marxista**, n. 11, Campinas: Unicamp, 2000. (p. 71-75) Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/346005/mod_resource/content/0.pdf. Acesso em: 19/01/2015.

SANTOS, Angela. Titularidade feminina dos imóveis: exemplos concretos. **Progresso das mulheres no Brasil.** Brasília, 2006. (p. 204-206)

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul.** vol. 22, Florianópolis: UFSC, 2007. (p. 117-134)

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. (p. 21-36)

TAKAHASHI, Paula; BOTTREL, Frederico. Elas ganham menos, mas gastam mais com a família. **Banco de Notícias Fundação João Pinheiro.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2012. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/index.php/banco-de-noticias/35-fjp/>. Acesso em: 03/08/2013

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** 1ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Q; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. (p. 23-51)

TREVISAN, Andrei P.; VAN BELLEN, Hans M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, vol. 42, nº 3, Rio de Janeiro, maio/jun, 2008. (p. 529-50) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf> > Acesso em: 23/01/2015.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. (p. 75-103)

VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p. 173-194)

VELEDA DA SILVA, Susana. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, vol. 4, n. 2, Ponta Grossa, ago/dez, 2013. (p.106-117) Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rflagg/article/viewFile/4224/pdf_87> Acesso em: 15/08/2014.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

VIDAL E SOUZA, Candice; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2001. (p. 414-432) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8633.pdf> Acesso em: 11/11/2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª ed. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/11/MapaViolencia_2015_homicidiodemulheres.pdf> Acesso em: 01/03/2014.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 3 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm Acesso em: 09/10/2014

_____. Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor de FNHIS**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm Acesso em: 05/06/2013.

_____. Lei n.10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm Acesso em:10/09/2014.

_____. Lei n.3.071, de 10 de janeiro de 1916. **Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm Acesso em:10/09/2014.

_____. Lei n.11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Brasília, 2009. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm Acesso em:12/09/2013.

_____. Medida Provisória n. 2.220, de 4 de setembro de 2001. **Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências**. Brasília, 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm Acesso em: 10/07/2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto n. 36.960, de 25 de março de 2013. **Define as áreas e as condições adequadas para a implantação dos empreendimentos de interesse social vinculados à política habitacional municipal, Estadual e Federal que se beneficiam da Lei Complementar n. 97, de 10 de julho de 2009, e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Lei Complementar n. 111, de 1º de fevereiro de 2011. **Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/cdd6a33fa14df524832578300076df48?OpenDocument> Acesso em: 11/08/2014.

_____. **Lei Orgânica do Município**. 2º ed., Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. (1990) Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>
Acesso em: 01/10/2014.

SÃO PAULO (Município). Lei n. 13.770, de 29 de janeiro de 2004. **Dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social**. São Paulo, 2014. Disponível em:
http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integr_a.asp?alt=30012004L%20137700000 Acesso em: 25/01/2015.

APÊNDICE A – Questionário

Roteiro de entrevistas MINHA CASA MINHA VIDA															
Condomínio:															
Data				Pesquisador											
Bloco				Apartamento											
Idade				Sexo	Feminino			Masculino							
1. CUIDADO E DEPENDÊNCIA															
1.1. Número de pessoas habitando a residência															
1.2. Estado Civil		Solteiro (a)		Casado (a)		Divorciado (a)		Outros:							
1.3. Presença de crianças		Sim		Não		Quantas crianças?		Idades							
1.4. Presença de idosos		Sim		Não		Quantos idosos?		Idade							
1.5. Recebe auxílio de alguém ou de alguma instituição para o cuidado com os dependentes?										sim		não			
1.6. Qual?															
Comentários:															
2. ACESSO AO CONHECIMENTO															
2.1. Escolaridade do Entrevistado		Fundamental incompleto			Médio incompleto			Superior incompleto							
		Fundamental completo			Médio completo			Superior completo							
2.2. Possui alguma qualificação profissional?															
2.3. Escolaridade do Cônjuge		Fundamental incompleto			Médio incompleto			Superior incompleto							
		Fundamental completo			Médio completo			Superior completo							
2.4. Possui alguma qualificação profissional?															
2.5. Conhece e/ou frequenta algum programa de qualificação profissional?										Sim		Não			
2.6. Qual?															
Comentários:															
3. ACESSO AO TRABALHO															
3.1.1. O entrevistado trabalha ao exerce alguma função remunerada?										sim		não			
3.1.2. Onde trabalha?		Endereço					3.1.3. Qual o cargo?								
3.1.4. Carteira assinada		sim			não										
3.1.5. Qual a carga horária semanal?				44h		40h		35h		30h		20h		Outros:	
3.1.6. Como se desloca para o trabalho?				Ônibus		Trem		Metrô		Carro		Outros:			
3.1.7. Quanto tempo gasta diariamente no deslocamento?															
3.1.8. O entrevistado mudou de trabalho depois que se mudou para o conjunto?										sim		não			
3.1.9. A quanto tempo está empregado no trabalho atual?															
3.2.1. O cônjuge trabalha ao exerce alguma função remunerada?										sim		não			
3.2.2. Onde trabalha?		Endereço					3.2.3. Qual o cargo?								
3.2.4. Carteira assinada		sim			Não										
3.2.5. Qual a carga horária semanal?				44h		40h		35h		30h		20h		Outros:	
3.2.6. Como se desloca para o trabalho?				Ônibus		Trem		Metrô		Carro		Outros:			
3.2.7. Quanto tempo gasta diariamente no deslocamento?															
3.2.8. O cônjuge mudou de trabalho depois que se mudou para o conjunto?										sim		não			
3.2.9. A quanto tempo o cônjuge está empregado no trabalho atual?															
3.3. Ficou mais fácil chegar ao trabalho morando na atual residência?										sim		não			
3.4. Quantas pessoas na residência estão trabalhando ou exercendo alguma função remunerada?															
3.5. Quantas pessoas na residência estão trabalhando com carteira assinada?															
Comentários:															

4. DISPONIBILIDADE DE RECURSOS									
4.1. Está inscrito em algum programa de transferência de renda?					sim		não		
4.2. Bolsa Família		PETI		Cartão Família Carioca		Outros:			
4.3. Possui outra fonte de renda além da Transferência de Renda?					sim		não		
4.4. Qual?									
4.5. Quem administra a renda familiar?									
Comentários:									
5. CONDIÇÕES HABITACIONAIS									
5.1.1. A atual moradia é:			própria		alugada		emprestada		outros:
5.1.2. Sendo o imóvel próprio, está no nome:				mulher		homem		compartilhada	
5.1.3. Onde morava antes de vir para o conjunto?				Comunidade?					
5.1.4. A antiga moradia era:			própria		alugada		emprestada		outros:
5.1.5. Qual o motivo da mudança?		inscrição no MCMV			reassentamento por risco			outros:	
5.1.6. Morar aqui é:			ótimo	bom		regular		pior que na moradia antiga	
5.1.7. Porque?									
5.1.8. Quais gastos você tem com a atual moradia?				água	luz	condomínio		prestações do apartamento	
5.1.9. Em comparação com a antiga moradia, você tem mais gastos aqui?					sim			não	
5.2.1. Considera que tem abastecimento de água adequado?					sim			não	
5.2.2. Considera que tem esgotamento sanitário adequado?					sim			não	
5.2.3. Considera que tem acesso à energia elétrica adequado?					sim			não	
5.2.4. Considera que tem coleta de lixo adequada?					sim			não	
5.3.1. Considera o conjunto seguro?					sim			não	
5.3.2. Considera o entorno do conjunto seguro?					sim			não	
5.4.1. As crianças frequentam a escola?					sim			não	
5.4.2. Qual escola a(s) criança(s) frequenta(m)?									
5.4.3. Como as crianças se deslocam até a escola?									
5.4.4. As crianças em idade pré-escolar frequentam creche?					sim		não		
5.4.5. Como as crianças se deslocam até a creche?									
5.5.1. Qual posto de saúde a família frequenta?									
5.5.2. Como se deslocam até o posto de saúde?									
5.6. Qual meio de transporte você mais utiliza?				Ônibus	Trem		Metrô	Carro	Outros:
5.7. Onde vai para se divertir?									
5.8. Você sabe porque o apartamento fica no nome da mulher?									
5.9. Como você se sente sendo a proprietária do apartamento?									
Comentários:									

Muito Obrigado (a) pela sua colaboração!